



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

VIDA E VIOLÊNCIA EM JOGO: O ESPORTE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA E
EXERCÍCIO BIOPOLÍTICO

MURILO MARIANO VILAÇA

Rio de Janeiro

2009

MURILO MARIANO VILAÇA

VIDA E VIOLÊNCIA EM JOGO: O ESPORTE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA E
EXERCÍCIO BIOPOLÍTICO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Libânia Nacif
Xavier

Rio de Janeiro

2009

VIDA E VIOLÊNCIA EM JOGO: O ESPORTE COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA E
EXERCÍCIO BIOPOLÍTICO

Murilo Mariano Vilaça

Prof^ª. Dr^ª. Libânia Nacif Xavier

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Libânia Nacif Xavier – UFRJ

Prof. Dr. Reuber Gerbassi Scófano – UFRJ

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra – UERJ

Rio de Janeiro

Março de 2009

FICHA CATALOGRÁFICA

VILAÇA, Murilo Mariano.

Vida e violência em jogo: o esporte como prática pedagógica e exercício biopolítico. Murilo Mariano Vilaça. Rio de Janeiro: UFRJ, FE, 2009.

216 p.

Bibliografia: p. 170-177.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Libânia Nacif Xavier.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2009.

1. Formação humano-política. 2. Prática pedagógico-desportiva. 3. Relações de poder. 4. Violência. I. XAVIER, Libânia Nacif. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e ciências humanas – Faculdade de Educação – PPGE. III. Título.

RESUMO

VILAÇA, Murilo Mariano. Vida e violência em jogo: o esporte como prática pedagógica e exercício biopolítico. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

A relação entre formação humana e participação política é extremamente complexa uma vez que envolve uma série de práticas exercidas sobre os sujeitos que visam o controle da conduta, do comportamento, dos sentimentos, ou seja, da ação humana e do sujeito como um todo. Há um caráter, por assim dizer, notadamente pedagógico nisso, pois tencionam ensinar os sujeitos a como viverem em determinada comunidade política. Atualmente, uma em particular tem sido constantemente propagada como sendo especialmente útil para governar uma camada específica da população: a juventude em situação de risco. O objetivo geral dessa dissertação-ensaio é investigar algumas das relações de poder-saber envolvidas na prática pedagógico-desportiva para disciplinar, normalizar e governar os jovens pobres. O objeto empírico são os discursos midiáticos sobre o papel social do esporte, os quais serão analisados a fim de identificar o que estão veiculando, ou seja, quais idéias, valores, sentidos de realidade e modelos de conduta defendem e afirmam que aquelas práticas podem ensinar. Os objetivos específicos são investigar como os elementos encontrados se relacionam às relações de poder-saber analisadas por Michel Foucault na década de 1970; como e por que o espectro de tecnologias de poder abrangido pela prática pedagógico-desportiva pode lhe tornar especialmente eficiente na formação daquele juventude; qual subjetividade política visa forjar; e sobre qual campo de ação visa intervir. A partir da análise da genealogia do poder desenvolvida por Foucault, identificou-se que aquelas práticas reúnem características tanto do poder disciplinar quanto da governamentalidade biopolítica, tais como definidas pelo pensador francês. Além disso, foram encontrados, através de uma breve análise do liberalismo político, elementos que identificam o esporte com a lógica liberal. Como uma prática análoga ao liberalismo e que congrega diversas tecnologias de poder, o uso pedagógico do esporte tem o objetivo estratégico de formar a noção de sujeito-cidadão, o que denota a concepção de participação política desejada, qual seja, a de obediência e promoção do ordenamento jurídico do Estado democrático, civil e de direito. Por fim, contra essa concepção estreita de subjetividade, foi excogitada uma proposta de ultrapassagem dela que vise o exercício da crítica e da liberdade de resistência.

Palavras-chave: Formação humano-política; Prática pedagógico-desportiva; Relações de poder; Violência.

Rio de janeiro

Março de 2009

ABSTRACT

VILAÇA, Murilo Mariano. Life and violence in the game: the sport as a teaching and exercise biopolitical. Rio de Janeiro, 2009. Dissertation (Masters Degree in Education) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

The relationship between political participation and human training is extremely complex since it involves a series of practices on individuals who seek to control the conduct, behavior, feelings, that is, the control of human action and of the subject as a whole. There is a specially pedagogic character in it, so to speak because such practices intend to teach subjects how to live in a political community. Currently, one of practice in special has been consistently propagated as particularly useful to govern a specific layer of the population: Youth at risk. The general objective of this dissertation is to investigate, test some of the relations of power-knowledge involved in practice-teaching sports to discipline, standardize and govern the low-income young. The empirical object is the media discourse on the social role of sport. The analysis aims at identifying what content is being broadcast that is, what ideas, values, sense of reality and models of conduct and state that these practices can teach. The specific objectives are to investigate how the identified elements connect to the power-knowledge relations discussed by Michel Foucault in the 1970s. How and why the power spectrum of technologies covered by the practice-teaching sport can make it especially effective in training that youth? Which aims to forge political subjectivity it aims to forge? And on which field of action does it seeks to intervene? From the analysis of the genealogy of power developed by Foucault, it was possible to identify that those practices that combine characteristics not only the disciplinary power but also of the biopolitical governmentality, as they are defined by the French thinker. Furthermore, we found, through a brief analysis of political liberalism, elements that identify the sport with the liberal logic were spotted. As a practice that is similar to liberalism, one that which brings about the strategic objective of engendering the notion of citizen-subject. This denotes the desired concept of political participation that is, of obedience and promotion of the legal democratic state, civil and legal. Finally, in the order surpass this narrow conception of subjectivity, a proposal was excogitated to promote the exercise of criticism and resistance.

Keywords: political human-training; Practice teaching-sports, Relations of power; Violence.

Rio de janeiro

Março de 2009.

DEDICATÓRIA

Aos eventuais
leitores; a todos que se
arriscam a questionar
(inclusive a si mesmos), a
criticar e a resistir (sobretudo
a toda forma de desejo
fascista pelo poder); e a
Isabella Lopes Pederneira,
fonte de inspiração e alvo de
todo meu respeito, admiração
e amor.

GRATIDÃO

Pela vida, pela potência que ela representa, pelas oportunidades de rever constantemente alguns valores e atitudes, enfim, a Deus pelo que Ele representa para mim;

À Prof^a Libânia Nacif Xavier, pela coragem em me orientar num tema que não era seu foco de pesquisa, pelo cuidado e carinho como conduziu o processo de confecção do texto;

Ao Prof^o Reuber Gerbassi Scofano, meu co-orientador, por todo o estímulo antes mesmo de eu ingressar no PPGE da UFRJ e por ser um exemplo de que ainda há exercício de crítica e de resistência em meio a tanta mesmice, sobretudo em nome do afeto;

Ao Prof^o José Gondra, por ter aceitado o convite para participar da banca, tendo se disponibilizado gentilmente a ler o trabalho e a argüir-me em meio aos seus muitos afazeres;

À Prof^a Ana Cavaliere, pelo apoio dado, apesar de todos os limites que o PPGE tem;

Ao Prof^o Renato José de Oliveira, pelos conhecimentos compartilhados e pelos momentos de debates que proporcionou em suas aulas;

À Prof^a Mônica Pereira pelo incentivo constante;

Ao Prof^o Roberto Leher, por ter se tornado um dos interlocutores que mais contribuíram para a reformulação de algumas partes dessa dissertação;

À Prof^a Vera Maria Portocarrero do departamento de filosofia da UERJ, pela múltipla ajuda dada ao meu ingresso no campo de estudos foucaultianos;

À Prof^a Sílvia Maria Agatti Lüdorf (EEFD-UFRJ), minha primeira orientadora, por ter sido a primeira pessoa a aceitar me acompanhar e assinar um trabalho desenvolvido por mim, por ter me ingressado no campo da pesquisa e por ter se tornado uma companheira acadêmica;

Ao Prof^o Alexandre Palma (EEFD-UFRJ), por ter, em tão pouco tempo de convivência, se tornado um excelente interlocutor;

Ao mestre e, sobretudo, amigo ‘Gaúcho’, Prof^o Paulo Roberto Monteiro Peres (EEFD-UFRJ), todo meu respeito e admiração por uma vida dedicada à luta;

A querida, atenciosa e trabalhadora Solange Rosa de Araujo, por tudo que fez por mim desde meu ingresso no PPGE, e ao Henrique, pelas boas conversas e pelos tantos ‘favores’ prestados na emissão de declarações etc., quase sempre com urgência;

À minha família, sobretudo à minha mãe por ter colaborado decisivamente para que eu pudesse me dedicar exclusivamente aos estudos e à pesquisa, e o meu tio Eisenhower, seguramente um dos responsáveis pela decisão e manutenção do desejo de seguir uma

vida dedicada ao pensamento e à reflexão, sendo um dos maiores financiadores/estimuladores disso;

A Joana, uma companheira com uma fidelidade canina;

À família “Lopes Pederneira”, pelo acolhimento e pelo carinho dispensados;

Ao amigo-irmão Bruno Gawryszewski, um inseparável companheiro de jornada;

À amizade dos companheiros de mestrado Marcelo Báfica e Edmur Paranhos e pelas horas de conversa sobre os mais diversos assuntos;

Aqueles que, antes de mim, pensaram as mesmas questões, das mais diversas formas, contribuindo decisivamente para a realização desse empreendimento. Especialmente, sou grato a Michel Foucault, um sujeito que ousou pensar de modo heterótopo, corajoso e violento;

Por último, agradeço a Isabella Lopes Pederneira, uma futura “Vilça”, por ter sido, sem drama, uma das primeiras a acreditar que o mestrado seria possível [ela dizia que era certo], por continuar a me estimular com seus elogios nem sempre reais, por suportar horas a fio às minhas elucubrações e ter de ao menos aparentar estar interessada, e por ter, na medida do possível, lido e relido o texto. Por muito mais do que isso, por tudo o mais que representa para mim, do momento que te conheci em diante e enquanto eu viver, eu vou te amar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – COMENTÁRIOS SOBRE O OLHAR CRÍTICO- GENEALÓGICO	
1.1 – Genealogia: elementos de um novo olhar.....	18
1.2 – Notas programáticas acerca da análise do discurso midiático: elementos para uma análise crítico-genealógica.....	34
1.3 – Dispositivo pedagógico midiático: discursos de verdade, poder-saber e subjetivação.....	45
CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES DE PODER, ESPORTES E GOVERNO	
2.1 – A vida em jogo: mídia, esportes e valores ético-políticos.....	67
2.2 – Natureza do poder e especificidades dos ‘três’ poderes foucaultianos. Em busca da genealogia dos discursos.....	95
2.2.1 – Poder disciplinar: a normação do sujeito através da docilização dos corpos.....	100
2.2.2 – Governamentalidade biopolítica: a normalização do sujeito através do controle da vida e da população.....	112
2.3 – Liberalismo, esporte e governamentalidade: buscando pistas vinculantes.....	130
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E APONTAMENTOS FUTUROS	
3.1 – O uso do esporte na gestão do trinômio pobreza-violência-criminalidade: forjando a noção de sujeito-cidadão ludicamente.....	153
3.2 – Pelo exercício da crítica e do poder de resistência como manifestação da liberdade: uma pedagogia da resistência.....	164
3.3 – Apontamentos futuros.....	168
REFERÊNCIAS	170
ANEXO 1	177
ANEXO II	196

INVESTINDO NA VIDA: OU COMO GERIR OS SUJEITOS E O TRINÔMIO POBREZA-VIOLÊNCIA CRIMINALIDADE ATRAVÉS DO USO PEDAGÓGICO DO ESPORTE

O que o homem fez e faz de si mesmo é uma das questões mais intrigantes que ele próprio se coloca. Dentre os temas que produziram e continuam a produzir maior inquietação às reflexões humanas, o da gestão da vida, a gestão dos homens, é um dos mais destacados. Pelo menos desde as discussões que a Grécia antiga nos legou, há fortes indícios de que esta temática e os problemas e dilemas referentes a ela vêm afligindo a humanidade. Isto parece ser uma das principais conseqüências do fato do homem viver em algum tipo de aglomeração, comunidade política ou *parque humano*¹, o que demanda, obrigatoriamente, certas regras de convivência, a fim de promover algum tipo de coesão social. A definição das *regras para o parque humano*², aduzindo termo usado por Sloterdijk (2000), é o alvo de uma das mais acirradas disputas no campo das ações humanas. Uma das justificativas da atenção dispensada ao tema provém da importância que tem circunscrever as múltiplas possibilidades vitais de um indivíduo a um número restrito de opções tidas como ideais, politicamente corretas ou economicamente úteis. Quer dizer, é no mínimo instigante que os homens pensem, criem e estabeleçam para si mesmos um conjunto de regras, normas ou leis para regular suas relações. Além disso, é intrigante considerar que algumas dessas regras e afins sejam pensadas e atualizadas, enquanto um universo de outras possibilidades não o é. Semelhantemente, não parece ser uma coisa destituída de problemáticas o fato de que alguns instrumentos ou meios de implementação dessas regras sejam selecionados e outros não.

Tendo como pano de fundo certas questões fundamentais, tais como em que consiste o ser humano, se há uma natureza humana e se, caso haja, os homens estariam incontornavelmente entre pelo menos duas tendências conflituosas³, uma ‘boa’ ou que deve ser estimulada, outra ‘ruim’ e que deve ser coibida, uma questão central que se

¹ Cf. SLOTERDIJK, Peter (2000). Expressão usada por Platão, no diálogo *O político*, para designar dado conjunto de humanos.

² Idem. Esta expressão dá título à obra de Peter Sloterdijk, na qual ele analisa, entre outras coisas, a concepção de gerenciamento humano defendida pelo credo humanista.

³ Ibidem. Sloterdijk apresenta que, geralmente, nas grandes vertentes que buscaram definir a *natureza humana* existe a idéia de que o homem é um *animal influenciável* que possui duas tendências básicas, uma *domesticadora*, outra *bestializadora*. A primeira deveria ser estimulada, já que contribuiria para a boa relação entre os humanos e preservação de uma comunidade política; a segunda, por sua vez, deveria ser coibida, contrário senso.

coloca é a de se é possível criar meios [mídias] de estimular um modo de vida tido como bom e controlar aquele considerado como ruim. Ou seja, que condutas são as 'melhores' ou mais úteis para que os homens convivam em relativa harmonia, devendo, com isso, serem estimuladas, e quais são reprováveis e nocivas à convivência, então passíveis de coibição? Da mesma forma que a construção de algum consenso, por menor e mais frágil que seja, acerca dos juízos de valor inerentes às suposições de que existem e de que são identificáveis as boas ou más condutas é um dos maiores desafios humanos, estando constante e intensamente sob interminável e caloroso debate, o estabelecimento e legitimidade dos meios de promoção ou coação de tendências ou atitudes também encontra-se em um terreno de luta por legitimidade. Associada a estes problemas está a questão da legitimidade da autoridade política, ou seja, o problema acerca de quem pode exercer domínio ou governo sobre outrem, quais suas prerrogativas e quais seus limites. Essas são apenas algumas questões iniciais, através das quais se pode colocar a difícil e interminável disputa entre modelos de governo dos homens, bem como os elementos que dão a ela uma complexidade imensa.

Uma forma de dar um tom mais atual a essas questões é trabalhando-as em termos daquilo que vem sendo consagrado, desde a modernidade, por toda uma tradição filosófica de pensamento da razão e ação práticas, especialmente de filiação kantiana, como *o fato do pluralismo*. Entendido como um processo endêmico de pluralização ideológica, a irredutível multiplicidade de concepções do que seja uma boa vida, teve como uma das principais conseqüências o comprometimento da noção normativa do que seja um projeto de vida legítimo, trazendo sérios problemas para os campos da ética e da moral, mas também da política. Afinal, se não pudermos estabelecer critérios normativos acerca das doutrinas abrangentes do que seja o bem viver, por conseguinte, acerca da boa vida, que permitam, assim, distinguir um modo de vida que deve ser promovido daquele que deve ser reprimido, que alternativa há no caso de projetos de vida que se choquem? Esse problema tipicamente moderno assume, na contemporaneidade, traços ainda mais complexos, não só por causa do pluralismo, mas também em função do forte ataque que os princípios formais, de base metafísica, vêm sofrendo. Esse processo confere ainda mais incertezas às deliberações sobre aquelas questões, porém, ao mesmo tempo, não tem a capacidade de contornar a urgência cotidiana quanto ao seu trato. Desta forma, sem os fundamentos últimos para guiar a ação humana, mas com todos os problemas inerentes a ela, além de permanecerem, os problemas práticos tornaram-se ainda mais, ao menos aparentemente, insolúveis.

Após séculos sob a égide do imperativo categórico, da legiferação da razão que norteia o agir por puro dever, o imperativo hipotético, o agir estratégico sem princípios que conduzam o agente senão o do êxito da ação através da escolha dos melhores meios para alcançar o fim preestabelecido, parece gozar de maior simpatia perante os sujeitos contemporâneos. Comprometido o horizonte normativo de cunho apriorístico e universalista no tocante à ação humana, qual o caráter, portanto, das respostas dadas aos dilemas e problemas práticos cotidianos? Dizer que não são normativas, quanto à pretensão de serem válidas universalmente, é uma resposta apressada, pois noções fortes e universais como de liberdade, igualdade e direitos humanos, sobretudo à vida, que constituem uma modernidade ainda vigente. A normatividade atinente às regras que visam estabelecer o que o homem é em si e buscam guiar a formação e ação humanas não fora completamente elidida, sequer colocada completamente de lado. Cumpre, então, saber se há ou não pretensão de universalidade possível, mesmo que deflacionada, que resista ao fato do pluralismo para responder aos problemas e conflitos inerentes à variabilidade e à individualização crescente de estilos de vida. Ao lado dela, questiona-se também se é mesmo possível assumir quaisquer posições ético-políticas sem considerar algum ponto de partida e sem visar o horizonte universalista de como todo homem, independentemente da sua posição, deve ser considerado ou tratado e daquilo que *deve ser feito assim* e não de outra forma.

A ciência desse importante debate para qualquer estudo contemporâneo sobre problemas de ordem prática é um ponto-chave para a compreensão de nós mesmos e do tempo presente, haja vista que as soluções dos dilemas práticos à maneira normativa, por assim dizer, *forte*, compete diretamente com a perspectiva que será trabalhada nessa dissertação. Introdutoriamente abordando, o intuito é anunciar um problema atual incontornável forjado pelo conflito entre duas posições ético-políticas, uma universalista, outra relativista. Ele servirá para a reflexão posterior, aplicando-se, na função de pano de fundo, à análise dos discursos midiáticos, na medida em que eles apontariam para uma normatividade universalizante quanto ao trato de certas práticas pedagógicas, visando à construção de um consenso acerca de certos valores ético-político, os quais dão substância à sua definição das ações corretas e das reprováveis; da mesma forma, dizem respeito, mais especificamente, ao entendimento da questão em torno de modelos de governo dos homens, de criação dos sujeitos sob um ordenamento político, jurídico e moral baseado no *controle externo* [por parte das instituições e

normas e leis que engendram] e do controle interno ou *autocontrole* [por parte do próprio sujeito, que aprende e exercita a autogestão, o cuidado de si].

Aqueles discursos, ainda por hipótese, parecem querer forjar um ‘nós receptivo’, um consenso de base que dê força e autoridade às suas formulações ético-políticas normativas, expressando, com isso, uma filiação a algumas teses universalistas no que diz respeito à formação humana, cujo ponto principal é a formação dos sujeitos para dada participação política. Doravante, dedicar-se-á ao esclarecimento do que é o tema dessa dissertação, bem como de seus objetivos geral e específicos e suas questões fundamentais.

Partindo da premissa de que a vida do corpo social não se prolonga em estado de *anomia*, na ausência completa de normas ou regras de conduta, cabe pensar o que estas significam, representam e produzem em dado contexto sócio-histórico-político, sobretudo em relação à constituição dos sujeitos. Cumpre problematizar as formas ou modalidades de exercício do poder, de dada configuração das possíveis relações de poder que dão origem ao que estamos sendo. Pressupondo que são *os sujeitos* os ‘emissores’ e ‘receptores’, as figuras ativas e passivas deste processo de subjetivação que é dinâmico, que se dá na tensão sempre presente, insuperável e produtiva entre *sujeição* (forma passiva) e *subjetivação* (forma ativa), entre os modos de objetivação e subjetivação do sujeito, como expressão das relações de poder-saber vigentes e em conflito num contexto político, uma questão contígua a temática da formação humana é a de qual modelo de subjetivação é atualizado, em detrimento de qual e em vista a quê.

Devido à amplidão deste tema e ao escasso espaço para desenvolvê-lo aqui, é necessário que seja feito um *recorte analítico*. Nessa introdução, serão apresentados os elementos que delimitarão o presente estudo, iniciando por algumas questões. Pressupondo que o homem é um animal suscetível a influências, podendo ser educado ou adestrado para agir e pensar de uma certa maneira, cabe questionar que *mídias*, que instrumentos têm sido utilizados para disciplinar ou, nos termos de Sloterdijk (idem), *domesticar* ou *criar* o animal humano. Em termos foucaultianos, interessa saber como os seres humanos são transformados em sujeitos (FOUCAULT, 2001). É a *questão do governo* que interessa compreender. Foucault diz que “[...] meu problema é saber como os homens se governam [eles mesmos e os outros]” (apud MAIA, 1995, p. 100). A fim de melhor delinear o foco analítico sobre o amplo espectro do governo de si e dos outros, a idéia é refletir sobre o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos ao investir na formação dos jovens tidos em situação de risco social devido, sobretudo, às suas

precárias condições sócio-econômicas, para o exercício do poder (ação política) de tal ou qual maneira no modo como a sociedade se organiza (politicamente). Que maneira é essa, que *ethos* político ela promove? Que estratégia disciplinar ou prática pedagógica tem sido usada com maior destaque e quais os valores ético-políticos disseminados? Que subjetividade se visa forjar? É possível identificar algumas das repercussões, tanto para a vida dos sujeitos quanto para o contexto sócio-político no qual eles estão inseridos, do processo de formação humano-política ao qual a juventude tida como em situação de risco vem sendo submetida? Qual o sentido desse risco, para os próprios sujeitos individualmente, para a sociedade como um todo, para ambos ou para uma parcela da população? Quais os sentidos de *violência*, qual o sentido hegemônico, como se deu sua construção e qual a repercussão dele para certo número de sujeitos? É possível pensar em formas de (re)problematização destas questões, de modo que possamos apresentar pistas críticas a um modelo de subjetivação existente?

Essas são algumas das questões a partir das quais se desenvolverá essa dissertação. Entretanto, por variados motivos, não é possível dar um ‘ultimato’ a elas, supondo que, ao final deste *ensaio*, ou seja, deste que é um trabalho em desenvolvimento, tenha respostas conclusivas e definitivas a dar a todas elas. Ao invés, haja vista essa dissertação ser um ensaio, a intenção é apenas refletir e apresentar *algumas pistas analítico-interpretativas* que possam nos ajudar a problematizar de algum modo uma prática ou conjunto de práticas disciplinares. À semelhança daquilo que Michel Foucault [1926-1984] afirma, em uma entrevista dada ao antropólogo americano Paul Rabinow, em 1983, que é a sua forma de tratar questões políticas:

“(...) minha maneira de lidar com as questões políticas [...], minha atitude não é resultado de um certo tipo de crítica que, com o pretexto de um exame metódico, rejeita todas as soluções possíveis com exceção de uma única, que seria *a boa*. Ao contrário: busco a ‘problematização’, isto é, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que me parecem colocar problemas para a política” (RABINOW, 1999, p. 20. Grifo meu).

Encontra-se, também, a indicação dessa abordagem quando Foucault (2005b) afirma que aquilo que ele visa fornecer “são pistas de pesquisa, idéias, esquemas, pontilhados, instrumentos (...)”, e conclui essa idéia com um posicionamento bastante inusitado: “(...) façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito” (p. 4). Foucault explica tamanha libertação do pensamento que está propondo: “isso não me diz respeito, na medida em que não tenho de estabelecer leis para a utilização que vocês [a audiência do curso] lhes dão” (idem). Foucault tinha uma

preocupação com que o pensamento que ensaiava não se tornasse parte de um dogma analítico, ‘letra-morta’, fonte de reprodução. Ao contrário, interessava a ele manter sempre viva uma característica que Deleuze (1992) astutamente percebeu: o pensamento de Foucault é *perigoso*, há uma *violência* nele que, controlada e relativamente dominada, tornara-se coragem. Coragem de pensar a partir de novos lugares, através de novos olhares, formulando outras possibilidades analítico-interpretativas. Afora a aparência poética, está aí a força combativa do pensamento foucaultiano, da qual seria destituída caso fizesse dele um ponto de referência, e somente isso. Nas palavras precisas de Deleuze (idem), Foucault compreendeu muito bem que

“(...) no momento em que alguém dá um passo fora do que já foi pensado, quando se aventura para fora do reconhecível e do tranquilizador, quando precisa inventar novos conceitos (...), caem métodos e as morais, e pensar torna-se, como diz Foucault, um ‘ato arriscado’, uma violência que se exerce primeiro sobre si mesmo” (p. 128).

De acordo com Portocarrero (2004), boa parte da literatura sobre os temas aos quais Foucault se dedicou a analisar e que se espelha na sua contribuição, consiste apenas em uma interpretação do seu pensamento, mas do que no seu *uso*. Como um efeito colateral ou paradoxal, é como se a crítica empreendida por ele contra a tradição de pensamento sobre o poder, ética, ciência etc. tivesse justamente criado uma tradição crítica, uma *normalização do pensamento*, o que, haja vista seu conceito de pensamento enquanto “(...) aquilo que permite a uma pessoa distanciar-se de certa maneira de agir e de reagir (...), liberdade com relação ao que se faz, o movimento pelo qual se toma distância desse fazer” apresentado na entrevista supracitada (RABINOW, idem, p. 23-24), compromete o seu poder de contestação e de inovação. Contra isso, a autora propõe o que chama de “certo pragmatismo”, ou seja, a perspectiva de um trabalho a ser desenvolvido, e não reproduzido.

Assim, tomar Foucault e a sua genealogia como referencial teórico-metodológico e analítico não pode significar, se bem entendidos, ‘vestir uma camisa de força conceitual’, mas sim assumir uma postura de prudência que não inviabiliza, ao contrário, promove a retomada criatividade de alguns conceitos e análises elaborados e discutidos por Foucault, para pensar a realidade atual. Exercer o pensamento tal como Foucault ousou conceber é a tomada de uma atitude original ou específica, multifacetada e, por vezes, contraditória, frente às dificuldades que são colocadas por uma situação ou certo contexto, conforme se vê em Rabinow (ibidem). Essa *criatividade* é possível desde a perspectiva de um pensamento baseado na

problematização, a qual será analisada no passo posterior dessa introdução. Esta postura criativa, inovadora e potente em que consiste a problematização é arriscada ou corajosa, mas, acima de tudo, interessante, instigante e rejuvenescedora do sujeito que reflete.

A presente dissertação-ensaio é uma abordagem problematizadora que trata de um tema geral antigo, amplo e complexo, a partir de um recorte contemporâneo dos mais expressivos: *a relação entre práticas educativas e formação humano-política, a partir do uso pedagógico do esporte no âmbito dos projetos sociais*. Tomarei, portanto, uma prática que vem cada vez mais se estabelecendo no campo das práticas de cunho pedagógico, cujo papel parece ser prioritária e fundamentalmente o de governar-formar a juventude, exercendo sobre os indivíduos uma força subjetivadora, com o objetivo de ‘prepará-los para a vida em sociedade’, a fim de buscar pistas que contribuam para o estudo, no contexto contemporâneo, daquele que é um tema muito vasto.

À semelhança da perspectiva foucaultiana, o objetivo, em um sentido amplo e geral, é analisar alguns problemas que são colocados à política, ‘perguntar’ a ela o que tem a ‘dizer’ sobre as questões com que se defronta, sobre a posição que assume diante deles e que razões dá para isso (RABINOW, *ibid.*). Neste sentido, tornando o intuito desse empreendimento analítico mais preciso, desponta, hodiernamente, como sobremodo relevante que se questione, primeiramente, como um campo de ação, como alguns comportamentos passaram a ser um problema, deixaram de ser familiares, tornando-se fonte de um sem-número de dificuldades em torno de si, para, posteriormente, analisar uma das saídas políticas das mais propaladas na atualidade, com a qual se busca resolvê-las. Este problema que causa muito desassossego às pessoas e ao governo pode ser intitulado como *o problema da criminalidade*. Geralmente confundido com *violência*, o que parece dar lugar a uma espécie de binômio inseparável e simplificador, a saber, *violência-criminalidade*, o problema da crescente insegurança pública é alvo da atenção tanto do Estado, com algumas políticas públicas direcionadas para o controle da criminalidade⁴, como das grandes mídias, geralmente através de reportagens que primam por ritualizar e dramatizar os fatos ou as ações que afrontam à lei – criminosas, portanto – cometidas por alguém ou grupo. Tais ações, no

⁴ Dentre algumas, destaca-se o PRONASCI, *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*, criado, em 2008, pelo Ministério da Justiça do Governo Federal, com a marca de buscar articular políticas de segurança e ações sociais diversificadas, a partir da cooperação entre forças de segurança pública e representantes da sociedade civil, cuja previsão de investimentos, até 2012, é de R\$ 6,707 bilhões. Informações disponíveis no site do Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJE24D0EE7ITEMIDAF1131EAD238415B96108A0B8A0E7398PTBRIE.htm>>; <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ3FD1029CITEMID3442470E4A084A0CB5BC9153D9585A0CPTBRIE.htm>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2008.

contexto das sociedades contemporâneas, têm, entre outras conseqüências importantes, resultado na construção do medo objetivo, mas, pode-se dizer, também, o sentimento subjetivo de medo, que repercute intensamente no cotidiano dos sujeitos, a despeito da materialização da violência sobre eles, conforme Wacquant (2001). O medo – muitas vezes gerado apenas pela representação que se faz das possíveis conseqüências principalmente no nível individual – da criminalização do meio social motiva os sujeitos, ávidos por segurança, a requererem do Estado ações e políticas que lhes restaure a preciosa sensação de segurança. Desde a mudança das leis, com um aumento da severidade punitiva, passando pelo aceite legitimador de certas práticas policiais (quase) arbitrárias⁵ que ferem certos direitos constitucionais inclusive, até medidas sócio-educativas, geralmente de cunho artístico-educacional, que sirvam para construir algo como uma *cultura de paz*⁶, cultura esta que deve exercer um poder preventivo, a população, sob o que podemos chamar de *fobopolia*⁷, isto é, uma cultura política do medo, clama pela a repressiva ação estatal. *Da punição à prevenção*, os discursos se multiplicam, desejosos por segurança, pondo em risco algumas das idéias, dos direitos, dos valores pétreos que justamente fundamentavam a sensação de segurança dada pela noção de Estado protetor. Pela (sensação de) segurança, a já tão precária liberdade fica cada vez mais comprometida em sua extensão e valor, à medida que a própria população instiga, com a devida influência dos meios de comunicação de massa (as grandes mídias), o Estado a elevar seu grau de controle e punibilidade.

A grande mídia – sobretudo a televisiva –, ciente das múltiplas potencialidades da abordagem do tema da criminalidade-violência urbana crescente, investe parte considerável de seus espaços e forças no trato, muitas vezes com um teor dramatizador e espetaculizador⁸, de alguns fatos, sobre os quais erigem discursos acerca das causas

⁵ Cf. WACQUANT, Loïc (2001). Segundo ele, no Brasil, *o uso rotineiro e em larga escala da violência letal pela polícia militar, o recurso habitual à tortura pela polícia civil, as execuções sumárias e os 'desaparecimentos' inexplicados* são alguns dos exemplos.

⁶ Este termo faz parte de uma série de ações empreendidas pela UNESCO desde 1999, quando foi lançada a *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*. Este conceito de Cultura de Paz refere-se a um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida pautados em uma tecnologia de convivência cuja base é a tolerância, a solidariedade, o compartilhamento e o respeito aos direitos humanos. A educação, o esporte e a arte são os três pilares do projeto pedagógico de uma cultura de paz.

⁷ SOUZA, Marcelo Lopes de (2008) usa o termo *fobópole* para designar algo muito semelhante, de certa forma, o resultado da política do medo (*fobopolia*).

⁸ Cf. WACQUANT, Loïc (2005). O sociólogo francês critica o papel da cobertura jornalística ou midiática em geral por ela produzir efeitos que pouco contribuem, quando não atrapalham, qualquer problematização que leve à compreensão da complexa rede de causas do avanço da criminalização nas sociedades contemporâneas. Além disso, Wacquant ressalta dois resultados especialmente nefastos da midiaticização da criminalidade: a *glamourização dos criminosos*, já que, muitas vezes, são apresentados

e, também, das soluções dos problemas por ela gerados. Mas a mídia não se dedica apenas a ‘informar’ sobre os ‘fatos’, mas emite, ainda que veladamente, seus juízos de valor sobre o que relata, e arrisca a veicular as saídas para a crise disciplinar ou civilizatória que representam seja superada. Não raro, a mídia apresenta os problemas causados pela criminalidade-violência associados a um enfoque acerca da educação, a qual é apresentada como uma das estratégias destacadas como preventivas ou curativas dessa mazela que vem comprometendo algumas das bases que ainda fundamentam sociedades liberais e democráticas contemporâneas. Assim sendo, é bem comum assistir a inserção de reportagens sobre o valor da educação, nos seus mais variados matizes, logo em seguida àquelas que tinham o objetivo de informar à população sobre mais um dos fatos violentos ou criminosos estarrecedores ocorrido. Das estratégias pedagógicas para o governo da juventude mais constantemente veiculadas, as que usam os esportes como instrumento de formação humana que visa evitar que um novo contingente de jovens ingresse na criminalidade, de forjar uma disciplina e valores necessários à vida em sociedade, promover a melhora do desempenho escolar e, no limite, promoção de uma concepção de vida cidadania têm sido privilegiadas pelo enfoque midiático. Em suma, ao que parece, o esporte é veiculado como um importante instrumento pedagógico que pode contribuir a um projeto civilizatório, na medida em que serve como uma prática disciplinar subjetivadora que auxilia na formação humana.

Esta abordagem está inserida em uma lógica extremamente interessante de *investimento na vida*, que toma o corpo e os sujeitos como objetos a ser decomposto, disciplinados, governados, normalizados. Contudo, nem sempre os sujeitos considerados como *marginais, monstruosos, desregrados, incorrigíveis* etc. foram alvos de alguma medida, nos termos atuais, sócio-educativa, ressocializadora, corretiva, etc., isto é, de um investimento nas suas vidas, em vez da sua extinção.

A análise do processo que deu lugar e legitimidade a uma promoção da vida de todos, sem exceção, é tema da obra foucaultiana da década de 1970. Nela, o pensador francês trabalha uma série de questões referentes ao múltiplo investimento sobre a vida. Isso é expresso pelo conceito de *biopolítica* cunhado e desenvolvido por Foucault (2005b; 2008a; 2008b), que, em linhas gerais, significa a *politização da vida*, a manutenção e promoção da vida por parte de uma série de instituições e práticas a elas

como detentores de um poder que deveria estar nas mãos do Estado; e pronta identificação, embora não haja a devida análise, entre certos territórios, sujeitos e, no limite, raça com práticas criminosas, ao mesmo tempo que relaciona criminalidade com violência.

associadas. A vida passa a ser o maior alvo de promoção de uma concepção de governo político dos homens.

Tendo em vista a complexidade desse contexto, focalizar-se-á as práticas ou políticas públicas que, preventivas, objetivam evitar o ingresso na criminalidade dos “jovens à beira do crime”, segundo expressão contida em documento⁹ referente àquela política nacional de segurança pública citada. Considerando outrossim que exista uma miríade destas práticas e políticas, delimitarei ainda mais a investigação, restringindo-me a analisar uma que vem unindo esporte e educação, práticas pedagógicas e práticas desportivas, formando o que passarei a chamar doravante de *prática pedagógico-desportiva*¹⁰, em uma interface com o problema da violência-criminalidade. A abordagem dessa prática será feita a partir dos discursos midiáticos sobre os seus papéis sócio-educativos, estratégia analítica que será abordada detalhadamente no capítulo 1.

Antes, porém, de adentrar o circunscrito objeto de investigação dessa dissertação-ensaio, gostaria de recuar bastante no tempo, a fim de posicionar ainda mais claramente em que consiste o tema geral dela, apresentando algumas relações bem gerais que servem como que um *pano de fundo* sobre o qual o recorte já anunciado se insere, inclusive justificando sua pertinência e relevância para o campo no qual este estudo se desenvolve, o *campo das pesquisas educacionais*.

A antigüidade histórica da complexa e ainda vigente relação entre liberdade, formação humana e exercício do poder – sobretudo dos jovens para o exercício de dada noção de poder em certo contexto sócio-histórico-político – é um indício da sua importância, além de expressar sua relevância para os estudos do campo de pesquisas educacionais, mormente acerca da relação entre *práticas educativas, formação humano-política dos sujeitos e o disciplinamento da ação ou conduta em sociedade*¹¹. Um dos

⁹ Trata-se do *Informativo PRONASCI*, ano 2, número 73, de 26 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/pronasci/data/Pages/MJA49D1180ITEMIDE10E2DBC9F99741E4AD6C9D3C91BDF979PTBRIE.htm>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2008.

¹⁰ Este termo será utilizado para dar uma nuance diferente à perspectiva da inclusão social defendida largamente e expressa pelo termo *socioesportivo*. Um exemplo deste enfoque é encontrado no discurso da Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura do Rio de Janeiro [SMEL]. No seu site, no elenco de projetos, vê-se repetir essa idéia do esporte e do lazer como ferramentas de inclusão social, com uma atividade básica para a formação do homem e da cidadania. Em uma resolução do SMEL [n. 025/2001, de 10 de janeiro de 2001], está explicitado que a orientação das políticas públicas de esporte e lazer estão voltadas, em especial, para a formação do cidadão; a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna e livre; e a reabilitação física dos deficientes. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.

¹¹ Cf. FOUCAULT, Michel (2006a). Analisando o diálogo socrático intitulado *Alcibíades*, Foucault, na primeira aula de 13 de janeiro de 1982, identifica que o surgimento e desenvolvimento do imperativo do cuidado de si (*epiméleia heautoû*) ou da fórmula a ele diretamente relacionada, a saber, ocupar-se consigo mesmo (*heautoû epimeleîsthai*), dá-se em uma paisagem sócio-política característica, para a qual havia

referenciais que confirmam a antigüidade e importância dessa relação, mormente no que tange à atividade política de governar a cidade, governar os outros, encontra-se no curso ministrado por Michel Foucault, em 1982, sob o título de *A hermenêutica do sujeito*. Já na segunda hora da primeira aula, Foucault percebe, a partir da análise do *Alcibíades*, de Platão, a importância da educação para as pretensões políticas, ou seja, do exercício do governo dos outros.

Sócrates, segundo Foucault (2006a), identifica que Alcibíades, que fora afortunado pelo nascimento, a despeito de sua posição e primazia estatutárias, carecia de pelo menos duas características básicas¹² para o exercício efetivo do poder sobre os outros na cidade: *cuidado de si* e *educação*. O problema causado por aquilo que Foucault chama de *déficit pedagógico ou educacional*¹³ é um grave empecilho para as pretensões políticas de Alcibíades. É interessante destacar que, segundo Foucault (ibidem), Sócrates, ao citar as deficiências daquele jovem, sublinha a educacional quanto afirma “(...) [Alcibíades] queres entrar na vida política, queres tomar nas mãos os destinos da cidade, mas não tens a mesma riqueza que teus rivais e não tens, *principalmente*, a mesma educação” (p. 46, grifo meu).

Foucault tem em mira notadamente a relação entre *ação política* e *cuidado de si*, da qual pode-se destacar a relação entre esta ação e a necessidade de uma educação adequada, pois, como citado, uma das práticas propagandeadas como mais eficaz no tratamento da questão da criminalidade é justamente aquela que possui um apelo à educação. À semelhança de Foucault, que deixa clara sua relevância quando diz que “(...) [o *déficit* da] a noção de cuidado de si, esta necessidade de cuidar de si mesmo está vinculada à insuficiência de educação de Alcibíades” (p. 48), interessa-me abordar a educação como meio de formação de subjetividade. Noutro ponto, Foucault conclui: “a

um grupo de jovens destinado por seu nascimento a exercer sobre sua cidade, sobre os outros, certo poder. Para tanto, esses jovens ‘pré-selecionados’ pelo *bom* nascimento (eugenia política, nos termos de NEGRI, Antonio, 2007) deveriam passar por um processo de aprendizado ou capacitação, através do qual seriam instruídos a governar como convinha. Portanto, havia a necessidade de lidar com o *problema da pedagogia*, da formação da juventude aristocrata ateniense, que, comparada a outras cidades do seu tempo, parecia estar em desvantagem. Associada diretamente ao imperativo do cuidado de si, o que também está em questão é a *boa formação* para capacitar os *bem nascidos* ao governo da cidade, ou seja, a transformação do privilégio de *status* em governo dos outros, o que demonstra a antigüidade da relação entre formação humano-política e exercício do poder na sociedade.

¹² *Riqueza* também é citada no texto.

¹³ Ver FOUCAULT, Michel (idem). Sócrates questiona Alcibíades sobre a qualidade de sua educação quando comparada a dos espartanos e persas, dois dos inimigos de Atenas. Para Sócrates, a formação pedagógica pela qual estes passavam era de um nível muito superior ao dos atenienses. Foucault chega a afirmar que Esparta era vista “como referência de qualidade [de educação]” (p. 45). Ver também lista de características da superior educação de Esparta e Pérsia apresentada por Sócrates, citada por Foucault na página 45.

necessidade do cuidado de si inscreve-se, pois, não somente no interior do projeto política, como no interior do *déficit* pedagógico” (idem). Ou seja, de acordo com a análise foucaultiana, a cultura política greco-ateniense antiga é responsável por ter pensado, quiçá pela primeira vez, uma relação que se estende, conquanto com mudanças, até os nossos dias, segundo a qual a integração a um meio social está intrínseca e indissociavelmente ligada a alguma forma de processo educacional ou pedagógico.

Outro importante traço das práticas pedagógico-desportivas que também já aparece na antigüidade grega – conquanto com características que lhes são próprias, provavelmente distintas das atuais – é o que pode ser chamado de *questão etária*. Foucault (ibid.) identifica essa questão no diálogo socrático em tela. Sócrates, que, por ocasião dessa conversa, encontra-se com Alcibíades já adulto¹⁴, parece indicar que já era tarde demais para ele recobrar o tempo perdido. Foucault usa a expressão *idade crítica*, isto é, “(...) quando se sai das mãos dos pedagogos e se está para entrar no período da atividade política” (p. 49) para designar o tempo oportuno¹⁵ para aprender a ocupar-se consigo. Esta é a terceira¹⁶ característica ligada à noção de cuidado de si, que pode ser interpretada – ainda que Foucault faça a ressalva que pode ser uma interpretação *precoce* – como “(...) uma atividade, uma necessidade de jovens (...)” (FOUCAULT, idem). Segundo Foucault (ibid.), uma dos traços marcantes do diálogo supracitado era justamente a crítica à pedagogia ateniense, tida “(...) como incapaz de assegurar a passagem da adolescência à idade adulta, de *assegurar e codificar este ingresso na vida (...)*” (p. 107, grifo meu).

A fim de evitar qualquer tipo de anacronismo, quer teórico-conceitual, quer analítico-interpretativo, inicialmente, faz-se necessário observar que as relações entre aquilo que Foucault apresenta naquela obra – *A hermenêutica do sujeito* – sobre os imperativos ligados a um modo típico de subjetivação vigente na antigüidade greco-romana e as práticas que analisarei sejam devidamente matizadas. De fato, não é o interesse tomar a discussão nela desenvolvida como parâmetro analítico central, mas somente usá-la como forma de entrada na temática, a qual será substancialmente

¹⁴ Cf. FOUCAULT, Michel (ibidem), estima-se que Alcibíades tinha em torno de cinqüenta anos de idade.

¹⁵ Existe uma controvérsia quando a este sentido, haja vista que, na *Apologia de Sócrates*, cuidado de si aparece como uma função geral de toda a existência, e não algo restrito à juventude. Contudo, não entrarei, aqui, neste mérito, mas considerarei a perspectiva de *idade crítica* presente no *Alcibíades*.

¹⁶ Primeira, a necessidade de cuidar de si vinculada ao exercício do poder; segunda, a relação entre cuidado de si e educação e cuidado de si e amor (*Eros pelos rapazes*); há ainda uma quarta questão, a saber, *da ignorância*, da falta de *saber político*.

analisada a partir do pensamento de outra época. Por isso, em virtude do contexto histórico-político que circunscreve o objeto de investigação dessa dissertação-ensaio e os pontos específicos a serem analisados, recorrer-se-á fundamentalmente ao pensamento desenvolvido por Michel Foucault na década de 1970.

Em suma, no início desta dissertação-ensaio, tomando brevemente alguns pontos bem precisos deste importante e complexo texto de Foucault, com o intuito apenas de comprovar a afirmação inicial, na qual se lê que um tema antigo será tratado aqui, mas não velho ou caduco – ou seja, ultrapassado –, mas, ao contrário, ainda presente, assim como justificar, em virtude da explícita ligação com a educação, sua relevância para o campo das pesquisas educacionais¹⁷. Além disso, outra pretensão é a de começar a delinear, de modo ainda que relativamente incipiente, o que será analisado a seguir com mais detalhes, e em uma perspectiva analítica que é pertencente a uma fase anterior do pensamento foucaultiano, qual seja, a *fase genealógica*. No tópico 1.1, do capítulo 1, serão descritas algumas particularidades de uma pesquisa fundada ‘metodologicamente’ na genealogia, bem como apontar sua pertinência a esse estudo.

Em conformidade com o que Foucault compreende que esteja sendo tratado naquela obra platônica, a prática pedagógico-desportiva que será analisada parece representar, desde o ponto de vista de uma *ontologia do tempo presente*¹⁸ – de um modo filosófico de pensar a atualidade, uma atitude-limite –, uma nova modalidade, uma nova versão estratégica da relação entre *sujeito e governo*, entre a atividade reflexiva sobre o si mesmo (o sujeito) – uma atividade que não é meramente teórica, mas também prática¹⁹, que retorna do indivíduo para ele mesmo, construindo o sujeito que ele é – e o

¹⁷ Esta visão encontra respaldo no já quase clássico artigo de CHARLOT, Bernard (2006), no qual o autor descreve a educação como um triplo processo de *humanização, socialização e entrada numa cultura*, além de promover a *singularização-subjetivação*. CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Rev. Bras. Educ.*, Abr. 2006, vol.11, n.31, p.7-18. ISSN 1413-2478

¹⁸ Cf. GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo (2004), uma postura de “(...) identificar o elemento cuja significação permite fazer de seu próprio presente um objeto de reflexão filosófica, perguntando-se por aquilo que constitui essencialmente esse presente, a respeito do qual a filosofia se questiona, ao mesmo tempo em que nele se insere” (p. 189). O estudo da antiguidade, portanto, é uma forma de estudo do presente, na medida em que compreendemos as *condições de possibilidade* de sermos o que somos no presente, uma genealogia de nós mesmos como uma postura crítica que está nas fronteiras e analisa, desde esse ponto, os limites e reflete sobre eles, uma atitude ou *ethos* filosófico de crítica permanente de nosso ser histórico (FOUCAULT, 2006c).

¹⁹ Essa observação é extremamente relevante, pois confundir o processo de formação humano-política presente na Grécia e Roma antigas com práticas apenas reflexivas, de cunho teórico, além de ser infiel àquela realidade, enfraquece a perspectiva da ‘formação total’, a qual inclui práticas de si corporais. Foucault ressalta isso em várias partes do texto, mas queria destacar a passagem do início da primeira hora da aula de 20 de janeiro de 1982, na qual ele efetua uma esclarecedora relação etimológica entre verbos, o que deixa bem claro o importante lugar das práticas corporais de si como meio de subjetivação. FOUCAULT, Michel (ibid.), pp. 104-105.

conhecimento da *arte de bem governar*, tanto a si mesmo quanto os outros, uma técnica de governo integradora, tornando o cuidado de si coextensivo à vida, uma arte de viver, uma arte da existência (*tékhne toû bíou*). Por hipótese, a prática pedagógico-desportiva seria uma modalidade contemporânea da relação entre educação e formação humano-política, entre técnicas de subjetivação disciplinares e técnicas de governo biopolíticas.

Postulando que o uso pedagógico do esporte envolve relações de poder[es] e também de saber[es], constituindo-se como uma prática subjetivadora, uma da intenções é buscar algumas pistas analítico-interpretativas quer permitam compreender aquilo que ele representa na atualidade. Dito de modo mais preciso, o objeto de estudo são os discursos midiáticos sobre as práticas pedagógico-desportivas e o objetivo geral é identificar os valores e padrões de conduta por elas disseminados, analisando alguns dos fins a eles relacionados. A partir da noção de *relações de poder-saber*, visa-se apreender alguns traços da singularidade própria daquela modalidade de prática pedagógica.

Um dos princípios norteadores da análise ainda a ser realizada nessa dissertação-ensaio é a não pressuposição de que haja qualquer ‘nós’ de base. Ainda que possa haver algum consenso em torno das questões e das ‘respostas’ dadas a elas que serão apresentadas e analisadas posteriormente, não é o caso partir ou contar com a existência e a força de um arcabouço de pensamento que só precise ser revalidado ou reproduzido. Em outras palavras, não parece interessante nem apropriado ao conceito de pensamento, tal como ele é concebido aqui, a idéia de buscar desenvolver alguma análise que se situe no campo dos consensos, a fim de asseverar algum princípio ou conjunto de princípios reconhecidos e certos valores aceitos por todos. Evidentemente, não há, em contrapartida, a ingênua pressuposição de um ineditismo e desacordo radicais, o que inviabilizaria completamente o uso da idéia de um referencial teórico. Entretanto, embora recorra a ele, aos trabalhos já realizados, o que existe é a possibilidade da construção de um ‘nós’, construção efêmera e passageira, que seria potencialmente capaz de formular uma nova comunidade de ação, como novos comportamentos, o que será posto em questão futuramente. De modo menos enigmático, os trabalhos já realizados, as conclusões a que chegaram, serão tomados como pistas analítico-interpretativas e como provocações ao pensamento que será realizado nessa dissertação-ensaio, de maneira que, nos pontos que haja convergência, será criado um ‘nós’ temporário, sem escrúpulos de ser rejeitado futuramente.

Adiante, apresentar-se-ão os objetivos específicos da dissertação-ensaio, buscando os laços que ligarão as relações até aqui esboçadas. É a partir da análise dos

discursos midiáticos, de parte das formações discursivas veiculadas com alcance de um sem-número de sujeitos que são diariamente ‘bombardeados’ por teses e idéias acerca do poder socializador de determinada prática, que se buscará entender o que singulariza essas práticas e que elas têm engendrado quando falamos da relação entre educação, esporte e poder disciplinar e de seus objetivos biopolíticos. Para tanto, foram elaborados cinco objetivos específicos:

1. Transcrever, categorizar e analisar os discursos midiáticos sobre o(s) papel(éis) social(is) da prática pedagógico-desportiva, a fim de captar alguns dos sentidos que os meios de comunicação de massa (televisão e internet) atribuem a ela;
2. Identificar e analisar as tecnologias de poder às quais os discursos sobre aquela prática estão vinculados, exemplificando com dados discursivos que ratifiquem a articulação, a fim de compreender a genealogia das relações de poder emitidas nos discursos, sua formação histórica, a fonte da sua força ou fragilidade em dada sociedade e as condições de sua proeminência sobre outras relações;
3. Entender em que consiste o processo de subjetivação empreendido por essas tecnologias de poder e de governo;
4. Identificar com que campo(s) de ação(ões), bem como os comportamentos a ele(s) associados, o uso, por assim dizer, *pedagógico* da prática do esporte se relaciona e quer investir politicamente, agindo como parte de uma tecnologia de subjetivação na contemporaneidade;
5. Por fim, esboçar uma análise crítica da noção de violência, buscando refletir sobre sua relação com o problema da criminalidade, de tal modo que se possa pensá-la em outra dimensão – positiva –, enquanto possibilidade de exercício do poder para além dos limites de um ordenamento político-jurídico.

Agora, far-se-á uma breve exposição da arquitetura da dissertação-ensaio. No capítulo 1, serão trabalhados e analisados: [1.1] a perspectiva genealógica, a qual guiará este estudo; [1.2] a noção de análise crítico-genealógico do discurso; e [1.3] a análise dos discursos midiáticos propriamente dita. Os discursos foram captados nos anos de 2006 e de 2007, respectivamente, ano anterior e no qual o Rio de Janeiro sediou os XV Jogos Pan-Americanos – Rio 2007. Em virtude de todo apelo que um evento desse porte traz, bem como o fato de ser um ano pré-olímpico, um sem-número de reportagens foi veiculada nos mais diversos meios de comunicação de massa. Devido à multiplicidade de riqueza de fontes midiáticas, é possível que sejam aduzidas outras fontes no decorrer

do estudo. Dentre as diversas fontes disponíveis, a princípio, foram recolhidos alguns discursos veiculados televisivamente, em razão do seu enorme alcance populacional. Vinte foram as reportagens gravadas. Alguns dados fundamentais foram elencados para identificar o contexto midiático e meta-midiático nos quais as reportagens²⁰ colhidas foram produzidas e publicizadas: (1) data de sua exibição; (2) programa no qual foi exibida; (3) horário e dias de exibição do programa na grade horária da emissora²¹; (4) tema geral; (5) duração; (6) idéias-força; e (7) observações.

Essa descrição geral pretende situar cada programa e demonstrar a estratégia de alcançar a maior variedade de públicos possível. Quanto às *idéias-força*, o objetivo é captar e exemplificar os *sentidos de realidade*, os *valores*, *conceitos* e *categorias* mais significativos. O objetivo central desta parte é identificar o que a mídia televisiva divulga sobre o esporte como uma prática pedagogizada, isto é, o(s) sentido(s) de papel social que são conferidos a ele.

No capítulo 2, primeiramente, [2.1] analisar-se-ão os discursos midiáticos, a fim de identificar e analisar os conceitos, categorias, sentidos de realidade que são veiculados acerca da prática pedagógico-desportiva. No tópico 2.2 e sub-tópicos [2.2.1 e 2.2.2], tenciona-se estabelecer e analisar os conceitos-chave do pensamento político de Foucault, desenvolvido na década de 1970, através de sua análise sobre o liberalismo em termos de *poder disciplinar*, *governamentalidade* e *biopolítica*. Além destes três, comporá o eixo conceitual analítico o conceito de *norma-normalização*. É a partir do eixo formado por esses quatro conceitos que será analisado o modo característico que, desde a modernidade, compõe as tecnologias de governo dos sujeitos. Será investigada a relação entre o que foi captado nos discursos, o poder disciplinar, a governamentalidade e a biopolítica, buscando nelas a genealogia dos discursos midiáticos. Além disso, no último tópico desse capítulo, [2.3] buscar-se-ão pistas que permitam compreender o esporte, entendido como um fenômeno social de crescente relevância, e o liberalismo político, a fim de esboçar uma genealogia da violência como um campo de ações problemáticas. De antemão, a hipótese é que esporte e liberalismo possuem traços análogos quanto aos seus valores e ao sistema de regras defendidos.

²⁰ O instrumento de coleta utilizado foi um aparelho de MP3.

²¹ Informações retiradas do Caderno D do Jornal O DIA, caderno responsável por divulgar informações sobre cultura, diversão e estilos de vida. Existem pequenas variações diárias quanto ao horário de começo ou término dos programas, mas isso não altera, a meu ver, substancialmente suas características, sendo, portanto, irrelevantes.

No quarto e último capítulo, um *capítulo crítico*, por assim dizer, serão desenvolvidas, a partir do marco dos pensamentos genealógico e ético de Foucault, uma série abordagens críticas. Elas estarão voltadas para a noção de *sujeito-cidadão*, compreendida como uma subjetividade pautada pelo respeito às leis, e para o binômio *violência-criminalidade*. O objetivo é, a partir delas, ensaiar um pequeno arsenal crítico, de modo que possa trabalhar a violência como uma manifestação do poder, do exercício da crítica e da liberdade de resistir, ou seja, a liberdade de um sujeito não querer ser governado por certo sistema ou correlação de poderes, suas leis ou normas, o que pode ensejar uma forma de *pedagogia da resistência*.

Uma das hipóteses centrais do estudo é que, diante do quadro atual de relativa crise disciplinar, a ludicidade característica da prática pedagógico-desportiva está sendo um ‘trunfo’, um mecanismo de acesso às subjetividades dos sujeitos inseridos no contexto dos projetos sociais, o que faz dela extremamente sutil e eficaz desde o ponto de vista da economia política. A idéia-base desta hipótese é a de que o poder é tão mais eficaz quanto mais ‘invisível’ for, de tal forma que quanto mais sutil forem ensinados certos valores ético-políticos, mais bem-sucedida e econômica será a estratégia de governo. Como os sujeitos que são o foco dessas práticas pedagógico-desportivas – os jovens em situação de risco social – estão diante de um espaço onde ingressam espontaneamente, o que retira outro entrave, qual seja, o sentimento de obrigatoriedade, a união esporte-ludicidade-espontaneidade, então, seria um trio perfeito para a tecnologia de governo contemporânea, o que as torna dignas de nota e estudo.

Por fim, tem-se por hipótese que o uso do esporte serviria justamente para desonerar os mecanismos repressivos e policiais. Em outras palavras, é uma nova técnica da economia política, uma nova modalidade biopolítica de governo dos homens, uma eficiente tecnologia social de pacificação. Vista por outro ângulo, esta hipótese também pode ser caracterizada como uma *hipótese analógica*, pois uma suposta relação existente entre esporte e liberalismo – o sistema de governo vigente, na forma do Estado democrático-constitucional e de direito – há algumas analogias possíveis, o que, portanto, faria com que os valores liberais fossem disseminados entre os sujeitos de forma eficaz. Se essa hipótese for confirmada, ter-se-ia constituída uma importante técnica para a governamentalidade contemporânea.

CAPÍTULO 1 – COMENTÁRIOS SOBRE O OLHAR CRÍTICO- GENEALÓGICO

1. 1 – Genealogia: elementos de um novo olhar²²

Apesar da obra foucaultiana pela qual, na introdução, fora proposta a entrada na temática geral dessa dissertação-ensaio ser tradicionalmente computada à última fase do pensamento foucaultiano, tida como *fase ética*, não há qualquer contradição, sequer incompatibilidade, em partir dela como fomentadora de algumas questões, para posteriormente centrar o estudo na *fase da analítica do poder*, a saber, mormente a segunda década de 70 do século passado. Aliás, os temas das *relações de poder-saber*, do *processo de subjetivação*, da *ética enquanto uma estetização do si*, além de alguns outros, destacadamente o dos *discursos de verdade*, aparecem amiúde na obra de Foucault, apesar de receberem cada qual trato diferenciado, ora em destaque, ora em segundo plano. Segundo Foucault, “um jogo de verdade, relações de poder e formas de relação consigo mesmo e com os outros” são constitutivos daquilo que Foucault denomina de *campo da experiência*, de qualquer experiência possível (RABINOW, 1999a, p. 23). Suas pesquisas tocam, de um algum modo, a relação entre a *noção de sujeito e as questões relativas à política*²³. Esses dois eixos, sujeito e política, estão intimamente ligados e podem ser considerados como constituídos pela relação entre outros dois outros temas fundamentais na obra foucaultiana: o *poder* e o *saber*. Segundo ele, estas duas palavras podem resumir as questões que surgiram desde seus estudos da década de 1950 (FOUCAULT, 2007e). Assim, parece correto afirmar que as noções de sujeito, poder e saber englobam as especificidades às quais Foucault se dedicou a investigar em termos de uma *genealogia do sujeito moderno*.

Analisando o recorte analítico da década de 70, a partir de agora e por um breve momento, tratar-se-á especificamente da perspectiva, por assim dizer, metodológica a

²² A reflexão acerca da pertinência desse referencial, bem como sobre algumas questões diretamente a ele associadas, foi desenvolvida ao longo do mestrado, tendo sido publicizada pelo menos em dois momentos: (1) trabalho de conclusão da disciplina *Questões Epistemológicas* (segundo semestre de 2007), em conjunto com Marcelo Bafica e Edmur Paranhos; e (2) trabalho completo apresentado no **Seminário de Pesquisa dos Pós-graduandos em História da UFRJ: Diálogos & Aproximações**, sob o título “*Para pensar a relação entre história e poder genealogicamente*”, publicado nos Anais CD-ROM do evento, em 2008. Nele, meu foco esteve sobre os conceitos de *acontecimento* e *experiência*, a partir do sentido histórico-genealógico que Foucault lhes confere.

²³ Cf. FOUCAULT, Michel (2006b). Foucault, ao ser questionado sobre os porquês de seu interesse pela política, responde incisivamente: “[...] Por que me interesse tanto pela política? Que cegueira, que surdez, que densidade de ideologia teriam o poder de me impedir de me interessar pelo assunto, sem dúvida, o mais crucial de nossa existência, quer dizer, a sociedade na qual vivemos, as relações econômicas nas quais ela funciona, e o sistema que define as formas regulares, as permissões e as interdições que regem regularmente nossa conduta? A essência de nossa vida é feita, afinal, do funcionamento político da sociedade na qual nos encontramos” (p. 111).

ser usada na investigação dessa dissertação-ensaio: a *perspectiva genealógica*. Foucault (2005a) apresenta os três eixos de pesquisa a ser desenvolvida na década de 1970: (1) o saber entendido como uma prática social; (2) o discurso enquanto um jogo estratégico em um campo de lutas; e (3) reelaboração da teoria do sujeito, compreendendo-o não como uma coisa dada, mas como fruto de um processo incessantemente mutável no interior da história

Está largamente difundido entre os estudiosos do pensamento foucaultiano que os trabalhos daquela década exprimem uma mudança de foco do pensador francês. Da arqueologia do saber, Foucault desloca sua atenção para a *analítica genealógica do poder*. Buscando escapar da idéia de uma *teoria do poder*, Foucault quer, através de uma *analítica*, definir o domínio específico do poder formado pelas relações de poder e determinar os instrumentos que possibilitam sua análise (FOUCAULT, 2003). Com a perspectiva genealógica, ele lança um novo olhar sobre o poder²⁴, de tal modo que encontre uma alternativa às análises monológicas e centralizadoras tradicionais, cuja concepção de poder dominante é a jurídico-discursiva, a qual, por sua vez, é expressa por uma teoria da lei como instrumento repressor. Esse novo olhar que Foucault lança sobre o complexo tema do poder será constantemente abordado nessa dissertação-ensaio. À frente, no capítulo 2, essa questão acerca da contraposição foucaultiana à concepção legal ou jurídica de poder repressor será retomada em detalhes, tanto com a distinção conceitual entre lei e norma, quanto na análise do conceito de biopolítica, bem como através da abordagem acerca da noção de Estado democrático, civil e de direito.

A perspectiva genealógica é desenvolvida por Foucault em muitos momentos, tomando diversos objetos, mas sempre sob o tema geral de como as relações de poder e saber se constituem taticamente como mecanismos do governo, de normalização e de subjetivação. É possível identificar nos cursos no *Collège de France* intitulados *Poder psiquiátrico* [1974]; *Os anormais* [1975]; numa espécie de tríade formada em torno, grosso modo, dos conceitos de *governamentalidade e biopolítica*, pelos cursos *Em*

²⁴ Essa afirmação é controversa, haja vista o próprio Foucault fazer uma ressaltava, ao afirmar que “não é o poder, mas sim o sujeito, o tema geral da minha investigação”, e que, durante os últimos vinte anos, “não estava analisando o fenômeno do poder, nem elaborando os fundamentos deste tipo de análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos através dos quais, na nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (FOUCAULT, 2001, p. 241-242). Contudo, como o ser humano se torna sujeito sem a atuação do poder e do saber sobre ele? Desta forma, como não há produção de subjetividade sem relações de poder-saber, conclui-se que o tema do poder, ao lado da questão da produção do sujeito, são temas centrais da obra foucaultiana, sobretudo da década de 1970. Além do argumento baseado nessa relação quase lógica, há também a afirmação foucaultiana de que ele vinha, desde 1970-71, estudando o “como do poder” (2005b).

defesa da sociedade [1976], *Segurança, território e população* [1978] e *Nascimento da biopolítica* [1979]; além do já citado *Vigiar e punir* [1975] e do primeiro volume da *História da sexualidade, Vontade de saber* [1976], que o que está em claro destaque, a despeito das nuances quanto ao objeto, é o tema de como o poder é exercido pelos e sobre os sujeitos, associado à construção de saberes e práticas nestes fundadas e legitimadas para o governo de si e dos outros. Para analisar o como, o por quem, os objetivos, métodos e limites de governar e ser governado, Foucault elege a perspectiva genealógica como forma analítica.

A palavra *genealogia* aparece, originalmente, na obra *Vigiar e punir* (MACHADO, 2006), na qual o autor, ao definir seu objetivo de estudo, afirma que fará:

“uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma *genealogia* do atual complexo *científico-judiciário* onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade.” (FOUCAULT, 2004, p. 23. Grifo meu).

Inobstante, segundo ressaltam Dreyfus e Rabinow (op. cit.), é num ensaio de 1971, intitulado *Nietzsche, a genealogia e a história*²⁵, que Foucault apresenta suas primeiras reflexões sobre um novo ‘método’ analítico que seria usado por quase uma década. Nele, Foucault define genealogia como uma postura que é a de perceber a singularidade dos acontecimentos para além de toda finalidade monótona²⁶. Sob a influência do Nietzsche genealogista, para o qual se deve recusar a *pesquisa da origem*, haja vista que esta pressupõe uma essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, uma identidade em si mesma, além de uma forma estática e anterior a tudo que é accidental e externo, estando pronto para ser desvelado pela razão, Foucault começa a pensar como a história genealógica pode lhe servir. Para Foucault, “o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica.” (FOUCAULT, 2007b, p. 17). Para ele, como ressaltam Dreyfus e Rabinow (idem), não há essências fixas, nem leis subjacentes, mas seu foco está nas *descontinuidades*²⁷, em vez do

²⁵ O texto encontra-se publicado em *Microfísica do poder* (2007), p. 15-37.

²⁶ Como veremos, não existe uma definição única nem completa de genealogia, mas sim traços que a compõem, mas que se unem em torno do tema do poder.

²⁷ Isto rendeu a Foucault um dos mais famosos e disseminados rótulos que lhe fora conferido, a saber, o de ser um *descontinuista inveterado*. Assim como Dreyfus e Rabinow (2001) apontam, bem como também destaquei em um trabalho já citado (VILAÇA, 2008i), Foucault mostrou sua discordância com essa definição apressada, inclusive demonstrando-se relativamente irritado, quando, em ocasião do lançamento de uma edição do *Petit Larousse*, fora definido como simplesmente um filósofo da descontinuidade. Conforme se encontra em FOUCAULT, Michel (2007e), a questão de pensador francês não é “[...] viva a descontinuidade, estamos nele e nela ficamos [...]”, mas sim “[...] como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de

desenvolvimento contínuo que outras perspectivas insistem em decifrar a partir, sobretudo, da noção de sujeito constituinte. Em resposta à pergunta de por que há a necessidade de questionar as condições de possibilidade, as modalidades e a constituição dos ‘objetos’ e de seus domínios a partir de uma perspectiva genealógica, Foucault afirma que “queria ver como estes problemas de constituição podiam ser resolvidos do interior de uma trama histórica, em vez de remetê-los a um sujeito constituinte.” (FOUCAULT, 2007e, p. 7). A fonte da análise genealógica, então, não é o sujeito, mas sim a trama histórica como campo de lutas.

Com essa postura, o genealogista aprende que os acontecimentos não têm essência, uma lógica interna ou ‘oculta’, mas que é decifrável racionalmente; ao invés, ele nasce absolutamente do acaso, do não razoável, o que contraria a obsessão de descobridor da essência do cientista. Outro aprendizado importante que a genealogia oferece diz respeito à história, mormente o que o olhar genealógico pode ensinar sobre a verdade. De modo bastante contundente, Foucault, sob o ácido espectro nietzschiano, afirma que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.” (idem, p. 18). Como, para os muitos crentes na verdade, ela é algo profundo, uma essência mais ou menos oculta, precisando apenas ser revelada por uma atividade propriamente racional, cuidadosa e corajosa, se não há esta essência, logo, a verdade está sob forte ameaça. Conforme Dreyfus e Rabinow (ibidem), “a genealogia evita a busca do profundo [...], busca pequenos detalhes na superfície dos acontecimentos, mudanças mínimas e contornos sutis.”²⁸ (p. 135).

Segundo Machado (idem), o que se nota, geralmente, no emprego do termo *genealogia* é a idéia de que este tipo de pesquisa tem como centralidade a questão do poder e sua importância para a constituição dos saberes. O autor segue definindo a genealogia “como uma análise das condições políticas de possibilidade dos discursos” (ibidem, p. 167). E, como já foi citado, isso não tem como apóio o sujeito. Segundo Foucault (2007e), genealogia é

evolução, estas transformações que não correspondem a imagem tranqüila e continuista que normalmente se faz?”, p. 3-4.

²⁸Tradução, de minha responsabilidade, da passagem “La genealogía evita la búsqueda de lo profundo. En cambio, busca en la superficie de los acontecimientos pequeños detalles, mínimos cambios y sutiles contornos”. Todas as traduções de textos em língua estrangeira serão de minha responsabilidade. Sempre que houver uma tradução, sua versão original será transcrita em formato de nota de rodapé. Quando, porventura, for necessário utilizar uma passagem em língua estrangeira nas notas de rodapé, farei com a mesma já traduzida, informando a referência completa para eventual conferência do leitor.

“[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história.” (p. 7).

Entrando no tema do poder de modo mais incisivo, Foucault teve de enfrentar alguns obstáculos que as teorias clássicas como que lhe impuseram. Dois deles foram legados pela teoria marxista: o de *ideologia* e o de *repressão*. Ao ser questionado acerca do que a *fenomenologia marxista* [um certo marxismo] representa para o pensar o poder, Foucault citou essas duas noções como empecilhos. À noção de ideologia, Foucault se contrapõe, porque ela parece sempre se remeter a uma oposição à verdade, a uma fonte subjetiva, a um sujeito, e por sempre considerar que há, na base, uma infraestrutura, econômica ou material, da qual é um resultado secundário. Já em relação à noção de repressão, que Foucault considera como bem mais difícil de transpor ou superar, a discórdia está em ela não representar nem exatamente, tampouco completamente, os efeitos do poder.

A despeito de admitir que seria um erro achar que a punição não tem nada a ver com o campo político, com as relações de poder (RABINOW, idem), definir os efeitos do poder como meramente repressores é expressar uma visão jurídica de poder, é identificá-lo com a lei que diz sempre ‘não!’ (FOUCAULT, idem). Aliás, Foucault vai mais longe ao afirmar que a idéia de que o poder tem por exclusiva função proibir, impedir, isolar diz respeito à concepção de poder da sociedade de casta (FOUCAULT, 2002). Para Foucault, essa é “[...] uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou.” (ibidem, p. 8). Na visão dele, se assim fosse, se o poder fosse negativo, ele não teria ou exerceria qualquer poder de convencimento ou não seria aceito pela maioria dos sujeitos. O poder, ao contrário, é uma rede produtiva que atravessa o corpo social, o corpo dos sujeitos, produzindo coisas, discursos, gerando efeitos de prazer, saber.

É naquela obra de 1975 que começa a aparecer uma das mais contundentes, provocativas e polêmicas posturas reflexivas de Foucault, cuja base está na sua visão de genealogista. Como ele mesmo afirma, nela, é apresentada a importância da passagem do século XVII para o XVIII, no que tange ao *desbloqueio das tecnologias produtivas do poder*, o que dá início a uma nova e mais eficiente era da economia disciplinar (FOUCAULT, ibidem). A inovação, portanto, é operada pelo pensador francês ao tomar o poder não como algo apenas e tão somente repressor ou violento, ligado unicamente à

sanção, mas sim ressaltar o efeito ‘positivo’ do poder, isto é, seu *efeito produtivo*²⁹ que é muito mais complexo do que a tradição do pensamento político parecia considerar. O poder, entendido enquanto *relações de poder*, é compreendido como algo muito mais complexo, sendo irreduzível a uma função negativa, repressiva. Se o fosse, todo ato de resistência, insubordinação, insurreição e afins contra o poder teria de ser necessariamente positivo ou bom, se tomar-se a lógica dos pares de oposição binária, negativo *versus* positivo, bom *versus* ruim, certo *versus* errado, com toda a carga moral que carrega. Mas, se entendermos, como vem sendo argumentado, que o poder não é algo negativo, tampouco as resistências são algo absolutamente positivo, desde o ponto de vista das oposições binárias. As ações de resistência não podem ser reduzidas a simples reações à repressão, mas sim como todo ato de *positividade* – entendida como criatividade – que se oponha à dada ordem de coisas. A resistência é a abertura de espaço ao agenciamento de transformações no interior do campo de lutas em que as relações de poder se configuram. Ela, portanto, não é um ato de fuga do poder.

Enfim, o conceito de poder como única e exclusivamente repressão é insuficiente. Isso fica evidenciado já na primeira regra geral que o estudo desenvolvido em *Vigiar e punir* obedecerá³⁰. Na segunda regra, Foucault apresenta outra idiosincrasia de seu modo de pensar o poder: tomando os *métodos punitivos* como objeto, contraria a tradição, ao rejeitar a redução da punição como simples conseqüências de regras do direito ou estruturas sociais (*idem*). Ao contrário, eles devem ser entendidos e estudados como técnicas que têm sua especificidade no *campo mais geral dos outros processos do poder*, ou seja, adotando em relação à punição e aos castigos a *perspectiva da tática política* (*ibidem*).

Além da questão da irreduzibilidade do poder à repressão, as análises genealógicas do poder produzem um deslocamento em relação à ciência e à filosofia políticas tradicionais acerca do *papel do Estado*. Contra a visão moderna tradicional, a qual tem o Estado como figura centralizadora do poder, Foucault forja sua perspectiva de uma *microfísica do poder*³¹ (FOUCAULT, 2004). Essa característica da analítica do

²⁹ Cf. FOUCAULT, Michel (2003), “[as relações de poder] possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor”, p. 90.

³⁰ Nela, lê-se: “não centrar o estudo dos mecanismos punitivos unicamente em seus efeitos ‘repressivos’, só em seu aspecto de ‘sanção’, mas recolocá-los na *série completa dos efeitos positivos* que eles podem induzir, mesmo se à primeira vista são marginais. Conseqüentemente, tomar a punição como uma *função social complexa*” (FOUCAULT, 2004, p. 24. Grifos meus).

³¹ De acordo com MACHADO, Roberto (2007), na introdução, “[microfísica] significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais,

poder é um dos pontos que redimensionam os elementos aos quais as relações de poder se dedicam, por assim dizer. Não é o Estado, com seu aparato institucional, jurídico e repressor o centro do poder. Por outro lado, não é um sujeito abstratamente concebido como sujeito de direitos, mas sim *o corpo* o objeto próprio do poder a partir da modernidade. Como afirmam Dreyfus e Rabinow (op. cit.), “o genealogista é um diagnosticador que se concentra sobre as relações entre o poder, o saber e o corpo na sociedade moderna³².” (p. 134). Apenas para citar, já que isso será tema de uma discussão posterior [capítulo 2], *o corpo*, coisa ou questão tradicionalmente relegada a segundo plano, ganha outra dimensão na pesquisa genealógica do poder:

“O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência [que, por sua vez, diz respeito ao corpo], está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.” (FOUCAULT, 2007b, p.22).

O que interessa é analisar um tipo específico de poder, qual seja, um *poder periférico ou micro*, que, a despeito da fragilidade de metáfora espacial, serve para apresentar as teses desenvolvidas pela genealogia foucaultiana. Esta, na medida em que se distancia do modo hegemonicamente praticado de pesquisa sobre o poder, visa as formas mais regionais e concretas, moleculares e das relações circunstanciais, para compreender seus mecanismos de ação e seus efeitos localizados. Esta alternativa é extremamente interessante, haja vista que as relações de poder se efetivam em realidades distintas, através de mecanismos heterogêneos, com repercussões diversas, necessariamente inscritas no corpo, apontando, por sua vez, a inviabilidade de fazer uma análise do poder macro, sem cair em aproximações completamente arbitrárias. De acordo com Machado (ibidem), a perspectiva focada nas relações micro é importante porque indica claramente os poderes periféricos e moleculares que não foram confiscados ou absorvidos pelo aparelho estatal. Como as práticas pedagógico-desportivas têm como ‘objeto imediato’ de intervenção o corpo, com acesso ao sujeito, a genealogia vem se apresentando como um apropriado referencial.

a seus últimos lineamentos tem como correlato *a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos*”, p. XII; grifo meu.

³² “El genealogista es un diagnosticador que se concentra sobre las relaciones entre el poder, el saber y el cuerpo en la sociedad moderna”.

Ao invés do que seus críticos afirmam quando o acusam de desconsiderar a importância da figura do Estado, o que aparece a Foucault em suas pesquisas é que as condições de possibilidade política de saberes específicos, bem como as práticas a eles associadas, são expressão da existência de formas de exercício do poder irreduzíveis ao Estado, mas que se articula com ele eventual e estrategicamente (MACHADO, *ibid.*). Os poderes, nesta visão, são exercidos em níveis diversos e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem tanto integrados ao Estado quanto não. Por isso, para Machado, “não se trata de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade.” (*ibid.*, p. 170), mas sim se insurgir contra uma visão tradicional de que o Estado seria o órgão único do poder, ou ainda de que a rede de poderes das sociedades modernas seria meramente uma extensão dos efeitos do poder estatal. Aqui, então, a importância desse novo olhar, que capta as especificidades de uma questão colocada sob problematização, dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão relacionados à produção de certos saberes acerca de certas coisas, tais como o criminoso e o violento. Segundo Portocarrero (1994), o poder não pode ser tido como uma *coisa do Estado*, uma espécie de monopólio estatal. O aparelho estatal é apenas uma das manifestações da teia de relações de poder que existem em certa sociedade. Todavia, toda sociedade é permeada de outras tantas formas do exercício do poder, micropoderes locais, específicos, formas circunscritas. Contrariamente à idéia daqueles que vêem no chamado poder estatal um monstro político a ser vencido, com o objetivo de destruí-lo para que se estabeleça, enfim e de fato, o reino da liberdade, a autora afirma que nem o controle nem sua destruição são capazes para fazer desaparecer ou transformar, naquilo que é fundamental, as relações em rede de poderes em uma sociedade (PORTOCARRERO, *idem*).

Foucault afirma que o que está em jogo é saber se uma análise do poder ou dos poderes pode ser deduzida da economia³³. Do ponto de vista *jurídico-liberal*, o poder é tido como um *direito* que seria possuído na forma de um *bem* [jurídico], o que permitiria que ele fosse transferido ou alienado, parcial ou totalmente, nos termos de um

³³ Numa formulação polêmica, Foucault trabalha em termos de uma relação entre a concepção jurídico-liberal do poder político e uma certa concepção corrente do que seja o marxismo. É o ponto em comum entre elas que, segundo ele, exprimiria certo ‘economismo’ na teoria do poder (FOUCAULT, 2005b). Nessa dissertação-ensaio, considerando a dificuldade que seria analisar essa aproximação entre liberalismo e marxismo, apenas a primeira concepção será trabalhada, tendo em vista o recorte analítico desse estudo.

ato jurídico ou um ato fundador do direito, na forma de um contrato ou lei. Esse *procedimento de troca comercial do poder* visaria constituir uma ordem político-jurídico-social fundada na idéia de soberania. Essa formulação é extremamente pertinente à discussão dessa dissertação-ensaio, uma vez que ela visa compreender o nascimento do discurso sobre o sujeito enquanto cidadão, um sujeito de direitos.

À semelhança de Foucault, compreende-se, aqui, que esta não é uma perspectiva de poder adequada à sua materialidade, mas expressa um idealismo político próprio da modernidade, mas presente até hoje e com muita autoridade. Para Foucault (2005b), o poder não é uma coisa possuída que pode ser trocada, adquirida ou expropriada, mas sim *relações de força*. Se existe uma relação entre a economia e o poder não é porque aquele é mantido simplesmente por este, o que indicaria uma relação de dependência entre uma e outra instância. Em vez, e o que ficará claro quando da análise do *poder disciplinar*, a relação econômica do poder é expressa pela economia do poder disciplinar que visa levar as forças humanas ao seu extremo da sua produtividade.

O problema do poder e do governo passam, mas vai muito além do chamado poder estatal. O Estado é apenas uma instância da complexa rede formada pelas relações de poder que configuram dada modalidade de governo numa sociedade. Assim, tanto desconsiderá-lo quando superfaturá-lo são alternativas analíticas que pecam, por um lado, pela falta, à medida que prescindem de uma importante instituição que compõem, desde a modernidade, o quadro tangível das questões ligadas ao poder e ao governo; outra pelo excesso, porque dá total primazia àquele que é um, dentre tantos outros, atores ou elementos desse quadro, supervalorizando a questão do Estado. Aliás, no tocante ao tempo presente, aquele papel destacado que a instituição estatal exercia parece cada vez mais estar sendo preenchido por outras organizações, tais como a mídia de massa. Dito de modo provocativo, não raro a mídia exerce certos ‘poderes’ que deveriam ser monopólio do Estado, como, por exemplo, acusar, julgar, condenar ou, muito mais inabitual, absolver pessoas, bem como instituir e revogar leis, entre outras funções. Nas sociedades sobremodo midiaticizadas, há muito mais interferências da mídia sobre o Estado do que o contrário. Comumente, vê-se, a título de ‘resposta à sociedade’, a mobilização do aparato estatal para solucionar alguma denúncia que a mídia apresentou.

A questão da genealogia não é precisamente definir o conceito de poder, isto é, não interessa ao genealogista definir ou delimitar o que é *poder* universalmente, mas sim como ele é multiplamente exercido, ou seja, compreender sua multiplicidade de

possibilidades, sua configuração em rede e analisar a singularidade de dada efetivação local. Apesar de o poder ter de ser analisado nas relações que estabelece, pelo viés genealógico, não há a pretensão de representar uma lei geral dessas relações, senão identificá-las e compreendê-las em certa singularidade concreta. Na sua concretude e singularidade, poder, então, deve ser entendido como correlações de força desequilibradas, heterogêneas, instáveis, tensas (FOUCAULT, 2003).

No volume I da História da sexualidade, *A vontade de saber*, encontra-se algo relativamente incomum nas obras de Foucault. Em um sub-capítulo com um título igualmente inusitado, *método*, Foucault faz uma espécie lista de proposições acerca de sua concepção de poder. Não irei retomá-la detalhadamente³⁴, mas gostaria de destacar alguns pontos que mais me interessam, sem seguir a ordem original:

1. *Poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa* numa sociedade determinada;
2. *O poder é algo que se exerce* de inúmeras formas e em meio a relações desiguais e móveis;
3. *O poder está em toda parte*, pois provém de todos os lugares;
4. *O poder vem de baixo*, não corresponde à lógica de oposição binária dominadores e dominados;
5. *As relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas*. Não há poder que não seja exercido com uma série de miras e objetivos³⁵.
6. *Onde há poderes há resistências*. No entanto, ‘resistências’ não é algo exterior ao poder, mas sim o outro termo nas relações de poder.

A perspectiva genealógico-analítica do poder é fortemente pertinente ao tipo de objeto e estudo que será desenvolvido nessa dissertação-ensaio. Conquanto isso seja uma pressuposição, e, mesmo partindo do princípio de que possa receber a aquiescência do leitor, parece necessário caminhar um pouco mais ainda na descrição e justificação do referencial teórico adotado. Dois são os temas que ainda carecem de trato e estão

³⁴ A lista na íntegra pode ser acessada em FOUCAULT, Michel (2003), p. 89-93.

³⁵ Este item merece uma observação, haja vista sua capacidade de produzir confusões. Para tanto, tomarei as palavras de Foucault: “Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente; [...] a racionalidade do poder é a das táticas muitas vezes explícitas no nível limitado em que se inscrevem – cinismo local do poder – que, encadeando-se entre si [...], encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos de conjunto [...]” (FOUCAULT, idem, p. 90-91).

diretamente relacionados ao poder: o *saber* e o *discurso*. Na visão foucaultiana, os domínios do poder, do saber e da produção discursiva de verdade são inextrincáveis.

Segundo Foucault (2005b), o problema da relação entre esses domínios pode ser formulado das seguintes formas:

“quais são as regras de direito de que lançam mão as relações de poder para produzir discursos de verdade? Ou ainda, qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade que são, numa sociedade como a nossa, dotados de efeitos tão potentes?” (p. 28).

Ou seja, são os efeitos de verdade que o poder produz um dos pontos de referência da investigação do ‘como do poder’ empreendida por Foucault na década de 1970.

Na genealogia, então, um dos interesses é compreender a articulação entre poder e saber, os quais compõem a idéia de *relações de poder-saber* (ou saber-poder). Aduzindo os comentários sobre a genealogia de outra expressão brasileira na pesquisa sobre o pensamento foucaultiano, “a genealogia trata da questão do poder em sua relação com o saber; o poder gera saberes e o saber gera poderes.” (PORTOCARRERO, *ibidem*, p. 53). Vera Portocarrero, além dessa contribuição que confirma o que já fora dito, traz uma observação extremamente importante: a perspectiva histórico-genealógica não é um método sistemático (*idem*). Daí a dificuldade de usar a expressão *metodologia genealógica*, já que ela não se refere a um método no sentido freqüente do termo. A genealogia tem a preocupação de discutir hipóteses ou referir-se a preocupações metodológicas consideradas como prescrições de prudência, mas que não são imperativos metodológicos (PORTOCARRERO, *ibidem*).

Uma das marcas dessa dissertação-ensaio já anunciada, que retomarei agora oportunamente, é o que chamei de *problematização*. Esse é o conceito usado por Foucault no seu empreendimento de buscar uma alternativa às tradicionais histórias das idéias – compreendida como uma análise das representações – e história das mentalidades – uma análise de atitudes e esquemas comportamentais, qual seja, a *história do pensamento* (RABINOW, *ibidem*). Segundo Portocarrero (*ibidem*), “a história genealógica se insere na linha da história da verdade, analisando problematizações, não idéias ou comportamentos.” (p. 54). Pelo viés genealógico, o que interessa pesquisar é como certa problematização veio a ser, formou-se, permitiu que algo passasse a ser um problema, ou seja, *as condições de possibilidade* de algo se tornar uma questão a ser pensada, um objeto que é alvo de discursos de verdade. A genealogia analisa a invenção das problematizações, sua origem histórica, bem como as respostas ‘verdadeiras’

forjadas para encontrar uma saída aos problemas. Estas características confirmam que a genealogia, concebida como uma perspectiva analítico-interpretativa de cunho histórico, é amplamente adequada a esse estudo, uma vez que ele trata de uma investigação acerca de um dos modos de subjetivação hodiernos que visam à participação política dos jovens e também sobre como a violência passou a ser um problema e como a educação se apresenta como solução para ele. Em suma, os saberes que geram poderes, e vice-versa, sobre os sujeitos, a violência e a vida, constituindo dada subjetividade disciplinada. A discussão sobre a relação entre sujeito e poder, questão central do estudo dessa dissertação-ensaio, será retomada em ainda mais detalhes sobretudo nos capítulos 2 e 3, especialmente a partir da análise de um *post-scriptum* de Michel Foucault escrito em inglês, intitulado originalmente de *Why study Power: The question of the subject* [por que estudar o poder: a questão do sujeito].

Acerca do lugar dos saberes na genealogia, a discussão pode ser introduzida com uma passagem do texto de Portocarrero:

“Em suas análises, Foucault procede à elaboração de uma história da verdade que ele mesmo denomina ‘política da verdade’. Trata-se de mostrar o caráter eminentemente político da produção de verdade, ou melhor, de considerar as condições políticas como constitutivas do conhecimento [...]. A história genealógica aborda os discursos de verdade, atribuindo-lhes um *caráter estratégico*. Para Foucault, o conhecimento é uma relação estratégica em que o homem se situa para se constituir como sujeito cognitivo. Daí o *caráter perspectivo* do conhecimento, isto é, de sua constituição como estratégia de dominação e luta, segundo a qual só há conhecimento na medida em que se estabelece um confronto, um duelo entre o homem e o objeto.” (ibid., p. 55).

Isto é, não a possibilidade de neutralidade do conhecimento. Ele é sempre parcial, tem interesse e desejo de dominação ou resistência a ela, sempre a manifestação de uma *perspectiva*. É a noção de conhecimento perspectivo, e não de conhecimento verdadeiro, que guiará a análise interpretativa dessa dissertação-ensaio, a fim de buscar pistas, nunca verdades absolutas e inquestionáveis. O que está em jogo não é o desejo incontrolável pela busca da essência do que quer que seja, mas sim pistas que ajudem a compreender seu funcionamento superficial, isto é, efetivo.

Candiotto (2007) contribui para o debate sobre esse tema da verdade ao afirmar que, “para Foucault, verdade é indissociável da singularidade do acontecimento [...], é produzido [enquanto aquilo que é verdadeiro] como acontecimento num espaço e num tempo definidos.” (p. 204). Considerando que o acontecimento pode ser compreendido como aquilo que, em termos de *acontecimentalização*, permite que tomemos consciência das rupturas que singularizam a história, bem como aquilo que atravessa os

sujeitos, igualmente singularizando-os (VILAÇA, 2008g), verdade e subjetividade são semelhantemente descontínuos e transitórios. Enfim, nada disso, nem o sujeito tampouco a verdade é um *já-aí*, um dado universal e imutável.

Fazendo referência à exposição feita por Foucault no início da primeira aula do curso *Em defesa da sociedade* [7 de janeiro de 1976], por genealogia, entende-se, também, o tipo de análise que expõe a característica litigiosa própria da relação entre os saberes (FOUCAULT, 2005b). Quer dizer, fazer genealogia é tratar do saber histórico das lutas, das lutas entre os saberes tidos como eruditos, globalizantes, qualificados como meticulosos, exatos e técnicos, e o saberes desqualificados, tidos como hierarquicamente inferiores, pois são considerados ingênuos, de baixo nível científico, locais e singulares. Foucault (idem) diz que as pesquisas genealógicas redescobriram a memória das lutas e dos combates ao acoplar o ‘saber erudito’ e o ‘saber das pessoas’, sob a condição de “[...] que fosse revogada a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas.” (p. 13).

A atividade analítico-genealógica não opõe à unidade abstrata da teoria sistemática e globalizante a multiplicidade empírica pura e simples, não se tratando, com efeito, de qualquer desqualificação da especulação em prol de um positivismo empirista. Ao invés, trata-se de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados e não-legitimados contra a instância teórica unitária que pretende filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em face de um conhecimento tido como verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria propriedade de poucos, capaz de dar ou tirar voz e lugar daqueles saberes ‘menores’.

As genealogias são *anticiências* que não reivindicam a ignorância ou prescindem da coerência e ciosidade discursivo-argumentativa, mas buscam desassujeitar os saberes historicamente sujeitados às ciências socialmente prestigiosas. Para Foucault (idem), “é exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate.” (p. 14). Questionando as pretensões de verdade da ciência que, com seu método, avoca a função de arauto da verdade, erige potentes discursos (de verdade científica), bem como mostra empáfia diante dos saberes e práticas que julga não-científicos, a genealogia é um empreendimento para desassujeitar os saberes locais, ativando sua força de contraposição ao discurso científico, é “uma espécie de empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de luta e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico.” (FOUCAULT, ibidem).

Retomando aquele texto sobre Nietzsche, o cientista é visto como aquele que coleciona e registra cuidadosamente os fatos, aquele que demonstra ou refuta, através de uma atenção aparentemente desinteressada, pretendendo-se inserido numa pura ligação com a objetividade, que lhe é totalmente exterior (FOUCAULT, 2007b). O sujeito cognoscente, portanto, é capaz de conhecer na medida em que se afasta, toma a posição do observador dos fatos, para depois descrevê-los objetivamente. Nesta visão, o cientista nem assume qualquer posição prévia sequer atua sobre seu objeto de estudo, modificando-o. É fato que, em virtude da diferença temporal – do ano daquele curso, vão-se mais de três décadas –, tem-se de considerar que muitas críticas já foram feitas a esse modelo científico purista, o que trouxe importantes superações, em alguns níveis, dessa visão. Contudo, parece ainda vigor um lastro, resquícios de uma fantasia, próprios à institucionalização do discurso científico. Sem alongar demasiadamente o enfoque, dedicar-se-á apenas mais algumas linhas aquilo que Foucault, de modo bastante perspicaz e irônico, legou-nos em relação às questões pertinentes à ciência. Alguma parcela do relativo enfraquecimento das quimeras científicas é fruto do combate que as genealogias travaram contra os efeitos do poder de um discurso tido como científico ou, mais precisamente, por denunciar que há relações de poder na ciência.

Tendo em vista que a universidade se caracteriza, em grande parte, por produzir ciência, o que dizer ou responder à pergunta de se é possível fazer ciência, produzir saber científico, a partir de um enfoque genealógico? Foucault, imaginando a pergunta se a genealogia ‘é ou não ciência?’, excogita uma resposta. Tomando o marxismo como exemplo, afirma, desde o ponto de vista de um genealogista, que: “[...] o que criticamos em vocês [nos cientistas] é fazer do marxismo [...] uma ciência. E, se temos uma objeção a fazer ao marxismo, é que ele poderia efetivamente ser uma ciência.” (FOUCAULT, 2005b, p. 14). O que isso quer dizer? O marxismo, na medida em que formula uma teoria com pretensões de verdade ligadas a duas esferas, uma científica – materialismo histórico – e uma filosófica – materialismo dialético – parece querer se adaptar à concepção de ciência de sua época, de tal modo que possa, inclusive, apresentar previsões ou prognósticos acerca de certas coisas, com pretensões universalistas. E é justamente nessa semelhança a uma prática científica, a vontade de ser análoga na forma e na estrutura, que a teoria marxista se apresenta como algo digno de objeções. Logo, se existe uma relação indissociável entre uma pretensão científicista e o seu poder universalista, a genealogia não faz ciências, mas perspectiva.

Mas, para Foucault, existe uma questão precedente. Ela é formulada de seguinte forma: “[...] é necessário levantar a questão, se interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo” (FOUCAULT, *idem*, p. 15). Desta derivam outras tantas, as quais resumo assim: que saberes são desqualificados, que sujeitos são silenciados, que experiências são menoscabadas, que vanguarda teórico-política querem destacar quando dizem “eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista”? (*idem*). Para Foucault, e o que será admitido aqui também, a resposta é simples: ao vincular certa prática aos liames do discurso científico, busca-se o poder que, no Ocidente, desde a medievalidade, atribui-se à ciência. A genealogia, então, rompe com a linha de continuidade analítico-científica. Essa dissertação-ensaio, à medida que se apóia nesta perspectiva, não busca ser uma expressão ou resultado de uma prática científica, livre de influências subjetivas, mas sim, e no limite, expressará certas tomadas de posição, o que, do ponto de vista genealógico, não a invalida enquanto produção de saberes.

Visões como essas, renderam a Foucault uma série de acusações ou rótulos. Jürgen Habermas [1929 –], por exemplo, em um polêmico texto³⁶ sobre supostas *aporias da teoria do poder foucaultiana*, chama Foucault de “positivista feliz” (HABERMAS, 2002, p. 387) – expressão retirada de uma obra de Foucault, mas que nela parece possuir outra conotação³⁷ –, pelo fato deste operar aquilo que chama de *reduções ao poder* dos aspectos internos de *significado*, de *validade de verdade* e de *valores*³⁸. Voirol (2007) ressalta que, anos antes, Habermas já tinha afirmado que Foucault se inseria no *pensamento neoconservador*. Outra acusação habermasiana ao pensamento do filósofo francês diz respeito a uma espécie de ‘tiro no próprio pé’, na medida em que ele incorreria justamente no que esperava criticando, ou seja, a historiografia genealógica revelar-se-ia exatamente como uma pseudociência *presentista, relativista e cripto-normativista*³⁹, *um subjetivismo irremediável*, que,

³⁶ *Discurso filosófico da modernidade* é um conjunto de textos que é fruto de uma série de conferências dada por Habermas no *Collège de France*, em 1983, aos quais foram, em 1985, acrescidos outros textos sobre filósofos contemporâneos, como Foucault, e publicado. Há publicação, em português, pela editora Martins Fontes; 1ª edição, em 2000. Aqui, foi usada a segunda tiragem da 1ª edição, de 2002.

³⁷ Em *A ordem do discurso*, Foucault denomina a parte genealógica da análise do discurso como *uma apreensão da sua positividade*, da sua capacidade de afirmação, de construção de domínios de objetos, de tal forma que “o humor genealógico será o de um positivismo feliz” (FOUCAULT, 2006b, p. 70).

³⁸ Nas considerações finais, retomarei algumas das importantes críticas feitas por Habermas, bem como algumas das questões levantadas por DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul (*idem*), a fim de problematizar a genealogia foucaultiana, conseqüentemente, minha análise e conclusões.

³⁹ Segundo VOIROL, Olivier (2007), “o ‘cripto-normativismo’ é uma atitude filosófica que consiste em se fundamentar implicitamente – ainda que necessariamente – em uma base de valores e normas para

segundo o alemão, Foucault não queria ser (HABERMAS, idem). Foucault (RABINOW, ibid.) cita alguns outros rótulos recebidos – estruturalista⁴⁰, anarquista, esquerdista, marxista ostentoso ou dissimulado, antimarxista⁴¹ explícito ou enrustido, tecnocrata, neoliberal, alguns até se contrapõem entre si –, ora reagindo com espanto, ora se divertindo com a multiplicidade quase universal de ‘casas do tabuleiro político’ nas quais era situado.

A despeito da validade ou pertinência dessas ‘acusações’, grande parte delas, a princípio, deram-se em função das *heterotopias foucaultianas*, os novos lugares para se pensar o poder, no lugar da negatividade, adotou a perspectiva *positiva*⁴², ou seja, da produção de resultados ou efeitos do poder que estão inseridos na idéia de *relações de forças* como táticas políticas, cujo objetivo central é produzir subjetividade.

Quanto à questão do discurso, que será fundamental, haja vista o objeto de investigação ser os discursos midiáticos sobre os papéis sociais do esporte, cabem alguns poucos comentários acerca da relação entre a pesquisa genealógica e o referido objeto. Conforme Foucault (ibid.), ao passo que a arqueologia analisa as discursividades locais, “[...] e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir das discursividades locais assim descritas, os saberes desassujeitados que daí se desprendem.” (p. 16), dando ensejo a novas visões que entram em luta com os grandes sistemas normativo-interpretativos.

Como não há, em qualquer sociedade, relações de poder múltiplas que perpassem, caracterizem e constituam o corpo social que funcionem prescindindo da formulação, produção, acumulação e circulação do discurso de verdade, cabe analisar o que permitiu – e ainda permite – que certas práticas fossem – e sejam – impingidas sobre alguns sujeitos? Que relações de poder-saber permitiram que alguém fosse e seja submetido a diversos espaços, cujo fim é discipliná-lo, docilizá-lo ou domesticá-lo? Partindo do princípio de que fomos e somos primeiramente classificados para, num

descrever as relações de poder e as formações discursivas sem que isto seja revelado ou assumido”, p. 128.

⁴⁰ Foucault, com a importância que dá às noções de acontecimento e experiência como expressões da singularidade e transitoriedade atinentes ao mundo, e não como partícipes de uma relação de continuidade resgatável racionalmente, contraria frontalmente tal aproximação, afirmando que “eu não vejo quem possa ser mais anti-estruturalista do que eu” (FOUCAULT, Michel, 2007, p. 5).

⁴¹ Em razão dessa ser uma das críticas preferenciais, cabe dar voz a Foucault, transcrevendo sua posição sobre o marxismo: “não sou nem adversário, nem partidário do marxismo; [apenas] indago o que ele tem a dizer sobre as experiências que o questionam” (RABINOW, Paul, 1999, p. 21).

⁴² Importante ressaltar que Foucault, como um pensador *não-dicotômico*, não usa o *positivo* em contraposição a um pólo negativo, tampouco visa estabelecer um ideal, uma meta pré-definida e universal.

segundo passo, sermos julgados, condenados, obrigados a algo, que, mas principalmente ‘como’, discursos de verdade trouxeram consigo os efeitos de poder que autorizaram o poder disciplinar a exercer [legitimamente] certo domínio sobre o criminoso, a sexualidade transviada, o louco, o anormal, o jovem em situação de risco etc. se tornou algo legítimo? Em que instância ou prática se articulam saber [e suas práticas] e poder [idem] de modo mais destacado, ainda que não explícito para a maioria – o que talvez, visto que é sutil, garanta sua eficácia – especialmente em uma sociedade como a nossa?

Desde a perspectiva genealógica, uma resposta possível pode estar baseada justamente *nas formações discursivas* sob as condições históricas, econômicas, políticas, entre outras, de seu aparecimento, veiculação e reprodução. Com isso, nesta visão, quais os saberes e poderes locais que podem ser depreendidos de dada prática ou dos discursos sobre ela? São justamente esses passos que serão analisados no próximo capítulo.

1.2 – Notas programáticas acerca da análise do discurso midiático: elementos para uma análise crítico-genealógica

A literatura produzida sobre as perspectivas de análise da linguagem discursiva em Foucault tem prestigiado duas vertentes que foram desenvolvidas pelo autor: uma arqueológica, outra *genealógica*. Sem entrar em muitos detalhes, nas palavras de Machado (op. cit.), Foucault, na década supracitada, desenvolveu uma série de arqueologias ligadas a acontecimentos da modernidade: primeiro, uma *arqueologia da percepção*, ao analisar, na obra *História da loucura* [1961], a mudança da percepção, na Idade moderna clássica, sobre a *desrazão*, sobre a figura do louco, de tal modo que ele veio a preencher o lugar antes ocupado pelo *leproso*; seguiu-se uma *arqueologia do olhar*, quando, ao estudar, no *Nascimento da clínica* [1963], a alteração no olhar, um deslocamento dele para a figura do *doente*, Foucault mesmo afirma, na primeira linha do texto, se tratar do espaço, da linguagem, da morte; tratar-se do olhar, do olhar médico; e, por fim, tanto na obra *As palavras e as coisas* [1966] quanto na *Arqueologia do saber* [1969], o que está em questão é o *saber*, uma arqueologia do saber, mormente face às ciências humanas. Ou seja, do *discurso nascente sobre o louco*, como aquele que carece de razão, passando pelo *discurso sobre o doente*, chegando ao

discurso dos saberes sobre o homem, está evidenciada a centralidade do discurso na fase arqueológica.

O que está em questão nas análises arqueológicas empreendidas por Foucault é estabelecimento das condições históricas de possibilidade dos discursos e das práticas a respeito de certo objeto. No que diz respeito à loucura ou ao louco, por exemplo, o que permitiu que aquele indivíduo considerado como tal, e que vivia solto, era um errante, por vezes expulso das cidades, passasse a ser enclausurado em um espaço e submetido a certas práticas com fins terapêuticos? Da mesma forma, como foi possível que a medicina se tornasse uma ciência empírica, baseada na observação, rejeitando a atitude predominantemente teórica, sistemática, filosófica próprias do seu passado (MACHADO, op. cit.)? Neste caso, o que permitiu a mudança de objeto e do discurso médicos? No último, da arqueologia do saber, o ponto é saber como, na modernidade, o homem passou a ser, ao mesmo tempo, objeto ou coisa empírica, sendo estudado pelas ciências empíricas, e fundamento filosófico para todo conhecimento possível. Em suma, a despeito de importantes nuances, perpassa toda a arqueologia é como se dá a complexa lógica dos discursos que legitimam espaços e práticas, e vice e versa.

Conquanto fosse a década anterior a tida como *arqueológica*, a qual tinha como foco o tema dos discursos e de produção e legitimação de práticas e espaços, a de 1970, esquematicamente definida como *genealógica*, inicia-se com um texto sobre específica e exclusivamente sobre o discurso. O largamente conhecido texto *A ordem do discurso*, pronunciado na aula inaugural do *Collège de France*, no início de 1970, quando da posse da cátedra História dos Sistemas de Pensamento por Foucault, indica pelo menos duas coisas: o discurso é o tema que se estende na obra foucaultiana e indícios de um esboço da passagem da arqueologia à genealogia. Isto que a princípio pode ser tratado como indícios, fica bastante evidenciado quando, na parte final da obra, Foucault (2006b) anuncia os dois conjuntos que utilizará para analisar tudo o que havia tratado anteriormente: *conjunto crítico* e *conjunto genealógico*. O primeiro, que se refere aos *sistemas de recobrimento do discurso*, consiste em pôr em prática o *princípio da inversão*, procurando cercar as formas de ordenamento, de exclusão, de limitação e de apropriação dos discursos, mostrando como que se formaram, para dar conta de quê, como se modificaram e se deslocaram, bem como que força exerceram concretamente e em que medida foram contornadas, detectando e destacando os princípios de ordenamento, exclusão e rarefação do discurso; o segundo, por sua vez, analisa as *séries da formação efetiva do discurso*, procurando apreendê-lo em seu poder de afirmação,

isto é, de constituir domínios de objetos, pondo em prática os princípios que explicam como se formaram séries de discursos apesar, através ou com o apoio dos sistemas de coerção, qual a norma específica de cada uma e quais as suas condições de aparição, de crescimento e de variação (FOUCAULT, *idem*).

O texto é bastante oportuno para o momento da vida do pensador francês – cujo pensamento era tipicamente assistemático, descontínuo, pouco afeito aos trâmites corriqueiros da ação e postura tidas tradicionalmente como científicas, acadêmicas e até mesmo filosóficas –, já que ele estaria exercendo um papel específico nas relações de poder vigentes em um espaço onde as regras para a produção intelectual estavam, em tese, claramente definidas: uma instituição universitária. Assim, aquele ‘filósofo inusitado’, ciente das regras de uma ordem do discurso acadêmico e ritualizado, prestes a assumir a cátedra para a qual havia concorrido, sublinha algumas das características da institucionalização da linguagem e do discurso. Sobre isso Foucault afirma, após considerar os riscos e potenciais do discurso, com uma sagacidade e ironia finas:

“[...] E a instituição responder [Foucault havia descrito um desejo, ainda que de modo relativamente impessoal]: ‘você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado lugar que o honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre algum poder, é de nós que ele lhe advém.’” (FOUCAULT, *ibidem*, p. 7).

Foucault, com uma perspicácia aguda e incomum audácia, produz um texto justamente sobre algo que poderia estar lhe afligindo bastante, e contra o qual teria de lutar. Ele parecia ter completa consciência daquilo que teria de enfrentar, a saber, o poder regimental discursivo da academia, o que teria de encarar e, no limite, buscar subverter ao expressar o que chama simplesmente de *desejo*:

“O desejo diz: ‘eu queria não ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz.’” (*ibid*).

O aspecto autoritário do exercício do poder sobre a linguagem e sobre o discurso vindo da cátedra está expresso naquele trecho transcrito. Por outro lado, através de afirmações que podem ser tidas como quase irônicas – diante da total desconfiança ou, até mesmo, completo descrédito dado por Foucault à verdade como algo que se impõem ao sujeito –, no desiderato transcrito, Foucault assume uma postura ‘curiosa’, relativamente contrária àquela que espousa, para, logo depois, com a ‘resposta

institucional’, destacar os limites do discurso. Com o uso de uma espécie de *alter ego* que deseja algo tão altivo do uso discursivo da linguagem, Foucault mostra certa resignação –irônica, é claro – em face à ordem do discurso. Uma resignação parcial, diria. Quer dizer, resignado por reconhecer que a linguagem não é nem a casa do sujeito nem da verdade, Foucault está pronto para se inserir, enquanto um resistente ou *renovador* – este último, para citar um termo usado por Foucault em uma série de conferências no Brasil⁴³ – na ordem do discurso. Foucault demonstra sua ciência do cunho conflituoso do discurso ao criticar a tradicional tendência de tratar o discurso como apenas um conjunto de fatos lingüísticos ligados entre si por regras unicamente sintáticas, em favor da sua associação com uma perspectiva que ressalta a característica de *jogo* do discurso (FOUCAULT, 2005a). Com a perspectiva de discurso como “[...] jogos estratégicos, de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta.” (idem, p. 9), Foucault propôs uma visão de análise do discurso, forjando para si mesmo um eixo metodológico para os seus estudos da década de 1970.

Como já fora dito, Foucault pretendia renovar o modo de compreender uma série de questões, temas, conceitos com os quais ele iria trabalhar. Um destes era o de discurso, também devido à sua centralidade para a atividade propriamente acadêmica que iria exercer. Assim, conforme já se viu há pouco, ele via com clareza o terreno de lutas pelo discurso que enfrentaria. E era esse um dos grandes desafios ao recém-catedrático. Foucault, que já vinha se posicionando do um lado da batalha há tempo, quer é justamente denunciar os artifícios ‘desempoderadores’ – compreendidos como ação estratégica de controle do *devoir discurso* –, dissentindo com a servidão discursiva aos interesses puramente acadêmicos⁴⁴. Isto parece estar claramente colocado na hipótese formulada para o texto, na qual se lê:

“[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função *conjurar seus poderes e perigos*, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 2006b, p. 8).

⁴³ Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio, entre 21 e 25 de maio de 1973, que deram origem à obra *A verdade e as formas jurídicas*.

⁴⁴ Um caso que parece exemplificar essa postura é o uso imperativo, prescrito pela norma culta, da primeira pessoa do plural nos trabalhos acadêmicos. O que isso significa? O que o ‘nós’ indica? Quem é esse ‘nós’ em um trabalho monográfico? É a neutralidade, a imparcialidade ou um consenso sub-reptício obsessivamente buscado? Ou será que é mesmo uma estratégia de desempoderamento da linguagem, a fim de torná-la, na forma de discurso, relativamente inócua?

O seu passo inicial é defender a idéia de “análise do discurso como jogo estratégico e polêmico [...]” (FOUCAULT, 2005a, p. 9), e não como uma instância inócua de manifestação das boas intenções acadêmicas de buscar, encontrar e compartilhar certas verdades. Para tanto, não pode prescindir de aduzir o tema do poder.

Embora o poder não tenha sido desconsiderado na arqueologia, é somente na genealogia que ele ganha centralidade. Ao que parece, a partir desse texto, como fica indicado no trecho destacado, Foucault começa a ressaltar o elemento *poder* quanto ao discurso. Ele cita e descreve quais são aqueles procedimentos ou mecanismos de exclusão – *procedimentos exteriores aos discursos* que põem em jogo o poder e o desejo (FOUCAULT, 2006) – através dos quais as relações de poder operam sobre ou no discurso. São eles: *interdição*, *separação* e *rejeição*, e *vontade de verdade*. Analisando brevemente como cada um é apresentado no texto, serão destacados pontos específicos que serão úteis à investigação dessa dissertação-ensaio.

Interdição diz respeito às restrições impostas aos falantes, de tal forma que não se pode falar tudo e em qualquer lugar, isto é, existem objetos sob algum tabu, rituais de circunstância ou direito privilegiado ou exclusivo de algum sujeito que fala, três tipos de interdição que, ao se cruzarem, formando uma grade complexa e dinâmica. Foucault ressalta que a *política*, ao lado da sexualidade, são duas instâncias que exercem seus mais temíveis poderes justamente no discurso. Para Foucault, claro está a estreita relação entre discurso e poder, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar.” (2006a, p. 10).

Separação e rejeição referem-se, tomando a oposição entre razão e loucura como paradigma, ao modo como se avaliam e distinguem os discursos, indicando aqueles que, prenes de razão e razoabilidade, devem ser considerados e aqueles que, carentes dessas características, devem ser desconsiderados. O louco, como o elemento que carece de razão, consubstancia aquele ao qual não se deve dar ouvidos, aquele que não é portador, nem ao menos potencialmente, de verdade alguma, não sendo digno de relevância para a ordem do discurso⁴⁵. Em suma, a palavra louca, o discurso do louco é aquele que é separado para ser silenciado – enquanto outros discursos o são para serem ressoados – e rejeitados por sua falta de razão e verdade.

⁴⁵ A título de observação, no texto, Foucault faz algumas ressalvas acerca de papéis que o discurso do louco assumia e que são contrários a este que destaquei, sem, contudo, omiti-lo e destacá-lo como o mais expressivo. Para detalhes, ver FOUCAULT, Michel (ibidem), p. 10-12.

O último – e diretamente ligado ao anterior – é a exclusão operada pela *vontade de verdade*, ao qual Foucault se dedica mais longamente, em virtude de sua importância. Este sistema de exclusão é apresentado pelo pensador francês como tendo uma história. Sem retomá-la nos seus detalhes, cabe ressaltar aquela que é a mais recente modalidade hegemônica de discurso verdadeiro, conseqüentemente, da distinção entre o falso e o verdadeiro: a ciência. Competindo com modelos antigos religiosos e metafísicos, a vontade de saber – ou vontade de verdade – que passou a vigor como sendo a mais confiável a partir da modernidade é ela. A ciência se apóia em noções como de *sujeito cognoscente, objetos cognoscíveis, observação, demonstração, verificação*, provendo uma definição estreita do que pode ser ou não considerado como um discurso um conhecimento verdadeiro. Essa ‘nova versão’ da vontade de verdade atua como todas as outras modalidades, delimitando “como o saber é aplicado em uma sociedade, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, *idem*, p. 17), exercendo sobre os outros discursos “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (*ibidem*, p. 18).

Os discursos de verdade, incluindo os da ciência, têm a pretensão de, ainda que partam do particular, emitir descrições universalmente válidas. É o que pode ser expresso pela relação entre *particular e universal* analisada por Chouliaraki (2005). Ou seja, os sentidos veiculados discursivamente parecem sempre ter uma vontade de verdade que os universalize, que lhes imponha a outras formas de ver um objeto, evento ou fato. Assim, Foucault observa, várias práticas têm de buscar estratégias de justificação e fundamentação próprias do discurso de verdade, obedecendo à lógica que, atualmente preside o dizer verdadeiro, quaisquer que seja seu objeto, e com poder universalizante.

O que pode ser destacado aqui é a inter-relação entre *jogos de poder e jogos de verdade*. Numa sociedade como a nossa, não é possível dizer algo, e esperar que surta algum efeito sobre determinado contexto ou número de ouvintes, sem apelar para o teor de verdade a ele pretensamente associado. Não se pode interditar algum discurso, separá-lo e rejeitá-lo dos demais, a não que ele esteja também sob a acusação de ser ‘falso’. O que está em jogo não é se tal ou qual discurso é ou não correspondente com a verdade, até porque este não é o ponto da discussão. O foco, ao invés, são os discursos de verdade, e não a verdade dos discursos em si; é o formato circunstancial daquilo que dado contexto histórico define como discurso verdadeiro que está em questão. Como diz Foucault, “é sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade

selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘política’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” (ibid., p. 35). A ligação fundamental é entre o desejo e o poder de ser ouvido, considerado, e a vontade de verdade. Quem abdica dessa vontade, prontamente é excluído dos processos vigentes de fundamentação ou justificação, sobretudo na instituição acadêmica. Se a ironia for permitida, quem não tem vontade de verdade é, de uma forma ou de outra, considerado louco.

Em razão do objeto empírico dessa dissertação-ensaio ser o discurso midiático, alguns traços daquilo que Foucault (ibid.) chama de *procedimentos internos do discurso* parecem extremamente relevantes, estando, de forma importante, relacionados aos externos. Primeiramente, destacam-se dois *princípios de rarefação* – isto é, procedimentos de controle e de delimitação do discurso que visam disciplinar as dimensões *acontecimental* e *casual* do discurso –, o do *comentário* e do *autor*. Essa faceta da ordem do discurso analisada por Foucault provê elementos analíticos importantes, na medida em que indica o modo de produção e circulação dos discursos.

Quanto ao primeiro princípio – *comentário* –, uma destacada contribuição para a análise dos discursos midiáticos está expressa por aquilo que Foucault chama de *uma espécie de desnivelamento entre os discursos*, entre aqueles discursos que aparecem cotidianamente, “[...] se dizem no correr dos dias e das trocas”, e aqueles discursos fundadores, “[...] os discursos que estão na origem.” (FOUCAULT, ibid., p. 22). Elas põem em operação algo que Foucault considera como algo presente em todas as sociedades, qual seja, a existência de certas narrativas originárias, maiores, que são contadas repetidamente, que sofrem certas variações diante de certa circunstância, mas mantêm certas características fundamentais, haja vista um credo de que nelas há algo misterioso e precioso. Sob o *princípio de um deslocamento instável*, o discurso, na esfera do comentário, assume a potência dúbia e relativamente indistinta, já que não se têm clareza quanto ao que deu origem e ao que é ‘apenas’ uma glosa. De fato, o que permanece é o *jogo*, a troca incessante, na qual o que está em primeiro plano é a *reaparição da palavra*, a reiteração de uma idéia, cuja origem muitas vezes pode ser desconhecida. Assim, o discurso, carente de uma origem clara, fixa no espaço e no tempo, ganha frescores de uma idéia sempre nova e, o que talvez seja mais potente, inocente. Outra marca distintiva no comentário é a multiplicidade das formas possíveis de sua configuração, de sua exposição, mas que, como ressalta Foucault, respeitam certa identidade primeira do texto original. O comentário pode permitir dizer algo além do

texto, mas desde que este seja dito e realizado de alguma forma. Resumidamente, “a repetição indefinida dos comentários é trabalhada no interior pelo sonho de uma repetição de uma repetição disfarçada [...], a simples recitação.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 25).

O autor – segundo princípio citado, que está diretamente relacionado ao anterior –, por sua vez, é compreendido “[...] como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 26). Ainda que existam lugares e momentos aonde e quando os discursos circulem anonimamente, a figura do autor é um indicador de verdade muito forte e sempre presente. ‘Quem foi que disse?’, ou ainda ‘quem é você para dizer isso?’, são perguntas endereçadas a um autor determinado e conhecido do(s) ouvinte(s), que expressam como está presente aquele parâmetro do indicador de verdade. No âmbito acadêmico, sobremaneira, essa lógica é intransponível. Além de estar vedado o anonimato, mais complexa e, de certa forma, problemática é a ‘força’ do autor sobre a validade de suas idéias perante certo público. Na arte, na poesia e na música também há a forte presença da autoria sobre o valor da obra. Afinal, como não gostar de uma peça de William Shakespeare, de um conto de Machado de Assis, de um poema de Carlos Drummond de Andrade ou de uma sinfonia de Ludwig van Beethoven? Os seus nomes parecem exercer uma força de coação estética irresistível ou compulsória, que constrange os indivíduos a admirarem sua obra. Ademais, a autoria constrói um nexos causal, uma relação entre a obra produzida, o artefato, e aquele que produz, gerando o jogo de uma identidade entre a individualidade da obra e o eu por ela responsável. Por fim, ao autor cabe justamente essa última característica, a da *responsabilidade*, porque é ele que opera, na inquietante ficcionalidade de linguagem, traços de coerência e de inserção em dada realidade.

Foucault trata de outras formas de controle do discurso⁴⁶, das quais cabe destacar uma que ele aloca em um terceiro grupo de procedimentos de controle discursivo. Conquanto posicione-o em outro grupo, existem traços similares fundamentais entre aquilo que pode ser chamado de *condições do acesso dos sujeitos ao discurso* e o princípio do autor analisado acima que permitem que eles sejam analisados conjuntamente. Para Foucault (*ibid.*), o domínio da seleção dos sujeitos que podem falar

⁴⁶ Apesar de não analisá-lo nessa dissertação-ensaio, cabe ressaltar que há, na obra, um destaque para o terceiro princípio dos procedimentos internos: a *disciplina*. Para compreender as especificidades do *princípio da disciplina*, ver FOUCAULT, Michel (*ibid.*), p. 29-36.

está inscrito nos procedimentos de determinação das condições do funcionamento do discurso, da imposição de certas regras aos indivíduos que querem pronunciá-los, de tal modo que não se permita que todos tenham acesso a eles. Segundo ele,

“[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, *qualificado* para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciantes), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 37. Grifo meu).

Inobstante não saber bem quais são esses espaços *quase abertos*, uma vez que nem o minguido espaço público de debates, lugar onde deveria haver ampla franquia ao discurso, parece exemplificá-los, a passagem transcrita indica a possibilidade da aproximação excogitada. O destaque do termo *qualificado* tem a intenção de ressaltar a analogia com a questão do privilégio que dado autor possui, o que lhe confere a função de indicador ‘positivo’⁴⁷ de verdade. Foucault parece corroborar essa interpretação ao definir, sob o nome de *ritual*, a qualificação que devem possuir os indivíduos falantes. É uma espécie de *discursividade amparada na subjetividade*, ou seja, no jogo de um diálogo, os sujeitos ocupam certos lugares, representam certa postura (gestos e comportamentos) adequada à circunstância vivida, ‘vestem’ um conjunto de signos que devem acompanhar um (sujeito do) discurso. O discurso envolve, portanto, um complexo emaranhado de elementos que formam um ritual próprio, no qual o prestígio angariado pelo falante é fundamental. Este prestígio, cabe dizer, é, em grande parte, conquistado através da postura adequada, da cuidadosa observância das regras do discurso vigentes em certo contexto. Os discursos, bem como os sujeitos do discurso, não podem estar em descompasso com as práticas inerentes ao ritual discursivo, sob pena de serem desconsiderados quanto ao valor do que dizem.

O conjunto de princípios ou regras tomados do pensamento foucaultiano para compor a base programática da análise discursiva, cabe apresentar três parâmetros: o *princípio de descontinuidade*, segundo o qual os discursos devem ser tidos como práticas descontínuas, que tanto se cruzam quanto se excluem e ignoram; o *princípio da especificidade*, que cuida para que não se tome o discurso como um jogo de significações prévias, imaginando que o mundo, o real se nos apresente como uma coisa

⁴⁷ A utilização deste termo é para sublinhar o caráter produtivo, pois um indicador, simplesmente, sem este complemento, pode servir tanto para se referir a algo que preenche os requisitos de um discurso verdadeiro quanto não. Com isso, a idéia é reforçar a relação entre um nome reconhecido socialmente e o aspecto de verossimilhança que seu discurso já possui de antemão.

legível à espera que a decifremos; e o *princípio da exterioridade*, o qual contraria a idéia relativamente disseminada de que, através do discurso, expressa-se um núcleo interno e escondido de um pensamento e de sua significação, em prol da concepção de que é a partir da aparição do próprio discurso, das condições externas de possibilidade que delimitam suas fronteiras e dão lugar à sua dimensão aleatório-acontecimental, que se deve analisá-lo. Esses três princípios se articulam em torno do eixo da contingência ou não-essencialidade discursiva, além de, e o que merece grande destaque, rejeitar a concepção de que, através da linguagem, representamos a realidade, o mundo objetivo⁴⁸.

Caminhando para a conclusão desta que é a primeira parte do capítulo no qual serão analisados os discursos da mídia sobre os papéis sociais do esporte, dois pontos sobre a análise foucaultiana da ordem do discurso são relevantes. O primeiro é tão interessante que põe em xeque algumas interpretações sobre o pensamento de Foucault, segundo as quais não haveria, nele, abertura para a denúncia de procedimentos de ocultação de alguma coisa – quer seja informação ou quaisquer outros modos de produção de verdades –, procedimento este que expressa algum interesse. Para ele, existem, sim, nas sociedades atuais, formas discursivas que operam a dualidade *secreto versus* publicizável, exercendo poder de verdade sobre os indivíduos. O que Foucault ressalta, no entanto, é que a questão não está nos termos da verdade contra o poder, já que verdade é poder, isto é, a questão política não se dá no campo do erro ou do engano, mas sim é a própria verdade encarnada nos processos sociais, inclusive discursivos (FOUCAULT, 2007e). Destarte, há possibilidade de contrapor à forma hegemônica de se produzir ‘verdades’, discursos de verdade, outra forma qualquer, mas nunca libertar a verdade das ‘garras malévolas’ do poder.

O segundo ponto diz respeito ao *papel central da educação na apropriação social dos discursos*. Para Foucault (2006b), em uma sociedade como a nossa, o instrumento através do qual todo indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso é a educação. Nela estão presentes todos aqueles procedimentos de exclusão analisados, sob a insígnia das oposições e lutas sociais travadas em torno da produção, seleção, veiculação e aprovação dos discursos. “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e

⁴⁸ Para Foucault (ibid.), “ele [o mundo] não é cúmplice de nosso conhecimento [...]. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo o caso; e é nesta prática que os acontecimentos do discurso encontram o princípio de sua regularidade”, p. 52.

poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, idem, p. 44). Desta afirmação, pode-se inferir, dentre outras coisas, que há estratégias pedagógico-educacionais que não só ensinam a ler e escrever, como saberes técnicos, mas a fazê-lo de uma ou outra forma.

O diagnóstico do tempo presente feito por Foucault, no que concerne ao discurso, é que, ao contrário do que se pensa quando se define as sociedades atuais como da *comunicação* ou da *informação*, de uma aparente *logofilia*, temos uma *logofobia*, “uma espécie de temor surdo desses acontecimentos [próprios do discurso], dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados [...]” (FOUCAULT, ibid., p. 50), ou seja, daquilo que existe de violento⁴⁹, de descontínuo, de combativo, de desordem e de perigoso nele. Tanto a ‘liberdade’ do discurso como sua rarefação oferecem perigos, impigem riscos. Afinal, o que não é de arriscado no uso discursivo da linguagem de tal ou qual forma? Mas o que Foucault parece destacar é que os riscos do ordenamento discursivo, na sua relação com um regime complexo de produção da ‘verdade’, precisa ser colocado em questão, ser problematizado. O discurso tem essas potências constantemente controladas, ou melhor, vigiadas para que elas não sejam exercidas de tal forma, geralmente contrária a dada ordem vigente, ao ponto de, inicialmente, pôr em xeque um modelo de exclusão, divulgação e apropriação do discurso, e, no limite, subvertê-lo. É justamente essa a tarefa que Foucault quer desenvolver nos anos da década de 1970.

Considerando a discussão empreendida acima, o discurso midiático será analisado à luz dos pontos programaticamente expostos e brevemente analisados, a partir da perspectiva crítico-genealógica proposta por Foucault. O objetivo é captar traços do processo de inclusão-exclusão discursiva do discurso midiático, de tal modo que fiquem expostas as ‘verdades’ disseminadas ao público expectador acerca do conjunto formado pelas práticas pedagógico-desportivistas e pelos discursos prescritivos existentes nela. Ainda nessa perspectiva, abordar criticamente a função dos comentários e o papel central dos autores que os veiculam para a legitimação daquelas práticas. Pela perspectiva genealógica, serão analisadas as formações discursivas que parecem se harmonizar, exercendo, com isso, através de sua regularidade e força de coerção, um forte poder de afirmação sobre certos objetos sobre os quais exercem domínio, o que, por hipótese, legitima ampla e irrestritamente as práticas pedagógico-desportivas.

⁴⁹ Haja vista o tema *violência* ser um dos eixos dessa dissertação-ensaio, é importante destacar, desde já, que há positividade nela, o que já começa a ficar delineado a partir dessa noção ligada ao discurso.

Como será visto, estas perspectivas constituem um referencial amplamente adequado, visto que o discurso midiático está inserido na lógica da ordem do discurso, sendo, por exemplo, notadamente um (1) lugar do comentário, perfazendo-se um agente de reprodução em série de temas, idéias e palavras, o que se dá pela constante reaparição de textos e pensamentos, em um jogo incessante de novidade e antigüidade; (2) pelo fascínio que exerce sobre os indivíduos, a mídia um importante agente na construção de ‘grandes autores’, daqueles que, por serem considerados ou simplesmente veiculados como ‘especialistas’ em algum assunto, são indicadores ‘positivos’ de verdade, indivíduos dignos de crédito; e (3) pela grande mídia ser um dos mais exímios operadores daqueles procedimentos de exclusão, à medida que, como será delineado a seguir, estão apoiados no regime de verdade, nas vigentes regras do discurso tido como verdadeiro. Estes são três razões que ratificam a pertinência dessa perspectiva ao objeto empírico que passará a ser analisado agora.

1.3 – Dispositivo pedagógico midiático: discursos de verdade, poder-saber e subjetivação

Variados são os meios, instrumentos, tecnologias utilizados para educar os homens. Se partirmos da definição de educação, já citada anteriormente, de Charlot (op. cit.), o espectro de, por assim dizer, mídias, quer dizer, meios que servem para *humanizar, socializar e inserir em uma cultura*, multiplica-se quase indefinidamente. Afinal, que prática, instituição, tecnologia não tem alguma dessas funções ou até mais de uma? Aliás, porventura uma existe sem a presença obrigatória da outra? Alguém pode ser socializado sem ser humanizado? Por outro lado, é possível fazer isso, socializa-humanizar, afora uma cultura, mormente política – se é que não se pode afirmar que toda cultura é necessariamente também política?

Tomando as respostas a essas questões como um pressuposto, e utilizando alguns termos corriqueiramente difundidos, sem problematizá-los agora, o processo que visa retirar o homem de alguma coisa que seria, em tese, seu estágio originário ou natural, um estado de barbárie ou selvageria, envolve uma série de práticas que tem em comum a idéia segundo a qual o animal [humano] pode ser conduzido à humanização se submetido às influências ou mídias que apropriadas. Assim, apesar de variadas e distintas, ao que parece, a história do processo de humanização do animal [humano] está

eivada de exemplos de tentativas de humanizar com a socialização dos homens que é, por sua vez, operada a partir da inserção deles em uma cultura determinada. Esse complexo processo é operacionalizado pela transmissão de certos *saberes* [saber ler e escrever, por exemplo], certos *valores políticos e ético-morais* [tais como a solidariedade e a amizade políticas e o ações tidas como boas ou justas] e certas *regras ou padrões de comportamento* [sobremodo ligados aos usos do corpo], os quais devem ser comunicados, isto é, disseminados entre todos os homens, tornados comum. Em suma, o complexo pedagógico-educacional formado por humanizar-socializar-culturalizar envolve técnicas disciplinadoras do sujeito, a fim de transformá-lo, na sua relação com a verdade, a moral e o poder, em alguma coisa diferente do que era, em um processo dinâmico e infinito de transformação e autotransformação. A isso pode-se dar o nome de processo de subjetivação. Conforme ficará mais explícito, o ponto-chave da comunicação de princípios existenciais tidos como excelentes, bons, corretos, justos ou, no mínimo, desejáveis, é a pressuposição de que há, *a priori*, modos de ser ou existir no mundo ideal. O abstracionismo inerente à esta concepção deve ser – como vem sendo feito por diversas correntes, nos mais variados âmbitos – colocada sob suspeição.

Retomando, agora mais detidamente, alguns pontos da obra de Sloterdijk (op. cit.), cabe sublinhar, no início desse sub-capítulo, aquilo que aparece no texto como *criação do homem pelo homem*. Em uma conferência que se tornou, posteriormente, uma obra extremamente instigante, Sloterdijk, ao abordar o tema do *humanismo*⁵⁰, trabalha, fundamentalmente, a idéia do que intitula de *processo de domesticação humana*. Os dados históricos que apontam as variadas formas, bem como os conceitos a elas associados, de tentativa de civilizar, educar, disciplinar, enfim, domesticar o animal humano, são inúmeras. O filósofo alemão recorre a Platão para mostrar como nasce, por

⁵⁰ A fim de esclarecimento, o autor trabalha o termo *humanismo*, o qual tem uma histórica de vastas, complexas e conflituosas acepções, como um *credo* que considera que o homem possui uma natureza dúbia, com tendências que se impõem entre si, a saber, *tendências domesticadoras* e *tendências bestializadoras*. Ademais, na sua análise, o humanismo é apresentado como um movimento que busca, fundamentalmente, retirar o ser humano da situação de barbárie na qual, sem a devida educação, *naturalmente*, ele se encontra. Para tanto, o núcleo do humanismo é a crença no poder humanizador da leitura, do conhecimento de alguns saberes que promoveriam a amizade entre os homens. A alfabetização é tida como a chave de entrada para a humanização do animal humano. Este dado merece destaque, pois, em primeiro lugar, algo que é considerado tão fundamental para a humanização do animal [humano], remete justamente à importância de saberes (ler e escrever) que estão estritamente relacionados à educação, o que aponta a imprescindibilidade desta para o processo de formação do homem como ser civilizado. Em segundo plano, agora, por aproximação, pode-se inferir que, ao lado da alfabetização propriamente dita, há uma espécie de *alfabetização social*, ou seja, um saber ler o contexto no que se está inserido, a fim de saber escrever, quer reprodutivamente, quer tendo em vista a transformação, a história político-cultural de uma sociedade, o que socializaria aquele animal. Para outros esclarecimentos sobre a noção de humanismo trabalhada na obra, ver SLOTERDIJK, Peter (2000), na primeira parte da obra, na qual ele desenvolve uma breve reflexão histórico-filosófica sobre ela; p. 7-18.

assim dizer, a idéia da gestão de um parque humano, ou seja, como governar um conjunto de seres humanos que convivem em um lugar, uma comunidade política. Foi com o pensador grego que, segundo Sloterdijk (idem), deu-se início a um modo racionalizado de estabelecer regras e fins para um processo de civilização-domesticação humano. De acordo com ele,

“desde *O Político* [texto platônico], e desde *A república* [idem], correm pelo mundo discursos que falam da comunidade humana como um parque zoológico [...]; a partir de então, a manutenção de seres humanos em parques ou cidades surge como uma tarefa zoopolítica. O que pode parecer um pensamento sobre política é, na verdade, uma reflexão basilar sobre regras para a administração de parques humanos.” (SLOTERDIJK, idem, p. 48-49).

Para Sloterdijk, sob o termo geral da política, está uma série de práticas e estratégias administrativas, mas, sobretudo, de *automanutenção* que o próprio homem impinge sobre si mesmo, no interior das cidades, estados, nações, mas também, pode-se dizer, escolas, projetos sociais, prisões, hospitais etc. Evidentemente, algumas dessas instâncias não existem desde sempre. Todavia, a lógica que elas hoje representam é relativamente semelhante a alguns traços da experiência grega, no que tange ao governo da vida dos homens, tais como a permanência dos homens em um espaço, a existência de regras de convivência, o objetivo de preservar de alguma forma a vida.

À sombra das obras *Assim falou Zaratustra* e *A Genealogia da moral* de Nietzsche, Sloterdijk aponta alguns processos ou conjunto de práticas que, “[...] graças a um íntimo entrelaçamento de criação, domesticação e educação [...]” (ibidem, p. 41), produziram os seres humanos. Parece quase intuitivo que, dentre estes processos ou práticas, esteja incluída a escola como um dos espaços que, por excelência, visam a produção dos homens. Afinal, ainda que a familiaridade desenvolvida pelos homens com as práticas escolares, com sua existência e compulsoriedade baseadas na necessidade de adquirir conhecimentos, como saber ler e escrever, comprometa, muitas vezes e em muitos casos, um olhar questionador dos seus papéis e validade sociais, através de uma análise simples que seja é possível inferir que a educação é mais do que uma transmissão de conhecimentos, é uma forma de produzir o tipo de homem que dada sociedade quer.

A relação entre verdades, ou discursos de verdade, relações de poder e produção de subjetividade, já esboçada na introdução dessa dissertação-ensaio, está claramente delineada na escola, enquanto lugar da educação dita formal. Entretanto, não é apenas ela que congrega aqueles fatores subjetivadores, exercendo sobre o homem uma força

determinante para a sua formação. Não é somente a educação formal que se constitui o que Sloterdijk (ibid.) denomina de *mídia domesticadora*. Cabe lembrar uma coisa sobre a noção de positividade, já analisada em uma nota alhures, que, ao contrário do que geralmente se pode levar a entender, domesticação se enquadra no rol daqueles termos que, aparentemente negativos, possuem uma positividade, ou seja, expressam o domínio sobre um objeto, o animal humano.

Inobstante aos importantes papéis exercidos pela escola na formação humana, existem, como foi supracitado, outros meios que também os exercem. Um deles é, contemporaneamente, a mídia, os meios de comunicação de massa. Este também é ponto sobre o qual Sloterdijk se debruça, ainda que de passagem, em sua obra. Para ele, o papel das mídias domesticadoras e do seu contrário, as mídias bestializadoras, é um tema milenar. Como não é o objetivo fazer uma história das mídias domesticadoras, e considerando o objeto empírico que será analisado a partir de agora, cumpre destacar o papel ‘revolucionário’ das mídias de massa no que diz respeito à produção do homem,.

Analisando a tradição humanista, Sloterdijk (ibid.) afirma que, no contexto no qual o humanismo tornou-se pragmático e programático, a idéia de humanos civilizados como uma sociedade de homens que sabem ler e escrever, uma *sociedade literária*, classicamente restrita à *seita dos alfabetizados* – e, por que não, tidos como educados –, foi relativamente ampliada, como, por exemplo, na ideologia ginasial dos Estados nacionais burgueses dos séculos XIX e XX, na qual o padrão da sociedade literária ampliou-se para norma da sociedade política. Contudo, esta nova modalidade humanista não abdicou do resgate dos autores clássicos, tampouco da noção de amizade político-literária neles existente. De acordo com Sloterdijk (ibid.), ela não pôde fazer frente às demandas telecomunicativas de uma sociedade de massas. Ele cita três eventos que compõem e expressam o ponto de cesura que pôs fim a essa perspectiva do humanismo nacional-burguês: o advento da *radiodifusão*, em 1918; o da *televisão*, em 1945; e, mais recentemente, a *revolução da internet*; os quais compõem o que ele chama de *estabelecimento midiático da cultura de massas*. Nas sociedades de massas, a coexistência humana foi retomada a partir de novas bases. Nelas, os meios literários, epistolares e humanistas servem, apenas marginalmente, para a produção de suas sínteses políticas e culturais. Os novos meios de telecomunicação político-culturais reduziram a um modesto lugar os antigos meios de humanização.

Encontra-se, aqui, uma espécie de tríade formada pela relação entre *educação*, *mídia comunicativa* e *subjetivação* que confirma aquela afirmação que diz que a

educação tem de ser considerada desde um ponto de vista ampliado. Duas passagens de dois autores que constituem as referências dessa dissertação-ensaio ratificam essa idéia.

Primeiro Sloterdijk (ibid.) afirma que

“[...] a questão de como o ser humano poderia se tornar um ser humano verdadeiro ou real está daqui em diante [nas sociedades de comunicação de massa] inevitavelmente colocada como uma questão de mídia, se entederemos por mídias os meios comunitários e comunicativos pelos quais os homens se formam a si mesmos para o que podem, e o que vão, se tornar.” (p. 19-20).

Tratando da importância da influência da mídia sobre a constituição da subjetividade dos sujeitos e das mudanças que uma cultura fortemente baseada nos meios de comunicação e informação de massa, na segunda passagem, Fischer (2002) diz que:

“[...] o próprio sentido do que seja ‘educação’ amplia-se em direção ao entendimento de que os aprendizados sobre modos de existência, sobre modos de comportar-se, sobre modos de constituir a si mesmo – para os diferentes grupos sociais, particularmente para as populações mais jovens – se fazem com a contribuição inegável dos meios de comunicação.” (p. 153).

A autora continua, afirmando que eles não constituem apenas meios de informação ou lazer-entretenimento, mas que se tratam de potentes meios de produção e circulação de valores, representações e concepções de mundo, ‘ensinando’, por assim dizer, o que somos, o que significa ser negro, homem, mulher, hetero ou homossexual, como devemos nos comportar, como devemos tratar do corpo, que atividades devem preencher o tempo livre, como educar os jovens ou filhos, que alimentação deve ser consumida, entre outras tantas questões diretamente relacionadas ao que os sujeitos assumem como parte da sua subjetividade. Em suma, destaca a autora, “torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação.” (FISCHER, idem). Tendo aquela tríade relacional como pano de fundo, os discursos midiáticos passarão a ser analisados a seguir.

O ponto da discussão a ser desenvolvido aqui é sobre os discursos tem como pano de fundo o fato da mídia de massa pode ser tida como um aparelho ou dispositivo dos jogos de verdade mais representativos na contemporaneidade. Como já fora apontado, o objetivo é, primeiramente, sublinhar aquilo que vem sendo dito acerca dos papéis sociais das práticas pedagógico-desportivas, que saberes vêm sendo veiculados sobre elas, de modo que seja possível, posteriormente, problematizá-los. Antes, porém, cabe retomar uma questão já analisada acima, a saber, a relação entre verdade e poder,

mas, agora, no tocante a como pode ser aplicada à mídia, bem como fazer alguns esclarecimentos acerca da perspectiva de discurso midiático que será utilizada.

A complexa importância dos meios de comunicação de massa [mídias de massa] para as sociedades contemporâneas certamente não poder ser destrinchada em detalhes aqui. O fascínio que ele exerce sobre os sujeitos é excessivo e multifacetado. Numa visão relativamente tacanha, aparecer na televisão parece ser uma obsessão de vida de muitos sujeitos, representa, de alguma forma, um vir a ser no mundo, a passagem do anonimato à existência pública. Malgrado essa faceta, quando se fala sobre a força dos discursos midiáticos acerca de um objeto, por exemplo, o que está em jogo não é meramente a visão midiática sobre ele veiculada, mas uma série de elementos subsidiários dessa visão. Isto é, ao tratar de alguns discursos midiáticos sobre os papéis sociais dos esportes no que tange às práticas pedagógico-desportivas, porventura estaria analisando apenas e tão somente os esportes na visão midiática? Contrário senso, não estariam sendo colocadas em questão, ao mesmo tempo, visões de mundo mais amplas, tais como de organização política de dada comunidade de homens?

Embora não seja foco da presente análise fazer uma extensa abordagem da mídia, tampouco desenvolver alguma teoria sobre ela, a grande mídia precisa ser, ainda que brevemente, tematizada, haja vista sua importância central para a análise do objeto empírico dessa dissertação-ensaio. É a relação entre mídia, produção de verdades e poder que será o mote dessa breve abordagem. Segundo Candiotti (2008), ao contrário do que a tradição pensou, desde Platão a Kant, mas com repercussões até Sartre, a questão não está em estabelecer as condições de possibilidade do conhecimento, inclusive buscando certos princípios *a priori* em alguns casos. Foucault (2005a) ressalta a figura de Descartes como aquele que é o responsável por operar a importante cesura com o pensamento medieval, formulando uma nova, mas não menos metafísica, “[...] prioridade um tanto sagrada conferida ao sujeito [...]” (p. 10), conferindo-lhe o papel de fundamento ou núcleo central de todo conhecimento. É a partir da constituição de um sujeito de conhecimento, um sujeito da representação da realidade tal como ela é, um sujeito dado, que rejeita o dubitável em prol da verdade inquestionável – expresso pela idéia do *cogito* – que o conhecimento é possível e a verdade pode aparecer⁵¹.

⁵¹ Descartes também é alvo da análise de Foucault em outra obra já citada – *A hermenêutica do sujeito* –, na qual, ele, tentando desenvolver uma ontologia do sujeito moderno, toma o que chama de *momento cartesiano* como aquele que institui o total desprestígio do cuidado de si, em nome da prevalência do conhecimento, do conhece-te a ti mesmo.

A noção de sujeito epistêmico ou cognoscente está entre as coisas que devem preencher a ontologia da epistemologia moderna. Sua definição é o fundamento último do acesso à verdade. A modernidade, ainda que com termos ininteligíveis aos antigos, dá prosseguimento à busca obsessiva pela verdade. Dito de modo bastante resumido, desconsiderando importantes nuances e variações das inúmeras vertentes que esposam de algum modo essa obsessão, o que vige, de uma forma ou de outra, nessa tradição é a idéia de que o sujeito é o *locus* da verdade e a linguagem o *médium* da sua enunciação. Sujeito cognoscente e linguagem enunciativa são, portanto, duas colunas dessa visão.

Essa descrição, se bem que fortemente reducionista, expressa bem o desafio ao qual Foucault se dispões a enfrentar ao investir sobre ele a partir de uma perspectiva histórica. É contra essa forte tradição, cujo teor é marcadamente metafísico, que Foucault, na esteira do pensamento outros filósofos como, por exemplo, Nietzsche, propõe a noção de perspectiva. Em vez da verdade absoluta, perspectiva.

Essa é uma das bases da renovação que Foucault quer desenvolver acerca da relação filosófica entre subjetividade e verdade. Ainda que a proposta foucaultiana de revisão desta relação esteja, como bem destaca Candiotti (idem), situada mais clara e complexamente desenvolvida na terceira fase do seu pensamento – *fase ética* –, esse dilema já aparece na sua obra bem antes. Na década anterior, como vimos vendo, Foucault já aponta sua preocupação com a temática, e afirma ser necessária uma crítica detalhada da noção de sujeito moderno. Para ele, já em 1973,

“seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui o interior da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. É na direção desta crítica radical do sujeito humano pela história que devemos nos dirigir.” (FOUCAULT, idem, p. 10).

Ou seja, já uma década antes daquela que é tida como a fase do pensamento foucaultiano propriamente dedicada à questão do sujeito constituído na sua relação com a verdade, o pensador francês já indicava claramente o seu projeto de reanálise e renovação da perspectiva sobre a verdade diretamente relacionada ao estatuto ontológico daquele.

É no fértil terreno da história que Foucault operou o redimensionamento dos termos sujeito e verdade. É com uma análise histórica da noção de sujeito e de verdade que ele propõe a perspectiva que ambos possuem uma história. Para Foucault (ibidem), tanto a verdade, enquanto produção de saberes, quanto o sujeito, entendido como

processo contínuo de subjetivação, são frutos de práticas sociais. Mais uma vez, pode-se afirmar a influência de Nietzsche no pensamento foucaultiano. Assim como fora dito na introdução dessa dissertação-ensaio, a recusa de buscar uma origem miraculosa metafísica (*Ursprung*), postura própria do genealogista, tem como resultado incontornável a *noção de invenção (Erfindung)*. Retirada de uma famosa passagem da *A genealogia da moral*, na qual Nietzsche faz referência à produção do ideal – “uma espécie de grande fábrica, de grande usina, em que se produz o ideal.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 15) – da idéia de origem inventada (*Erfindung*), nada escapa. Tudo que existe para nós foi inventado por relações de poder relativamente obscuras. Isto quer dizer que não há solenidades puras de origem que confirmem qualquer grau de incolumidade a algo, mas tudo está irremediavelmente submetido a toda a carga de ‘contaminação humana’ presente no ato da invenção. Em Nietzsche, a invenção é, segundo Foucault (*ibid.*), ao mesmo tempo, uma ruptura e algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável⁵². O sujeito, a verdade, a moral, o conhecimento, a noção de sujeito e de objeto do conhecimento, afinal, tudo tem uma data de nascimento, fora engendrado por práticas sociais, logo, possui uma circunstância histórica, uma arbitrariedade.

Voltando à articulação entre subjetividade e verdade, das novas questões que surgem com esse viés histórico, Candiotta (*ibidem*) ressalta duas: “[...] que relação o sujeito estabelece consigo a partir de verdades que culturalmente lhe são atribuídas?; e, desta decorrente, “[...] considerando o que são tais discursos [de verdade] em seu conteúdo e em sua forma, levando em conta os laços entre obrigações de verdade e a constituição de subjetividades, que experiência os seres humanos fazem de si próprios?” (p. 88). Ainda segundo o professor Candiotta, em qualquer cultura há asserções que, independentemente de seu valor de verdade referentes ao sujeito, circulam enquanto tais, exercendo toda a força pertinente ao que é tido como verdadeiro. Com isso, ainda que o dito conhecimento verdadeiro não tenha nada a ver com aquilo que fora formulado por filósofos como Descartes e Kant, para os quais, a despeito das diferenças entre suas teorias, o conhecimento estava fundado no sujeito cognoscente e na sua relação natural com o conhecimento, quer inato quer empírico, ou seja, é como se houvesse uma ligação metafísica entre o mundo a conhecer e o sujeito conhecedor, o

⁵² O último termo merece destaque, haja vista seu teor que o associa à liberação, por parte do sujeito, de alguma verdade oculta, cujo conteúdo imoral lhe constrange a omiti-la: os começos, muito aquém da solenidade desejada, estão é entremeados de mesquinhas, as quais, segundo FOUCAULT, Michel (2005a), não devem ser temidas, muito menos rejeitadas, mas consideradas ao limite, porque “à solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções” (p. 16).

sujeito acaba sendo construído tendo como ele como ‘espelho’. Dito de outro modo, conquanto não haja a verdade em si, tampouco um sujeito dado a conhecê-la através de uma razão que compartilha com aquela uma natureza comum, o conhecimento prossegue ditando normas ou formas existenciais para os sujeitos.

A perspectiva genealógica foucaultiana de conhecimento, diretamente relacionada à de sujeito, tomada declaradamente de Nietzsche – usando os termos deleuzeanos já citados sobre o pensamento de Foucault – exerce um poder violento, uma coragem crítica que desafia os ouvidos ensurdecidos pela doutrinação metafísica do libelo da verdade. Ao contrário, assim como para Nietzsche, Foucault contraria a normalidade reflexiva ao afirmar que o conhecimento é pura invenção. Apesar de não ter qualquer intenção pejorativa ou negativa, essa idéia causa calafrios naqueles que apostavam em um conhecimento que é mera descrição da realidade verdadeira em si. A idéia de *conhecimento como acontecimento* desenvolvida por Foucault é a chave para compreender a relação entre a singularidade atinente ao sujeito e o conhecimento que ele circunstancialmente produz (CANDIOTTO, 2007). Segundo Candiotto (idem), Foucault faz a opção por uma verdade da “[...] ordem daquilo que *acontece*, das práticas da ordem daquilo que *acontece*, das técnicas de produção, da captação mediante rituais e recusas, efeito de jogos de verdade que ocorrem nas práticas concretas.” (p. 205), em prejuízo à visão de verdade como expressão ontológica do que é, a verdade-apofântica, verdade-descoberta, verdade-abstrata. Ao passo que esta discute questões de métodos e instrumentos de descrição e demonstração objetiva de fatos, aquela trabalha na dimensão das estratégias para um campo de lutas, no qual a verdade-demonstração é apenas um aspecto de uma tecnologia de verdade-acontecimento muito mais ampla (CANDIOTTO, *ibidem*).

Para Foucault (*ibid.*), o homem não tem uma inclinação para conhecer. Apesar de o conhecimento ter relação e ser fruto dos choques entre os instintos humanos, ele não figura entre o conjunto de instintos presentes no homem (FOUCAULT, *ibid.*), mas também não é um produto de uma atividade exclusivamente reflexiva, racional, conforme criam os modernos clássicos. Diz Foucault (*ibid.*), “o conhecimento é como um clarão, como uma luz que irradia mas que não é produzido por mecanismos ou realidades que são de natureza totalmente diversa.” (p. 16). Assevera ele, não é instinto, não faz parte da natureza humana, mas é o resultado casual da luta ou do combate do humano contra si mesmo. Ele traduz um *estado de tensão* ou *de apaziguamento* entre os instintos, e não compartilha algo de originário com a natureza humana, nem sequer com

o mundo das coisas a serem conhecidas. Em suma, o conhecimento é uma invenção, assim como o sujeito não tem uma origem que lhe assegure qualquer continuidade ou direção prévia, mas reflete um conjunto de práticas sociais. Nem o sujeito nem o conhecimento possuem um *telos* predefinido, essencial.

Mas é de um tipo de saber ou conhecimento produzido por uma prática social que se tratará a partir daqui. São os saberes produzidos pelos discursos informacionais da mídia como um *dispositivo*⁵³ *de poder-saber* que encontrou, na atualidade, seu maior desenvolvimento e sua maior expressão, que serão analisados. Uso o termo dispositivo em uma formulação composta – poder-saber – para designar a mídia tanto para remeter à idéia sempre presente nessa dissertação-ensaio – a de relações de poder-saber – quanto por compreendê-la como totalmente inserida na lógica do dispositivo descrita por Foucault. Para ele, por o dispositivo ser caracterizado por uma *natureza estratégica*, ele exerce certa manipulação das relações de poder através de uma intervenção racional e intencional de organização destas relações, seja para desenvolvê-las em determinado sentido, seja para bloqueá-las, estabilizá-las, utilizá-las, etc. O objetivo, o que está em questão, é conferir certo ordenamento às relações de poder que, ainda que efêmero por natureza, sirva de base para a realização de certo fim estrategicamente concebido.

O dispositivo está inserido em um *jogo do poder*, sempre ligado também a uma ou mais configurações de saber que nascem dele, mas que, por outro lado, são sua condição de emergência (*Entstehung*⁵⁴). Ou seja, o dispositivo são estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele (FOUCAULT, 2007d). Assim, porventura, a mídia não reuniria essas características, exercendo, portanto, uma posição estratégica de manipulação das relações de forças, a fim de

⁵³ Segundo REVEL, Judith (2005), o termo *dispositivo* aparece na obra de Foucault na década de 1970, com o fim de designar os operadores materiais do poder, ou seja, as técnicas, estratégias e formas de assujeitamento utilizadas, os mecanismos de dominação. Para FOUCAULT, Michel (2007d), forma um conjunto heterogêneo, englobando discursos, instituições, organizações, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não-dito. Ele também observa que há algum tipo móvel de relação entre estes elementos, um tipo de jogo, no qual há mudança de posições e modificações de funções constantes. O dispositivo tem uma função histórico-estratégica dominante de responder a uma urgência, sendo capaz de se remodelar permanentemente, a fim de se adaptar à próxima demanda. Ele se dá a uma série variada de temas, formando *dispositivos de saber, dispositivos de poder, dispositivos disciplinares, dispositivos de sexualidade*, etc., os quais se tocam em vários sentidos.

⁵⁴ No artigo *Nietzsche, a genealogia e a história*, que já fora citado anteriormente, FOUCAULT, Michel (2007b) afirma que os termos que melhor marcam o objeto da genealogia são *Entstehung* e *Herkunft*, emergência e proveniência, respectivamente. É importante ressaltar também o lugar de *Erfindung* [invenção] para a atividade histórica do genealogista. Sobre o conceito de *proveniência*, parece-me importante destacar a observação feita por CANDIOTTO, Cesar (2007), na qual diz que esse conceito nada tem a ver com as idéias de pertença social ou com a categoria de semelhança, mas busca indicar, isso sim, a não unicidade e universalidade do sujeito.

promover certas idéias através da veiculação de certos saberes, ao mesmo tempo que bloqueia o surgimento de antíteses às suas formulações? De outro modo, a mídia não tem a capacidade de se remodelar constantemente em razão de algum novo objetivo ou para prover certas respostas a questões urgentes? Além disso, é possível prescindir de considerar a importância do que a mídia produz na formação das subjetividades hodiernas, dos modos de subjetivação mais expressivos, cujo poder de estabelecer caminhos existências se torna mais e mais dominante?

Está interpretação parece ser assaz pertinente, de tal forma que poderia dispensar corroborações. Todavia, ela encontra ressonância em alguns artigos. Em Fisher (2002), por exemplo, vê-se o uso da expressão *dispositivo pedagógico da mídia*, cujo sentido ratifica o que foi supracitado, na medida em que se refere ao modo operatório midiático, sobretudo televisivo, e à sua influência sobre a constituição dos sujeitos e de suas subjetividades, através da produção de signos, imagens e “[...] saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem.” (p. 153). Neste mesmo compasso está Coimbra (2001) que, a partir da análise dos discursos acerca de uma operação policial no Rio de Janeiro de quatro jornais escritos de grande circulação nacional, analisa os sentidos dados pela mídia ao problema da violência urbana, ressaltando a influência deles sobre os sujeitos. Em um sentido relativamente diverso, mas congruente no que tange ao valor da mídia para as sociedades atuais, Miguel (2002; 2004) e Coutinho (2003) avaliam o lugar central da mídia no âmbito político-eleitoral brasileiro, argumentando como, até mesmo em uma perspectiva histórica, o surgimento e franco desenvolvimento midiático alterou as relações políticas não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Leal (2005), por sua vez, analisa como a mídia, no recente processo de privatização de empresas estatais pelo qual o Brasil passou, buscou construir, através de seus discursos, um senso comum a favor deste processo como *algo positivo* e de criminalização das manifestações contrárias a ele, as quais são, segundo a autora, enfocadas desde a perspectiva da violência, logo, *algo negativo*. Para ela, essa é uma demonstração inequívoca da imparcialidade da mídia, porquanto, na sua análise, foi constatada a seleção intencional de imagens para fundamentar aquela interpretação arbitrária dos fatos.

Com orientações ideológicas e metodológicas variadas e objetos distintos, esses exemplos apontam para um mesmo fato que parece ser incontestado: a mídia é um agente político, ideológico, econômico, em uma expressão, um *dispositivo estratégico de manipulação das relações de poder-saber* de fundamental importância para as

sociedades contemporâneas, com uma notável interferência no processo de subjetivação através das suas construções de sentidos.

Não é preciso recorrer à imaginação ou à vasta filmografia sobre a capacidade de manipulação que a mídia, nas suas mais diversas modalidades, pode exercer sobre os sujeitos. Desde a construção de sentidos acerca de fatos ocorridos até a criação artificial de fatos, a história de manipulação midiática é bastante rica e promissora. Sem entrar nos meandros dessas questões demasiadamente complexas, o que tem de ser ressaltado é apenas que a sempre problemática definição de realidade, em tempos de algo como uma ‘sociedade midiaticizada’, tornou-se algo ainda mais relativa. A função de *desveladora da realidade* da linguagem que é tida por fundamental pelo menos desde o *logos* grego, apresenta-se há muito tempo, e agora cada vez mais intensamente, como sendo frontalmente questionável. Ao que parece, no lugar da realidade-verdade, é bem mais razoável considerar a realidade como alguma coisa sobre a qual não é possível ter total domínio. Ao contrário de uma linguagem que representa sua essência ou a totalidade daquilo que a compõe, a linguagem pode ser tida como *construtora da realidade*. A seguir, três pontos serão destacados com o objetivo de nortear a análise do discurso da mídia⁵⁵.

O *primeiro ponto* acerca da influência da grande mídia televisiva que merece ser destacado é a força inerente ao uso discursivo da linguagem que é o de forjar *sentidos de realidade*. A mídia contribui, com toda sua discursividade, para a construção dos sentidos de realidade compartilhados por determinado contexto social. Assim, em face à sua importância pedagógica já anunciada, ela pode ser considerada como formadora da realidade. Note-se, apesar disso, que não há aqui uma defesa radical da idéia segundo a qual não há realidade, que os fatos simplesmente não existem, mas são eles mesmos ficções, o que inviabilizaria quaisquer críticas a algum enfoque midiático acerca de algum evento, prática, manifestação, política, etc., uma vez que tudo é simples construção, pura virtualidade. Ao invés, se for o caso de definir, me linhas bem gerais, a postura teórico-prática adotada aqui sobre o tema da realidade, a idéia é que os fatos existem e constituem algo mais complexo do que eles, a saber, a realidade; no entanto, não temos acesso aos fatos em si mesmos, tampouco teremos acesso ou, mais ainda, domínio da realidade que, numa visão relativamente tacanha, eles constituiriam.

⁵⁵ Para efeito de recorte analítico, doravante, é a mídia televisiva que será focalizada nessa dissertação-ensaio, de tal modo que, aonde se lê mídia, sem alguma especificação, leia-se mídia televisiva.

A realidade, numa perspectiva mais complexa, é muito mais do que um conjunto de fatos. Além disso, sobre os fatos, ter-se-ia muito menos acesso direto do que pressupõem as visões objetivistas. Pode-se chamar isso de uma espécie de *realismo fraco* ou um *perspectivismo*, uma posição segundo a qual a realidade não é mera construção arbitrária de fatos, mas fundamentalmente a interpretação, a significação ou a representação, sobretudo lingüística, que fazemos deles⁵⁶. Dito de maneira quase metafórica, é como se houvesse realidades, como se os fatos fossem uma espécie de objetos de múltiplos lados, dos quais só se pode representar um deles através do apoio da linguagem. Quer dizer, não há acesso possível aos fatos *em si*, sem mediação lingüística, mas somente aos fatos para os sujeitos que deles fazem suas interpretações relativamente arbitrárias. Não são absolutamente arbitrárias, tendo em vista que não partem de um subjetivismo relativista radical, isto é, que prescindiriam completa e inescrupulosamente de se reportar em alguma medida à realidade, aos fatos. Por outro lado, também desacreditam a idéia segundo a qual uma suposta concretude imparcial e neutra dos fatos se imporia ao sujeito. Logo, não há verdade que corresponda a uma suposta singularidade dos fatos que deveria se impôr a todos, mas sim discursos de verdade que exprimem perspectivas acerca da realidade.

A visão esposada aqui é a de que resta algum resquício de realismo que permite, inclusive, que dada interpretação seja questionada considerando os fatos, o que se dá não no âmbito metafísico da verdade, tampouco no teórico-objetivista da verdade como correspondência – para o qual, em uma versão sumária, uma proposição é verdadeira se, e somente se, corresponde exatamente à verdade das coisas, de um estado de coisas ou fato, ou seja, que a realidade corresponde às idéias [verdadeiras] que um sujeito faz dela –, mas sim no lingüístico-discursivo-interpretativo, a partir de um processo dinâmico de busca por justificação ou validação de dada interpretação da realidade, que está constante e irremediavelmente sujeito a críticas, em um contexto específico, conforme as regras e parâmetros que regem as práticas discursivas de verdade vigentes.

Com isso, considerando que as práticas discursivas de verdade estão inscritas em uma lógica política de sua produção, ou seja, que são fruto de relações de saber-poder, é

⁵⁶ O debate em torno dessas questões, da posição realista, anti-realista, cética, etc. é um dos mais espinhosos da história da filosofia. Obviamente, não é a intenção analisar os problemas inerentes a cada vertente, mas apenas apresentar e assumir a postura que servirá de apoio à discussão dessa dissertação-ensaio. Para um aprofundamento em algumas das questões e distinções que corporificam esse rico debate, assim como uma interessante relação com o contexto político democrático, ver LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*; tradução Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

possível falar em manipulação. Cabe, entretanto, ressaltar que este termo, quando usado aqui, deve ser compreendido de modo deflacionado, sem toda a carga pejorativa que, salvo engano, a tradição de pensamento de cunho marxista lhe conferiu. Manipular tem simplesmente a conotação de *forjamento*, construção relativamente arbitrária a partir de elementos existentes, deste modo, uma positividade, uma criatividade. Sobre este assunto, Charaudeau (2006) parece corroborar a visão aqui apresentada, ao afirmar “as mídias manipulam tanto quanto manipulam a si mesmas.” (p. 18). Aliás, esta afirmação está associada a outras, com as quais o autor busca objetar alguns mitos acerca da mídia. No que tange ao caso da manipulação, para ele, a mídia não é o agente manipulador que engambela o público espectador. Não é a um público de ignorantes que a mídia se reporta. Se o fosse, a mídia teria de pressupor a existência de um universo de ignorantes, visto que seu objetivo não é o de alcançar um público restrito. Ao contrário, ainda que certos programas tenham públicos-alvo determinados, o desejo midiático mais profundo é, segundo Charaudeau (*idem*), o *público-universal*. Somente a pressuposição de que o universo composto pelos indivíduos se trata de um universo de ignorantes garantiria à mídia total controle sobre o agente manipulado, os indivíduos assim concebidos.

Os sentidos de realidade que a mídia produz obedecem a uma mecânica de duplo processo (CHARAUDEAU, *ibidem*). Eles nunca estão dados *a priori*, mas são construídos pela ação lingüística do homem em dada situação de troca social. E é em uma situação de troca que o duplo processo de semiotização ocorre. Para Charaudeau, este processo é formado por *transformação* e *transação*. O primeiro “consiste em transformar o ‘mundo a significar’ e, ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas em formas.” (*ibid.*, p. 41). Quer dizer, o mundo é tomado como objeto de significação, de modo que os seres são nomeados, as ações são descritas, valoradas e modalizadas e os fatos são narrados argumentados ou contados. O segundo

“consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo de parâmetros: as hipóteses sobre a *identidade* do outro, o destinatário-receptor, quanto ao saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc.; o *efeito* que pretende produzir nesse outro; o tipo de *relação* que pretende instaurar com esse outro e o tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes.” (CHARAUDEAU, *ibid.*, p. 41).

Ambos se unem em torno do ato de informar, tendo aquele sua inscrição no processo informativo ao *descrever* [identifica-qualificar fatos], *contar* [reportar acontecimentos], *explicar* [fornecer as causas desses fatos e acontecimentos], enquanto este faz *circular*

entre os sujeitos um objeto de saber que, em tese, que um possui [a mídia] e outro não [os espectadores], estando a cargo daquele transmitir e deste receber, compreender e (re)interpretar o que lhe foi passado, sofrendo, com isso, alterações tanto acerca do seu estado inicial de conhecimento quanto do estado de subjetivação em que estava. Na visão do autor, é o processo de transação, de troca simbólico-relacional da informação, que comanda, o que denota que a transformação manipuladora do mundo, da realidade, dá-se em função da demanda ou das expectativas de demanda que a mídia tem. Dentre à multiplicidade de possibilidade existentes, é o *endereçamento* da notícia que dita o caminho interpretativo atualizado e veiculado.

Em suma, o acontecimento que é caso de uma notícia é o resultado de uma visão social do mundo que o interpretou e veiculou, expressando uma parte, uma perspectiva da situação noticiada. A partir do exemplo de um acidente de avião, Charaudeau trabalha como um mesmo fato pode ter diversas abordagens: “para umas [pessoas] será a causa (acidental ou criminal), para outras serão as conseqüências (individual ou política), para outras ainda serão os detalhes do acidente (mórbidos ou técnicos).” (ibid., p. 94). O que importa, então, não é o acontecimento em si, mas sim aquilo que o autor chama de *processo evenemencial*, ou seja, o processo de construção do acontecimento. Resumidamente, isso significa que para que um acontecimento possa ser apreendido, é necessário que seja gerada alguma modificação no estado, por assim dizer, aparentemente harmônico ou estável do mundo, na homeostase físico-social, ao ponto de ser percebida pelos sujeitos, os quais enquadrarão essa espécie de anomalia a uma rede de significações sociais que dêem racionalidade ao evento. Esta visão, à luz do pensamento foucaultiano, torna-se relativamente problemática, na medida em que não há, para Foucault, qualquer estabilidade que confira a um evento o estatuto de acontecimento por oposição a uma fixidez mundana. O mundo e a realidade podem ser entendidos como vida, pois, tal como ela, são pura possibilidade de possibilidades. Logo, toda configuração dotada de sentido, ou seja, que pode ser compreendida ou decodificada pela rede semiótica existente em dado contexto, deve ser tomada como uma possibilidade de configuração, e não como um sentido obrigatório. Porque se configuram como mudança, pura imanência, movimento, fuga do sentido dado, pronto e definitivo⁵⁷, não têm um sentido [finalidade], mas sentidos [significações]. Esta visão

⁵⁷ Desenvolvi uma análise dessa questão em uma breve reflexão intitulada *Contra a metafísica, a vida: um ensaio sobre a relação vital entre experiência, imanência e aprendizagem para um pensamento vivo*. In: **IV congresso Nacional de Filosofia Contemporânea**, 2008, Curitiba. Caderno de resumos. Curitiba:

tem como pontos de apóio os conceitos de experiência e acontecimento, entendidos, em conjunto, como expressões do que singulariza a história, a fronteira e o limite que atravessam os sujeitos, constituindo-os e reconstituindo-os, tendo como lógica operatória a dinâmica, o devir, a incessante movimentação.

A noção de acontecimento como algo que perturba a ordem, apresentada por Charaudeau, diverge sensivelmente do que Foucault compreende por acontecimento ou acontecimentalização⁵⁸. Desta forma, o que Charaudeau toma por acontecimento será trabalhado, nessa dissertação-ensaio, de modo crítico, à luz do conceito de acontecimentalização foucaultiano, pois, apesar de a noção esposada por aquele ser largamente mais propagado, a idéia de uma tomada de consciência da realidade enquanto rupturas e singularidades em um mundo somente aparentemente ordenado defendida por este, é mais adequada à genealogia. Essa importante digressão precede a definição do segundo ponto sobre a mídia de massa a ser apresentado.

O *segundo ponto* que deve ser sublinhado, estando diretamente ligado ao anterior, refere-se à capacidade da mídia como um meio de comunicação que envolve a produção, a veiculação e recepção de algo. Primeiramente, cabe ressaltar que a mídia será tomada, nessa dissertação-ensaio, como um *meio de informação* ou *comunicação não-dialógica ou não-aberta*, ou seja, um *meio de comunicativo-informacional* que não é capaz, até mesmo por não interessar, de implementar a lógica dialógica, compreendida como aquela na qual há a participação efetiva e relativamente irrestrita dos participantes. Neste compasso, alguma coisa só pode ser tida como uma ação dialógica se, e somente se, houver pelo menos dois sujeitos que se alternam livremente entre a posição de ouvinte e falante, assumindo a postura da primeira pessoa do plural, do *participante performativo*. Isso garantiria não só a dimensão dialógica, mas também a democrática da mídia televisiva de massa, tendo em vista que os sujeitos, indistintamente, teriam acesso relativamente irrestrito à posição de agentes ativos da

Champagnat, 2008, v. 1, p. 181-182. ISBN: 9788572921916. Essa breve reflexão foi inspirada em dois artigos publicados em RODRÍGUEZ, Fermín y GIORGIO Gabriel (compiladores). **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida**. Buenos Aires, Paidós, 2007. Em *La inmanencia: una vida*, de Gilles Deleuze, e *La vida: la experiencia y la ciencia*, de Michel Foucault, que, coincidentemente, foram os dois últimos ensaios publicados por Deleuze e Foucault, o tema da vida, tanto como experiência de puro devir e diferença, no primeiro, quanto como experiência do erro, no segundo, aparece em destaque.

⁵⁸ *Acontecimento* é um termo bastante rico no pensamento foucaultiano, designando, segundo REVEL, Judith (2005), ora, de maneira 'negativa', um fato para o qual algumas análises históricas se contentam em fornecer a descrição, ora de maneira 'positiva', como a cristalização de determinações históricas complexas que ele opõe à idéia de estrutura. Ele também dá origem a um neologismo importante criado por Foucault: *acontecimentalização*, que significa, ainda de acordo com a autora, a tomada de consciência das rupturas da evidência induzida por certos fatos, capacitando-nos a apreender qual o acontecimento sob cujo signo nós nascemos e qual aquele que ainda continua a nos atravessar.

mídia, e não como ocorre, isto é, como agentes passivos de recepção. Diante disso, o ato de comunicar informações, quer dizer, de tornar alguma coisa comum, de fazer circular entre o maior contingente de sujeitos possível certa informação agregada de valores e juízos sobre os mais diversos objetos, torna-se uma via de mão única, cujo vínculo entre as partes – aquela que produz interpretações e as veicula e a que recebe e as (re)interpreta – é um mundo em comum.

Como o conteúdo dos meios comunicativo-informacionais é a notícia ou a informação⁵⁹, segundo Charaudeau (ibid.), “numa primeira aproximação, informar é [necessariamente] transmitir um saber a quem não o possui [...]” (p. 18). O ato de informar também não pode prescindir da presença de, no mínimo, duas pessoas, mas, costumeiramente, pressupõem uma série de coisas dadas *a priori*, justamente sobre as quais pretende agir com seu saber. Ao que Charaudeau (ibid.) denomina de “ato de comunicação” (p. 72), curiosamente em um capítulo que trata das instâncias de informação, enquadra-se perfeitamente na perspectiva de informação. Diz ele que a *comunicação midiática* relaciona duas instâncias, a *produção* e a *recepção*. A primeira teria a dupla função de *fornecer informação* e *gerar o desejo pelo seu consumo*; a segunda deveria apenas manifestar seu interesse e/ou prazer em consumir tais informações. Com efeito, o que está delineado é a formação de um espaço de relativa ou virtual interação, no qual há uma instância de sujeitos da produção e outra de sujeitos da recepção, completamente separadas. Por isso, e diante da definição de comunicação apresentada acima, nessa dissertação-ensaio, convencionar-se-á chamar de *contexto informacional* aquele espaço virtual de interação.

Retomando a questão da informação como saber, é preciso matizar essa consideração. Para Charaudeau (ibid.), o saber a ser transmitido não possui um *status* qualquer, mas deve ter um quê de científico, ser fruto de algum tipo de consideração dos acontecimentos concretos produzidos no mundo, sobre os quais se constituem saber ou saberes. Esses saberes, então, expressam uma *semiótica midiática*, um conjunto de signos que compõem o quadro significacional que os sujeitos usam para interpretar algo. Outra importante consideração do autor diz respeito à recepção desse saber. A despeito do cunho pretensioso dos agentes da produção, nada está garantido de antemão. No maior grau possível, os saberes produzidos pela mídia devem encontrar

⁵⁹ Além de informação de cunho jornalístico, a grande mídia televisiva também produz o que será chamado de entretenimento. Nessa dissertação, não será desenvolvida uma análise diferencial entre a informação passada sob a égide do jornalismo daquela que, embora com um cunho de divertimento, também está entremeada de valores, estilos de vida e comportamento

correspondência ou bem com aqueles que os receptores já haviam cogitado, ou bem com suas expectativas irrefletidas. Duas conclusões podem ser tiradas dessas questões: primeiramente, que a relação mídia-público espectador é muito mais complexa e dinâmica do que a mera lógica produção-recepção; em segundo lugar, que, em virtude da necessidade imperiosa de gerar no público-alvo o interesse-consumo pela informação ou notícia, que há uma dificuldade de distinguir, quanto ao que a mídia produz, *informação-notícia*, que possuiria um teor jornalístico, da publicidade, do *marketing*, cujo teor é comercial⁶⁰.

O *terceiro ponto* dessa instância de produção de verdades, igualmente relacionado aos outros dois, refere-se às suas *estratégias de convencimento*. É fato constatável que a mídia se desenvolveu prodigiosamente no século passado, ao ponto de alterar radicalmente as relações humanas (MIGUEL, 2002). Embora não seja o objetivo fazer uma genealogia detalhada da autoridade da mídia como emissora de verdades, cabe observar alguns elementos históricos que posicionem minimamente o seu lugar de destaque. Conforme Miguel (*idem*), introduzindo os argumentos do seu artigo, “já no começo do século [passado], fez-se notar a presença do rádio, secundado pelo cinema, que se mostrou um importante instrumento de propaganda.” (p. 156). Aduzindo o campo da política, no sentido político-partidário das eleições, o autor cita figuras como Adolf Hitler e Franklin Roosevelt como expoentes daqueles que, com grande maestria e sendo de oportunidade, usaram estrategicamente as mídias existentes como forma de propagarem seus nomes e ideais. Aliás, esse recorte é bem adequado, tendo em vista que os processos eleitorais dos países formalmente democráticos cada vez têm se tornado uma batalha publicitária. Coutinho (*op. cit.*), por exemplo, ao analisar as eleições nacionais brasileiras ocorridas em 2002, destaca a posição fundamental da televisão e da propaganda para a vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores. A contratação de uma dos mais expressivos publicitários ou ‘*marketeiros*’ brasileiros, Duda Mendonça, não é um traço fortuito nesse contexto, mas sim uma jogada estratégica.

Tratando, em uma perspectiva histórica, do surgimento e crescimento da mídia de massa no Brasil, Azevedo (2006) afirma que é “[...] só com o surgimento do rádio no início da década de 1920 e a sua popularização da década seguinte que teríamos [no

⁶⁰ Apesar dessa importante dificuldade, nessa dissertação-ensaio, os dados discursivo-midiáticos analisados devem ser considerados como informação-notícia, haja vista o contexto [programas] onde foram produzidos e nos quais veiculados.

Brasil] o início da era da comunicação de massa.” (p. 93). Contudo, aponta o autor, *a formação de um mercado de massa* só se completaria na década de 1950, com o advento da televisão, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão na década de 1970. Desta forma, assegura ele, é na década de 1980 que o Brasil ganha as feições de uma indústria de massa, com claro destaque para a televisão no cenário do mercado nacional de entretenimento e informação. No tocando ao contexto brasileiro, essa é uma característica que deve ser ressaltada, visto que a televisão pode ser considerada, de longe, a mídia de massa mais expressiva e, portanto, influente. Azevedo (idem) demonstra, através de uma análise comparativa da influência da mídia escrita [jornais] entre o Brasil e alguns países, como há um claro privilégio midiático da televisão⁶¹. Esta análise é corroborada por Coimbra (idem), ainda que de modo relativamente secundário. Citando uma pesquisa realizada na Biblioteca Nacional sobre o número de jornais em circulação no Rio de Janeiro, cujo fim era provar que o processo de crescimento da importância midiática a partir da década de 1960 veio acompanhado daquilo que ela chama de um processo gradativo de monopólio, mas que, na realidade, é de oligopólio, vê-se como fora reduzido o número de jornais no decorrer do tempo⁶². Outro dado relevante sobre o caso brasileiro que o artigo de Coimbra aponta é o contexto político no qual aquele vertiginoso crescimento das mídias de massa brasileiras se deu. Segundo a autora, o ano de 1964 é um divisor de águas, pois é a partir do golpe militar ocorrido nele que as mídias de massa, especialmente as de telecomunicação, expandem-se sobremaneira. “Sob os slogans do desenvolvimento, da modernização aliados à segurança nacional, os meios de comunicação tornaram-se prioridade para o regime militar.” (COIMBRA, *ibidem*. p. 2). Citando Muniz Sodré, afirma que, através de uma ‘modernização conservadora’, desenvolveu-se uma tecnoburocracia que combinou tecnologia com interesses militares e comerciais, tendo características transnacionais. Prosseguindo em aduzir um dos paladinos do jornalismo brasileiro, Coimbra defende que o crescimento e a expansão dos meios de comunicação significaram, paradoxalmente, sua centralização e controle por uns poucos – tendência

⁶¹ Na página 93-94, AZEVEDO, Fernando Antônio (idem) utiliza como exemplo a circulação ou a venda de jornais no Brasil. Através de uma comparação de dados da circulação de jornais no Brasil com alguns países tidos como desenvolvidos, o autor destaca o modestíssimo brasileiro. Apenas para citar um exemplo, a soma dos números de cinco dos maiores jornais brasileiros não consegue sequer alcançar a mídia de exemplares em circulação de um jornal como o americano *The New York Times*. O diagnóstico do autor é que isso se deve à baixa escolarização do brasileiro. Motivos à parte, o que esse exemplo pode indicar, e o que deve ser observado, é que o brasileiro tem acesso prioritário à informação pela televisão.

⁶² Em 1950, eram 52 jornais em circulação; já, em 1960, deu-se início a um intenso processo de redução. Nesta década, caiu para 22 o número de jornais; em 1970, para 16 e, na década de 1990, para 7.

ocorrida, segundo ela, mundialmente a partir da segunda metade do século XX. Azevedo (idem) concorda que essa visão, ao afirmar que uma das características históricas mais notáveis do sistema midiático brasileiro é a existência do monopólio familiar e a propriedade cruzada dos meios de comunicação de massa, que acabam por gerar a pequena diversidade de pontos de vista político.

De acordo com Muniz Sodré (apud COIMBRA, *ibid.*), a imprensa escrita e a radiodifusão são, atualmente, setores extremamente “familiares”, porquanto “[...] nove clãs controlam mais de 90% de toda a comunicação social brasileira. Trata-se de jornais, revistas, rádios, redes de televisão, com mais de 90% de circulação, audiência e produção de informações [...] controlados pelo estamento dominante.” (p. 2). Sem nos pormenores desse espinhoso campo, isto é, dos processos de concessão pública, uma vez que, pela Constituição Federal, no artigo 223, Capítulo V [da comunicação social], cabe ao Poder Executivo conceder e renovar [ou não] a concessão dos meios de comunicação social, resta, nesses comentários gerais sobre o contexto brasileiro, pontuar o levantamento feito pelo filósofo e lingüista Noam Chomsky, o qual fora apresentado na *Folha de São Paulo*, que aponta que a Rede Globo detém amplo predomínio no que se refere aos mais variados tipos de mídias, perfazendo-se um dos sete maiores grupos que constituem, em escala mundial, o *império da mídia* (apud COIMBRA, *ibid.*).

As análises desses dois autores convergem para dois pontos fundamentais: as telecomunicações, na forma de mídia de massa destacada no contexto social, são um dos mais importantes equipamentos sociais no que tange ao forjamento de significação e interpretação da realidade, a tal ponto que os meios de comunicação de massa falam pelos e, mais notada e constantemente, para os sujeitos; e que há um perigoso processo de centralização do poderio midiático, o que, haja vista a importância supracitada, compromete fortemente a democratização da produção, veiculação e acesso à informação, assim como restringe a direção da influência sob as quais os sujeitos estão.

Como já fora dito, sua capacidade de produzir, notadamente com os discursos de verdade que emite, subjetividade é digna de nota e análise. Mormente por não cessar de se expandir, de sobrepujar seus limites e alcances, e, por conseguinte, aumentar sua influência sobre as pessoas, a mídia televisiva tornou-se uma espécie de protagonista na produção e veiculação de informações e de entretenimento, uma dos maiores, quiçá o maior, disseminador de valores e padrões comportamentais e existenciais.

Diante desse quadro de franco crescimento da relevância midiático-televisiva, uma pergunta parece ser obrigatória: como ou por que a mídia, sobretudo a televisão, estabeleceu-se como um agente do espaço público e privado de debates com tamanha força e influência? Evidentemente, não é o caso de nessa dissertação-ensaio fazer uma *genealogia da mídia de massa*, mas gostaria de propor uma linha de resposta, qual seja, que a mídia possui uma estreita relação com aquela prática social que é tida como o *locus* da verdade moderna, a saber, a ciência. Alguns paralelos, ao menos aparentemente, confirmam essa linha de investigação: o *foco no fato*, no objeto; a *busca pela objetividade*; as *pretensões de verdade* levantadas; o *apelo à unicidade*, à *homogeneidade* e à *coerência discursivas*; o *discurso da isenção* diante do fato noticiado; o *uso da figura do especialista* – neste caso, há uma espécie de *casamento de interesses*, já que interessa à mídia a força ou prestígio social do cientista ou especialista, e a estes interessa ter suas ‘verdades’ veiculadas a um maior público possível; a *fidedignidade das fontes*, quer empíricas quer testemunhais; e, destacadamente, assim como a ciência, a mídia *não é muito simpática a designação de uma prática social*, cujos interesses dos mais variados tipos, determinam sua orientação e seu recorte, bem como a emissão de suas ‘verdades’. É trivial afirmar que existem outros tantos exemplos possíveis de serem pensados. Entretanto, esses já destacam elementos favoráveis àquela idéia.

Conquanto seja um truísmo afirmar isso, deve ficar registrado que não está sendo dito que mídia e ciência são uma mesma coisa, que estas instâncias de produção de verdades se confundem. Inobstante, ambas compartilham a lógica existente nos *rituais de produção de verdade*. Ao passo que a ciência possui seus ‘rituais de cientificidade’, a mídia possui seus ‘rituais de informacionalidade’, ambas com pretensões de verdade altivas. Utilizando uma retórica semelhante à científica, a mídia se reveste de discursos *quase-científicos* que têm a finalidade de escamotear suas múltiplas dimensões e interesses [políticos, sociais, econômicos], em prol de veicular, através de auto-discursos, uma visão de imprensa que age em função do bem comum, para manter as pessoas bem-informadas, que denuncia crimes nos mais variados níveis da sociedade e corpo político, defensora e porta-voz da opinião pública, uma *Vox populi* tecnológica. Como uma apolegeta de si mesma, que investe pesadamente na sua auto-legitimação, é como se a mídia gozasse do estatuto de *coisa necessária*.

Em suma, considerando que a mídia televisiva exerce um incrível alcance território-populacional; que conquistou um lugar destacado no campo político da

produção de saberes, verdades e de sentidos de realidade, exercendo relevante domínio em relação aos mais diversos objetos; que opera através do registro discursivo, manipulando aqueles potentes procedimentos de rarefação; que é um dos maiores responsáveis por, numa sociedade fortemente midiaticizada como a atual, gerar elementos que disseminam estilos de vida serão usados na produção de subjetividades; exercendo grande e multifacetado poder tático, o discurso midiático sobre o(s) papel(éis) social(is) das práticas pedagógico-desportivas são um rico material a ser analisado.

CAPÍTULO 2 – RELAÇÕES DE PODER, ESPORTE E GOVERNO

2.1 – A vida em jogo: mídia, esporte e valores

“Acho que o esporte trás, de uma forma bastante segura, algumas lições e experiências que elas vão poder colocar em prática vivendo o dia-a-dia delas fora das quadras, porque tudo que acontece num jogo acontece em nossas vidas, você ganha, você perde, tem uma autoridade, que é o árbitro, você tem de respeitar, você tem companheiros de equipe, você tem adversários, pessoas que estão querendo te ajudar, pessoas que estão querendo te atrapalhar, e tudo isso acontece no mundo aí fora, e acontece dentro de quadra também. Então elas aprendem...a gente entende que é um treinamento para a vida. Realmente o esporte treina a pessoa para a vida”. **(Discurso do professor Leonardo Lemos, representante de uma ONG);**

No tópico anterior, a mídia de massa fora abordada amplamente. Ressaltou-se que ela, através de seus jogos discursivos, exerce domínio sobre um sem-número de objetos, manifestando, inclusive, uma espécie de força moralizadora sobre eles, já que emite juízos de valor acerca do que são ou devem ser. Um desses objetos sobre os quais ela exerce domínio de saber é o esporte. A associação mídia-esporte é muito provavelmente uma das mais rentáveis, tendo se desenvolvido enormemente no século XX. Certos eventos esportivos, tais como Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas, em nível global, e o *Superbowl* [jogo final do campeonato de futebol americano] – considerado o evento com maior audiência televisiva nos Estados Unidos, o que garante o maior lucro com publicidade quando comparado a quaisquer outros programas ou eventos no mesmo ano⁶³ no país – expressam o grande negócio que o esporte se tornou. Outros dados, como os milionários salários recebidos por alguns atletas de elite e de certos esportes, as vultosas e obscuras transações envolvidas na compra e venda do passe de atletas, o montante negociado nos contratos de patrocínio e o lucro de algumas empresas que fornecem material esportivo, corroboram essa afirmação⁶⁴.

⁶³ Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, a rede americana NBC arrecadou, em publicidade, mesmo em tempos de crise econômica, 206 milhões de dólares apenas durante a transmissão do jogo. Disponível em < http://www.estadao.com.br/esportes/not_esp316494,0.htm >. Acesso em 16 de fevereiro de 2009.

⁶⁴ Para uma análise do pujante crescimento do *marketing esportivo* no século XX, ver o artigo de MELO, Victor Andrade de. Esporte, propaganda e publicidade no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX e XX. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 29, n. 3, maio, 2008, p. 25-40; e PIRES, Giovanni De

A inegável, pelo menos em grande parte do mundo ocidental, força da mídia televisiva estabelece um auspicioso ‘casamento de interesses’ com os grandes eventos esportivos. Pode-se, inclusive, numa metáfora, afirmar que mídia e esporte constituem-se, hoje, em ‘irmãos xipófogos’ que não podem ser separados, sob pena de fragilizar suas subsistências. Todos os meios de comunicação de massa [jornais, revistas, internet, rádios e, sobretudo, televisão] dedicam algum espaço ao enfoque dos esportes. Deste ‘casamento’, dessas relações, surgem alguns frutos. Dentre eles, nascem discursos sobre o esporte nos seus distintos aspectos. “Esporte é saúde”, “esporte é vida”, “faça esporte, mova-se”, “conquiste um belo corpo praticando esportes”, “esporte educa” etc., são algumas das palavras de ordem e na ordem do dia da mídia televisiva. Ademais, outro fruto da união entre mídia e esporte é a produção de ícones, de ídolos e, no limite, de heróis. Neles, desenvolve-se a autoridade de servir de modelo de vida, de conduta, de sucesso. Na construção dos ideais concretizados em figuras humanas, instaura-se um ponto de contato entre o público espectador e os valores que os ídolos expressam. Ou seja, se tal ou qual atleta se tornou um ídolo nacional, um sujeito a ser copiado, os valores que estão agregados a ele passam a ser concomitantemente válidos e dignos de serem seguidos. Destarte, pode-se criar a expectativa de que, caso o fã siga os passos do ídolo, aja como ele agiu e tenha valores semelhantes, é possível conquistar seu *status*. Essa é a lógica presente na relação entre um sujeito qualquer e seu ídolo, o modo de funcionamento inerente à idéia de *exemplo de vida*.

Da relação tão estreita entre mídia e esporte, nasce uma espécie de *mega-dispositivo pedagógico*, tamanha a força de produzir saber, disseminar verdades, exercer poder sobre os sujeitos constituindo-os. É sobre o valor educativo, sobre o papel pedagógico da prática desportiva que está o foco. Assim, são as reportagens que têm como tema o lema “esporte educa” e suas derivações que serão analisadas.

A formação de uma espécie de ‘força-tarefa’ composta pela *mídia* e pelo *esporte que educa* para combater campos de ação tidos como problemáticos socialmente está relacionada a uma prática pedagógica: a *educação física*. Sem a pretensão de resgatar a intensa discussão ocorrida na década de 1980 e, sobretudo, por toda a década posterior sobre a história da educação física, mostrando suas relações com instituições, modelos de gestão humana ou fenômenos sociais, notadamente a favor do *status quo* vigente, o que deve ser ressaltado é a ligação entre uma prática pedagógica corporal e escolar e a

Lorenzi (2002), p. 81-86, nas quais se refere, por exemplo, a discursos de empresários do ramo das televisões por assinatura, segundo os quais o esporte é considerado um dos carros-chefe da programação.

disseminação de valores sócio-políticos e morais na sociedade⁶⁵. Dentre os produtos bibliográficos daquela década de debates, sobressai a reunião de alguns dos expoentes brasileiros do pensamento sobre a educação física como prática pedagógica, formando o que ficou consagrado como *coletivo de autores*, a fim de pensar e estabelecer, desde uma visão marcadamente crítico-marxista, em que ela consistia e uma metodologia para o seu ensino nas escolas. Pretende-se construir uma *pedagogia crítica da educação física* que seja capaz de dialogar com as influências da sociedade na qual estiver inserida.

Um dos pontos centrais desse arsenal bibliográfico crítico diz respeito à importância do exercício físico, numa perspectiva da politização dos corpos, seus usos e prazeres, na construção da subjetividade dos indivíduos, o que, haja vista aquela orientação marxista, aparece como caudatário dos objetivos de uma sociedade capitalista e burguesa para a construção de pessoas alienadas, submissas e úteis ao sistema. Apesar da validade dessa aproximação ou redução, bem como do devido trato dela nessa dissertação-ensaio, o que parece, de fato, mais relevante é a centralidade do corpo no processo de criação dos sujeitos, de passagem de ser humano a sujeito em constante constituição, de formação humana para quaisquer ordenamentos sociais, políticos e ideológicos, mormente da modernidade em diante. Por ora, o que precisa ser pontuado é a demarcação de uma pista da complexa genealogia da relação entre esporte e educação, pista esta que pode estar situada na ligação com uma prática pedagógica inserida na instituição escolar devidamente legitimada socialmente. Numa perspectiva histórica, ela começa a se delinear, haja vista o grande crescimento do fenômeno desportivo a partir do pós Segunda Guerra Mundial, na década de 1950. De acordo com o coletivo de autores (1992), a partir, originalmente, da influência do *Método da Educação Física Desportista Generalizada* passa a predominar uma lógica desportiva na constituição das práticas pedagógicas da educação física, de tal forma que, devido à magnitude do desenvolvimento desportivo, passa-se não ao esporte da escola, mas sim o esporte na escola.

⁶⁵ Para aprofundamento nessas e outras questões relacionadas à educação física como prática pedagógica, pode-se destacar, dentre uma grande variedade de enfoques presentes na vasta produção científico-acadêmica sobre o tema: CASTELLANI FILHO, Lino [1988]. **Educação física no Brasil: a história que não se conta**; SOARES, Carmen Lúcia [1990]. **O pensamento médico-higienista e a educação física no Brasil: 1850-1930**; BETTI, Mauro [1991]. **Educação física e sociedade**; BRACHT, Valter [1992]. **Educação física e aprendizagem social**; COLETIVO DE AUTORES [1992]. **Metodologia do ensino da educação física**; OLIVEIRA, Vitor Marinho [1994]. **Consenso e conflito da educação física brasileira**, afora a também numerosa gama de artigos, resenhas, debates etc. deles decorridos.

Os códigos e os sentidos que o fenômeno social desportivo imprime na educação física são variados, mas caracterizam uma espécie de prolongamento do esporte, sobretudo que começa a ser desenvolvido naquilo que hoje se chama de *alto nível*, quer dizer, sob a égide das biociências [fisiologia, bioquímica, biomecânica etc.]. Sob forte influência do esporte olímpico e do sistema desportivo nacional e internacional, a educação física, ao mesmo tempo que encontrava a mais nova ameaça à sua autonomia pedagógica⁶⁶, via-se à beira da realização de uma união que, futuramente, gerar-lhe-ia frutos promissores no que tange à sua promoção social. Evidentemente, esses são problemas complexos demais para que, em tão poucas linhas, dê-se conta sequer minimamente de alguns pontos. Considerando que eles não são objeto de análise, de modo que tenham sido apenas alvo de breves comentários, a idéia central é somente pontuar o início, e também alguns problemas, da relação entre esporte e educação, dos discursos que veiculam a noção de que o esporte é um instrumento pedagógico valioso.

Nos últimos anos⁶⁷, essa modalidade discursiva sobre a formação de juventude que relaciona esporte e educação tem importado sobremaneira à mídia. Os motivos são variados, mas pode-se destacar sua localização estratégica como, mormente, propagadora de grandes eventos esportivos. Não é fortuita a relação entre o aumento expressivo de mensagens, com fluxo praticamente diário, e aqueles eventos. Nota-se, por exemplo, que o ano de 2006, véspera dos Jogos Pan-Americanos do Rio, representou uma cesura quanto a essa questão. Um evento desse porte realizado na cidade do Rio de Janeiro também com recursos públicos, em meio à escalada da criminalidade e às críticas especialmente aos governos estadual e municipal, teria de ser fortemente justificado. Ante à crise de legitimidade desses governos, em razão da explícita precariedade da prestação dos serviços públicos fundamentais, da corrupção e arbitrariedades praticadas por agentes públicos, bem como do constante desrespeito aos direitos humanos e apelo à violência policial para gerir as conseqüências desse processo de descaracterização da noção de Estado de direito e democrático, ocorreu a capitalização do discurso de que o esporte tem uma função social preponderante na educação da juventude empobrecida.

⁶⁶ Anteriormente, as atividades ginásticas [métodos alemão, sueco e francês sobretudo], a instituição militar [métodos militares com foco na disciplina e hierarquia] e a instituição médica [através de prática higienistas] já tinham instrumentalizado a educação física.

⁶⁷ Numa busca no site do *RJTV*, percebe-se que os discursos sobre os papéis sociais do esporte começam a se destacar a partir de 2003, tendo, como auge do número de ocorrências de reportagens o ano de 2006.

Diante disso, apesar de toda a crítica que um grande campo da educação física direcionou e ainda direciona a presença dos esportes na escola, com o apóio midiático, a relação entre praticar esporte e ser educado torna-se cada vez mais expressiva socialmente. Seguindo o procedimento do genealogista, um fato merece destaque: a grande importância que o órgão federal que regulamenta a profissão da educação física, o CONFEF [Conselho Federal de Educação Física], dá numa edição de sua revista⁶⁸, defendendo o que é chamado de *projeto de comunicação e fortalecimento da categoria*, ou seja, uma estratégia racionalizada. Logo abaixo dessa expressão, contudo, a publicação usa a idéia de *marca educação física*, denotando a concepção que aquele órgão tem acerca do que vem sendo denominado de prática pedagógica nessa dissertação-ensaio, bem como expondo seus objetivos no que tange ao aparecimento de uma ‘boa’ imagem daquilo que chamam de profissional de educação física. Através de uma pesada campanha de promoção publicitária, associada ao que é chamado de *aparições midiáticas espontâneas*, a revista ressalta como a educação física, as atividades a ela relacionadas e seus professores passaram a ser vistos de outra forma pela sociedade. A publicação do conselho federal ainda sublinha que a educação física e afins vêm sendo tratados como fundamentais ferramentas para o desenvolvimento individual e social, assim como um importante contributo para a promoção da saúde, do bem-estar e da cultura da paz e dos ideais da boa conduta, de convivência, de cidadania e de solidariedade. Apelando para aquele princípio do autor mencionado alhures, destaca-se também a importância de famosos apresentadores e jornalistas⁶⁹ na propagação desse ideário que, segundo o discurso presente na revista, ajuda a promover a imagem da educação física e a elevar seu *status* social.

Além disso, algumas idéias que são veiculadas pela reportagem são atinentes às questões presentes e centrais do estudo desenvolvido nessa dissertação-ensaio. Um dos trunfos apoloéticos da educação física citados pela revista é o *sucesso dos seus profissionais em ações de cunho social*. Da página 13 em diante, entremado a trechos de autopromoção do conselho, o mote passa a ser o papel social da educação física. São citadas, inclusive, algumas das reportagens que compõem o corpo empírico dessa dissertação-ensaio. Através dos exemplos, ressalta-se a noção de *superação* encarnada na atuação de alguns assim chamados profissionais de educação física. Segundo a

⁶⁸ Edição n. 22, anoVI, dezembro de 2006. Disponível em: http://www.confef.org.br/revistasWeb/n22/05_EDUCACAO_FISICA_E_A_MIDIA.pdf. Acesso em: 09 de janeiro de 2009.

⁶⁹Cita-se o colunista do Jornal O GLOBO, Fernando Calazans, e o narrador e apresentador Galvão Bueno.

reportagem, “são exemplos de crianças e jovens que deixaram as ruas, largaram os vícios ou que tiveram possibilidade de inclusão social devido à orientação esportiva por parte dos profissionais de Educação Física” (p. 13). Ela chega a emitir juízos acerca do entendimento midiático sobre o papel social do esporte, afirmando que, para a mídia, não é o esporte em si que produz *benefícios*, mas sim “a ferramenta esporte devidamente e condignamente utilizada pelo profissional de educação física” (idem).

Ainda há a ocorrência das idéias de que o objetivo das práticas desportivas ‘devidamente’ orientadas por profissionais de educação física é mais do que ganhar medalha, buscando antes formar o cidadão do que o atleta. No mesmo número, só que em outra reportagem⁷⁰ que reforça o mesmo enfoque, o CONFEF cita uma campanha empreendida pela REDE GLOBO, por ocasião dos preparativos dos Jogos Pan-Americanos do Rio, cujo lema era “*O esporte formando exemplos. Faça do esporte um exercício de transformação*”. Ainda de acordo com a matéria, após o Pan, o foco da emissora é expresso pela frase “*Professor. Onde você vê uma criança, ele vê um campeão. Na vida*”. Para encerrar essa abordagem, aquela reportagem é concluída com um elenco de matérias veiculadas midiaticamente no ano de 2006 e com a promessa de que, em todos os números da revista, será destinada uma sessão para citar casos de reportagens veiculadas na mídia sobre a educação física, o que ratifica a relevância do material empírico e do recorte temporal dos dados angariados para a presente análise.

O que fica claro desde já, e será reforçado a seguir na análise dos discursos, é o apelo à transformação da vida, em algo supostamente melhor do que se tem, e isso através dos esportes. Para tanto, unem-se dois atores sociais que, no que tange ao valor pedagógico da prática desportiva, possuem prestígio social. A relação entre o órgão que fora constituído para regulamentar a profissão de educação física, tendo a função de fiscalizar a atuação dos profissionais, que – mesmo sob intensa resistência de um conjunto expressivo de professores de educação física que desaprovam e lutam contra uma série de ações e concepções de educação física implementadas pelo CONFEF – é a uma instância representativa e legitimadora do papel da educação física na sociedade, e a mídia, instância que exerce a autoridade de uma ‘voz de verdade’, ambas imbuídas de um mesmo projeto, demonstra a relevância do estudo e compreensão da importância e centralidade das práticas pedagógico-desportivas na formação política da juventude.

⁷⁰ Intitulada *Projeto de comunicação do CONFEF repercute na mídia nacional*. Disponível em: <http://www.confef.org.br/revistasWeb/n22/07_PROJETO_DE_COMUNICACAO_REPERCUTE_NA_MIDIA_NACIONAL.pdf>. Acesso em: 09 de janeiro de 2009.

Como já fora dito, muitos são os vieses usados para elogiar o esporte na mídia. Muitas, e sob os mais variados enfoques, são as reportagens que focalizam o esporte como uma *boa* prática, expressando seu caráter moral, ou seja, de propagação de valores e juízos. Fraga (2006), por exemplo, realça aquilo que chama de *biopolítica informacional*, estratégia que visa, através de anúncios, reportagens, propagandas, vinhetas, entre outros artifícios midiáticos, cuja intenção explícita pode ser de apenas informar – o que já foi suficientemente contestado acima –, mas que pretende, no campo estratégico das relações de poder-saber, difundir estilos de vida. Estilos de vida estão carregados de valores que precisam ser legitimados socialmente para que, com certo prestígio, sejam colocados à disposição dos sujeitos, num mercado de grande concorrência ensejado por aquele pluralismo abordado na introdução, com forte poder de persuasão e de consumo. E as tecnologias midiáticas são especialistas em transformar [quase] qualquer coisa em produto de consumo.

Em um estudo sobre a relação entre educação física e mídia, Pires (2002), ressalta que muito além daquilo que propala, é a mídia em si que deve ser consumida. Esta afirmação é interessante, haja vista o mecanismo que sugere: se a mídia é um produto, e, diga-se de passagem, dos mais cobiçados, pois aparecer nela, até mesmo em situações não necessariamente das mais dignas, é uma obsessão de muitos, tudo aquilo que ela divulga passa a ser, também, um produto a ser consumido. Neste sentido, tudo, cultura, valores e até mesmo pessoas se tornaram um produto. Com a expressão *indústria midiática* derivada da perspectiva desenvolvida por Adorno e Horkheimer no conceito de *indústria cultural*, Pires (idem) trata dos procedimentos midiáticos de *glamourização*. Como se viu acima, essa é uma crítica que pode ser direcionada à mídia quanto à cobertura que tem feito da criminalidade, já que certos criminosos [inclusive agentes públicos] passam de criminosos a rebeldes ou ‘espertos’ com certo charme num ‘passe de mágica’ da mídia. Associado à *descontextualização*, tudo se torna entretenimento, até mesmo as mais dramáticas situações. Este entretenimento produz um divertimento efêmero, característica importante, porque um produto precisa dar lugar a um novo produto. O consumo é fácil e rápido e o produto é passageiro.

Os discursos sobre o esporte nunca vêm sozinhos, isto é, quando se fala de algum esporte, pretende-se falar de uma série referências sociais [políticas, econômicas, culturais], expressando valores a ele relacionados, e não meramente de uma prática técnica. Talvez, nada possa ser veiculado pela mídia sem algum juízo de valor. Aliás,

relembrando um dos princípios que constituem a perspectiva genealógica de análise do discurso, a saber, o *princípio de inversão*, o fato de algo ser noticiado, de tal enunciado ser publicizado já indica um juízo de valor: ele *deve* ser comunicado aos sujeitos. Diante da multiplicidade de possibilidades existentes que foram rejeitadas ou momentaneamente excluídas, o que é noticiado possui uma validade estratégica a ser compreendida.

Alguns discursos produzidos pelas mídias televisiva e ‘internética’⁷¹ entre 2006 e 2007 serão analisados, a fim de buscas de elementos que contribuam, numa perspectiva de uma ontologia do presente, para o entendimento de nós mesmos e daquilo que se diz sobre as práticas pedagógico-desportivas. Vinte reportagens televisivas que tematizaram a complexa relação existente entre educação, produção de subjetividades e participação política na sociedade a partir das práticas pedagógico-desportivas [anexo 1], agregadas a dezesseis reportagens veiculadas via internet sobre o mesmo tema [anexo 2], formam o conjunto de dados empíricos dessa dissertação-ensaio. Os parâmetros descritivo-analíticos dos discursos midiáticos são, no primeiro caso, (1) data, (2) programa/tipo, (3) horário/dia de exibição, (4) tema, (5) duração aproximada, (6) idéias-força e (7) observações; no segundo conjunto de discursos, os quais foram retirados do site de um jornal televisivo [RJTV], os elementos seguem a disposição existente no mesmo, sendo encadeadas na seguinte seqüência: (1) título, (2) data, (3) transcrição da matéria. Destes elementos, aquele que merece uma explicação é o termo *idéias-força*: com ele, pretende-se ressaltar o(s) conceito(s), categoria(s) ou noção(ões) central(is) que foram apreendidos de um primeiro momento da análise dos discursos televisivos. Quanto aos discursos da internet, o objetivo é reforçar os pontos que porventura já tenham sido captados pelo enfoque daqueles discursos, bem como trazer outro relevante aspecto presente no discurso da mídia.

A primeira constatação que pode ser feita, a partir de uma análise geral, é que a mídia, ao focar o tema do papel social da prática pedagógico-desportiva, recorre à função emotiva da linguagem (cf. JAKOBSON, apud CHARAUDEAU, op. cit.).

⁷¹ Durante o desenvolvimento do estudo, mas, sobretudo, a partir da busca de informações e dados para incrementar a análise do discurso midiático, notou-se a riqueza do discurso sobre o tema veiculado pela internet, o que levou à inserção desta nova mídia-fonte de discursos. Todos os discursos foram transcritos literalmente do site do Jornal RJTV, da REDE GLOBO. Tomou-se o cuidado de estender a busca a outros programas [Jornal Nacional, Esporte Espetacular etc.], de outros horários, desta mesma emissora, tendo sido encontradas mais uma série de reportagens. Contudo, devido à recorrência de termos e enfoques e à prudência de não tomar um universo extenso demais de discursos, eles não serão considerados aqui.

Através daquilo que Coimbra (op. cit.) chama de *encenação voltada para a produção de emoções*, em geral, as reportagens apelam, através do uso de termos específicos e de uma trilha sonora propícia, às emoções de espectador. Especialmente através de perguntas sobre a origem pobre dos sujeitos, os repórteres costumam conduzir o sujeito entrevistado às lágrimas. Tal postura se enquadra na idéia que existe uma rede de estratégias para atingir o sujeito-espectador. A informação fática é transmitida, ou seja, existe uma ênfase de descrição de um fato ou conjunto de fatos que estão ocorrendo, só que devidamente capitalizado por um emotivismo explícito.

A segunda constatação sobre o conjunto de reportagens televisivas se refere à diversidade tipológica e horária dos programas. Como pode ser verificado nas tabelas do Anexo 1, todos os públicos podem estar sendo contemplados, em razão da veiculação em todos os horários e em diversas modalidades de programas [jornalístico, jornalístico-esportivo, entretenimento e variedades]. Está posta, então, uma interessante estratégia de disseminação de saberes e valores, com a expectativa do respectivo exercício do poder a eles associado e de influenciar o maior número e espectro de sujeitos possível.

Um terceiro aspecto que merece destaque, é que há a predominância quase absoluta da assistência por parte dos chamados projetos sociais a comunidade ou regiões que são consideradas pobres. Se se tomar o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH], do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como parâmetro, sem entrar no seu mérito, pode-se ver que algumas das localidades que são especificadas nas reportagens têm justamente baixos IDHs. A Rocinha, por exemplo, onde está localizado um projeto social que oferta a prática do judô, possui, em 2000, um IDH de 0,732⁷². Outro exemplo é a favela conhecida como Vila do João, que compõe o Complexo de favelas da Maré, o qual possui um IDH de 0,722⁷³. Tabatinga, município do estado do Amazonas, o IDH de 0,78⁷⁴. Estes dados são relativos e não exprimem a totalidade das precárias condições sócio-geográficas das regiões nas quais os projetos envolvidos nos

⁷² Disponível em:

[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65_o%20indice%20do%20desenvolvimento%20humano\(idh\)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65_o%20indice%20do%20desenvolvimento%20humano(idh)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF). Acesso em: 19 de fevereiro de 2009; p. 51.

⁷³ Idem, p. 52.

⁷⁴ Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)>. Acesso em 19 de fevereiro de 2009.

discursos do Anexo 1 são realizados. Entretanto, ainda que se tenham projetos realizados em locais com IDH considerado alto, eles assistem sujeitos igualmente carentes, muitas vezes sem recursos para o transporte e a alimentação. Como exemplo, pode-se citar o caso específico da R8, que, apesar de ser um projeto localizado no bairro da Tijuca, cuja região administrativa na qual está inserida tem um IDH de 0,926⁷⁵, a professora acabava por hospedar, em sua residência, as alunas mais carentes, a fim de diminuir os custos para elas.

O quarto aspecto geral que foi detectado diz respeito à emergência de uma categoria geral que permeia todos os discursos e da qual todas as outras categorias parecem derivar. De um ponto de vista genérico, a categoria geral inferida é a de *vida em jogo*. A idéia de que a vida está em questão já apareceu recentemente nessa dissertação-ensaio nos termos de uma propaganda televisiva que difundia da noção de *crianças como campeões na vida*. Em virtude da sua abrangência e da sua polissemia, é justamente a partir dessa categoria geral que se depreenderá as especificidades discursivas, valores, categorias ou conceitos particulares veiculados associados a ela.

Inicialmente, cumpre exemplificar e, com isso, justificar a escolha daquela categoria geral. Através de uma compreensão inespecífica do conceito de vida, mas que pode ser interpretado como *o conjunto de ações, relações e projetos que um indivíduo desenvolve no mundo que está inserido*, os discursos tematizam a vida de modos diversos, estabelecendo relações com a prática desportiva. Na reportagem 1, por exemplo, um atleta, em visita a um projeto sócio-desportivo, ressalta a importância do esporte para a construção de uma vida determinada, com objetivos a serem alcançados:

“a importância de estipular uma meta na vida, ter a determinação de estar treinando, sempre procura fazer o melhor de você, para, amanhã, você ser alguém na vida, conquistar algo que você mais almeja na vida.” (R1⁷⁶).

Em um discurso de um atleta temos mais um exemplo:

“quando eu comecei no esporte, eu tinha um objetivo: era mudar minha história, mudar minha vida.” (R2).

⁷⁵ Disponível em:

[http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65_o%20indice%20do%20desenvolvimento%20humano\(idh\)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF](http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/65_o%20indice%20do%20desenvolvimento%20humano(idh)%20na%20cidade%20do%20rio%20de%20janeiro.PDF). Acesso em 19 de fevereiro de 2009; p. 51.

⁷⁶ Doravante, as reportagens serão identificadas pela letra ‘R’ seguida do número correspondente, conforme anexo 1.

Segundo a aluna de um projeto que oferta atividades de ginástica olímpica a alunas de uma escola pública da Zona Oeste do Rio de Janeiro, o esporte

*“ensina a gente a viver, muitas vezes a gente chega aqui mal, com problemas familiares, assim, e acaba se entendendo, aprendendo...não só fazer simplesmente o esporte, mas eu acho que nos **ensinam a viver** também.”* (R3).

Mais uma ocorrência é encontrada no discurso da professora de um projeto:

*“quando você prova que a pessoa é capaz de fazer a ginástica, ele se sente capaz de fazer tudo, ela passa a **enfrentar a vida com cabeça em pé**: eu sou capaz!”* (R3).

O quarto exemplo presente nos discursos televisivos [anexo1] vem da resposta de um professor à questão de quais valores a prática pedagógico-desportiva pode passar:

*“ah, muitos, né, todos os valores que o esporte tem a ensinar. Desde você aprender a competir, aprender a ganhar e perder, **saber que a vida é feita de vitórias e derrotas** [...]. Acho que o esporte traz, de uma forma bastante segura, algumas lições e experiências que elas vão poder colocar em prática vivendo o dia-a-dia delas fora das quadras, porque **tudo que acontece num jogo de basquete ou num jogo de hóquei, acontece em nossas vidas**, você ganha, você perde, tem uma autoridade, que é o árbitro, você tem de respeitar, você tem companheiros de equipe, você tem adversários, pessoas que estão querendo te ajudar, pessoas que estão querendo te atrapalhar, e tudo isso acontece no mundo aí fora, e acontece dentro de quadra também. Então elas aprendem...**a gente entende que é um treinamento para a vida. Realmente o esporte treina a pessoa para a vida.**”* (R5).

No Anexo 2 [discursos ‘internéticos’], também se encontram referências relevantes que corroboram os discursos acima. Já na primeira reportagem ‘internética’ transcrita [RIT a partir daqui] no anexo 2, lê-se que:

*“eles não aprendem apenas técnicas de futebol. Os futuros atletas recebem **lições de vida** que vão ser úteis também fora do campo.”* (RIT1).

Ainda nessa mesma RIT, lê-se também que:

“‘Em primeiro lugar, o estudo. Depois, o futebol. Eu estou aqui para ajudar e empurrá-los um pouco para a vida’, comenta o técnico; Everton, de 15

anos, já entendeu que esses conhecimentos fazem parte da vitória. ‘Aprendi a não ficar na rua até muito tarde, estudar e tirar notas boas para ser alguém na vida’, ensina.” (idem).

Na RIT2, o repórter, ao anunciar a próxima reportagem da série – o que, diga-se de passagem, indica uma estratégia discursiva racionalizada e sistematizada construída para veicular uma gama de saberes e valores a eles atrelados acerca das práticas pedagógico-desportivas –, afirma:

“Amanhã, na quinta reportagem desta série, vamos mostrar que a grande maioria das crianças que praticam esporte não se tornam necessariamente atletas. Mas mesmo assim os valores aprendidos ficam para toda a vida.”

Como se pode perceber nesses exemplos, a vida é o alvo, o esporte é considerado como algo que imita a vida, uma modalidade tecnológico-disciplinar analógica a dado modo de se viver a vida, formando uma categoria-chave de numerosos discursos veiculados midiaticamente. Desta forma, é desde a perspectiva de um investimento [biopolítico] sobre a vida que a análise discursiva mais detalhada, que matizará as nuances político-valorativas relacionadas à vida, desenvolver-se-á. Como ficará assaz evidente, falar do valor pedagógico do esporte é falar de mudança de vida.

No conjunto de discursos midiáticos [Anexos 1 e 2], algumas idéias são mais expressivas, tanto em relação ao número de ocorrências quanto à pertinência ao tema geral e aos objetivos específicos dessa dissertação-ensaio, podendo ser reunidas em quatro principais grupos de idéias-força:

- Grupo 1: valores transmitidos;
- Grupo 2: poder de disciplinar;
- Grupo 3: transformação e ascensão social/ agente redentor e ‘tirar da rua’/mudança de vida ou de comportamento;
- Grupo 4: formação de cidadãos.

Há mais inter-relações entre os grupos do que distinções. Com efeito, há possibilidade concreta de que uma amostra discursiva e até mesmo um sentido se aplique a dois ou mais grupos. Essa possibilidade é consequência das múltiplas interpretações e apropriações possíveis. Reiterando, essa é apenas uma proposta analítico-interpretativa que visa encontrar pistas, e não estabelecer continuidades ou relações obrigatórias ou definitivas.

No que tange ao *grupo 1*, entende-se por *valores* certos conceitos, categorias ou idéias que exercem alguma autoridade moral, ou seja, que dizem respeito à prescrição de leis, normas e padrões de conduta da ação prática dos sujeitos, tanto diante de si mesmos quanto dos outros, visando o estabelecimento de modos de vida ideais, corretos e universais. Já que a mídia e os esportes formulam e propagam valores, eles podem ser compreendidos como dispositivos pedagógico-moralizantes dos sujeitos que são objetos de sua atenção e investimento. De início, percebe-se que há um consenso sobre a capacidade que o esporte tem de transmitir certos valores:

“[ao ser questionado acerca de quais valores se busca passar para as alunas] *ah, muitos, né, todos os valores que o esporte tem a ensinar.*” (R5).

Segundo uma aluna, o professor, além de ajudar a ganhar alguns jogos,

“[...] *ensina alguns valores da vida, para a vida toda.*” (idem).

De acordo com o gestor de um projeto,

“*peçoal não sabe o quanto é maravilhoso o esporte. Lembro até a primeira medalha que eu ganhei numa competição tinha até uma passagem escrita assim: é difícil o ser humano esquecer o que aprendeu nos livros escolares, mas nada, entretanto, o fará esquecer a honra e a moral conseguidas no esporte.*” (R9).

Por fim, no discurso da reportagem (RT4), diz-se que:

“*O esporte ensina a crianças e jovens valores importantes para toda vida.*”

O primeiro valor que se pode constatar é o da *determinação*. Ligado diretamente à idéia de *vencer na vida*, superando os obstáculos que surgem, estabelecendo metas para o futuro e sendo capaz de persegui-las, o esporte, à medida que é competição, exigindo, assim, auto-superação e superação de um adversário, dedicação e tenacidade para alcançar a vitória, pode estabelecer o paralelo adequado com a vida cotidiana. Aliás, essa é uma das hipóteses-chave dessa dissertação-ensaio, que ainda será trabalhada devidamente, mas que já começa a se repetir e a ser esboçada a partir de agora, é que *o esporte é uma prática que pode ser considerada como analógica não ao mundo 'em si', isto é, concebido a partir de uma postura realista forte ou ontológica, mas sim ao modo do mundo social se organizar sob a orientação liberal.*

Abaixo, serão citados alguns discursos que comprovam esse sentido moral. Além daquele primeiro discurso citado acima, uma série de passagens se enquadram na categoria do valor determinação, superação e afins:

“[o esporte ensina a ter] **determinação** que é aplicada não só no ginásio.” (R3);

“[o esporte ensina a] *você saber estabelecer objetivos, ter a consciência de que para poder chegar em algum lugar você **tem que ter um objetivo**, e que não basta você ter objetivo, você **tem de correr atrás** para realizar este objetivo, alcançar o seu sonho.*” (R5);

“[...] *Antigamente, eu não tinha objetivo na vida, sei lá, achava que a vida não tinha objetivo. Aí, depois que eu entrei, tudo mudou, **a vontade assim de crescer, de lutar, sabe, conquistar o mundo**, conhecer o mundo, isso é muito bom, é maravilhoso mesmo.*” (R17);

“*No atletismo, a **determinação e a força de vontade** ajudam a superar limites.*” (RIT4);

“*O meu técnico sempre diz para eu treinar e ser uma boa atleta, para que eu possa competir e ganhar um campeonato mundial. E eu vou conseguir’, conta uma **determinada Rafaela.***” (idem);

“Talento e superação. Nem o dedo quebrado impediu o estudante Leonardo Morais Batista da Silva de experimentar uma modalidade nova pra ele. ‘Quem acredita sempre consegue’, fala Leonardo.” (RIT5);

*“Ao todo, 200 crianças participam do Projeto Todos na Quadra, da Secretaria Municipal de Esportes de Niterói. Muitas crianças participantes do projeto são menores em situação de risco. Na quadra, o esporte devolve a elas valores quase perdidos: auto-estima, **determinação**, **superação** e cidadania.” (RIT 6);*

*“E eu mostro a eles o meu exemplo, é, que do lodo, no lodo pode nascer lírios, e que se eles tiverem **determinação**, **força de vontade**, eles podem chegar lá. E tem uma vantagem, o atletismo tem um princípio filosófico muito interessante: primeiro, toda criança gosta de correr, saltar e arremessar, quem não gosta, né, ta na criança...brincar; e ele é mensurável, as crianças, nas nossas oficinas, eles estão dando, por exemplo, salto em distância, dá um salto de três metros, se chegou na competição, que nos fazemos internamente, ele saltou três e trinta, mesmo que ela seja a última colocada, mas ela **venceu** o dela [o próprio limite, acrescenta o entrevistador], **o próprio limite** [concorda, o professor].” (R18);*

*“O que é a vida? É a **auto-superação** [...]” (idem).*

Este enfoque também aparece em outras reportagens, ainda que de modo sub-reptício, como pôde ser constatado na R12. As atletas da seleção permanente de ginástica olímpica, que vivem longe da família, no centro de treinamento localizado em Curitiba, capital do Paraná, são apresentadas como jovens que superam as dificuldades do treinamento, da ausência dos familiares etc., e se auto-superam na busca por um ideal, pela realização do objetivo de conquistar uma medalha, sobretudo, olímpica. Para tanto, precisam ser determinadas. Como os discursos citados apontam, a vida está em jogo, um jogo difícil, cheio de obstáculos, no qual só com determinação e força de vontade se pode vencer. E o esporte ensina os sujeitos a saberem estabelecer objetivos e a ter determinação para alcançá-los. Desse conjunto de noções associadas, pode-se inferir a *idéia de empreendedorismo* ou *pró-atividade*, daquele que investe sua vida na perseguição resoluta de um objetivo, sem esmorecer.

O segundo conjunto de valores associados pode ser definido como o *valor do respeito ao próximo*. Ligado à noção de *saber ganhar*, porém, sobretudo, *saber perder*, ela remete a categorias que indicam uma postura solidária e humilde diante do outro.

Vejam alguns exemplos: num projeto social que envolve práticas de judô, na Rocinha, uma favela do Rio de Janeiro situada no Bairro de São Conrado, que tem um dos custos de vida mais altos do estado, um aluno afirma que o esporte ensina a ter

“perseverança, humildade, respeito ao próximo.” (R13).

A idéia de uma espécie de saber que consiste em respeitar o outro, mesmo numa competição, é bastante recorrente:

“Uma coisa que ele [o professor] me ensinou sempre: ter espírito de jogo, saber perder e ganhar.” (R5);

Segundo o apresentador do programa *Globo Comunidade*,

“o desafio dessas meninas não é só fazer um gol, aqui, elas precisam de raciocínio rápido, agilidade, concentração e, mais do que isso, espírito de equipe e respeitar as adversárias, valores transmitidos pelo professor Leonardo Lemos. Em cada jogada, em cada gol, ele mostra a importância de competir, de cooperar, de ter confiança em si mesmo.” (R5).

Outros discursos se agregam a estes:

“[...] mas principalmente ser um cidadão: saber respeitar o próximo, saber a hora de ganhar e de perder.” (RIT15);

“O esporte é uma forma deles aprenderem a questão da disciplina, da solidariedade, do perder e ganhar, do respeito mútuo. Eles vão levar isso pela vida toda’, responde o professor João Marinho da Silva.” (RIT16);

“Quando a bola vira a melhor amiga, o exercício em dupla é uma oportunidade de conhecer gente nova. E uma simples troca de passes é um ensinamento. Há cinco meses, crianças aprendem a jogar vôlei. É uma chance de aprender desde cedo o que é responsabilidade e respeito ao próximo.” (RIT7).

“A gente começa a ensinar para eles a cidadania, o **respeito, respeitar o próximo, a ganhar, a perder**. É o jogo dos mosqueteiros: **um por todos e todos por um**’, finalizou Marcelo Soares, professor de corfebol.” (RIT8).

“o que é mais importante é que **todos se respeitam**. Então um bairro hoje tem integração com outro bairro, todos se respeitam.” (R20).

Em suma, a vida é um jogo, uma competição, mas a vitória não pode vir a qualquer custo. É necessário respeitar o adversário e as regras do jogo. O jogo tem um *espírito*, e este é um saber: saber perder e ganhar. E isso o esporte pode ensinar e todos têm de aprender. O vasto material selecionado permite aduzir outros valores. Contudo, considerando que eles aparecerão à frente, imiscuídos aos outros grupos, passar-se-á para o *grupo 2*, que é constituído por discursos acerca da capacidade que o esporte tem de disciplinar os sujeitos.

Notou-se, inicialmente, que um duplo é formado no que tange à disciplina: manutenção no projeto e boas notas na escola. Essa relação é bastante citada, inclusive constituindo uma das regras para que um jovem seja mantido no projeto:

“**tem que estudar**. Se não estiver bem na escola, **não treina**.” (R2);

“mas para estarem aqui [no projeto], elas [as meninas assistidas pelo projeto] **precisam estar na escola**, e mais, **tirar boas notas**. O rendimento escolar das atletas é acompanhado pela ONG, que mantém contato com as escolas onde elas estudam.” (R5);

“**judô e escola**, um complementa o outro.” (R13);

“Foi um divisor de águas na vida dela. Ela estava com o **rendimento fraco na escola**, principalmente em Matemática. Quando ela começou a **treinar**, ela ficou mais disposta, e passou a se **dedicar** mais aos estudos’, conta Roseane Pazolini, mãe de Rafaela.” (RIT4).

O aspecto disciplinar é exercido por ser uma *condição de permanência* no espaço das práticas desportivas, condição que só pode ser preenchida com a mudança de hábitos, com a construção de uma disciplina de estudos. Malgrado, essa é apenas uma das faces disciplinares do esporte. Em termos abrangentes, diz-se que:

“**o esporte traz disciplina**, saúde, mas também traz força, coragem.” (R3);
 “Não só no esporte, como na vida, você tem que batalhar, **tem que ter disciplina**, tem que correr atrás do sonho de cada um.” (RIT15).

De modo ainda inespecífico, mas mais incisivo, vê-se, num dos discursos, uma aceção de disciplina como cobrança que leva a um resultado prático:

“o dia-a-dia é muito legal, isso não quer dizer que a gente não brigue, isso não quer dizer que a gente não dê **bronca**, isso não quer dizer que a gente não **cobre**, isso não quer dizer que...**a vida tem de acontecer**, realmente, acho que é assim que tem que ser.” (R5).

Alguns discursos começam a delinear, com mais especificidade, o que se tem compreendido por ter disciplina, mesmo nos casos nos quais o termo não aparece:

“Tem que **treinar muito**, fazer **muito esforço** para conseguir a medalha.” (RIT1);

“É uma hora e meia de treino com a bola. **A disciplina é rigorosa. Quem desrespeita as regras é punido**. ‘Ele falou palavrão no jogo. Isso é inadmissível para mim’, diz o técnico Jefferson. ‘Aprendi a não xingar’, responde o menino.” (idem);

“**O treino é intenso**, com exercícios para fortalecer pernas. ‘No início, é meio chato, mas é importante para a gente conseguir se sair bem no jogo e poder ganhar os jogos’, comenta o jogador Lourran Medeiros.” (ibidem);

“Para jovens e crianças, o esporte não é apenas uma atividade de lazer: é um aprendizado para o exercício da cidadania. Eles aprendem valores que vão usar pela vida toda, como **disciplina**, solidariedade, companheirismo e, é claro, competitividade, mas sempre **obedecendo às regras**.” (RIT9);

“O esporte me ensinou, além do espírito de integração social, educação. No projeto, nós temos **um objetivo principal: disciplina**’, ressalta Jaqueline.” (RIT10);

“Com o badminton, você acaba **lidando com regras** e com relações humanas. As crianças aprendem o limite: onde termina o seu direito e começa o direito dos outros’, afirma o técnico Sebastião Oliveira.” (RIT13);

*“Cinquenta jovens no Jardim de Alah. A gente faz um trabalho voltado para o atletismo e, dentro desse trabalho, a gente tem como objetivo mostrar, com o esporte e o atletismo, as facilidades de se **trabalhar a disciplina, cumprir horários**, ter metas, não só no esporte como também na vida.” (RIT15);*

*“O esporte é uma forma deles aprenderem a **questão da disciplina**, da solidariedade, do perder e ganhar, do respeito mútuo. Eles vão levar isso pela vida toda’, responde o professor João Marinho da Silva.” (RIT16).*

Em linhas gerais, a categoria disciplina se refere, mais especificamente, à obediência às regras e ao esforço pessoal, enquanto submissão a um treino, visando um objetivo. Outra acepção que surge dos discursos, ainda que em número surpreendentemente pequeno, é a de *punição*. Todavia, se for considerado que toda regra pressupõe uma punição àquele que a descumprir, pode-se concluir que a punição está presente, ainda que de modo dissimulado.

Sobre o *grupo3*, muitas referências foram encontradas. Desde a R1, já citada acima, a idéia de que o esporte tem a capacidade de transformar vidas desponta como uma das mais fortes. Na primeira ocorrência, percebe-se a noção de que a prática de esporte operou uma cesura na vida do sujeito, pois somente após o seu ingresso nela que houve a possibilidade de ter uma vida considerada melhor, o que está ligado à capacidade de consumir certos bens:

*“trabalhei quando era criança, comecei a trabalhar com oito anos na lavoura, então, assim, a minha infância não foi tão fácil, foi um pouco mais dura, né, fui **ter as coisas** com dezoito anos em diante.” (R1).*

Essa interpretação se confirma na fala seguinte do atleta:

*“[...] tudo que eu **tenho**, tudo que eu sei veio por aqui [pelo atletismo].” (idem).*

Conforme já fora citado, há uma constante aproximação entre os benefícios advindos da pedagogização do esporte e a educação. Este enfoque retorna, aqui, com um sentido relativamente distinto daquele abordado. Agora, ao que tudo indica, há uma

relação entre *esforço pessoal, ascensão social e ingresso no ensino superior*. Vejamos alguns discursos comprobatórios desta interpretação:

*“nosso objetivo maior é acompanhar elas até elas concluírem o ensino médio e, depois, incentivar essas meninas a fazerem uma universidade, fazerem um curso superior. Quando a gente percebe, como a gente agora teve os três primeiros casos de meninas que cumpriram o ciclo, que entraram aqui [no projeto] com treze anos, agora estão completando dezoito anos, **estão na universidade**, estão trabalhando, **estão bem encaminhadas**, é muito gratificante. É tudo mérito delas, elas conquistaram tudo, a gente só abre o esporte. Mas é muito bom você perceber que o fato de você ter dado a primeira oportunidade ajudou a pessoa, a menina, a **transformar a vida dela**.”* (R5);

*“o projeto é um projeto de voluntários [...], e realmente...quero muito que elas consigam **chegar à universidade**. Que elas imaginem que **o esforço delas valeu muito a pena para elas**.”* (idem);

*“a idéia de Flávio vai muito além do esporte [...]. Há aulas de reforço para quem não vai bem na escola, aulas de inglês. **Quem mais se destaca, ganha bolsas de estudo em escolas particulares e universidades**.”* (R13);

*“eu **consegui o grande ideal da minha vida**, que era fechar esse elo, a possibilidade de fechar esse elo final, que é **levar esses garotos à universidade**. Esses três jovens, que não tinham nem condição de passar na porta de uma universidade, está ali hoje, vão começar a cursar o terceiro grau, esses num curso de educação física, e acredito que tantos outros virão e terão essa oportunidade.”* (R18);

*“O Pan-Americano me faz sonhar e também abre outras portas, outras oportunidades. Muitas coisas legais poderiam estar acontecendo, como uma **bolsa para uma faculdade**. **Só coisas boas**”, afirma o atleta Aleksander Carlos.”* (RIT13).

Outro sentido de transformação da vida que aparece, inobstante à relevância dos outros, chama a atenção em razão da importante e problemática concepção que carrega. Ele pode ser classificado em termos de *saída da rua*. Este *sair da rua* não significa, necessariamente, que o sujeito não tenha casa, more na rua, mas sim que ele ‘perde’ seu tempo nela. Uma espécie de ‘demonização’ de um espaço tão fundamental à idéia de democracia quanto o é a rua – a *Ágora* moderna, o espaço público – não é de somenos

relevância. Alguns exemplos discursivos comprovam essa acepção. Segundo o gestor de um projeto social, no Pará, que oferece a prática do boxe, o aluno

“chega daqui do treino, vai embora dormir. Em vez de procurar a rua, procura a cama para dormir.” (R2).

Essa idéia parece ser ratificada por um aluno do projeto:

“eu aprontada, eu brigada, fazia onda na rua...depois que eu conheci o boxe, depois que eu comecei, graças a Deus eu mudei.” (idem).

O repórter de um telejornal de grande audiência afirma que

“o objetivo [do projeto]: é manter as crianças por mais tempo na escola.” (R3).

Considerando que o contexto de vida das crianças assistidas pela maioria das escolas públicas do Brasil é de precárias alternativas afora a casa, a rua e a escola, e partindo do princípio que a primeira ainda é tida como um espaço de proteção mesmo com os numerosos casos de violência familiar, pode-se concluir que mantê-las na escola evita que estejam no espaço que é perigoso para elas, a saber, a rua.

Abaixo, estão os exemplos da construção do sentido de medo da rua, a idéia de que ela é um lugar *arriscado* ou perigoso. A partir dos discursos, respectivamente, de um sujeito assistido por um projeto social de *Badminton*, na Vila Operária, no município fluminense de Duque de Caxias, e do repórter de um programa de variedades veiculado aos domingos no horário nobre:

“agora, com o esporte, eu brinco muito aqui, fico mais tempo aqui do que fico na rua” (R4);

“na Escola Municipal Silveira Sampaio, no bairro de Curicica, no Rio de Janeiro, Bárbara [uma atleta que havia conquistado uma vitória em um torneio internacional] pisava o primeiro dos muitos degraus que a levariam ao pódio: o projeto social do professor Paulo Sérgio tirava mais uma criança da rua através do esporte” (R7).

Existem outros exemplos, tais como:

“sua sorte mudou, deixou a rua para se tornar atleta” (R10);

*“pra mim, em vez de ela tá **em outro canto**, fazendo coisas que não devem, praticar esportes é muito bom.” (R16);*

*“Everton, de 15 anos, já entendeu que esses conhecimentos fazem parte da vitória. ‘**Aprendi a não ficar na rua** até muito tarde, estudar e tirar notas boas para ser alguém na vida’, ensina.” (RIT1);*

*“É por aí sim, o projeto é de inclusão social, realmente, e **visa tirar a criança da rua.**” (RIT2);*

*“Eu acho que não é à toa que se fala tanto nisso. Acho que o objetivo do esporte é mostrar para o jovem e para o adolescente que há outro caminho. **Em vez de ele estar na rua** fazendo alguma coisa “interessante” para ele, **esse jovem pode estar dentro do esporte com estudo.**” (RIT15).*

Os exemplos discursivos se multiplicam, o que ratifica a importância da idéia, haja vista sua grande veiculação.

Por último, ainda no vasto e importante grupo 3, a mudança de comportamento aparece como um carro-chefe da pedagogia desportiva. Segundo o ex-campeão mundial de boxe, Acelino ‘popó’ Freitas:

*“quando eu comecei no esporte, eu tinha um objetivo: era **mudar minha história, mudar minha vida.**” (R2).*

Para um aluno de um projeto de social, no Pará, que envolve a prática de boxe, a mudança de comportamento, para melhor, é clara e grata:

*“eu aprontada, eu brigada, fazia onda na rua...depois que eu conheci o boxe, depois que eu comecei, graças a Deus **eu mudei.**” (R2).*

Não são somente os sujeitos envolvidos diretamente nas práticas pedagógico-desportivas que defendem essa característica transformadora. De acordo com o apresentador de um programa,

*“graças ao **esporte**, é possível **mudar** o futuro.” (R5).*

De acordo com a RIT1, um dos elementos que forma uma tríade que pode transformar o presente difícil em futuro promissor é o forjamento de um *bom comportamento*:

*“Estudo, treinamento esportivo e **bom comportamento**. Uma escolinha de futebol em Mesquita, na Baixada Fluminense, junta esses ingredientes para mostrar que disciplina e responsabilidade podem ser o primeiro passo para um futuro promissor.”.*

Para um dos professores de Vila Olímpica de Duque de Caxias, Valdir Valentin, o projeto tem um caráter educativo, ou seja, pretende, dentre outras coisas, construir, no sujeitos, uma mudança comportamental:

*“Ele é educativo também porque a gente tem nesses jovens, em todos, uma **mudança de comportamento que a gente pode configurar**, dar entrada deles na equipe subsequente. Eles melhoram as notas na escola, **se é uma criança agressiva, talvez, se torna uma criança mais educada**. E outras transformações em nível social, não só as transformações decorrentes do treinamento, as alterações corporais.” (RIT2).*

Em entrevista ao jornalista Edney Silvestre, no quadro *Bate-papo*, do RJTV 1ª edição, o professor João Montenegro, coordenador do projeto social *Corra pra vida*, realizado em comunidades pobres da Zona Sul do Rio de Janeiro, ao falar de como o esporte combate a violência, assevera que:

*“A gente já começa a ver a mudança, a **diferença nas atitudes deles**. Antes, cada um corria e queria ganhar o outro. Agora, eles já tentam se ajudar. Existe um espírito de equipe.” (RIT15).*

De outra entrevista realizada pelo jornalista supracitado, retira-se um trecho bastante interessante, na qual os sujeitos [entrevistador e entrevistado] se alternam:

“e muita gente, eu mesmo, confesso, na primeira vez que ouvi, ‘**o esporte pode ajudar a salvar**’, eu disse como? Como o atletismo, como o esporte pode ajudar um jovem a ser, como se diz, incluído socialmente?”;

“[o professor responde] **o esporte é um vínculo muito forte de transformação...é...Platão já dizia: eduque bem uma criança e não será necessário punir o adulto.**” (R18).

A riqueza das significações de (trans)formação humano-social ligada ao esporte é tão grande que se torna difícil analisá-las detalhadamente. Porém, é preciso já aqui analisar e interpretar alguns pontos, os quais certamente voltarão à frente. Seguindo a ordem na qual foram apresentados no texto, os sentidos dados à transformação representam algumas perspectivas de mundo. Quando se fala sobre mudança de vida em termos da capacidade de adquirir coisas, vê-se que, num mundo capitalista, a mudança para melhor vem acompanhada do aumento da capacidade de consumo. Já em relação à questão do ensino superior, percebe-se que o problema do acesso às universidades públicas passa longe da discussão. Ou seja, o problema social não é o reduzido número de vagas nas instituições públicas, mas simploriamente o acesso a qualquer ensino superior. Assim, o problema social não parece ser tocado, na medida em que, até mesmo o acesso às universidades particulares, há a dependência das chamadas ‘bolsas de estudo’. Enfim, o discurso destaca a importância do esforço pessoal.

Na perspectiva do jogo dos sentidos discursivos, a classificação da rua como um espaço perigoso que oferece risco merece destaque. Primeiramente, cabe destacar a importância do *conceito de risco* para a formulação de *idéia de segurança*, por exemplo. Uma implica a outra. Para Vaz (2004), há uma distinção conceitual entre *perigo* e *risco*. O primeiro significa “um mal contingente, identificado e atribuído a alguma coisa, pessoa ou situação como uma característica intrínseca”; o segundo designa “a medida da probabilidade do potencial de perigo” (p. 115). Destarte, primeiro se cria ou se percebe ou se denuncia o perigo que algo representa, para depois formular políticas ou estratégias para controlar ou para diminuir o seu risco. Em nome da segurança e contra o perigo que certa coisa oferece, cria-se a lei e a norma baseadas na idéia de um controle calculado do risco, as quais visam à defesa de alguém, de uma sociedade, país etc. Seja se referindo à saúde pública, seja ao combate da criminalidade, a retórica da segurança da população, da proteção e promoção da vida está presente, e fundamenta uma série de procedimentos e ações daquilo que Foucault (2008b) denomina de *dispositivos de*

segurança. Estes, por seu turno, derivam daquilo que Vaz (idem) define como *risco objetivo*, ou seja, o risco construído por peritos socialmente autorizados, aquele que foi criado sob, por excelência, a égide da estatística. Os dados, diz-se, comprovam a *necessidade* de tal medida preventiva ou, no limite, punitiva. Mesmo que haja exemplos de arbitrariedades e até mesmo ilegalidades por parte de alguns desses dispositivos – dos quais, nesse caso, destacam-se as forças policiais –, segue-se crendo que eles são fundamentais para promoção da justiça e da segurança.

A rua, ao menos para o ocidente, representa o espaço do exercício público do poder. Há simultaneidade na sua posse, isto é, a rua não é propriedade de alguém em especial. A relação entre cidadania, democracia e a rua parece inextrincável. Nela se manifesta, reivindica, expõe idéias, vai e volta livremente. Por que não é útil se manifestar contra uma injustiça em casa? Uma resposta possível é porque as pessoas estão nas ruas, a mídia está nas ruas, a opinião pública se forma no debate público.

O tão propalado *direto de ir e vir* pressupõe a certeza de que ninguém pode, a não ser em casos muito específicos previstos em lei, impedir um indivíduo de andar por aonde quer que seja, a hora que for e sem ser questionado por que disso. Evidentemente, essa é uma invenção, apenas uma concepção de ordenamento espaço-temporal possível, conforme sublinha DaMatta (1997). É igualmente óbvio que esta idéia faz parte do idealismo, cada vez mais mitigado, de uma sociedade formalmente democrática. Contudo, ainda sem problematizá-la, a rua representa, para este ideário, o público, a esfera de todos, em contraposição ao particular. Na rua, não se pode requerer privacidade. Se, por um lado, há liberdade, requer-se do agente.

É assaz problemática a construção do medo da rua, dela como um espaço perigoso que representa um risco iminente e, conseqüente, do espaço privado como *relativamente* seguro, uma vez que se vê, atualmente, a construção de um medo generalizado que serve para justificar um conjunto de medidas tidas como de segurança. O esvaziamento da esfera pública, através da negativização da rua, pode representar uma das conseqüências, de fato, de uma série de questões sociais, tais como a violência. No entanto, e é esta visão que quer se reforçar aqui, ele pode ser considerado uma das causas do agravamento de uma série de problemas sociais, sobretudo quanto ao atual estágio da (não)participação política dos sujeitos. A relação de causa-efeito, deve-se admitir, não é a mais apropriada. O esvaziamento do espaço público é menos um

fenômeno social do que um problema para a sociedade; a violência, por sua vez, tida, geralmente, como um problema que o causa, deve e será considerada como um fenômeno social. Se há risco na rua, há mais risco ainda em não ocupá-la.

Uma pista analítico-interpretativa da ontologia de nós mesmos que pode ser depreendida dessa questão diz respeito ao atual estágio da criação do homem. A relação entre a liberdade para escolher um estilo de vida qualquer e a necessidade de se adaptar a certos padrões ou regras sociais e ético-políticas é, em parte, na atualidade, gerida ou mediada pelo sentimento de medo. Existem estilos de vida ‘perigosos’ e estilos de vida ‘seguros’. E são justamente alguns dos estilos perigosos que estão associados à rua.

Concluindo essa etapa da análise dos discursos do grupo 3, o foco na transformação ou mudança do comportamento dos sujeitos retoma, com toda força, o tema colocado na introdução. Ensinar ou educar alguém a se comportar desta ou daquela forma não é outra coisa senão gerir sua vida, produzi-la. Mais uma vez, é a vida que está em jogo, em disputa. Há uma multiplicidade de perspectivas competindo pela hegemonia sobre a gestão da vida, a transformação do ser humano animal em sujeito disciplinado. Todas levantam seus discursos auto-legitimadores. Todas acreditam piamente que estão forjando, nos indivíduos, um *bom comportamento*. Indo pelo caminho do bom *versus* mau, cabe questionar bom, ou mau, para quem. Quer dizer, entendendo *bom* como *útil*, perguntar-se sobre para que ordenamento social tal ou qual modo de se comportar no mundo é útil é uma das questões-chave para compreender como se organizam as relações de saber-poder em dada sociedade, bem como que subjetividade visa produzir. Esta é uma questão que não será respondida completamente nessa dissertação-ensaio, pois não se ergue tal pretensão, mas apenas se tenciona encontrar algumas pistas sobre a invenção das concepções que os discursos fazem aparecer cotidianamente sobre a formação humanizadora da juventude, inserindo-a numa cultura política, a fim de socializá-la, como que num ritual de re-iniciação sócio-política interminável. Afinal, com toda ironia, o homem é um animal que deve sempre aprender, aprender a se comportar bem, e bem em qualquer configuração.

No caso do quarto e último grupo, dos discursos televisivos, pouco se pode tirar desse que era um dos sentidos mais aguardados. Explicitamente, o tema da cidadania só aparece em um discurso. O ‘âncora’ de um telejornal introduz a entrevista assim:

*“os pequenos atletas ganham força para estudar e se **transformar em cidadãos**. Três já chegaram até à faculdade.”* (R18).

Nas RITs, no entanto, esse é o mote de praticamente todas as reportagens. Os títulos, inclusive, são, na sua maioria, compostos pela relação esporte e cidadania. Diante do grande número de opções, ter-se-á de escolher apenas alguns trechos. Alguns dos discursos, nos quais não aparece o termo *cidadania* ou *cidadão*. Muitos trechos destacam, sem justificar, a relação direta entre praticar esporte e se tornar cidadão:

*“Você vai conhecer projetos sociais esportivos voltados para crianças e jovens de baixa renda que, mais do que formar atletas, **formam cidadãos**.”* (RIT4);

*“O esporte é um dos melhores caminhos para formar cidadãos. Essa constatação surge através dos **resultados de projetos que envolvem esporte e cidadania**.”* (RIT6);

“Em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias, 4,1 mil crianças e adolescentes aprendem a ser cidadãos com a ajuda do esporte - e de graça.” (RIT7).

Nessas frases, têm-se indícios do vazio conceitual das noções de cidadania e cidadão apresentadas. As afirmações citadas indicam aquilo que fora chamado alhures de *desnívelamento entre os discursos*. Embora o discurso de origem sobre a cidadania, que instaurou a noção de indivíduo ou pessoa como um sujeito de direitos possa, deva e, no caso dessa dissertação-ensaio, será alvo de críticas, seria indigno fazê-las tomando essas simplórias assertivas. Abaixo, serão tomados trechos que exprimem um pouco mais propriamente o sentido que se tem desses conceitos modernos tão importantes.

Sem citar um trecho específico, na primeira RIT, por exemplo, que já foi citada algumas vezes, a idéia de cidadão que parece prevalecer é de um sujeito educado, bem comportado e disciplinado. Na RIT2, o mesmo ocorre. O centro é a mudança de comportamento. Outro sentido que aparece nela é o de *inclusão social*.

*“A satisfação é muito grande porque você encontra no **esporte uma arma muito poderosa de inclusão social**. Essa tal sonhada **inserção social**, ela só se concretiza quando realmente as crianças se dão. **É através do esporte a gente consegue isso**”, diz Robson Caetano, ex-atleta”.*

“Nomes difíceis e estranhos: badminton, rúgbi, corfebol. Mas esses esportes, cada vez mais conhecidos, são também uma forma de **inclusão social**.” (RIT8);

“Projetos de **inclusão social** utilizam o esporte para resgatar a **cidadania** de jovens. Esses atletas do futuro estão ansiosos pelo GP de Atletismo.” (RIT10);

“Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), esta é uma ótima chance de promover a **inclusão social com a ajuda do esporte**. ‘O projeto é magnífico e é uma oportunidade para esses jovens poderem ter uma chance na vida’, afirmou o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman.” (RIT12);

“Apesar da variedade, o objetivo é um só. ‘Utilizar o esporte como ferramenta de **inclusão social** para que nós possamos inserir, no projeto, crianças e adolescentes que estão em comunidades de risco social’, diz o gerente de projetos Edilson Barbosa.” (RIT16).

Um novo sentido de cidadania emerge da análise da RIT6: a *profissionalização* dos jovens carentes.

“Além de oferecer o caminho do esporte, para que as crianças possam se desenvolver como atletas da vela, abrem-se também várias **oportunidades profissionais**’, explica Axel Graef, presidente do projeto. Ele diz que, além de praticar o esporte, os alunos também são treinados para trabalhos em marcenaria, em mecânica, com fibra de vidro e em costura náutica, área em que são feitas as velas e os toldos para os barcos.”;

“Depois do curso de pólo-aquático no Ciampa, a pastoral encaminha os jovens para programas, alguns deles **profissionalizantes**, em convênios em outros órgãos das Forças Armadas e da Prefeitura do Rio de Janeiro.” (RIT9);

“Nas modalidades esportivas, nós temos futebol, futsal, vôlei e karatê. Na cultura, nós temos teatro, dança, artesanato e música, além da informática e da **orientação para o trabalho**.” (RIT16).

Além do sentido de inclusão social, a cidadania toma outro importante significado: o respeito ao próximo. Como visto no grupo 1, o respeito é um valor tido como fundamental, e que o esporte pode ensinar aos jovens, ao exercício da cidadania.

“*A gente começa a ensinar para eles a **cidadania**, o **respeito**, **respeitar o próximo** [...]” (RIT8);*

“*O ‘Instituto Bola pra Frente’, criado pelos tetracampeões da seleção brasileira Bebeto e Jorginho, oferece treinamento esportivo para crianças pobres no subúrbio e também abre as portas para a **cidadania**. **Noções de respeito, companheirismo e confiança** são passadas para os alunos.” (RIT16).*

Em suma, os sentidos de cidadania apreendidos na análise do discurso são basicamente: *inclusão social, profissionalização e respeito ao próximo*. Como a discussão sobre os conceitos de cidadania e cidadão serão um dos motes dos dois próximos capítulos, basta, por enquanto, os significados básicos encontrados.

Os discursos transcritos expõem claramente a lógica do *princípio da inversão* apresentado no capítulo anterior. Os discursos midiáticos, como era esperado, organizam seus enunciados de modo a propagar certos valores ou saberes, ao mesmo tempo que excluem outras idéias contrárias a eles. Ainda que este procedimento seja óbvio, é preciso sublinhar a parcialidade midiática quanto ao trato das questões trabalhadas acima, postura que já foi objeto de análise anteriormente, mas que, através dos inúmeros exemplos, pôde ser comprovada. A estratégia da *reaparição incessante de certas teses ou juízos de valor* também comprovam a noção segundo a qual a mídia pode ser considerada, enquanto operadora de rarefação da linguagem, como uma peça chave de um jogo no qual há uma luta pelo estabelecimento de sentidos de realidade. Os sentidos de realidade que a mídia veicula possuem força, pois agrupam os discursos, a fim de estabelecer uma coerência, requerendo uma imparcialidade interpretativa.

A mídia não está no mundo para dizer o que as coisas são, como os fatos ocorreram simplesmente, mas para designar valores a eles associados. Além de manipular os fatos, excluindo e incluindo aspectos que lhe aprouver, ela emite sistemática e racionalmente juízos de valor acerca deles. Ademais, na medida em que dão voz aos defensores das práticas pedagógico-desportivas, mas não àqueles que,

porventura, critiquem ou problematizem seus valores e objetivos, as reportagens *interditam* alguns sujeitos e seus discursos, o que também ratifica o fato de, na mídia, estar em operação relações de poder e táticas de dominação. Sem querer, com isso, dizer que a mídia é ‘má’, ‘pérfida’ ou ‘autoritária’, há um processo de silenciamento de alguns sujeitos, em prol do discurso de outros. A mídia, cônica da posição estratégica que ocupa num campo de lutas como o é a sociedade, escolhe suas armas semiótico-discursivas, e assume, com seu arsenal, um lugar destacado na produção de verdades acerca de um determinado objeto. A mídia de massa, sobretudo a televisiva, devido ao seu alcance, compreendida como um sujeito discursivo privilegiado, como um *autor* quase inquestionável, cuja reputação, para alguns, é ilibada, acaba exercendo um tremendo poder de verdade sobre os sujeitos-espectadores.

No que tange à produção de subjetividades, a mídia difunde certos saberes acerca do que é melhor, mais apropriado ou bom para os sujeitos. Recuperando a noção de dispositivo pedagógico de Fisher (op. cit.), a mídia ensina, comunica estilos de vida, padrões comportamentais, hierarquia de valores, trabalhando nos sujeitos questões relacionadas ao poder e às formas de subjetivação. De acordo com Coimbra (2001),

“Portanto, além de produzir certos modos de existência e de vida, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz identidades, simpatias, prós e contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia *hierarquiza* os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, daí, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados.” (p. 3).

Um dos mecanismos fundamentais da mídia é o da *homogeneização*. Através daquilo que Coimbra (idem) denomina de *linguagem factográfica*, isto é, aquela cuja lógica operatória é a da oposição de pares de oposição binária – bem e mau, certo e errado, paz e violência etc. –, com isso, empobrecem-se os acontecimento, posto que a multiplicidade de sentidos esteja à mercê do binarismo. Destarte, o discurso é esvaziado do seu sentido argumentativo, ficando refém do meramente descritivo, o qual tem a capacidade produzir formas de pensar, sentir e perceber o mundo de modo maniqueísta.

A mídia gesta e dissemina o sujeito arquetipal, o qual, apesar de transitório, enquanto vige, exerce grande poder de coerção sobre os indivíduos. Sem problematizar os discursos de origem desse protótipo de ‘bom sujeito’, de ‘cidadão de bem’, sua estratégia é repetir *ad infinitum* certos sentidos de realidade e certas regras de

comportamento às quais todo indivíduo que almeje o *status* de ‘boa cópia’ do arquétipo deve se submeter. Citando Sodré, Coimbra (ibidem) afirma que os meios de comunicação de massa simulam padrões comportamentais consensuais, formam modos de existência, de vida, definindo quem são os moçinhos, os bandidos, os heróis etc. Essa distinção binária está diretamente associada ao tema da *normalização*, que será tratado à frente, mas que, de antemão, pode ser representado, segundo Revel (op. cit.), por aquilo que produz como um subproduto da separação fundamental entre *normal e anormal*, a saber, a repartição entre o bom e o mau comportamento social.

Retomando a noção foucaultiana de que os processos de subjetivação possuem uma dupla dimensão – objetivação e subjetivação –, tais processos de singularização, que funcionam a partir da idéia de um modelo ou arquétipo, referem-se àquilo que Foucault (2001) define como a *objetivação do sujeito através de práticas divisórias*. Estas práticas, quer exercidas pelo próprio sujeito sobre si mesmo, quer uns sobre os outros, também respeitam aquela lógica de oposição binária. Segundo Foucault, é através delas que se diferencia o louco do são, o enfermo do saudável, o criminoso do ‘bom moço’. Quando se viu acima termos como *mudança de vida*, não se viu, por outro lado, em que medida e por que motivo essa mudança é algo necessariamente positivo, o que implicaria em dizer a negatividade da vida atual. A mídia, corriqueiramente, não se dá o trabalho de argumentar, ela simplesmente diz que deve ser assim, o que, mais uma vez, põe em tela sua característica pedagógico-moralizante. A mídia e o esporte forjam aquilo que já fora classificado aqui como mega dispositivo pedagógico, buscando entrar nesse campo de lutas que é o do processo de subjetivação com toda a força.

Por fim, esboçar-se-á em que consistiria, face aos discursos citados, esse tal arquétipo de sujeito contemporâneo que as relações de poder-saber envolvidas nas práticas discursivo-midiáticas e pedagógico-desportivas querem forjar:

Sujeito determinado; com capacidade de (auto)superação; que respeite ao próximo; que saiba perder e ganhar na vida, mas corra decididamente atrás de seus objetivos; disciplinado; que respeite as regras dos jogos sociais; que tenha cursado a educação formal, sobretudo tendo chegado ao ensino superior; que não seja afeito aos riscos e futilidades que a rua representa; que manifesta um bom comportamento, leia-se, um sujeito ordeiro, trabalhador e de paz; um sujeito-cidadão responsável pelas suas atitudes e cumpridor dos seus deveres.

2.2 – Natureza do poder e especificidades dos ‘três’ poderes foucaultianos. Em busca da genealogia dos discursos⁷⁷

Abaixo, nos tópicos que se seguem, buscar-se-á, através da gama de conceitos que serão definidos, contextualizados e analisados, encontrar pistas genealógicas dos valores, conceitos, categorias, princípios ético-políticos que surgiram no tópico anterior. Além disso, buscar-se-ão elementos para a investigação da questão do governo dos homens a partir da análise de três tecnologias de poder trabalhadas nas obras foucaultianas da década de 1970.

As possibilidades interpretativas da fase genealógico-analítica do poder de Foucault são inúmeras. Quer numa perspectiva crítica a ela, quer de apropriação e aplicação, muitas coisas já foram ditas e escritas e muitos objetos foram analisados à luz das pistas deixadas por Foucault. A década de 1970, na qual fora desenvolvida tal analítica, legou alguns sentidos de poder. A semiótica do poder produzida engloba uma série de aspectos próprios às múltiplas formas de exercitar o poder com fins ao governo na modernidade. Nessa dissertação-ensaio, conforme fora mencionado, é o *poder disciplinar*, o *biopoder* ou *biopolítica* e o poder ou arte de governar compreendido em termos de *governamentalidade* que compõe o eixo analítico-conceitual.

Há três conceitos que caracterizam o desenvolvimento ou deslocamento da analítica foucaultiana: *poder disciplinar*, remetido às obras de 1972-1975 [*A sociedade punitiva*; *O poder psiquiátrico*; *Os anormais*; e *Vigiar e punir*]; *biopoder* ou *biopolítica* e *governamentalidade* estão enquadrados nas discussões de 1976-1980 [*História da sexualidade I*; *Em defesa da sociedade*; *Segurança, território e população*; *Nascimento da biopolítica*; e *Do governo dos vivos*]. Maia (1995), em um artigo intitulado *sobre a*

⁷⁷ Os próximos pontos da discussão a serem desenvolvidos terão como base, além da obra foucaultiana e de comentadores e pesquisadores, uma série de trabalhos apresentados no ano de 2007. Eles estão elencados nas referências, dos quais se destacarão VILAÇA, Murilo Mariano (2008a, 2008c, 2008d, 2008e, 2008f). Além de eles significarem uma caminhada de pesquisa cujo corolário é esta dissertação-ensaio, eles representam uma ampla e cuidadosa exposição das idéias à comunidade de pesquisadores, sobretudo aos estudiosos da obra de Michel Foucault.

analítica do poder de Foucault, propõe a matização da questão do poder em Foucault nas três frentes que estes conceitos representariam, tomando os seus respectivos e diferentes objetos, assim como os domínios que compreendiam, como o móbil das suas nuances. Contudo, ao contrário do que Maia parece defender quando diz que esse deslocamento pode ser considerado como um movimento de aperfeiçoamento do arsenal teórico a partir dos domínios empíricos analisados por Foucault, essa variação representa o primado que ele dá à historicidade e aos objetos que investiga, sempre depreendendo dos estudos empíricos sua força singular, o que permite cunhar um novo conceito e um domínio associado a ele. Ao mesmo tempo que desenvolve um cuidadoso estudo sobre as condições históricas de dada modalidade de relação de poder, Foucault costuma reconsiderar as pistas que deixou, transitando entre formulações que se aproximam e se afastam num vai-e-vem complexo. À moda deleuzeana, Foucault cria conceitos a partir do olhar sobre seus objetos, não lhes impondo teorias pré-fixadas.

Com isso, uma das maiores dificuldades que a análise da obra desse período impõe é o espraiamento que as abordagens acerca do ‘como’ do poder – ou seja, por que meios se lhe exerce sobre os outros –, o seu funcionamento e os efeitos que produziu tomou. Esse fato gerou ambigüidades, complexidades irreduzíveis à continuidade ou linearidade, o que acaba por tornar a compreensão dos saltos analíticos, das reviravoltas, um desafio. Assim, na forma de um movimento de constante retomada ziguezagueante, Foucault nos ofertou alguns potentes caminhos analítico-interpretativos que permitem que sejam compreendidos alguns dos funcionamentos do poder ou poderes desde a modernidade. De acordo com Albuquerque (1995), ele nos legou mais um *programa de pesquisas* do que uma teoria ou paradigma analítico.

A fim de buscar o máximo do rigor conceitual e metodológico presentes nos conceitos formulados por Foucault, será feito um esforço analítico que consiste em retomar já citadas e apresentar novas concepções genéricas sobre o poder, especialmente acerca da sua ‘natureza’, e, o mais preciso que for possível, apresentar algumas características que identificam ‘três poderes’ citados. De início, cabe ressaltar que se, por um lado, não se encontra um desenvolvimento linear de conceitos, por outro, não se tem conceitos tão distintos entre si de tal modo que fosse possível defini-los sem que, em alguns aspectos, eles se toquem.

Conquanto aquelas três noções de poder citadas tenham suas particularidades, Maia (idem) reconhece, à semelhança da proposta desse capítulo, que as diferentes

tecnologias de poder que definem, por vezes, coexistem na forma de arranjos complexos num mesmo ambiente histórico. Sendo assim, a distinção que será feita a seguir tem apenas o objetivo, por assim dizer, didático, mas, de forma alguma, o de propor distanciamentos absolutos, o que ficará claro através das similitudes ou concomitâncias que se pretende expor. Para tanto, outro aspecto das relações de poder, a *normalização*, será usado como elemento de ligação, tendo em vista que, por hipótese ainda, ele perpassa todos os conceitos de poder citados.

Antes de iniciar essa atividade didática de especificação, algumas definições de ordem geral ajudarão a compreender, assim se espera, o problema do poder e suas particularidades de domínio, funcionamento e efeito. Vale relembrar, também, que o intuito de Foucault é compreender a formação do homem moderno, é como as maquinarias do poder e do saber produziram um novo homem. Feita essa observação, a primeira tecnologia de poder analisada é de poder disciplinar.

Ainda que pareça estranho a tudo que já foi dito sobre o pensamento foucaultiano, o pensador francês aposta numa espécie de *ontologia do poder*, entendendo, inclusive, que ele tem uma *natureza*. Diante disso, ele desenvolve uma importante análise que visa compreender as diferenças fundamentais entre o ‘como’ do poder e quaisquer outras coisas, assim como o que caracteriza ‘essencialmente’ o poder.

Foucault apresenta essas importantes considerações e, em certa medida, essa surpreendente postura analítica num texto da década de 1980, intitulado *O sujeito e o poder*. Dele, tomar-se-ão apenas seus pontos principais, já que o objetivo é avançar um pouco mais na análise do poder tal como se encontra na obra foucaultiana ainda no nível das generalidades, mas, sobretudo, somente introduzir a análise das especificidades dos, apenas num jogo de palavras, três poderes foucaultianos.

Foucault inicia sua investigação crítica do poder através de duas perguntas: por que meios se exerce o poder e o que ocorre quando um indivíduo exerce poder sobre outros (FOUCAULT, 2001). Caracteriza-se, com isso, o poder como uma ação sobre os outros. Foucault denomina isso de *jogo de relações entre indivíduos ou entre grupos*.

Respondendo à pergunta acerca da natureza específica do poder, Foucault afirma que o exercício do poder é maneira de relação na qual certas ações modificam outras (ibidem). Outra característica da natureza do poder apresentada por Foucault é a de que ele não é ou não tem como função o consenso. Em si mesmo, o poder não é uma renúncia à liberdade, nem uma transferência de direitos, tal como se vê na teoria

clássica sobre a legitimidade do poder político estatal, conforme as diferentes visões do liberalismo político que Hobbes e Rousseau representam, por exemplo. Ainda que o poder possa ser o resultado de um prévio ou permanente consentimento, ele não pode ser considerado, em essência, a manifestação deste.

Assim sendo, o caráter do poder seria o da violência, uma vez que não se vê nele um consenso dialógico tal como o liberalismo via? Para Foucault, não. O poder não atua diretamente sobre indivíduos, mas sim sobre suas ações. Nas palavras do pensador, “[...] uma ação sobre uma ação, sobre ações existentes ou outras que podem ser suscitadas no presente e no futuro” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 253). Foucault define a violência como uma ação sobre o corpo ou sobre as coisas para forçá-los, abatê-los, quebrá-los, destruí-los, encerrando-lhes as possibilidades (*ibid.*). O poder, ao contrário, só pode ser exercido sobre uma pessoa caso se reconheça que ela é um agente legítimo que deve ser preservado completamente e até o fim, de modo a garantir a manutenção de todo um campo de respostas, reações, resistência, efeitos e possíveis (re)invenções.

Essa postura foucaultiana, em resumo, revela que a natureza do poder nem é dada ao consenso nem à violência. Inobstante, em termos de resultados ou instrumentos das relações de poder, ambos podem ser usados, e geralmente o são, por vezes até mesmo concomitantemente.

Mas, afinal de contas, o que é o poder? Segundo Foucault,

“é uma estrutura total de ações dispostas para produzir possíveis ações: incita, induz, seduz, facilita ou dificulta: no limite, restringe ou inibe completamente; entretanto, é sempre uma forma de atuar sobre a ação do sujeito [...]” (*ibid.*, p. 253).

Destarte, é a *conduta* dos sujeitos o alvo do poder. É à direção dos sujeitos e ao controle do seu comportamento que o poder se dedica. Ele delimita, restringe as possibilidades de comportamento dos sujeitos no interior de um campo de ação através de técnicas coercitivas. “O exercício do poder, afirma Foucault, consiste em guiar as possibilidades de conduta e dispô-las com o propósito de obter os melhores resultados” (*ibid.*). Deste modo, ele interfere racional, política e economicamente na subjetividade dos sujeitos, levando-os, induzindo-os ou constringendo-os a agir de uma e não de outra forma. O poder não estreita o campo, mas a gama de comportamentos admitidos nele. Pode-se inferir a natureza do poder é propriamente aquilo que fora chamado na introdução de *regras para convivência*, regra práticas, não abstratas, para a gestão ou

governo⁷⁸ de um parque humano ou comunidade política de humanos. O poder, desse ponto de vista, constitui o espaço da multiplicidade das ações práticas humanas a uma série de comportamentos, hábito ou condutas que são tidas como ‘boas’, ‘corretas’, ‘justas’, ‘civilizadas’, exercendo sobre os sujeitos todo o seu poder de verdade.

A última, mas talvez mais importante detalhe da definição da natureza do poder, é a sua relação com a *liberdade*. Foucault, ao contrário de algumas leituras sobre sua perspectiva, discorda veementemente da idéia segundo a qual sua noção de poder não deixaria brechas para que os sujeitos resistissem. Em conformidade com uma definição citada, havendo poder há possibilidades de [liberdade] resistência. O poder, diz Foucault, só é exercido sobre sujeitos livres para desenvolver indefinidas possibilidades de ações práticas, condutas ou comportamentos. Sem essa pressuposição, cairia todo o edifício da definição do poder, pois para que o poder se não houvesse uma abertura à multiplicidade de condutas possíveis? Se o sujeito não pudesse ser, potencialmente, qualquer coisa, para que atuar sobre, com o fim de guiá-lo? Para Foucault, nos contextos onde determinados fatores saturam a totalidade, elidem a multiplicidade, reduzindo-a a poucos ou unívocos caminhos, como ocorre na escravidão, não há poder.

Apesar de uma aparente contradição naquela definição transcrita, na medida em que nela se lê que o poder, no limite, pode inibir ou constranger absolutamente, totalidade que não era prevista anteriormente, ele explicita bem quais concepções de poder podem ser derivadas. A seguir, três formas, modalidades, tecnologias ou, simplesmente, relações de poder serão analisadas.

2.2.1 – Poder disciplinar: a normação⁷⁹ do sujeito através da docilização dos corpos

⁷⁸ *Governo* não é compreendido – não somente – como as estruturas políticas ou a direção dos estados, mas sim como a forma de dirigir a conduta de indivíduos e grupos. Desta forma, *governar* significa “[...] estruturar um campo de ação dos outros.” (FOUCAULT, 2001, p. 253-254).

⁷⁹ FOUCAULT, Michel (2008b). Nessa obra, Foucault afirma que prefere o termo *normação* em vez de *normalização*, haja vista que, no tocante à disciplina, é menos importante o normal e o anormal do que a norma em si e o seu caráter primitivamente prescritivo. É a marcação da norma o ponto-chave disciplinar.

De início, cabe identificar o poder disciplinar como uma nova atitude diante do sujeito, sobretudo em relação à politização do corpo. O corpo ou os corpos são o objeto dessa tecnologia disciplinar. Conforme François Ewald (apud MAIA, *ibid.*), “[...] a lei de exercício do poder é aquela do corpo a corpo, de corpos que se aplicam sobre outros corpos para educá-los, fabricá-los; de corpos que resistem a esta aplicação.” (p. 94).

Tomando a já clássica obra *Vigiar e Punir*, nela, Foucault se dedica à tarefa de investigar o surgimento, na passagem do século XVII para o XVIII, de uma *nova tecnologia de governo dos homens*⁸⁰. Segundo Foucault (2005b), no curso ministrado em 1976, já no século XVIII, início do seguinte, a disciplina despontava como uma forma de poder local que agia sob formas intuitivas, empíricas, fracionadas e no âmbito das instituições como a escola, o hospital, o quartel, a oficina etc. É a tomada dos corpos dos sujeitos por uma nova tecnologia do poder como objeto de saber o ponto-chave da noção de poder disciplinar. Daí surge a expressão *anatomia política*, uma mecânica do poder que visa esquadrihar, desarticular e recompor o corpo.

O investimento político dos corpos não é, como destaca Foucault (2004), uma novidade, pois o corpo sempre esteve sob os olhares atentos do poder. No entanto, existem marcas distintivas dessa modalidade de poder sobre o corpo. Em primeiro lugar, Foucault cita o que chama de *escala do controle*, a saber, o corpo não é tratado mais como uma massa, como uma unidade indissociável, mas se deve trabalhá-lo detalhada e minuciosamente, exercendo sobre ele uma *coerção sem folga*, um corpo ativo. Em segundo lugar, muda o *objeto do controle*, não sendo mais, segundo ele, os elementos significativos dos comportamentos ou a linguagem corporal, mas a economia, a eficácia e a organização dos movimentos do corpo, de modo que a coação seja mais intensamente feita sobre suas forças do que sobre seus sinais; a *cerimônia* que importa é a do exercício contínuo e intenso. Por fim, altera-se a *modalidade do controle*, a qual se torna ininterrupta, constante, cuja preocupação é mais o processo da atividade do que o seu resultado, o que é feito através da codificação que examina o tempo, o espaço e os movimentos.

⁸⁰ Com esta expressão ou, também, *arte de governar*, Foucault definirá a governamentalidade.

A ‘descoberta’ ou, melhor dizendo, a invenção do corpo como objeto e alvo de poder demarca o surgimento de certas técnicas disciplinares que visam à constituição do sujeito moderno. Encontra-se, portanto, na modernidade clássica, sinais de uma mudança paradigmática no que tange à criação do homem, à sua socialização, assim como ao seu valor econômico. O corpo passa a ser um objeto que se manipula, modela, treina, que obedece, torna-se útil e cujas forças são multiplicadas. Dois são os registros basilares desse complexo controle que produz a idéia do *Homem-máquina* [produtiva ou útil]: um *anátomo-metafísico* cuja origem é Descartes, e um *técnico-político*, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares, por processos empíricos e reflexivos com o fim de controlar ou corrigir as operações do corpo, o que é feito através das insígnias da submissão, da utilização, do funcionamento e da explicação (FOUCAULT, *idem*). Constrói-se, assim, o binômio fundamental que caracteriza o poder disciplinar: *docilidade-utilidade*. Em outras palavras, esta relação binomial é aquilo que pode ser chamado de ‘disciplinas’. Para Foucault (*ibidem*),

“o momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (p. 119).

Na definição de Foucault (*ibid.*), “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (p. 118). É útil, por sua vez, um corpo que pode ter suas forças controladas, multiplicadas e, sobretudo, dirigidas para tal ou qual função.

“A disciplina, afirma Foucault, aumenta as forças do corpo (em termos *econômicos de utilidade*) e diminui essas mesmas forças (em termos *políticos de obediência*). Em uma palavra: ela dissocia o *poder do corpo*; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte sua energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 119. Grifos meus).

Dá-se início, com isso, a uma nova economia disciplinar. Entre as mudanças que institui, em vez do suplício público, vê-se a pena de privação da liberdade – esta, recém-inventada como um bem jurídico, um direito. Foucault tem o cuidado de afirmar que o suplício e a tortura não foram totalmente superados, fazendo parte das técnicas disciplinares até hoje. Ao contrário, o que ele afirma é que, naquela passagem secular, instaura-se o começo de um processo de redução do suplício (FOUCAULT, *ibid.*). A

idéia do suplício-exemplo vai, assim, perdendo cada vez mais força, o que ensejou a construção de ambiente fechados e inacessíveis ao público como força de punição. Ao passo que execução pública e sumária, do ponto de vista da relação entre custo e ganho, pode representar uma incitação à violência, a certeza de ser punido seria economicamente mais eficaz porque faria o homem se desviar do crime (FOUCAULT, *idem*). É a justiça, e não mais a violência física cabal que deve representar o exercício do poder.

Castigos ou privações corporais, tais como, redução alimentar, privação sexual, expiação física sempre estiveram presentes nos mecanismos punitivos (FOUCAULT, *ibidem*). Entretanto, seus efeitos, para Foucault, não podem ser compreendidos na sua complexidade se forem reduzidos à sanção ou repressão, conforme vem sendo anunciado no decorrer dessa dissertação-ensaio constantemente. Para ele, tem-se que buscar compreendê-los nos seus *efeitos positivos*, naquilo que produzem no sujeito. Segundo Resende (2004), é a transformação, e não a eliminação, do indivíduo que as instituições carcerárias visariam. De fato, assim como reconhece o autor, esta é uma pressuposição do regime disciplinar carcerário, o que muitas vezes não chega a termo. Apesar disso, “a detenção legal, além de reparar o crime, também deve fazer com que o criminoso se emente, se transforme” (RESENDE, *idem*, p. 83).

Comentando a obra foucaultiana, Resende afirma que a prisão é um aparelho disciplinar que deve funcionar ao extremo. Isso só é possível caso ela tome conta da vida do indivíduo em vários aspectos. Ele cita o *treinamento corporal*, o *comportamento*, a *conduta moral*, a *aptidão para o trabalho* e as *atitudes cotidianas* como compondo o conjunto de aspectos sobre o qual o mecanismo prisional daria conta. Observa-se que essa visão ampliada contrasta com o objeto do controle, tal como Foucault concebe, que foi descrito acima⁸¹. Como não é incompatível com a perspectiva foucaultiana, mas sim complementar, e ante a maior complexidade de práticas e elementos relacionados ao exercício do poder sobre o corpo, inclusive fazendo uma ligação com a questão geral da vida, ela será considerada na presente análise.

“Mais do que a escola, conclui Resende, a fábrica ou o hospital, por exemplo, que têm sempre a uma mesma especialização em termos de disciplina, a prisão é *onidisciplinar*” (*ibidem*, p. 84. Grifo meu). A pertinência daquele conjunto de aspectos

⁸¹ Foucault segue claudicando um pouco quanto à delimitação do objeto, uma vez que se lê mais à frente que “forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de gestos, de seus comportamentos.” (FOUCAULT, 2004, p. 119), o que parece ratificar ainda mais a escolha de ampliar o conjunto de elementos corporais sob controle.

sobre os quais o sistema prisional age e dessa afirmação sobre a onidisciplinaridade dele ao que se viu acima é evidente. Afinal, os discursos sobre a função disciplinar das práticas pedagógico-desportivas não afirmam justamente que elas interferem em todos aqueles aspectos, de tal forma que elas poderiam ser tidas como uma tecnologia onidisciplinar também? Retomando os elementos gerais relativos a essas práticas, além de obviamente executar alguma forma de treinamento corporal, através da prática de esporte, o comportamento, a conduta moral e as atitudes cotidianas são acessados, tornando os indivíduos aptos para o trabalho pela profissionalização.

Essa constatação não quer assemelhar as práticas pedagógico-desportivas à prisão, mas sim pontuar a pertinência, para definir o papel daquelas práticas, da noção de poder disciplinar a este dispositivo pedagógico de extrema validade, complexidade e abrangência para a formação dos sujeitos na contemporaneidade. Aliás, há uma diferença fundamental entre elas e a prisão, o que faz delas potencialmente mais eficientes do que esta: enquanto a prisão carrega o fardo da obrigatoriedade extrema, porque o processo de enclausuramento penitenciário não é fruto de uma decisão espontânea do indivíduo penalizado, mas sim uma imposição da lei e do Estado, além de representar concretamente a perda da ‘liberdade’, sentido amplo, as práticas pedagógico-desportivas têm o trunfo da *ludicidade* e da *espontaneidade*. Ou seja, os sujeitos que estão nos espaços aonde aquelas práticas ocorrem estão porque querem, porque gostam do esporte, porque sentem prazer em praticá-lo. Ademais, a prisão representa a paralisação da vida do sujeito durante o período em que ali estiver – haja vista, via de regra, haver uma carência de atividades que promovam algum ‘aperfeiçoamento’ pessoal ou profissional –, não há a expectativa de que, ao sair, se terá uma vida melhor, pelo contrário, espera-se uma vida pior, mais difícil. Já nos esportes, trabalha-se a idéia – fantasiosa ou não – da possibilidade de ascensão social.

Retomando a discussão sobre o poder disciplinar representado na figura do sistema prisional, a prisão envolve saberes diferentes que visam responder a problemas diferentes. Ela é, ao mesmo tempo, local de execução da pena e de observação dos indivíduos punidos (FOUCAULT, *ibid.*). Em uma frase, *a prisão é um espaço de constituição de sujeitos*. Para tanto, foi necessário formular uma idéia complexa para conter tamanha diversidade. O projeto arquitetônico pensado foi o *Panóptico*. Segundo Foucault (*ibid.*), ele é ‘pedra angular’ da inteligência disciplinar, da gestão do poder na sua modalidade disciplinar, um modelo geral do seu funcionamento, mas não uma

essência. Ainda segundo o pensador, o tema do Panóptico é, concomitantemente, o da vigilância e observação, da segurança e saber, da individualização e totalização, do isolamento e transparência. Como diz Resende (ibid.), não há lacunas no sistema panoptical, ele é íntegro e totalizante, e capaz de regular a relação tempo-espço do sujeito nele inserido. Para Foucault (2008b), o panóptico é o sonho de todo poder soberano tem de que nenhum dos seus súditos lhe escape, de que seus gestos, comportamentos, atitudes lhe sejam desconhecidos.

O controle exercido pelo poder disciplinar é uma *tática* que se situa no eixo que liga o singular e o múltiplo, “ele permite ao mesmo tempo a caracterização do indivíduo como indivíduo, e a colocação em ordem de uma multiplicidade dada” (FOUCAULT, ibid., p. 127). Essa idéia é, segundo Foucault, a base para uma microfísica do poder que opera o controle da ação ou da atividade humana a partir de uma série de técnicas que quanto mais invisíveis mais eficazes. Dito de modo bastante resumido, Foucault subdivide seu funcionamento em duas partes, as quais estão diretamente relacionadas: *docilização dos corpos e bom adestramento*. Ambas, na relação que constituem, criam um aparato disciplinar que visa conter a vagabundagem dos miseráveis, impedir a pilhagem e as violências através da neutralização de certos *inconvenientes* [roubos, interrupção do trabalho, agitações etc.] e da maximização das vantagens, a fim de proteger a rede de elementos próprios ao processo crescente de industrialização da época, resguardando e promovendo as condições de possibilidade do pleno desenvolvimento do liberalismo econômico.

No primeiro caso – corpos dóceis –, ele apresenta quatro conjuntos de técnicas, duas tecnologias disciplinares: primeiramente, aquilo que chama de *A arte das distribuições*, que consiste em distribuir os indivíduos no espaço, em ambientes cercados, fechados em si mesmos cujos exemplos tidos como mais eficientes e insidiosos são os colégios e os quartéis; buscar situar cada indivíduo no seu lugar, no lugar aonde seja útil e produtivo, evitando a criação de grupos, rompendo as comunicações perigosas que estabelecem, já que eles são potencialmente ‘revolucionários’, contestatórios, subversivos; codificar os diversos espaços, atribuindo-lhes uma função específica; e dispor os indivíduos numa lógica que é própria da disciplina, qual seja, a *fila*, a técnica para a transformação dos arranjos que permitem, mas não de qualquer forma, a circulação dos indivíduos nas redes de relações.

Em segundo lugar, há *o controle da atividade*, que contempla o controle do uso do tempo através da regulamentação do horário; a decomposição gestos e movimentos tendo como meta a eficiência mecânica, e não meramente a imposição de regras os modelos pré-definidos; a codificação, a formulação de uma *sintaxe* ordenadora do que foi decomposto; e a utilização à exaustão das forças humano-corporais.

Em terceiro, *a organização das gêneses*, procedimentos que envolvem a capitalização do tempo dos indivíduos, organizando-o de tal forma que seja possível controlar e utilizar as forças e capacidades inerentes aos seus corpos. Para tanto, criou-se uma série de aparelhos a partir da lógica da análise do espaço, decomposição e recomposição das atividades, cujas características são *dividir a duração em segmentos sucessivos ou paralelos, organizar as seqüências segundo um esquema analítico, finalizar os processos segmentados temporalmente e estabelecer séries de séries*. Como esses traços sugerem, e como o próprio Foucault indica, estabelece-se uma forte relação, de imposição, segundo Foucault, entre o tempo disciplinar e a prática pedagógica. Isolando o tempo de formação e o período da prática, hierarquizando e sistematizando a ordem dos saberes, movimentos, gestos e práticas em geral a serem transmitidos ao aprendiz, fixando um ponto demarcatório entre as etapas que se sucedem através de uma avaliação que indique se o indivíduo atingiu o nível desejado e em conformidade com os outros indivíduos, diferenciando as capacidades de cada um e estabelecendo a seriação deles de acordo com o que convêm a cada um, prática pedagógica e poder disciplinar são quase que homônimas. Por último, *a composição das forças*, que tem como parâmetro a composição e o comando das forças para a obtenção de um aparelho eficiente. Em suma, a disciplina visa produzir, a partir do controle dos corpos, uma individualidade dotada de quatro características: “é celular (pelo jogo da repartição espacial), é orgânica (pela codificação das atividades), é genética (pela acumulação do tempo), é combinatória (pela composição das forças).” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 141).

No segundo caso – dos recursos para o bom adestramento –, Foucault diz que o êxito do poder disciplinar é fruto da simplicidade dos instrumentos que usa, denotando uma relação custo-benefício, relação tipicamente econômica, dos quais ressalta *o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame*.

Descrevendo-os em linhas gerais, o olhar que a *vigilância hierárquica* representa a multiplicidade de observatórios, a visibilidade ampla que põe em funcionamento, ao ponto de que os efeitos dos meios de coerção se tornem visíveis aqueles sobre quem se

aplicam. Mais uma vez, vê-se uma relação estreita entre uma técnica disciplinar e a pedagogia, à medida que certos instrumentos de fiscalização, de observação de postura, movimentos e aprendizagem fazem parte das práticas associadas a ambas. A vigilância é destaca por Foucault como uma das principais novidades que o poder disciplinar institui, cujo papel no controle e constituição dos sujeitos é fundamental, tornando-se um operador econômico decisivo, pois é “[...] uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar.” (ibid., p. 147). Um detalhe importante é que as técnicas de vigilância têm sido cada vez mais requisitadas nas sociedades atuais, sendo consideradas uma das armas contra a violência crescente, uma forma de prover seguranças aos indivíduos aterrorizados por ela.

A *sanção normalizadora* é uma espécie de outra face de qualquer regime disciplinar, pois se há regras, lei ou normas há penas que visam reconduzir o indivíduo desviante à norma, à regra ou ao cumprimento ou adequação à lei. Segundo Foucault, “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal” (ibid., p. 149). No contexto da disciplina, a punição é forma de re-encaminhar o desviante, o faltoso, o indisciplinado, exercendo um efeito corretivo. Há um efeito também pedagógico nela, em virtude dela buscar reduzir a reincidência no erro, desvio etc., ensinando o quanto são penosas as suas conseqüências. Muitas vezes, o castigo é exercitar, ou seja, o exercício repetitivo se torna um castigo.

A punição, na disciplina, é um elemento de um sistema duplo, a saber, o da *gratificação-sanção*. Este sistema se diferencia da punição aplicada pelo sistema penal, na medida em que enquanto esta só divide o proibido do permitido, aquela operada pela disciplina opera através do estabelecimento de *pólos positivo e negativo*, qualificando os comportamentos e os desempenhos a partir dos valores opostos de bem e mal. Assim, todo comportamento fica circunscrito ao “[...] campo das boas e das más notas, dos bons e maus pontos.” (ibid., p. 151). Classificados os comportamentos que compõe os respectivos campos das ações boas e más, é possível criar uma contabilidade disciplinar das penas. Conseqüentemente, os aparelhos disciplinares podem hierarquizar, numa relação mútua, os ‘bons’ e os ‘maus’ indivíduos. Essa divisão classificatória, por seu turno, tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, competências e aptidões, mas, concomitantemente, castigar e recompensar. Aliás, a localização classificatória que dado indivíduo tem já é em si mesma uma recompensa ou punição,

pois um indivíduo categorizado como ‘mal’, ‘violento’, ‘perigoso’ etc. se encontra num lugar hierárquico inferior em relação aquele que se encontra no lado inverso.

Essa separação com teor político, mas também moral, associada a seus distintivos sociais, produzem nos sujeitos certos sentimentos; em alguns, de honra, dignidade, legitimidade; noutros, de vergonha, desprestígio, exclusão. Em razão disso, todos os indivíduos estão expostos a uma intensa e constante pressão para que se submetam a um mesmo modelo de conduta, “[...] para que sejam obrigados todos juntos ‘à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina’.” (ibid., p. 152).

Essas características da punição disciplinar de comparar, diferenciar, hierarquizar, homogeneizar, excluir, incluir exprimem uma importante ação que realiza. Em uma palavra, ela *normaliza*. Conforme Foucault (2008b),

“a normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal que não é capaz” (p. 75).

A disciplina estabelece modos de proceder que visam o adestramento progressivo e de controle constante, estabelecendo, com isso, a demarcação entre os sujeitos aptos e inaptos, os normais e os anormais, a partir do primado da norma.

Como fora dito acima, a normalização será usada como um ponto de contato entre as três formas de exercício do poder em Foucault. Aqui, vê-se a sua importância para o poder disciplinar, e inversamente, já que o poder disciplinar foi o responsável por instituir uma modalidade de regramento distinta daquele produzida pela lei. Segundo Foucault (ibid.), “os dispositivos disciplinares produziram uma ‘penalidade da norma’ que é irreduzível em seus princípios e seu funcionamento à penalidade tradicional da lei” (p. 153). Com isso, pelas disciplinas, surge o *poder da Norma*. No momento, são suficientes essas indicações gerais sobre a norma e a normalização. A seguir, outras considerações serão feitas, tanto considerações isoladas e específicas sobre elas quanto algumas relacionadas às outras duas modalidades de poder que ainda serão analisadas.

O exame, último recurso usado para produzir o bom comportamento, é uma espécie de elo entre os dois primeiros. Ele combina as técnicas da hierarquia, de vigia e as sanções que normalizam os indivíduos, tornando-os sujeitos dóceis e úteis. É

justamente por isso que em todos os dispositivos disciplinares ele é altamente ritualizado. Por ele, manifesta-se a tomada dos sujeitos como objeto de constante análise pelo poder e pelo saber. O exame, por exemplo, é uma das formas de o saber médico, que está na base do poder normalizador, exercer seus poderes de verdade. A anamnese, uma forma de exame usada pela medicina, é um dos vários dispositivos de saber-poder que, como técnica de confissão, tem o papel de encontrar a verdade sobre o paciente, estabelecer uma relação causal entre a patologia e os hábitos de vida dele, ou seja, encontrando o vínculo entre a anormalidade-patologia e o comportamento anormal, ruim ou errado, o que moraliza o sujeito doente. Outro exemplo de lugar no qual o exame é usado largamente são as instituições escolares. Contíguo ao olhar hierarquizador, o exame, como um procedimento ou técnica de observação e análise dos indivíduos, inscreve, fixa o indivíduo numa espécie de documentário da sua vida. Aquilo que o aluno escreve numa prova, por exemplo, ou é anotado pelo professor como fruto da sua avaliação é uma forma de localizar o indivíduo no espaço escolar, bem como, além de atribuir-lhe nota, classificá-lo como bom ou mau aluno, estudioso ou relapso etc. Em outro lugar, Foucault assim define as instituições educacionais:

“Esta atividade, que assegura a aprendizagem e a adequação de atitudes ou tipos de conduta, se desenvolve através de um conjunto total de comunicações reguladas (lições, perguntas e respostas, ordens, exortações, signos codificados de obediência, marcante diferenciação do valor de cada pessoa e do nível de conhecimento) e por meio de uma série de procedimentos de poder (espaço fechado, vigilância, recompensa e castigo, a hierarquia piramidal).” (2001, p. 251).

Em suma, como afirma Foucault, “nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração de força e o estabelecimento da verdade” (p. 154).

O investimento político do corpo que opera o esquadramento dos corpos e dos comportamentos e estabelece uma anátomo-política ou uma ortopedia social dos sujeitos, quer dizer, estratégias e práticas por meio das quais o poder visa modelar cada indivíduo no decorrer do seu deslocamento por uma série de instituições só pode ser analisado a partir da renúncia à oposição violência-ideologia, à metáfora da propriedade, ao modelo do contrato e da conquista, e, no que se refere ao saber, à oposição interessado-desinteressado, ao modelo do conhecimento e ao primado do sujeito (FOUCAULT, 2004).

O estudo da complexidade dessa microfísica do poder que desenvolve um investimento político do corpo só é possível caso se parta do princípio de que o poder

não é exercido como uma propriedade, mas sim como estratégia, de tal modo que seus efeitos sejam concebidos não como apropriação definitiva, ao contrário, como disposições a serem desenvolvidas, como manobras, táticas, técnicas, funcionamentos que expressão as relações constantemente tensas.

Embora a prisão seja usada para representar o poder disciplinar, para Foucault

“a ‘disciplina’ não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia” (ibid., p. 177).

Assim sendo, o poder disciplinar está presente numa série de instituições, tais como o hospital, a administração, a polícia, o exército e todo o sistema escolar, este último, cuja função é disseminar certos saberes, legitimando e mantendo dada complexa ordem de coisas, suas próprias práticas e as daquelas instituições.

Passa-se, num processo não-linear, prenhe de intervalos fortuitos, a ser criada uma espécie de *moral dos gestos*. Um autor que, por outras vias, fornece um sem-número de exemplos, corroborando a escolha de ampliar o espectro de aspectos relacionados ao corpo, é Norbert Elias. Na obra sobre o processo que compreende uma série de mudanças comportamentais que constituíram parte fundamental do que se chama por *civilização*, Elias descreve detalhadamente, a partir da análise de várias fontes, como o corpo e suas manifestações passaram a ser alvos de intensa vigilância e investimento político. Segundo ele, os corpos, o comportamento humano passa a ser codificado através da constituição de saberes que definiam as ações (ELIAS, 1994). Codificados, os corpos e os indivíduos podem ser distinguidos, hierarquizados. Do comportamento normatizado – por conseguinte, os indivíduos –, nasce o ‘bom’ e o ‘mau’ comportamentos, aquele que deve ser promovido e aquele que deve ser coibido.

Retomado uma expressão ou idéia trabalhada nos capítulos anteriores, isto é, a domesticação do [animal] humano, cabe uma observação. Segundo Foucault (2004), as disciplinas, o poder disciplinar, não se referem à domesticidade, na medida em a domesticação estabelece “[...] uma relação de dominação constante, global, maciça, não analítica, ilimitada e estabelecida sob a forma da vontade singular do patrão, seu

capricho” (p. 118). Essa acepção é distinta daquilo que *disciplina* compreende. Em virtude disso, abandonar-se-á a idéia de domesticação em favor da de disciplinarização.

Como resultado daquilo que Elias analisou, em associação com a perspectiva foucaultiana, criou-se a distinção entre o comportamento *disciplinado-obediente-civilizado*. Isso está intimamente ligado à idéia de que o indivíduo é compreendido ou classificado em termos da relação entre sua ação e o enquadre comportamental que dado estado social de coisas requer para se manter, o sujeitos disciplinado, obediente ou civilizado é aquele que se adéqua ao modo de uma comunidade política se organizar e o indisciplinado, desobediente ou incivilizado é o que à ameaça.

Trazendo uma das conclusões as quais Elias (*idem*) chega, é de especial importância compreender como cada sociedade esperou dos seus membros certos modos de comportamento, cujo objetivo era condicioná-los, impingindo-lhes certas mudanças de hábitos, novas regras e alguns tabus sociais que, no conjunto, formam o comportamento correto. Através de instrumentos, práticas e instituições operam poderes e saberes, buscando condicionar, modelar, normalizar os indivíduos ao modelo de comportamento que dada situação da sociedade torna necessário. Em contrapartida, criam-se os elementos ou campos inteiros de ação censuráveis. Desse complexo saber-poder nascem as ‘boas’ e as ‘más’ maneiras, o ‘normal’ e o ‘anormal’ etc.

Num texto posterior, publicado quase uma década depois da obra de 1975, Foucault define resumidamente o que significa falar em disciplinamento, fazendo uma importante ressalva, visando corrigir algumas más interpretações depreendidas daquela obra da década de 1970. Disciplinamento não se refere, obviamente, a que os indivíduos se tornem indefinidamente obedientes, muito menos que eles busquem se inserir em espaços disciplinares. Ao contrário, por disciplina se entende um processo de busca incessante por um crescente e cada vez melhor – ou seja, mais racional e econômico – processo de ajustamento entre atividades produtivas, recursos de comunicação de valores e padrões comportamentais e jogo de relações de poder (FOUCAULT, 2001).

O poder disciplinar pode ser definido como um processo de docilização-normalização-utilidade que toma o corpo como objeto do poder, visando à obediência e a produtividade dos sujeitos através da vigilância, do esquadramento, do exame, da regulação, da decomposição, da individualização, da generalização e distribuição das

forças do sujeito, elevando-as à máxima potência; um poder distinto da forma da lei, do discurso unificador do direito, alheio à forma da soberania estatal, heterogêneo, conforme afirma Foucault, mas que, desde a modernidade, vem sendo instrumentalizado pelo Estado jurídico, o qual sobrepõe aos mecanismos da disciplina um sistema de direito, de tal forma que lhe seja conferida ares de lei (FOUCAULT, 2005b).

As possibilidades de pontos de contato entre o que acabou de ser tido sobre o poder disciplinar e o que fora analisado acima nos discursos são inúmeras. Resgatando trechos da análise do discurso, além da questão geral da obediência às regras e da punição expressas em discursos como “[...] *a disciplina é rigorosa. Quem desrespeita as regras é punido*” (RIT1), viu-se também que certos valores são difundidos como constitutivos de um bom comportamento, tais como o respeito ao próximo, não brigar, chegar no horário etc. que compõe um ‘bom’ sujeito: “*perseverança, humildade, respeito ao próximo.*” (R13). Valores como estes fazem com que a vida do indivíduo mude e que ele passe a adotar um bom comportamento, o que, segundo os discursos, vem como resultado de um intenso treinamento físico-desportivo: “*Estudo, treinamento esportivo e bom comportamento.*” (RIT1).

As práticas pedagógico-desportivas também podem ser entendidas como disciplinares, na medida em que intervêm no corpo, promovendo a docilização normalizadora do sujeito, difundindo valores ético-políticos e padrões comportamentais tidos como ideais para a convivência em sociedade. Considerando o par docilização-utilidade como expressão do poder disciplinar, uma relação econômico-disciplinar, reitera-se aquela idéia de que essas práticas são disciplinarmente mais eficazes, haja vista a disciplina por elas exercida ser de modo ainda mais *invisível* do que em outras práticas ou instituições. A ludicidade atribuída à prática desportiva parece velar as relações de vigilância, hierarquização, moralização, recompensa e castigo ou punição existentes no esporte.

Como o esporte é um conjunto de regras que prevê punições aos que não as cumpre, ele exerce o poder de sanção normalizadora que busca coibir tanto que o mesmo indivíduo incorra no erro quanto que os outros o pratiquem. O esporte também atua sobre os indivíduos posicionando-os em espaços. A estrutura do esporte, sobretudo os coletivos, é constituída pela divisão dos papéis no campo do jogo. Cada indivíduo é posicionado de acordo com suas forças, capacidades ou habilidades corporais, com o

fim de que ele execute sua função da melhor forma possível, ou seja, com a máxima eficácia e produtividade.

Para tanto, existe um treinamento intenso do grupo de indivíduos como um todo, além de específico para alguns deles, decompondo movimentos, aperfeiçoando gestos [desportivos], além da necessidade de que eles respeitem à risca as regras de um esporte, o que é condição de possibilidade do êxito desportivo: ***“O treino é intenso, com exercícios para fortalecer pernas. ‘No início, é meio chato, mas é importante para a gente conseguir se sair bem no jogo e poder ganhar os jogos”*** (RIT1).

O efeito esperado da docilização dos corpos e dos sujeitos é elevar ao máximo sua utilidade, inclusive preparando os sujeitos para o trabalho. Além dessas características ligadas ao esporte, os projetos que operam as práticas pedagógico-desportivas são instituições ou dispositivos disciplinares que organizam, gerem, capitalizam o tempo dos jovens considerados em situação de risco, retirando-os da rua, porque é ‘perigosa’, construindo um espaço ‘seguro’ no qual eles devem ser inseridos para que sejam transformados em sujeitos disciplinados ou sujeitos-cidadãos, conforme se vê nos trechos discursivos resgatados: ***“chega daqui do treino, vai embora dormir. Em vez de procurar a rua, procura a cama para dormir.”*** (R2) e ***“o esporte é um dos melhores caminhos para formar cidadãos. Essa constatação surge através dos resultados de projetos que envolvem esporte e cidadania.”*** (RIT6).

Conclui-se, com isso, que a hipótese de que aqueles discursos midiáticos tenham naquilo que compõe o poder disciplinar uma parte da sua complexa genealogia está confirmada. Ao que parece, está clara a analogia entre aquilo que se diz que a prática pedagógico-desportiva ensina ou transmite e os traços do poder disciplinar-normalizador analisados acima. Outra conclusão retirada da discussão empreendida até esse ponto é que a técnica disciplinar que as práticas pedagógico-desportivas representam busca intervir no campo de ação do uso dos corpos, com a finalidade de forjar, disciplinar, normalizar os sujeitos, de modo que eles sejam ensinados a obedecer a certas regras, a não contestar, sendo úteis, num sentido amplo, à sociedade, o que é feito a partir da normalização do seu comportamento: ***“eu aprontada, eu brigada, fazia onda na rua...depois que eu conheci o boxe, depois que eu comecei, graças a Deus, eu mudei.”*** (R2) e ***“Ele [esporte] é educativo também porque a gente tem nesses jovens, em todos, uma mudança de comportamento que a gente pode configurar [...]. Eles melhoram as notas na escola, se é uma criança agressiva, talvez, se torna uma criança mais educada [...]”*** (RIT2).

Ao que parece, aquela que foi chamada de *hipótese analógica* também começa a ser delineada e comprovada, já que a faceta econômica do liberalismo está claramente contemplada na relação docilidade-utilidade. A construção de um contingente de indivíduos disciplinados e com sua utilidade-produtividade fortemente potencializada seria extremamente condizente à política mercantilista, que consiste em majorar a produção que um conjunto de indivíduos pode gerar (FOUCAULT, 2007c), bem como ao crescente processo de industrialização vivido no século XVIII e XIX.

2.2.2 – Governamentalidade biopolítica: a normalização do sujeito através do controle da vida e da população

Uma ressalva é imprescindível já de início: reforçando observações prudenciais anteriores, a disciplina não é eliminada com o surgimento da governamentalidade biopolítica. Foucault, como se sabe, não trabalha sua analítica do poder em termos de superações, transições radicais que deixam para trás dada relação de poder em favor de uma melhor, mais apropriada ou definição afim. Foucault chega a afirmar que nunca ela foi tão importante quanto no momento em que surge o problema de como administrar a população (2008b). Assim, não se quer dizer que, ao analisar a governamentalidade biopolítica de modo separado, que ele represente a superação do poder disciplinar, assim como não há a substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade de disciplina, e posteriormente por uma sociedade de governo (FOUCAULT, idem).

Por biopolítica, Foucault entende “[...] a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas colocados à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos denominados como população [...]” (FOUCAULT, 2008a, p. 359). Governamentalidade, por sua vez, é o conceito que conjuga as instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos, táticas, estratégias, toda uma tecnologia que materializa a Razão (biopolítica) do Estado, que dá forma à arte de governar liberal, constituindo uma nova forma de governo⁸² (2008b). Ou seja, são estratégias de poder que visam agir sobre as ações [existentes ou pressupostas] ou

⁸² Na obra *Segurança, território e população*, publicada integralmente apenas em 2008, Foucault trata deste tema ou conceito em praticante todas as aulas. Parte da longa analítica desenvolvida por ele, na aula do dia 1º de fevereiro, este, desde 1979, acessível na obra *Microfísica do poder* (originalmente, publicada em 1979), sob o título de *A governamentalidade*.

certos campos da ação prática humana [comportamentos], com a finalidade de governar [exercer poder sobre outrem] e manter o governo.

Estas definições, que fazem com que biopolítica e governamentalidade se remetam uma a outra, fez com que houvesse uma mudança no tocante à idéia original de trabalhar as relações de poder disciplinar, biopoder ou biopolítica e governamentalidade de modo separado. Essa alteração está apoiada em outros pontos, tais como no fato de Foucault introduzir o curso *Nascimento da biopolítica* com considerações acerca do que passo se chamar de uma *arte de governar*. Ainda na primeira aula, ele revela que o estudo a ser desenvolvido ao logo do curso diz respeito à racionalização da prática governamental no exercício da soberania política. No final desta mesma aula, ele também afirma que lhe parece que a análise da biopolítica só pode ser feita se se compreender, de antemão, o regime geral da razão governamental ou da governamentalidade, a saber, o liberalismo⁸³. Biopoder e governamentalidade também são alvos de outro curso de Foucault, a saber, *Segurança, território e população*. Além desses exemplos acerca da presença e análise dos conceitos nas obras foucaultianas, outro motivo foi fundamental.

Como se deduziu da análise genérica dos discursos midiáticos, a categoria geral que emergiu foi remetia à vida, à sua mudança, a como se ela estivesse em jogo, em questão, sob a necessidade de alguma forma de governo. As práticas pedagógico-desportivas tinham, a partir dos discursos, uma função fundamental de ensinar os sujeitos a viverem a vida, a mudarem de vida, a agirem de modo diferente assumindo um novo estilo de vida. Isso indica é que a vida é uma coisa governável. Por isso, viu-se que seria pertinente abordar os conceitos de biopoder ou biopolítica e governamentalidade como conceitos associados.

Esta opção analítica não resolve os ‘problemas’ citados anteriormente. Por isso, é praticamente imperioso que se analise alguns dos imbróglis em torno de certas distinções antes de apresentar uma visão geral da governamentalidade como uma gestão biopolítica dos sujeitos entendidos como população.

Maia (op. cit.) afirma que biopoder consiste nos meticulosos rituais de poder que tem como objetivo o corpo. Como vem sendo dito, via de regra, entende-se isso como o

⁸³ Foucault acaba dedicando o curso inteiro à análise do liberalismo, praticamente não tocando no conceito de biopolítica.

alvo e o domínio das disciplinas ou do poder disciplinar. Além da relação entre biopoder e investimento político do corpo, o ele aponta obras tradicionalmente reportadas ao estudo do poder disciplinar como sendo aquelas nas quais Foucault desenvolve uma análise do biopoder, reforçando a concepção de que o poder disciplinar é um biopoder. Essa interpretação é relativamente compartilhada por Rabinow (1999b), pois ele entende que o biopoder se coliga a dois pólos distintos, um é a espécie humana, o outro é o corpo humano.

A subsunção de poder disciplinar ao biopoder/biopolítica, ainda que seja uma interpretação possível, parece ser confrontada pelo próprio Foucault em *A vontade de saber*. Segundo ele, ainda que não sejam antitéticas, as duas formas de poder que tomaram, na modernidade clássica, o sujeito como objeto são expressas pelas técnicas de sujeição atinentes à lógica disciplinar anátomo-política do corpo e pelas técnicas de normalização enquanto uma biopolítica da população, constituindo dois pólos diferentes, embora possam ser considerados complementares (FOUCAULT, 2003). Quer dizer, os mecanismos disciplinar [poder disciplinar] e regulamentador [norma] não estão no mesmo nível, nem têm os mesmo objeto, conforme afirma Foucault noutro lugar (2005b), o que não quer dizer que se excluem, ao invés, inclusive, e na maioria dos casos, estão articulados. Essa idéia de Maia poderia ser mais bem defendida caso ele fizesse uma distinção entre biopoder e biopolítica, à semelhança de alguns autores. Inobstante, cabe observar, a visão excogitada por Maia é uma interpretação válida, pois, se considerar que biopoderes são todas as formas que, a partir da modernidade, o poder encontrou para governar os sujeitos, a disciplina seria um biopoder. Aduzindo mais um exemplo para mostrar como essa questão é espinhosa e difícil, além de fazer justiça a Maia, em Foucault (idem), aparece a idéia de poder sobre a vida, ou biopoder, como algo que se estendeu do orgânico ao biológico, do corpo à população.

Revel (2006), por seu turno, além de aparentemente não esposar aquela relação feita por Maia, excogita uma distinção entre biopoder e biopolítica, considerando que, sem isso, não haveria possibilidade de resistência por parte dos sujeitos ao poder sobre a vida. Segundo a autora, com a dissociação de biopoderes [locais], no plural, e biopolítica, afirma-se a potência da vida contra o poder sobre ela, localizando na vida o lugar de criação de uma nova subjetividade desassujeitada. A distinção entre potência e

poder, bem interessante por sinal, não é trabalhada detalhadamente⁸⁴. O foco, portanto, é a garantia da possibilidade de resistência ao poder. Por isso, como já se viu que, em Foucault, não há poder sem a garantia da possibilidade de resistência, relações de poder sem meios de escape ou luta contrária, nem governo sem a possibilidade de não querer ser governado de uma dada forma, não parece útil a separação entre biopoderes e biopolítica, a não ser se o primeiro for considerado como as técnicas em particular, enquanto o segundo seria a tecnologia, o conjunto das técnicas. Deste modo, continuar-se-á, nessa dissertação-ensaio, a trabalhá-los como diversos do poder disciplinar, além de indistintos entre si, já que ambos têm um mesmo foco de intervenção, a saber, a vida.

Ao usar o termo no singular – vida – em vez de multiplicá-lo – vidas – denota-se uma orientação importante quanto a este objeto do biopoder: enquanto o corpo singularizava o indivíduo, a vida generaliza. A idéia de *homem-espécie* dá o tom do investimento biopolítico numa categoria geral. Esta interpretação é reforçada por Revel (*idem*) quando ela expõe o entendimento de que os biopoderes são instrumentos mais de controle mais eficazes, na medida em que não se apóiam em indivíduos, mas em conjuntos coerentes de indivíduos reagrupados em nome de aspectos comuns. A esse conjunto coerente, Foucault denomina de *população*, um novo sujeito coletivo (2008b). Segundo Revel (2005),

“a população é um conjunto de seres vivos e coexistentes que apresentam traços biológicos e patológicos particulares e cuja própria vida é suscetível de ser controlada a fim de assegurar uma melhor gestão da força de trabalho”⁸⁵ (p. 27).

A articulação entre corpo e vida, indivíduos e população precisa ser compreendida para que a idéia de governamentalidade biopolítica se torne inteligível. Foucault explica bem num trecho do curso de 1978:

“O objetivo final vai ser a população. A população como objetivo, e os indivíduos, as séries de indivíduos, os grupos de indivíduos, a multiplicidade de indivíduos, esta não vai ser pertinente como objetivo. Vai ser simplesmente pertinente como instrumento, intermédio ou condição para obter algo no nível da população” (*idem*, p. 56).

⁸⁴ Para uma análise contemporânea da relação entre potência e poder, ver MAFFESOLI, Michel (2001) Resumidamente, a potência faz parte daquilo que é chamado de *pluriversum*, a força da multiplicidade que compõe e emana da socialidade, pode-se dizer, o *instituinte ou reordenador*. Em contraposição, o poder é aquilo que captura a elementos da multiplicidade para instituí-los como uniformidade, generalidade ou universal, o qual seria pelo Estado. Tem-se aí uma espécie de luta, já que o Estado, com um totalitarismo disfarçado, quer governar a socialidade, mas esta resiste enquanto potência ou violência social. Em suma, é a violência do Estado contra a força vital da socialidade (*idem*).

⁸⁵ Com essa inovadora concepção, Foucault rivaliza com concepções tradicionais, tais como a *teoria tradicional do Estado*, para a qual a população consiste apenas e tão somente pelos indivíduos que pertencem a um Estado, isto é, o domínio pessoal de vigência da ordem jurídica estatal, do exercício do poder inerente ao direito coativo, cuja maior e mais contundente expressão é o chamado aparelho repressor do Estado [exército, polícia, prisões etc.] (KELSEN, 2006).

Foucault ressalta que a população aparece tanto como objeto, aquilo sobre o que ou para o que são dirigidos os mecanismos cujo fim é obter algum efeito, quanto se comporta como sujeito, cabendo ser administrado da melhor forma possível.

A massificação produzida pelos biopoderes, na visão da autora, enriqueceu o processo de individualização das disciplinas através de um segundo processo, no qual cada indivíduo é, simultaneamente, negado como tal e reduzido a ser uma amostra ínfima de um conjunto mais amplo e que, por ser homogêneo, pode ser mais facilmente manipulado, submetido, assujeitado, por fim, governado (REVEL, 2006).

A partir da modernidade, um dos saberes que passaram a ditar as regras para o controle do corpo social foi o *saber médico*. Na conferência *O nascimento da medicina social*, na qual aparece pela primeira vez o conceito de biopolítica, Foucault afirma que a medicina moderna é uma medicina social que tem como pano de fundo uma certa tecnologia do corpo social e apresenta uma hipótese assaz interessante:

“minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade *bio-política*. A medicina é uma estratégia *bio-política*.” (FOUCAULT, 2007c, p. 80).

Foucault segue, ainda nessa conferência, analisando o processo de criação daquilo que chama de *política médica* [*Medizinichopolizei*] na Alemanha [ainda Prússia], no século XVIII, uma novidade em relação às políticas de mera contabilidade populacional [nascimento *versus* mortalidade] existentes na França e na Inglaterra. Ou seja, é na Alemanha que nasce uma preocupação com a promoção da saúde (idem). Desta inovação alemã, Foucault destaca quatro pontos: a observação da morbidade; a normalização da prática médica; a institucionalização do controle da atividade e da função médica. Assim, afirma ele, a medicina e o médico são o primeiro objeto de normalização. Conforme fora prometido, reaparece a questão da normalização, a qual, também como anunciado, serviria de ‘costura’ entre os ‘três poderes’. Foucault elenca

uma série de objetos que foram alvo de normalização. A indústria militar e a produção de materiais bélicos, além da criação das primeiras Escolas Normais, na França, associados à experiência alemã, o que se viu no século XVIII foi um processo de normalização da Europa (FOUCAULT, *ibidem*). Foucault conclui que a medicina de Estado tem como foco a força para o Estado, e não para o trabalho, é a *força estatal* que a medicina deve aperfeiçoar e desenvolver.

A segunda etapa descrita e analisada por Foucault é aquela que ele chama de *medicina urbana*. Em linhas gerais, ela expressa uma preocupação com a necessidade do poder político ser capaz de esquadrihar a população urbana formada por uma plebe em vias de se proletarizar, que, devido às suas condições precárias de vida, começa a se revoltar (FOUCAULT, *ibid.*). Uma assertiva sobre essa etapa é tão contundente que merece destaque: “é então que aparece e se desenvolve uma atividade de medo, de angústia diante da cidade.” (*ibid.*, p. 87). Esta afirmação está respaldada nos dizeres de um filósofo do final do século XVIII [Cabanis] citado por Foucault. Segundo aquele filósofo, “todas as vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde.” (apud FOUCAULT, *ibid.*). Nasce, portanto, o medo urbano, o medo da cidade, o medo da aglomeração, das epidemias, da morte. Para dar uma resposta, buscar solucionar ou ao menos contornar parte desses problemas, lançou-se mão do *modelo médico e político da quarentena*⁸⁶. Esse interessante mecanismo consistia em manter as pessoas em um único lugar [cessar a movimentação]; dividir a cidade em partes ou bairros, que se encontravam sob a responsabilidade de uma autoridade, a fim de assegurar que nenhuma pessoa desobedecesse ao ‘toque de recolher’ [vigilância generalizada]; centralização das ocorrências observadas [registro]; controle diário das pessoas através de uma revista diária [revista dos vivos e dos mortos]; e a desinfecção das casas [purificação]. Esse poder político da medicina

“consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los, um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlador por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos.” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 89).

⁸⁶ FOUCAULT, Michel (2008b), cabe observar, relaciona este procedimento aos mecanismos disciplinares, à normalização disciplinar.

Este trecho insinua, quiçá indica, uma série de elementos que extravasaram para o controle social urbano num sentido ampliado. Afinal, isolar, individualizar, fixar [em um domicílio], esquadrihar, dividir, inspecionar, controlar, registrar etc. não são elementos de práticas disciplinares que visam ao controle social? Essa modalidade de medicalização da sociedade impinge o medo [da contaminação] nos indivíduos e, ao mesmo tempo, um sentimento de necessidade de certas práticas ou intervenções, com a promessa de ser para a promoção da segurança, se diferenciando, assim, dos dispositivos de segurança da governamentalidade, à medida que estes são preventivos, focados não nos indivíduos, mas na população. Apesar de representarem duas formas diferentes de controle social, entende-se que eles não se excluam, mas se relacionem, e sirvam de modelos exemplares da medicalização da sociedade.

Por aproximação com outros fenômenos sociais, a medicalização da sociedade tem como objetivo analisar os locais de acúmulo de tudo, nos quais um conjunto de males pode surgir [doenças, revoltas, violência, criminalidade]; controlar a circulação de tudo, não só de indivíduos; e, por fim, organizar, distribuir e seqüenciar o que quer que seja, sendo uma medicina dos modos de vida, das formas de existência.

Concluindo sua análise das três etapas da medicalização social, Foucault aborda a inserção do pobre na problemática urbano-social. De acordo com ele, é somente no século XIX que isso ocorre. Várias são as razões, ele destaca três: a população pobre se tornou uma força política capaz de se revoltar ou pelo menos participar e encorpar as revoltas; o 'desemprego' causado pela dispensa de um contingente populacional de certos serviços prestados; e uma epidemia de cólera que estigmatizou a população proletariada ou plebéia, o que levou à divisão do espaço urbano em espaços pobre e rico (FOUCAULT, *ibid.*).

Mais uma vez, algumas analogia como que saltam aos olhos. Uma população empobrecida, relegada a uma desigualdade geograficamente estabelecida, estigmatizada como tendo uma espécie de subjetividade perigosa, expressam muitas semelhanças com o tempo presente. Essa parece, então, ser um dos traços genealógicos da idéia do pobre como um perigo ou problema social, por conseguinte, alvo de políticas de controle intensas. Não se pode excluir, muito menos eliminar, mas sim gerir a vida dessas pessoas.

Antes de analisar os conceitos, cabe uma observação, pois aqui está um ponto crucial para toda a argumentação dessa dissertação-ensaio: o conceito de biopolítica e de governamentalidade serão tratados à luz do poder de normalização. Além disso, haja vista os sujeitos assistidos pelos projetos que utilizam as práticas pedagógico-desportivas serem considerados *em situação de risco social*, isto é, à beira da criminalidade, a idéia é que os sujeitos representados pela denominação jovens em situação de risco são alvo de um intenso processo de normalização, cujo fim é promover dada forma de vida, sem, contudo, alterar a condição sócio-econômica deles. A partir de um conceito de sujeito-cidadão apoiado meramente no respeito à lei, à ordem e às autoridades, pretende-se formar essa juventude para a participação política no Estado democrático. Como fruto da relação entre esporte e liberalismo, ao que parece, esses sujeitos aprendem as regras do jogo político e econômico liberal através de um sistema de regras que lhe é análogo, a saber, o esporte. Assim, caso isso se confirme, estaríamos diante de uma prática pedagógico-disciplinar-normalizadora que visa preponderantemente gerir a pobreza e o binômio violência-criminalidade.

Parece oportuno apresentar não uma definição sumária, mas alguns traços do par *norma-normalização*. À semelhança do que fez Foucault no curso *Os anormais*, cabe recorrer a um dos expoentes do campo de investigação do qual deriva a noção de normalização. É à obra *O normal e o patológico*, de George Canguilhem, que Foucault recorre para iniciar sua investigação. Ela é composta por dois grandes ensaios, *Ensaio sobre alguns problemas sobre o normal e o patológico* [1943] e *Novas reflexões sobre o normal e o patológico* [1963-1966]. O primeiro é subdividido em duas partes. Na segunda, intitulada *Há alguma ciência do normal e do patológico*, Canguilhem examina criticamente os conceitos de normal, de anormal e de doença. Inicialmente, recorrendo ao *Dictionnaire de médecine de Littré et Robin*, vê-se a definição de normal como aquilo que está conforma a regra (CANGUILHEM, 2007). O autor reconhece que essa é uma definição sumária demais, e busca uma definição mais complexa no *Vocabulaire technique et critique de la philosophie de Lalande*. Nele, encontra-se uma definição que não contradiz a anterior, mas que a complexifica consideravelmente, pois identifica *normal* àquilo que nem se inclina para a direita nem para esquerda, aquilo que tem como suporte a norma, uma lei natural, o meio termo, a justa medida, o equilíbrio, aquilo que está no centro. Assim, normal é aquilo que se *deve* ser, a maioria dos casos, a média encontrada no que tange as características de uma espécie (idem).

De fato, essas definições não dão conta da complexidade que a distinção entre normal e anormal carrega em si. Todavia, elas dão indícios do que se tinha, e ainda tem, em voga quando se fala em atitudes ou pessoas normais e anormais. Canguilhem segue sua análise, naquele ensaio, através do estudo das ciências biológicas e biomédicas, aquelas capazes de, no contexto estudado, dizer verdades sobre o normal e o anormal, tendo como parâmetro o aspecto biológico. Em linhas gerais, a vida é compreendida como normal ou anormal, o que Canguilhem rejeita. Para ele, a lógica binária normal ou anormal é precária para explicar a vida, bem como a idéia de média ou homeostase vinda, por exemplo, das leis da fisiologia, não possui poder normativo sobre ela. Canguilhem também discorda da noção de norma como uma lei natural (FOUCAULT, 2002). Segundo Foucault,

“[...] a norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de pretensão ao poder.” (idem, p. 62).

A norma sequer é um princípio de inteligibilidade, ao invés, é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se fundamenta e legitima. Desta forma, malgrado todas as críticas, foi e é justamente aquela divisão binária que serviu e serve de base para todo um processo de normalização dos sujeitos.

De acordo com Foucault, “norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (2005a, p. 302), o que definitivamente justifica e comprova o uso da norma como ponto de contato entre as formas de poder aqui analisadas. Entretanto, as sociedades de normalização não são, como se pode pensar, a generalização das sociedades disciplinares, mas sim o local do entrecruzamento ortogonal entre disciplina e norma (FOUCAULT, idem).

Assim, como nem é lei natural nem princípio de inteligibilidade, normal, anormal e normalização, são conceitos operatórios capazes de delimitar certos acontecimentos e relações de poder determinadas, de tal maneira que, ao mesmo tempo, dão visibilidade às condições de possibilidade e permitem pensar aquilo que somos hoje (PORTOCARRERO, 2004). Segundo a professora,

“a normalização, para Foucault, como para Canguilhem, constrange para homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo em que individualiza, porque

permite as distâncias entre os indivíduos, determina níveis, fixa especificidades e torna úteis as diferenças.” (idem, p. 141).

Retomando a análise do conceito de biopolítica e da sua relação com as outras formas de poder, vê-se que o corpo é um objeto compartilhado, mas que há diferença entre a biopolítica e a disciplina, uma vez que enquanto esta se dá como anátomo-política dos corpos e se aplica essencialmente aos indivíduos, aquela representa uma grande medicina social, aplicando-se à população, com o objetivo de governar a vida. A semelhança entre biopolítica e governamentalidade, por outro lado, dá-se porque, como ressalta Revel (2005), esta coloca, pela primeira vez, o problema da população, isto é, dito de outro modo, um objeto construído pela gestão global da vida dos indivíduos. Conforme Rabinow (1999b), instaura-se um novo regime de poder quando o fomento da vida, o crescimento e a necessidade de cuidar da população se tornam uma inquietação central do Estado articulada a uma nova arte de governar.

A relação entre a disciplina e governamentalidade biopolítica permite inferir que há uma relação não só metafórica, posto que seja material, de fato, entre o corpo físico e o corpo social. A relação entre *corpos individuais docilizados* e *corpo social governado* não é direta, muito menos simples, mas o fruto de uma articulação entre os mecanismos disciplinares e os mecanismos regulamentadoras de poder. Esta relação está expressa na obra na qual, pela primeira vez, Foucault se dedica à análise da questão do biopoder de forma mais detida. Na obra *Em defesa da sociedade*, na última aula, Foucault aborda algumas passagens, dentre as quais a que chama de passagem do *homem-corpo ao homem-espécie* ou *da disciplina ao biopoder*.

Foucault dá continuidade à análise do biopoder na primeira aula do curso subsequente, em 1978, já que em 1977 gozara do ano sabático. No curso de 1978, Foucault analisa o biopoder ao lado daquilo que chama de *dispositivos de segurança* para designar o complexo modelo de gestão em que consiste a governamentalidade.

Como já fora dito, é através da noção de biopoder que se dá antes a matização do que a passagem das sociedades disciplinares para as sociedades governamentalizadas ou de normalização. A série formada pelo quarteto população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado, formando um conjunto biológico e estatal, uma bio-regulamentação pelo Estado, exprime o nascimento de uma nova arte de governar os outros (FOUCAULT, 2005b). É o problema do governo, em termos de

‘como’, ‘por quem’, ‘até que ponto’ e sob ‘quais métodos’, que é o mote da análise da governamentalidade. Há um texto ‘canônico’ no qual esse conceito é trabalhado, a saber, a quinta aula do curso de 78 [8 de fevereiro de 1978], que já foi publicada em diversos lugares e consagrada sob o título *A governamentalidade*⁸⁷. Ao analisá-la – por economia, já que os dados históricos estão em abundância nos textos –, dar-se-á prioridade aos elementos fundamentais, sobretudo na sua relação com a biopolítica.

Da miríade de elementos e questões que compõem a emergência de uma nova arte de governar os outros e a si mesmo, o poder sobre a vida é o que mais interessa. Sob uma lógica semelhante àquela vista nas disciplinas, o foco é a promoção da vida. Se com o poder disciplinar se passou do suplício público e cabal à punição disciplinadora, com a governamentalidade biopolítica, a passagem, ou melhor, a matização ocorrida, pois a disciplina não fora superada, foi a criação de um sentimento de providência em relação à vida. Da mesma forma, se a disciplina já era um marco divisório entre as sociedades de soberania, nas quais o soberano detinha o poder sobre a vida e a morte dos súditos, e as sociedades disciplinares, nas quais a vida é um direito e um bem que o Estado não pode, a não ser em casos extremos, dar cabo, a governamentalidade biopolítica busca, ainda mais intensamente, empreender uma economia política, uma ciência e uma técnica de intervenção do governo, com a qual se possa, o mais amplamente quanto possível for, abrir mão do uso da violência, da intervenção prisional e de outros mecanismos dispendiosos e agressivos. O foco está firmemente na normalização da população através do controle biopolítico da vida, dando, assim, contornos da articulação entre controle [externo] e autocontrole [interno]. Quanto maior o nível de normalização dos sujeitos, menor a necessidade da intervenção custosa do Estado para controlá-lo. No esquema econômico-político, elevar à última potência o controle eficaz é não precisar que o Estado exerça seu direito de limitar liberdades e, muito menos, de tirar a vida.

Começa-se a demarcar um novo tempo e modelo no que se refere às relações de poder-saber, momento esse que é bem definido por Foucault numa célebre passagem da *Vontade de saber*:

“o homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 2003, p. 134).

⁸⁷ No Brasil, foi publicada pela primeira vez em *Microfísica do poder*. O curso completo, incluindo essa aula, só veio a ser publicado em 2008.

Através de um intenso, racionalizado e sistemático investimento biopolítico que se difere substancialmente do investimento disciplinar, a governamentalidade cria instrumentos de controle populacional baseados na higiene e saúde públicas, no controle de natalidade, controle demográfico, controle endêmico e epidêmico de doenças, etc., todos como expressões da medicalização da sociedade, o que compreende, nos termos de Gondra (2004) uma nova *arte de civilizar*. Somente ratificando, é do campo médico que vêm as regras para o controle dos sujeitos como população, o que é fruto de um processo complexo de legitimação do saber médico e da sua institucionalização, como também mostra Gondra⁸⁸ na sua análise.

Foucault toma a sexualidade como um fator originário da preocupação administrativa do Estado com o bem-estar da população (DREYFUS E RABINOW, op. cit.). É a partir de questões a ela associadas, tais como taxa de natalidade, precocidade e frequência das relações sexuais, as maneiras de tornar as mulheres fecundas ou estéreis etc., que denotam um investimento em conhecer, controlar, cuidar e fazer florescer a vida, que começam a ser criada uma infinidade de técnicas cujo fim é a vida (idem). Existe uma história dos procedimentos de controle da população ligados à sexualidade, mas que não serão aduzidos para a presente discussão⁸⁹. O que deve ser sublinhado aqui com essa referência à questão da sexualidade como um dos mais importantes elementos do esquema do biopoder é que não havia qualquer ligação entre o controle da sexualidade e a lei, o aparato jurídico estatal.

Outro importante exemplo do uso de um elemento fortemente fundado no biologicismo da época é a questão do *racismo*. Aquilo que Foucault (2005b) chama de *racismo de Estado*, foi uma das técnicas basilares da tomada de poder sobre o homem como ser vivo, uma espécie de estatização biológica para solucionar o problema do limite entre o que deve viver e o que deve morrer. Sua importância, portanto, é imensa. A reunião de todos os humanos sob o ‘guarda-chuva’ da noção de espécie certamente traria problemas para definir, então, de quem se poderia tirar a vida legitimamente. O racismo surge, pois, para fragmentar aquela unidade biológica, estabelecendo ‘raças boas e ruins, ‘superiores e inferiores’, dando abertura para a eliminação estratégica de

⁸⁸ O autor ressalta o papel do movimento higienista e da educação do corpo para o processo civilizador.

⁸⁹ Para detalhes, ver FOUCAULT, Michel (2003).

certas formas de vida. Isso, igualmente, ensejou aquilo que Foucault denominada de *relação guerreira*, segundo a qual ‘para viver, é preciso matar seus inimigos’. O racismo, articulado a esta relação, faz funcionar a lógica de se você quer viver, e viver mais e melhor, é preciso que o outro morra (idem).

A inversão – que, obviamente, não se deu de repente – do direito de soberania [‘fazer’ morrer e ‘deixar’ viver], relacionada à noção de direito à vida, forja um poder estatal que deve se comprometer em garantir a vida dos seus cidadãos, numa lógica de fazer viver e deixar morrer. Contudo, o poder político soberanamente constituído por qualquer espécie de contrato social não pode, apenas circunstancialmente – desejar-se-ia –, fazer um indivíduo morrer tanto para manter seu *status* quanto para promover a vida em geral dos outros indivíduos? Mas, deste ato ‘estratégico’ e pontual do Estado para manter uma ordem promotora da vida deriva um problema fundamental: se o Estado moderno foi pensado como uma forma de garantir a vida, ou seja, os indivíduos teriam transferido parte do seu poder a uma instância soberana, haja vista que ela traria a segurança necessária para que todos pudessem desenvolver sua vida, como o Estado pode voltar, legitimamente, contra aquilo que lhe subsidia, a vida?

Este, de fato, não é um problema que Foucault não deseja analisar, pois se refere à questão da legitimação do poder político, o que, grosso modo, diz respeito à teoria política. Entretanto, ainda que ele busque compreender o mecanismo de operação da governamentalidade através do estudo dos mecanismos, das técnicas e da tecnologia de poder biopolítico, o problema da privatização do uso da violência por parte do Estado é uma questão central tanto na época clássica quanto hodiernamente. Aliás, conquanto explicitamente afirme que não quer analisar esse problema, Foucault não poderia desconsiderá-lo nem excluí-lo do campo de análise dos limites do poder, quer em termos de Estado de direito liberal, quer em termos de governamentalidade. Uma vez que os indivíduos foram congregados sob o termo de espécie humana que constitui uma população, e que todos compartilham igualmente algo que deve ser alvo de promoção, como, afinal, operar o ‘necessário’ poder de fazer morrer dadas certas circunstâncias? Como dar conta do problema urbano-social que começou a despontar conforme abordado acima? É possível conter uma massa urbana cada vez maior e mais empobrecida, que começa a se revoltar, sem o uso da violência física?

Foucault não desconsidera essas questões nem pensa que a política e o poder nada têm a ver com a prevenção e punição de ações consideradas criminosas (RABINOW, 1999a). Aliás, a criminalidade ou violência-criminalidade é uma daqueles problemas que constroem a política a se posicionar. Ou seja, a política é instada a dar respostas, a agir taticamente para promover ou manter certa ordem de coisas que permita a convivência dos sujeitos.

O que Foucault rejeita é que a política tenha uma única resposta para fornecer. Outra idéia que ele nega é a de que existe uma solução definitiva de qualquer problema que se coloque à política, a exemplo do da criminalidade. Para Foucault, não há como deixar que os campos de ação tidos como problemáticos, tais como o da criminalidade, da violência e o da sexualidade, deixem de sê-lo.

Todavia, uma das formas que a razão estatal liberal nascente encontrou para se sustentar foi mais econômico-política do que a jurídica ‘de ter de fazer valer a lei’, o que demandaria o uso constante da violência. A lei é coercitiva e violenta por natureza, e isso é muito dispendioso. Ao contrário, as técnicas de normalização biopolítica, a construção de uma atitude de autocontrole que desafogue o aparelho estatal, é muito mais bem-vinda, sutil, logo, eficaz.

A face jurídico-punitiva do Estado deve ficar em segundo plano, deve aparecer em último caso, em prol da face de coordenador e administrador de mecanismos de segurança, de previdência individual e coletiva e de seguridade social em geral. Deve medir, controlar, gerir, distribuir a população sem o uso da força física. Além disso, deve difundir princípios de comportamento auto-vigilante, auto-gestor em relação aos mais diversos aspectos da vida [segurança, saúde, velhice etc.], de tal modo seja garantida uma participação política dos sujeitos que desonere o aparelho punitivo estatal. Essa composição político-econômica é uma consequência do desenvolvimento biopolítico crescente, o qual deu proeminência à norma, a despeito do sistema jurídico da lei existente. Ainda que a lei não possa ser desarmada – e sua arma é, por excelência, o poder de morte sobre aqueles que transgridem, aqueles que põem em xeque a ordem civil, de direito e, em última análise, democrática –, são os mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, em uma palavra, a normalização (FOUCAULT, 2003).

A civilização é, em parte importante, esse processo de maximização do autocontrole e de minoração do controle social externo (ELIAS, 1993). O Estado liberal desenvolve uma *ratio* que tem como meta prioritária prover as garantias fundamentais ao pleno desenvolvimento da economia capitalista. Como uma ordem social apaziguada é uma dessas condições deste desenvolvimento da lógica mercantil, o controle da sociedade tem de ser exercido. Seguindo a equação, como é muito mais custoso, tanto para ‘os cofres públicos’ quanto para a imagem do Estado, ter de constantemente fazer uso da violência ‘legítima’, é muito mais interessante investir em mecanismos que ‘ensinem’ as pessoas a como viver numa ordem jurídica, democrática e liberal, viver numa sociedade, logo, agindo umas sobre as outras, de tal maneira que coexistam pacificamente.

A Razão estatal liberal é antes econômica do que política. A idéia não é que a economia é a infra-estrutura que determina a política como supra-estrutura ideológica, mas sim que o objetivo central não é prover igualdade, liberdade, solidariedade, entre outros valores ético-políticos, em face da sua justeza ou moralidade política, mas sim porque são fundamentais ao ordenamento liberal. A relação é econômica neste sentido, é tática, e não ideológica. O processo civilizador estaria, pela governamentalidade, entrando noutra era, a era do autocontrole. A governamentalidade biopolítica deveria introduzir no campo das relações humanas uma ordem mais específica, na qual há um forte investimento na normalização dos sujeitos, a fim de forjar certa forma ou modelo de participação política, que, talvez, possa ser definida através do complexo *sujeito-normalizado-cidadão*.

Apesar de Foucault não desenvolver uma análise da noção de cidadão através do conceito de governamentalidade, é possível, quem sabe incontornável, que se faça referência a esta importante categoria que nasce justamente no mesmo momento histórico que o do aparecimento dessa tecnologia de poder. Aliás, ainda que não sejam idênticas, a noção de sujeito-normalizado e sujeito de direitos ou sujeito-cidadão não são incongruentes. Ao contrário, como o próprio Foucault (2005b) admite, ainda que o direito-lei e a norma tenham ‘natureza’ diversa, eles costumam coexistir e se correlacionar harmonicamente. Segundo Fonseca (2004), no plano jurídico, o direito-lei e a norma opõem-se; no prático, associam-se. Recorrendo a Kelsen, Foucault (2008b) sustenta que a lei e a norma há uma relação fundamental, tendo em vista que todo

sistema legal se relaciona a um sistema de normas. Fonseca (2002) afirma que há uma normatividade inerente à lei que não poder ser confundida com os procedimentos de normalização, mas que também não pode ser desconsiderada. “Desse modo, defende o autor, se vê o ‘deslizamento’ recíproco entre a normatividade da lei e os mecanismos da normalização” (FONSECA, *idem*, p. 151)⁹⁰.

Em suma, as sociedades governamentalizadas do século XIX seriam a convivência ou articulação mais ou menos harmoniosa entre o princípio geral do governo enquanto soberania jurídica e uma nova arte de governar ou governamentalidade. Ademais, há coexistência, segundo Foucault (2008b), entre soberania, disciplina e gestão governamental, ou seja, no contexto da governamentalidade, articulam-se outras formas de poder, tais como a soberania, disciplina e lei, mas é o poder de normalizar a vida o que a caracteriza propriamente.

Retomando os pontos e as definições acima e desenvolvendo um pouco mais a aquela definição de governamentalidade supracitada, a governamentalidade tem por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico os dispositivos de segurança (2008b).

É fundamental concluir essa etapa argumentativa com algumas considerações sobre os dispositivos ou mecanismos de segurança, a fim de também introduzir o tema que será o pano de fundo de toda discussão posterior.

Reportando a uma definição, entende-se por mecanismos de segurança “[...] uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação da sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc. [...]” (FOUCAULT, 2008b). A função desse conjunto disciplinar é fazer os mecanismos de segurança funcionar, provendo segurança à população, ao Estado, ao espaço público etc. Além de outros exemplos, Foucault aborda os dispositivos de segurança que compreendem também todo um aparato punitivo, cujos objetivos são, grosso modo, disciplinar e corrigir.

Existe uma intenção, por assim dizer, *pedagógica* nos dispositivos de segurança, à medida que a penalização de um criminoso, um fora-da-lei, deve surtir efeito não só sobre ele, mas sobre todos os que tomaram conhecimento das conseqüências para

⁹⁰ Cabe pontuar que essa imagem de um direito-lei que se coaduna com a norma não é a única que se vê na obra foucaultiana. Embora não sejam trabalhadas as outras imagens aqui, para compreendê-las, ver FONSECA, Márcio Alves da (2002), capítulo III, p. 153-240.

aquele sujeito-criminoso pelo ato cometido. O dispositivo de segurança se diferencia da disciplina, na medida em que esta regula tudo, não deixa escapar nada, enquanto aquele é baseado no *laisse faire*, não um deixar fazer tudo e de qualquer maneira, mas um nível de *laisse faire* é fundamental (FOUCAULT, idem). Eles são *centrífgos*, aquela, por sua vez, é *centrípeta*. Enquanto a disciplina se liga à lei, operando a lógica binária do permitido ou proibido, os dispositivos regulam⁹¹.

Os dispositivos de segurança também atuam normalizando. Ao contrário do que se tinha nas disciplinas, nas quais se partia da norma e se estabelecia o binarismo normal ou anormal simplesmente [uma normação], a lógica normalizadora operada pelos dispositivos de segurança consiste em fazer a distribuição diferencial das normalidades, no plural. Quer dizer, as várias normalidades funcionam umas em relação às outras, de sorte que as mais desfavoráveis sejam levadas às que são mais favoráveis. Ou seja, constrói-se uma relação de inclusão e relação entre coisas mais normais que as outras, mais favoráveis do que as outras. O funcionamento não é o do impedimento, mas o da circulação. É o normal que vem primeiro, sendo a norma deduzida dele [normalização] (FOUCAULT, ibidem). Em suma, enquanto a disciplina opera a normação, os dispositivos de segurança operam a normalização.

Retornando à questão da lei, Foucault defende uma perspectiva assaz interessante quanto à história do *código jurídico-legal*. Ainda que ele não apareça no século XVIII, é a partir dele, e cada vez com mais pujança, que há aquilo que ele denomina de *inflação legal*, isto é, o incremento progressivo dos instrumentos policiais, legais e jurídicos com fins de punição. Atualmente, discussões sobre as saídas para a escalada da criminalidade têm colocado lado a lado, na maioria das vezes, duas opções: mais educação, esporte e cultura para a população empobrecida e marginaliza num amplo sentido, de um lado; e o aumento da punibilidade, quer através do aparelhamento das ‘forças de segurança pública’, quer pelo endurecimento das penas legais aplicadas. Isso significa, pode-se interpretar assim, que, no imaginário social, existem duas, e apenas duas, formas de lidar com a violência entendida como um *problema social*: a primeira é ensinar os pobres, especialmente a juventude em situação de risco social,

⁹¹ FOUCAULT, Michel (2008b) usa o exemplo de como os fisiocratas e economistas usaram, no século XVIII, o próprio fenômeno da escassez-abundância, antes disciplinado por atos proibitivos, contra si mesmo, de tal forma que os problemas por ele gerados fossem anulados. Outro exemplo de como, no caso dos dispositivos de segurança, o mecanismo se apóia no ‘problema’ para prover um resultado benéfico, é o caso da varíola, da vacinação contra ela, procedimento que consistia, como hoje é largamente conhecido, em inocular o vírus no indivíduo, provocando nele uma doença atenuada que evitaria a doença total ou completa.

através de uma *pedagogia da obediência*, a se portarem na sociedade, a serem cidadãos de bem, que saibam respeitar as leis e as autoridades, pois elas são ‘boas’, ‘justas’, ‘legítimas’; a segunda é usando a força e as práticas corretivo-punitivas para ensinar que é ‘melhor’ que respeitem, pois as conseqüências estão aí, ‘à porta dos seus barracos’, para coibir quaisquer atitudes perigosas que representem um risco potencial à ordem vigente.

Foucault faz um diagnóstico da complexidade dessas relações que valoriza a articulação, e não a exclusão, de três mecanismos: *mecanismos jurídico-legais*, *mecanismos disciplinares* e *mecanismos de segurança*. Para ele, não há uma *era do legal* separada de uma *era do disciplinar* que, por sua vez, está divorciada de uma *era da segurança*. Ao contrário, é a relação entre elas que compõe os dispositivos de segurança complexos das sociedades moderno-contemporâneas (FOUCAULT, idem).

Esses breves comentários, obviamente, não visam dar conta, nem sequer minimamente, da vasta e multifacetada história da penalização, da relação entre punição e estruturação e controle sociais⁹². Mas, nos termos de Giorgio (2006), é fato que, não obstante às particularidades históricas, a política, os tribunais e o cárcere, acrescidos da polícia como força de segurança pública, constituem, praticamente em toda parte, as instituições fundamentais de controle social. Contudo, mover todo esse aparato é muito custoso e penoso, tanto para o Estado quanto para a população. Retoma-se, nesse sentido, a importância de certas práticas pedagógicas de formação humano-política que desonerem o uso desse pouco econômico aparato estatal.

Essas últimas considerações que giraram em torno do que Foucault chamou de dispositivos de segurança enquanto o instrumento técnico da governamentalidade, concluem a tríade *governo-população-segurança* que corporifica essa nova arte de governar. Elas têm o papel de lembrar a importância da normalização enquanto princípio supremo dos saberes da economia política, apontar a pertinência do uso do esporte enquanto tecnologia de normalização, além de introduzir a próxima sessão dessa dissertação-ensaio. Antes, porém, com poucos discursos, pois estariam claras as relações entre os discursos sobre a prática pedagógico-desportiva e as intenções da governamentalidade biopolítica, cabe ratificar a concernência da idéia de que eles encontram nessa tecnologia de governo sua genealogia.

⁹² Para ter detalhes, ver FOUCAULT, Michel (2008b), p. 3-116, além de, entre outros, o consagrado estudo de RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**; tradução Gizlene Neder. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. Para entender o caso brasileiro, especificamente a relação entre punição e subjetividade criminosa, ver RAUTER, Cristina (2003).

Abaixo, alguns exemplos discursivos de como a prática pedagógico-desportiva se refere a um investimento na vida em geral e na população em termos de produzir um sujeito-cidadão, uma subjetividade que tipifica a população, o *sujeito coletivo*.

Sobre como o esporte fomenta a vida: “*a importância de estipular uma meta na vida [...]*” (R1); “*ensina a gente a viver [...]*” (R3); “*porque tudo que acontece num jogo de basquete ou num jogo de hóquei, acontece em nossas vidas [...]*”;

Sobre o sujeito-cidadão: “*O esporte cidadania [...] para promover a integração social.*” (RIT5); “*O esporte é um dos melhores caminhos para formar cidadãos [...]*” (RIT6); “*São projetos sociais que não têm a pretensão de formar campeões, mas cidadãos.*” (idem); “[...] *crianças e adolescentes aprendem a ser cidadãos com a ajuda do esporte [...]*” (RIT7); “*O Projeto Graef não forma só atletas. Nós formamos cidadãos [...]*” (RIT14); “[...] *com o objetivo de ser um futuro atleta, mas principalmente ser um cidadão [...]*”

Enfim, resta claro que a vida é um objeto de investimento das práticas pedagógico-desportivas, o que as associa às táticas da economia política da governamentalidade. Ademais, a idéia da construção de uma subjetividade cidadã, ou seja, uma pedagogia de integração pacífica ao sujeito coletivo *população*, ratifica essa interpretação. Sendo assim, encontra-se na governamentalidade biopolítica mais alguns traços dessa destacada prática de formação humano-política na atualidade, bem como a aliança entre educação e esportes para a promoção de uma vida cidadã.

2.3 – Liberalismo, esporte e governamentalidade: buscando pistas vinculantes

Considerando como vencidas as etapas de localização genealógica dos sentidos de realidade e dos valores ético-políticos difundidos pelos discursos midiáticos sobre os papéis sociais do esporte, estabelecido que a prática pedagógico-desportiva preenche um amplo espectro de tecnologias de poder e governo dos sujeitos, preenchendo os requisitos que a fazem útil aos seus variados objetivos, concluir-se-á essa etapa central da dissertação-ensaio com algumas considerações sobre como o esporte serve tanto ao

liberalismo quanto à governamentalidade, provendo um vínculo importante para a disseminação dos valores liberais e um instrumento para o governo dos homens.

Duas questões marcarão o início desse sub-capítulo e guiarão sua análise. Uma delas se refere ao uso do *modelo da guerra ou batalha perpétua* para designar o poder e a política, e não ao de um contrato estabelecido que tenha o poder de fazer cessar as lutas e conceder propriedade a alguém ou à alguma instância. A outra diz respeito à idéia segundo a qual a política é a arte do consenso, e de que é através dele que se constrói uma sociedade boa, justa, ideal.

Os mecanismos da guerra foram excogitados por Foucault como possíveis princípios de inteligibilidade do poder. Este modelo parece ser, no mínimo, esboçado na obra foucaultiana de 1975, à medida que se reporta à figura ou imagens tradicionalmente relacionadas à dinâmica da guerra, tais como a de soldado, exército, treinamento militar etc. Como que num prolongamento disso que ainda está, talvez, em indícios nesta obra, em vez do modelo jurídico-discursivo, que pressupõe algum tipo de consenso de base como, por exemplo, um contrato social de transferência de poder para o Estado, Foucault propôs, no curso *Em defesa da sociedade*, examinar o de combate, de enfrentamento, de luta⁹³ ou guerra para entender os mecanismos do exercício do poder político. Ele inverteu o conhecido princípio ou aforismo de Carl von Clausewitz, segundo o qual a guerra é a continuação da política por outros meios. Assim, a política seria a guerra continuada por outros meios, ou seja, ela é a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra⁹⁴ ao campo político (FOUCAULT, 2005b).

Outra dedução dessa inversão é que o poder e a política não são meios para a busca de um mundo melhor, mais justo etc. Eles, poder e política, não possuem um *a priori* nem um *telos ideal*. Ao contrário, são pragmáticos, operam não por princípios, mas sim estabelecendo os melhores meios para alcançar os fins estabelecidos arbitrariamente e contextualmente. A racionalidade que domina o poder seria do tipo *meios-fins*, uma

⁹³ Foucault utiliza como exemplo a luta de raças e a luta de classes.

⁹⁴ Ainda que certos comentadores, tais como REVEL, Judith (2005), indiquem que Foucault tenha abandonado a idéia de guerra como forma de representar o funcionamento das relações de poder em nome da governamentalidade, o que pode encontrar algum respaldo na obra foucaultiana, o entendimento aqui é que o *zigzaguar* em torno da questão do poder reconhecido por Foucault pode indicar que não houve superações, mas sim alguns deslocamentos analíticos. Pensando nesta interpretação é que fora aduzida a questão da guerra, pois é entendida como um modelo interpretativo do poder importante, consistente e pertinente. Assim, ainda que não explique tudo, o que não parece ser a pretensão foucaultiana, é válido.

racionalidade instrumental, o que leva alguns autores, tais como Albuquerque (idem), a situar Foucault na esteira do pensamento político maquiavélico.

A pesquisa sobre o valor da guerra como princípio de análise das relações de poder não é a etapa da analítica do poder foucaultiana mais privilegiada pelos comentadores da obra do pensador francês da década de 1970. Ao que parece, e como muitos autores afiançam, Foucault teria abandonado este empreendimento após o curso de 1976, dedica quase que exclusivamente a ele, em prol da análise da biopolítica e da governamentalidade a partir de 1978. Entretanto, a despeito disso ser uma verdade ou não, permanece a proposta, malograda ou não, de se entender as relações de poder através dos mecanismos da luta. Além disso, há indícios, assim gostaria de pensar, de que essa alternativa de inteligibilidade não é completamente deixada de lado.

Revel (2005) resume bem a abordagem do curso de 1975. Se se considerar que a noção de *estratégia* é essencial pra fazer a análise dos discursos, dos dispositivos de saber e de poder, se, particularmente, ajuda a compreender as relações de poder por meio das técnicas de dominação, por que não pensar no modelo da guerra continuada como modelo interpretativo?

Foucault, no *Post-scriptum O sujeito e o poder* – um texto de 1983, logo, quase uma década após aquele curso – desenvolve uma breve, porém esclarecedora análise da relação entre relações de poder e relações de estratégia, no qual retoma a questão da guerra. Após ter citado alguns dos sentidos de *estratégia* naquele momento histórico, ele conclui que todos eles implicam situações de confronto, o que o leva a cogitar a pertinência da guerra para explicar as relações de poder. O empecilho em utilizar essa imagem é que ela denota a derrota cabal do inimigo, a impossibilidade de que ele lute, o que é fundamental nas relações de poder tal como compreendida por Foucault.

Outra imagem usada por ele nesse mesmo texto é a de jogo, que aparece ao lado da de guerra, sem, contudo, ser dissociada. Supondo uma sensível gradação da noção de guerra, qual seja, a não eliminação do inimigo – nas guerras se têm inimigos, e não adversários – recair-se-ia na noção de jogo. Com isso, o conceito de guerra sem eliminação do outro seria um jogo, no qual a vitória sobre o adversário é sempre momentânea, não podendo eliminá-lo, a expensas de ver suprimida a lógica da disputa. Sem adversário, não há disputa nem luta. A idéia é que há um *jogo do poder ou das relações de poder* que tem como regra fundamental um princípio geral do poder apresentado acima, qual seja que se valorize e preserve plena e indefinidamente o

sujeito das ações sobre as quais se quer intervir, a fim de garantir que ele possa encontrar rotas de fuga, modos de resistir, de se insubordinar e formas de contra-atacar.

A estratégia seria a forma de pôr em funcionamento e manter o poder, diz Foucault (2001). Deve ressaltar que o mais importante é a idéia de relações de poder e as estratégias de confrontação, de resistência ou insubordinação a elas associadas e delas fundamento. Quer dizer,

“porque, se é verdade que no núcleo das relações de poder, enquanto condições de possibilidade da sua existência, tem insubordinação e certa obstinação essencial pelos princípios da liberdade, também é certo que não há relações de poder sem meios para escapar ou sem possibilidade de luta” (FOUCAULT, idem, p. 258).

E ele continua definindo de modo bem claro essa questão crucial para as relações de poder ao afirmar que “cada relação de poder implica, pelo menos potencialmente, uma estratégia de luta, na qual duas forças não se sobrepujam [...], confundindo-se entre si.” (idem). Ao contrário, cada uma delas tem a outra como uma espécie de *limite permanente*, um possível ponto de inflexão, de tal modo que uma não existe sem a outra. O *antagonismo* deve ser permanente, o que, ao que parece, define bem a lógica do jogo. Isso não significa que não haja estratégias de dominação ou a intenção de vitória por parte das relações de poder nem que as estratégias de insubordinação não almejem, no limite, tornar-se relações de poder. O que há ou pode haver é uma troca, após a qual, imediatamente, constituir-se-á um novo antagonismo. Ante ao que o texto parece indicar, a imagem do jogo seria mais apropriada⁹⁵.

Sendo assim, considerar-se-á, quer com o uso deflacionado do termo *guerra*, quer com o mais apropriado *jogo*, que as relações de poder não visam ao consenso, o que é um primeiro indício crítico contra o liberalismo político.

Tomando um trecho da discussão entre Noam Chomsky e Michel Foucault [1971], na qual este contraria a perspectiva de *guerra ou luta justa* esposada por aquele, qualquer *guerra-poder-política* não é feita porque é justa em si, mas apenas e tão somente para ganhar, para se passar de um nível – hierárquico, talvez – para outro (FOUCAULT, 2006c). Se a política, supostamente, institui a paz civil, não o faz para cessar o desequilíbrio inerente ao estado de guerra, ao invés, busca reinserir

⁹⁵ Essa afirmação pode ser justificada também pelo uso corriqueiro que Foucault faz do termo *jogo* para designar alguma relação de poder qualquer. Isso ocorre, como foi visto no tópico 1.2 dessa dissertação-ensaio, com o discurso, em relação ao qual o pensador francês usa a expressão *jogos discursivos*.

perpetuamente essa relação de forças, só que numa versão silenciosa – atinente ao jogo, quiçá –, através das instituições, desigualdades sociais, linguagem e nos corpos uns dos outros. A política não iguala os diferentes, mas põem cada um num lugar definido estrategicamente. A repressão nada mais seria do que a atuação do poder no ambiente de *pseudopaz* instituída por uma guerra contínua, por uma relação de força que busca se perpetuar, para gerir aqueles que fogem à regra, ao domínio ao qual foram circunscritos (FOUCAULT, idem). Como afirma Foucault (2006c), sabe-se bem

“[...] que instituições são feitas para elaborar e transmitir um certo número de decisões em nome [do bem] da nação ou do Estado, fazer com que sejam aplicadas e punir os que não obedecem.” (p. 114).

Decorrente disso, o poder como guerra assume outro sentido, a saber, o das lutas ou enfrentamentos políticos que representam a continuação da guerra, seus episódios de tomada de trincheiras, suas fragmentações e deslocamentos. Por fim, falar que poder pode ser interpretado como guerra, quer dizer que toda decisão política não é fruto de uma racionalidade neutra que julga retamente uma questão, mas sim o resultado de uma batalha de forças contrárias cujas armas são outras e cuja maior expressão são os juízes no caso do Estado democrático, civil e de direito.

A maior arma, a arma por excelência, é o juiz-Estado, e a justiça ideal o seu pendão. É o libelo da justiça contra o poder. De acordo com Foucault (2006c), isso deve ser denunciado na forma da tarefa política de criticar o jogo das instituições aparentemente neutras e independentes, atacando-as de tal maneira que a violência por elas praticada seja explicitada, para que se possa lutar contra elas. Em suma, o Estado jurídico ou *Estado-lei* é uma figura, ao mesmo tempo, concreta, pois tem materialidade e exerce influências concretas sobre a vida, e abstrata, já que se julga justo, legítimo e ‘bom’ em si mesmo, arvorando-se como o operador, por excelência, do poder legítimo. O poder disciplinar bebe dessa fonte para se legitimar, estabelecer raízes no real e frutificar os efeitos do poder, embora não se subsumir a ela.

A idéia excogitada acerca da possibilidade do *jogo* como um modelo interpretativo das relações estratégicas de poder será aplicada à abordagem de uma possível relação entre liberalismo e esporte.

O esporte é um daqueles temas marginalizados pela academia, considerado um *tema menor*, um saber assujeitado ou desqualificado (FOUCAULT 2005b). Ele fez, e em certa medida ainda faz, parte dos chamados *temas menores*, não dignos da

investigação das grandes ciências, o que expressa seu lugar nas relações de poder presentes na academia. Deste modo, e sob a pecha de algo sem importância, os esportes foram largamente desconsiderados pelas ciências, com exceção daquelas que, ligadas estreitamente às biociências, às ciências da motricidade humana e à educação física. Cabe ressaltar, aliás, que esta – educação física – é uma das ciências ou disciplinas menos prestigiosas no interior da academia⁹⁶. Destarte, entendido como um tema menor e adstrito a uma ciência que não se estabeleceu no ambiente acadêmico como um campo de conhecimento de prestígio, os esportes foram, e em parte ainda são, em alguma medida, vistos como temas menores.

Todavia, alguns pensadores, munidos de coragem acadêmica, acabam por encabeçar algumas insurreições dos saberes historicamente assujeitados. Desses autores que ousam pensar heterotopicamente, desmascarando os conteúdos históricos que foram escamoteados em grandes sistemas funcionais supostamente explicativos da totalidade dos fenômenos, quero destacar Michel Foucault e Norbert Elias.

É justamente isso que Elias fez com os esportes. Segundo Leite Lopes (1995), a valorização do esporte, enquanto um fenômeno, nas ciências sociais foi operado por Elias, em associação com Dunning, na obra intitulada *Sport et Civilisation*, na qual eles mostraram a importância dele para o entendimento do processo histórico de longa duração denominado por Elias de *processo civilizatório*. Na introdução da obra *A busca da excitação* [título da versão em português], uma coletânea de artigos dos autores, com enfoques variados [lazer e tempo livre; gênese do desporto; desporto e violência; desporto e gênero; esporte e violência; futebol], no qual os esportes são comparados à importância que teve *a sociedade da corte* no processo civilizatório, Elias afirma:

“quando iniciamos este estudo, a sociologia do desporto dava os primeiros passos. Lembro-me bem de Eric Dunning debater comigo a questão de saber se o desporto, e particularmente o futebol, poderia ser considerado pelos especialistas das ciências sociais como um tema de investigação respeitável [...]” (ELIAS E DUNNING, 1992, p. 39).

⁹⁶ Aqui cabe uma breve observação: a educação física, bem como todas as áreas de conhecimento, é um campo de lutas. Contudo, ela possui uma particularidade, uma espécie de ‘crise de identidade’ permanente que se estende e a impede de, por assim dizer, chegar a uma maturidade, visto ainda transita entre as ciências humanas e as da saúde, sofrendo mais do que se beneficiando dessa constante crise. Para entender melhor esse relação entre educação física e ciência, ver BRACHT, Valter. **Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz**. Ijuí: Unijuí, 2003.

De acordo com Elias, ambos tinham total ciência de que a compreensão do esporte, ou *desporto* como aparece no texto, contribuiria para o conhecimento da sociedade (idem). Ainda conforme Elias,

“Vários tipos de desportos integram um elemento de competição. São confrontos que envolvem força física ou proezas de tipo não militar. Para reduzir os danos físicos ao máximo, existem regras que obrigam os adversários a adotar um determinado tipo de comportamento. Desse modo, por trás destes estudos do desporto, existe sempre a pergunta: *que espécie de sociedade é esta onde cada vez mais pessoas utilizam do seu tempo de lazer na participação ou na assistência a estes confrontos não violentos de habilidades corporais a que chamamos ‘desporto’?*” (ELIAS E DUNNING, idem, p. 40).

Essa apresentação do tema feita por Elias já indica fortemente a propriedade de algumas relações. *Força física não violenta*, já que isso só cabe ao Estado [monopolista da violência]; *existência de regras*, já que as disputas do jogo político liberal são legisladas, estão sob um aparato jurídico-legal complexo e amplo, não sendo um *laissez faire* absoluto; *a adoção de dado comportamento*, uma vez que tanto os adversários do campo atlético quanto os adversários do campo político [cidadãos] devem assumir a praticar certos valores ético-políticos que salvaguardem os respectivos campos; enfim, primeiros passos para o trato da questão de que tipo de sociedade desportivizada é essa.

É justamente uma proposta de resposta a essa pergunta o que pretende ser feito aqui, pelas circunstâncias atinentes à essa dissertação-ensaio, não com o esmero, detalhamento ou mesmo enfoque [sociológico] dedicados por Elias e Dunning, mas sim com um foco bem delimitado, qual seja, apenas relembrando, buscar pistas de contato entre liberalismo, esporte e governamentalidade. Cumpre também anunciar que não será utilizado o expediente de definir cada qual detalhadamente, a fim de delimitar todas as características que os compõem. O objetivo é muito mais modesto, sendo apenas o de apresentar algumas poucas, mas relevantes características que permitam identificar e justificar a aproximação desejada.

Segundo Leite Lopes (idem), a abordagem de Elias e Dunning dedica-se a mostrar como, através de uma análise empírica do lugar estratégico acerca da corte absolutista francesa do século XVI, a gênese e a difusão do fenômeno historicamente específico do esporte, inventado na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX representa um importante elemento da constituição da sociogênese do Estado moderno. Aqui se tem

um primeiro indício da razoabilidade daquela relação, uma vez que é justamente na passagem dos séculos XVIII para o XIX que Foucault identificou o nascimento de uma nova arte de governar, a qual denomina de governamentalidade.

Segundo Stigger (2002), citando a obra *A significação do esporte*, de Michel Bouet, na qual o autor trabalha com a noção de *fato social total* de Marcel Mauss, o esporte deve ser visto como um fenômeno humano que constitui um conjunto social e cultural complexo, pois reúne um sistema de regras, valores e representações orientados por aspectos mais amplos da sociedade. Além disso, afirma o autor, ele tem os elementos que compõe qualquer instituição moderna, quais sejam, *elementos materiais e produtos culturais* [pistas, piscinas, competições, eventos], *grupos específicos* [clubes, equipes, associações], *agentes de autoridade e hierarquias* [conselhos, comitês], *papéis* [atletas, dirigentes, árbitros, expectadores], *símbolos coletivos* [bandeiras, cores, hinos], *comportamentos determinados* [gestos, ritos, coreografias] e um *conjunto de representações e idéias* [a idéia de *performance*, as imagens do campeão e do derrotado, o espírito esportivo].

O esporte desempenha várias funções [de espetáculo; comercial; de lazer; educativa; de adaptação e preparação para o trabalho] (STIGGER, *idem*; ASSIS, 2001), o que o identifica com o modo da sociedade de organizar. Com isso, há potencialidade para servir de instrumento propalador de uma série de valores e padrões comportamentais de outro sistema de regras que o utilizar. De acordo com Bourdieu (apud LEITE LOPES, *ibidem*, p. 9), o esporte, esse

“[...] meio extremamente econômico de mobilizar, ocupar e de controlar os adolescentes [,] estava predisposto a tornar-se um instrumento e um lugar de lutas entre todas as instituições total ou parcialmente organizadas tendo em vista a conquista política das massas, e também, ao mesmo tempo, em concorrência para a conquista simbólica da juventude [...]”.

É pertinente introduzir uma breve interpretação analítica daquilo que se entende aqui como liberalismo, a fim de apresentar algumas de suas principais ‘armas’ usadas na batalha política pela dominação nas relações de poder e pelo modelo de governo dos homens. Para tanto, alguns trabalhos produzidos no decorrer do ano de 2008 serão tomados como base. Neles, há uma série de referências a autores tidos como expoentes do pensamento liberal clássico, bem como da sua versão contemporânea, tais como, no primeiro grupo, Hobbes, Rousseau e Kant, e, no segundo grupo, Habermas e Rawls. A

idéia é fazer uma abordagem sobre alguns pontos das noções de sujeito-cidadão e democracia a partir de elementos do pensamento desses autores.

O liberalismo, entendido não como uma corrente de pensamento unívoca, mas como modelo de governo estatal típico da modernidade, tem como uma de suas bases o conceito de *contrato social* (VILAÇA, 2008c; FOUCAULT, 2008b). Este pode ser visto pelo menos sob duas óticas diferentes: uma se baseia numa visão *otimista* acerca da *natureza humana*, a outra, numa visão *negativa*⁹⁷ (MARCONDES, 2005). Ou seja, enquanto aquela visão entende que os homens são naturalmente bons e cordatos, bastando um meio bem ordenado, justo e observante dos princípios da liberdade, igualdade e relativa dependência entre os indivíduos para que eles permaneçam assim; esta parte da idéia de que os homens buscam naturalmente os seus próprios interesses, inclusive pondo em risco a vida dos outros e, conseqüentemente, as suas, visto viverem num contexto de ‘guerra de todos contra todos’, carecendo, portanto, de um poder soberano que legisle sobre suas ações, estabelecendo limites de convivência. Há um flagrante consenso entre eles, isto é, que é a figura de um Estado soberano firmado num contrato social que pode prover um ambiente seguro e confiável para os homens.

O problema da natureza humana, o ponto da discussão de base sobre a qual podemos considerar o papel do Estado moderno liberal como promotor e garantidor de uma *paz civil*, diz respeito a se o homem é naturalmente cordato ou beligerante. A violência representa um estado no qual o homem, sem regras, comete atos reprováveis e nocivos a si mesmo e aos outros, expressando uma face desumanizada, incivilizada, atroz ou bárbara. Através da transferência de parte do poder político que os indivíduos gozam plenamente no *estado de natureza* para a figura de um Estado soberano, em tese, inaugurado estaria um tempo de crescente segurança (VILAÇA, 2008f).

Consideremos algumas passagens da obra hobbesiana *Leviatã*. Primeiramente, destacar-se-á o tema do *poder*. No capítulo 10, intitulado *Sobre o poder, valor, dignidade, honra e merecimento*, Hobbes define que, dos poderes humanos, o maior deles é aquele que é composto

⁹⁷ Há uma clara relação a Rousseau, do lado otimista, e Hobbes, do pessimista, nessa passagem. Kant, com uma visão não tão direta, parece, sobretudo com sua idéia de uma *insociável sociabilidade*, inclinar-se para o lado hobbesiano. Contudo, nos seus escritos políticos, ele faz a defesa de que é no Estado de direito que os homens podem realizar algumas de seus direitos naturais, a liberdade, a autonomia e a independência, o que reportaria a Rousseau. Apenas a título de referência, essas idéias podem ser encontradas no *Leviatã* [1651], de Hobbes; no *Contrato Social* [1762], de Rousseau; e no *A idéia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita* [1784] e *Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática* [1793], de Kant.

“[...] pelos poderes de vários homens, unidos por consentimento numa só pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os poderes na dependência de sua vontade. É o caso do poder de um Estado” (HOBBS, 2008, p. 70).

Fica claro, a partir dessa passagem, que o Estado é, em Hobbes, como que a soma dos poderes que, em um estado pré-estatal, está dissipado entre os vários homens. Deste modo, a mais expressiva e segura forma de poder só se realiza no contexto de um estado de coisas no qual o Estado seja o centralizador dos poderes individuais. No estado de natureza, uma abstração feita da constituição da sociedade organizada e do governo estatal, os poderes estariam plenamente nas mãos dos indivíduos, os quais usariam de forma desordenada e perigosa, inclusive para si mesmos. Neste estado ficcional, o indivíduo não possui qualquer dignidade, já que, para Hobbes (*idem*), ela é o reconhecimento do valor público de cada homem, isto é, aquele valor que é atribuído ao homem pelo Estado. O Estado é, nas palavras do pensador inglês, “o desígnio dos homens, causa final ou fim último [e por que não *mais excelente*] [...]” (p. 127), já que é nele que os homens se impõem restrições, exprimindo o cuidado com a preservação da vida, bem como com sua maior satisfação ou realização. Havendo grandes conglomerados populacionais, se as ações de cada indivíduo forem derivadas de um juízo particular, egoístico e arbitrário, ou simplesmente de seus apetites, não haverá possibilidade de prover nem segurança contra um eventual inimigo comum, tampouco, e mais fundamentalmente, proteção e defesa das injúrias feitas uns aos outros. O medo da morte violenta, então, seria suficiente para levar os indivíduos a se submeter voluntariamente ao Estado como gestor de uma comunidade política.

Essas observações dão indícios tanto da concepção de natureza humana quanto de Estado que Hobbes tem. Considerando a natureza humana como essencialmente belicosa, agressiva e desordeira, sem o Estado, o homem está inserido na lógica da *guerra de todos contra todos*⁹⁸, haja vista seus interesses particulares. Segundo Hobbes (*ibidem*), na natureza do homem há três causas principais de discórdia: a *competição*, a *desconfiança* e a *glória*. A primeira leva os homens a atacarem entre si visando o lucro; a segunda, a segurança; a terceira, a reputação (*ibid.*). Aduzindo outra expressão hobbesiana, o homem é considerado *o lobo do homem*, de tal forma que, movido por suas paixões e desejos inatos, não hesitaria em matar e destruir outrem. Em virtude da

⁹⁸ Esta formulação pode ser encontrada em HOBBS, Thomas (2008), capítulo 13 da primeira parte do *Leviatã*.

busca por alcançar seus próprios e egoísticos objetivos, um homem, no estado natural, procede sem limites em busca deles. Sem limites interiores ou próprios à sua natureza, menos ainda de exteriores, o que vige a uma relação de total desconfiança entre eles.

No capítulo 16, *Sobre as pessoas, autores e coisas personificadas*, Hobbes considera a pessoa como aquela entidade que pode se responsabilizar por palavras e/ou ações. Utilizando a distinção entre *pessoa natural* e *pessoa artificial*⁹⁹, o filósofo inglês trabalha a ‘dialética’ autor/ator para designar as duas formas da ação humana livre, uma autônoma [palavras e ações próprias à pessoa – autor] e heterônoma [palavras e ações provenientes de outrem – ator]. No segundo caso, a pessoa age por autoridade. Esse é um ponto importante na discussão da relação entre indivíduo e Estado.

Ao que parece, Hobbes entende que o indivíduo [autor] precisa, no contexto da sociedade organizada em torno do Estado, conferir autoridade a outrem, um *representante*. O representante é aquele a quem um indivíduo ou conjunto de indivíduos conferiu autoridade. Esta, por sua vez, é entendida como o direito de praticar qualquer ação (HOBBS, *ibid.*). Ao contrário do que se possa supor, no contexto do Estado, *qualquer ação* está sob um pacto fundamental que institui um poder comum e soberano sobre todos os indivíduos ou *contratantes*, ao qual foi dado poder coercitivo. Não é a força da palavra que obrigaria os homens a agirem conforme o pacto, mas sim o medo das conseqüências da quebra do pacto e o orgulho de não precisar faltar à palavra afiançada.

Hobbes, através da diferenciação entre *direito* e *lei*, opera o conceito de *liberdade*, compreendido como a “(...) ausência de impedimentos externos (...)” (*ibid.*, p. 101), como tendo que se submeter à lei natural fundada na razão. Segundo esta lei, constatado o absurdo da situação da guerra contínua, todo indivíduo deve se esforçar pela paz. Sendo assim, o indivíduo reconheceria que somente no Estado ordenado juridicamente ele poderia se desenvolver o mais plenamente.

As idéias expostas acima indicam algumas das concepções tipicamente modernas, e que, até hoje, servem de base para a constituição das sociedades liberais e democráticas. A concepção de pessoa como indivíduo, a idéia de sujeito de direito natural, a figura do Estado como o único ente capaz de fornecer segurança e paz sociais, estabelecendo uma ordem social necessária ao pleno desenvolvimento da vida e das trocas comerciais, são alguns exemplos daquilo que pode ser considerado o embrião do

⁹⁹ Para detalhes de suas definições, ver HOBBS, Thomas (*idem*), p. 123.

modelo de governo liberal. Esse é o ideal de um Estado baseado numa Constituição civil expresso na obra *A paz perpétua e outros opúsculos* [1795], na qual Kant apresenta os princípios sobre os quais entende que um Estado deve se fundar, quais sejam, (1) os princípios da *liberdade*; (2) os princípios da *independência* de todos em relação a todos a uma única legislação comum [enquanto súditos] e (3) a lei da *igualdade* dos mesmos [enquanto cidadãos]¹⁰⁰ (KANT, 1995).

Embora muitas vezes, pelo modo como é apresentado – por exemplo, nos termos de Kant¹⁰¹ –, o modelo de governo liberal pareça natural e puro, ou, no mínimo, ideal para todos universalmente, é evidente que a liberalismo é uma criação histórica, própria de determinados interesses e projetos de sociedade e vida. Essa tradição inventada foi capaz de criar uma cultura liberal típica, uma ordem social legitimada e um conjunto de ideais reguladores chamados pela retórica liberal de *princípios*, que, em bloco, têm, em linhas gerais, a função de operacionalizar “a manutenção continuada da ordem social e política liberal, nada mais, nada menos” (MACINTYRE, p. 370). Entendo, no entanto, que isso só tem precípua função: ser subsidiária do liberalismo econômico. Ou seja, a ordem social (estável), objetivo da política liberal, tem o papel de manter, promover e garantir as condições do funcionamento do livre comércio, cuja contrapartida ético-político-social é a liberdade individual. Em outras palavras, a esfera pública é ordenada, disciplinada, vigiada, para permitir a ‘liberdade’ da esfera privada.

Essa é o que podemos chamar de *racionalidade estatal liberal*, cujos fins justificam os meios. Dito de outro modo, menos clichê, os (belos, justos e puros) fins justificam os (arbitrários e pragmáticos) meios empregados para atingi-los. Acontece que, como é próprio do liberalismo político, há a necessidade de apresentar uma complexa retórica apologética, cujo papel é persuadir os cidadãos acerca do valor universal dos fins selecionados como ideais. Assim, fecha-se o círculo argumentativo.

Nessa perspectiva, o modelo de governo liberal pode ser considerado um *gigante de idealizações*, com estruturas grandiosas, mas cada vez mais expostas às suas fragilidades. Como toda forma de governo, o liberalismo é uma invenção humana que possui alguns elementos fundamentais. Dentre eles, temos basicamente *idéias* e

¹⁰⁰ KANT, Immanuel (1995), pp. 127-8. *Liberdade, dependência e igualdade* são considerados *bens jurídicos*, exteriores ao indivíduo, em sua relação com o Estado e com outros cidadãos, igualmente signatários das leis garantidoras desses bens.

¹⁰¹ “A constituição republicana, além da *pureza* da sua origem, isto é, de ter promanado da *pura fonte do conceito de direito*, tem ainda em vista o resultado desejado, a saber, a paz perpétua (...)”. KANT Immanuel (idem, p.128, grifos meus).

instituições, as quais estão em estrita relação, sendo que algumas delas parecem ser mais citadas. Do lado das primeiras, as noções *de democracia, de direitos naturais, de sujeito de direito, de natureza humana, de esfera pública e privada, de sociedade civil, de paz e de ordem sociais*; no segundo caso, *a escola, o hospital, a polícia, as forças armadas, o presídio, o judiciário, o legislativo e o executivo*. (VILAÇA, 2008b). Esse bloco formado por idéias e instituições, aliado àquelas concepções tipicamente modernas, constituiria aquilo que se chamará de *sujeitos de direitos* de uma *sociedade democrática*.

O que a idéia de democracia exprime é, grosso modo, a noção de *empoderamento do povo*, das pessoas que compunham dada cidade-Estado ou comunidade política ou uma *polis*, de tal modo que todo governante deveria ‘temer’ o povo, e nunca o contrário. É curioso notar, como nos diz Ribeiro (2005), como somos, ainda hoje, saudosos pela experiência grega de democracia, apesar de toda sua relatividade, pois, como se sabe, poucos eram os que gozavam do universo restrito dos cidadãos da *polis* grega. Apesar de todas as democracias serem, na prática, relativas, a grega era, por princípio e não pelos limites concretos, segregaria ou eugênica. Não eram todas as pessoas que, por natureza, podiam fazer parte ou tomar as decisões políticas, mas somente as que conseguissem articular um bom nascimento – portanto, uma eugenia política – e uma boa formação humano-política, conforme fora apontado na introdução com a obra de Foucault (2006a). Agora, no entanto, embora se tenha superado os limites concretos à democracia absoluta, irrestrita ou de fato, e não meramente de direito, a premissa fundamental é a de que todos são *naturalmente* iguais, livres e independentes.

É trivial afirmar que isso é fruto de uma série de lutas que desembocaram na Revolução francesa, tendo sido consagrado na *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789. Nela, já no primeiro artigo, lê-se que os homens nascem livres e iguais em direitos e que as distinções sociais só podem haver caso estejam fundadas na utilidade comum¹⁰². A despeito do que significa ‘utilidade comum’ e se ela existe, o que está em destaque é a igualdade inata aos homens. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, mantém o destaque, ao colocar também no seu primeiro artigo a

¹⁰² Fonte: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/legislacao-pfdc/docs_declaracoes/declar_dir_homem_cidadao.pdf. Acesso em 13 de ago. de 2008.

referida idéia, acrescentando o termo *dignidade* como algo inerente à condição humana, além outros termos complementares, tais como *razão, consciência, fraternidade*¹⁰³, omitindo o tema das distinções sociais. O que está em jogo em ambas é a humanidade em geral, e não um povo ou população em particular (RIBEIRO, idem). Isso é deveras importante, haja vista que o liberalismo pretende-se *universal*, um respondente aos anseios humanos, um defensor da natureza humana e um prescriptor de leis universais.

Aqui cabe uma observação assaz pertinente, a partir de uma das maiores expressões do liberalismo político do século XX: o filósofo americano John Rawls, já citado, um dos mais relevantes filósofos políticos, cuja teoria estabeleceu uma espécie de cesura no pensamento político da sua época, propõe uma concepção de justiça para sociedades democráticas bem-ordenadas que deve observar dois princípios: com o primeiro, Rawls contempla a idéia presente nos dois primeiros artigos daquela declaração, na medida em que afirma que “cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais, compatível com a dos outros” (2002, p. 64); com o segundo princípio, Rawls se esforça para dar conta de justificar o valor das distinções sociais, esposando que “as desigualdades sócio-econômicas devem ser ordenadas a fim de considerar como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável e serem vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos” (idem).

Fica evidenciado que existe, apesar de importantes diferenças, uma linha de continuidade acerca dos temas liberais e dos princípios que regem sua concepção de mundo. Isso corrobora uma afirmação anterior, segundo a qual o liberalismo é um sistema forte, garantindo a sobrevivência da democracia como um modelo de governo ‘ideal’ ou, no mínimo, razoável.

A democracia moderna¹⁰⁴ inventa a noção de *representação política*. Em vez da grande assembleia pública, órgãos representativos, o que deve ser analisado com critério diante das importantes diferenças, tais como quanto ao número de pessoas envolvidas. Na Grécia antiga, nascedouro da noção de democracia, o número de cidadãos era bem menor do que se pretendia estabelecer a partir da modernidade, tanto em função do contingente populacional ser mais limitado, quanto por somente parte dele ser tido

¹⁰³ Fonte: [HTTP://unhchr.ch/udhr/lang/por.htm](http://unhchr.ch/udhr/lang/por.htm). Acesso em 25 de jun. de 2008.

¹⁰⁴ Esse é um modelo *standard*, o que não significa que, sobretudo ultimamente, propostas de outros modelos de democracia não estejam sendo pensados, tais como a deliberativa, a participativa ou calcada a nos ideais de autogestão, a fim de promover maior autonomia dos cidadãos.

como digno de tal insígnia. Além disso, como o próprio autor reconhece, nela havia uma clara distinção entre a vida livre e a do escravo. Enquanto aquela era baseada no *ócio*, no tempo livre para dedicar-se ao pensamento, ao estudo, à contemplação reflexiva, esta tinha por ofício o trabalho braçal. Daí se dá a divisão entre o *mundo da liberdade e do mundo da necessidade*. A partir da modernidade, contudo, ao menos por direito, mas não se sabe se de fato, universalizou-se o direito à cidadania. Essa relação entre *direito e democracia*, nota-se, é fundamental, pois ainda que de fato não se concretize um ideal regulador tal, a normatividade inerente a ele não se extingue (VILAÇA, 2008h). Ainda que dado sujeito não seja factualmente cidadão, ele permanece um sujeito de ou com o direito suas prerrogativas.

Tomando uma análise tradicional do liberalismo, a relação entre *Estado liberal, democracia e direito* é intrínseca (HABERMAS, 1999). É impensável que uma exista plenamente sem que a outra se realize completamente. Frequentemente, nos círculos acadêmicos, as palavras *direito e política* são pronunciadas de maneira quase simultânea, exprimindo a perspectiva que domina o debate político (HABERMAS, *idem*). O direito é a forma de, no Estado liberal, controlar e regulamentar o exercício do poder por parte dos cidadãos e do Estado (HABERMAS, *ibidem*; RIBEIRO, *ibid.*).

Habermas analisa o vínculo interno entre Estado de direito e democracia como sendo uma dedução tanto do conceito de direito moderno quanto da circunstância de que o direito positivo já não poder extrair sua legitimidade de um direito superior, mas sim na garantia de autonomia de maneira igual a cada cidadão, de modo que a autonomia privada e a pública pressupõem-se reciprocamente (*Ibid.*). É esta conexão que rege também a dialética existente entre *igualdade jurídica e igualdade de fato*, o que, na concepção liberal do direito, ofereceu primeiro o paradigma jurídico do Estado social e que, atualmente, é exigida por uma compreensão procedimentalista e contratualista do Estado democrático de direito. Nesta exposição, Habermas resume algumas das relações históricas existentes no Estado liberal, sublinhando o papel central do direito, o qual passou a ser entendido como algo *positivo e garantidor* da liberdade.

A promessa do Estado é de zelar pela vida, pela ordem, pela justiça social, pelos direitos humanos, pela segurança pública, pela paz etc. Em contrapartida, ele requer dos sujeitos a obediência à lei e à sua autoridade, ou seja, os sujeitos têm direitos, mas também deveres. Esse é, em linhas gerais, o nascedouro da idéia de *sujeito de direitos*, o

que pode ser entendido como fruto de um processo de *desempoderamento do sujeito de poder* (VILAÇA, idem). Deste ponto de vista, o poder deve emanar da – e somente da – lei, o que, mais uma vez, expõe a concepção de poder como uma coisa jurídico-legal.

A democracia republicana, com sua separação de poderes, gera uma situação inusitada no que diz respeito ao exercício do poder por parte do povo. Confiante na idoneidade e neutralidade, no altruísmo e na ciência de sua responsabilidade por parte das autoridades, entre outras suposições ideais, o sujeito-cidadão se desobriga, desonera-se de seu papel fundamental de agente político, para virar mero expectador das ações do Estado. É a idéia de povo como *público expectador* que assiste ao jogo político. Nossa democracia é do tipo que pagamos para os outros fazerem algo. Não somos cidadãos, mas clientes do Estado (RIBEIRO, ibidem, p. 14).

Neste contexto, não só se compromete a noção de *sujeito de poder*, mas também a *sujeito de direitos*. Ao invés, o que ocorre é a criação de um ‘novo mercado consumidor’, os *sujeitos que consomem direitos*. O ‘fornecedor’, que detém o monopólio do ‘produto’, é o Estado; o público consumidor, numa democracia relativamente pelo ordenamento classista (FOUCAULT, 2006c), apenas uma parcela da população, afinal, ‘nem todos podem pagar’. Sagazmente, o Estado, ciente do poder inerente aos sujeitos, transformou-os em clientes amistosos, que querem do Estado somente o serviço bem prestado, sem interferir na ‘linha de produção’, nem na ‘distribuição do produto’. A lógica é simples: se ‘eu’ estou sendo devidamente assistido em minhas necessidades de consumo, não há do que reclamar (VILAÇA, idem). De alguma forma, é isso que representou o Estado de Bem-Estar social, um ‘calaboca’ nos anseios populares depois do que fora vivenciado na II Guerra Mundial, arrefecendo suas lutas, escamoteando as mazelas do capitalismo através da ampliação da cidadania feita com o acolhimento da idéia de direitos sociais.

O que se tem por conseqüência da modalidade de democracia moderna é certo esvaziamento do espaço público como lugar típico de se fazer política (RIBEIRO, Ibid.), o que foi exemplificado através dos discursos pela idéia da rua como algo perigoso. A idéia do “*como se todos estivessem presentes*” (Ibid., p. 28), da lei como expressão da *vox populi*, acabou por gerar uma passividade política baseada na falsa idéia de *poder como consenso*. Ou seja, a democracia moderna gerou relativa

despolitização dos sujeitos, com conseqüente esvaziamento do espaço público e plena separação do mundo em esfera pública e esfera privada (VILAÇA, *ibidem*).

O que fica delineado é que a ordem democrática ‘transformou’ o poder em uma coisa jurídica [*res iuris*], sustentando-se no tripé formado pelo *direito moderno*, as *leis* que compõem seus códigos [civil, penal, etc.] e uma *justiça* que, embora seja um conceito abstrato, passa a ser monopólio do poder judiciário, cabendo somente a ele, através da observância estrita da lei, implementá-la. Como é ao Estado de direito, democrático e civil que cabem as funções atribuídas pela ordem jurídica e compreendidas nas categorias de legislação, administração e jurisdição, o poder foi estaria centralizado nele (KELSEN, 2006).

Em suma, as ‘armas’ de luta ou do jogo liberal são: *o medo; o Estado e suas instituições; a ‘transformação’ do poder numa coisa jurídica; a lei; o direito; e a noção de sujeito de direitos ou sujeito cidadão.*

Um tema relevante será inserido a partir daqui, e se refere à importância dada, na Modernidade, a um pacto social idealizado, gerando aquilo que será trabalhado como a *redução da violência à criminalidade*, ao ‘fora da lei’. Ainda de modo insipiente, cogita-se que o conceito de violência tipicamente moderno é fruto da formulação jurídico-abstrata do Estado moderno liberal, o que acarretou a subsunção de atos de resistência ao modelo de governo e à ordem vigentes ao gênero *criminalidade*. Sumariamente, criou-se algo como um *binômio violência-criminalidade*. Com uma visão aparentemente hegemônica que reduz violência à criminalidade, a um *fora da lei*, boa parte das práticas contestatórias, de insubmissão à lei e ao governo dos sujeitos seria associada, ainda que implicitamente, a um risco à ordem social civil, impingindo sobre elas um valor *radicalmente negativo*. Deste modo, conseguir-se-ia, de acordo com a visão que se tenta delinear, criminalizar quaisquer formas de contestação ao modelo societário vigente que busque, por meios não-institucionais, ou seja, *por fora do sistema jurídico*, revertê-lo, modificá-lo. O trunfo da retórica liberal seria a *manutenção da ordem* como um dos fins últimos das instituições liberais (VILAÇA, 2008c; 2008d).

Essa lógica governamental, que criminaliza a violência, é fundada em uma série de pressupostos ou de princípios aos quais todos os indivíduos têm de se submeter. O homem, então, abriria mão de parte de sua liberdade irrestrita no estado de natureza, para se submeter às leis constitucionais estatais. Em tese, estaria formado um acordo

entre os indivíduos e a figura do Estado. Enquanto aqueles seriam considerados *cidadãos* plenos de direitos, este seria o tutor desses direitos, cuja contrapartida esperada ou outorgada é o respeito e o consentimento de todos, ao menos tácito, às leis aplicáveis a todos reciprocamente (VILAÇA, 2008h; FOUCAULT, 2008b).

No tocante à violência, a importância da relação entre esporte e liberalismo pode ser apreendida da análise de Elias e Dunning (1992). Citando os exemplos de esportes como o futebol, o rúgbi e o boxe, eles trabalham como houve uma coadunação entre o desejo liberal de conter a violência através da sua privatização por parte do Estado e o aumento da sensibilidade a ela nos esportes. De acordo com os autores, a preocupação com a proteção dos atletas e com a igualdade de oportunidades entre eles foi uma condição para a desportização da prática do boxe, assim como de outros esportes.

Os limites objetivos das noções idealizadas pelo liberalismo político geraram tensões que o liberalismo econômico não poderia suportar. Assim sendo, e como não é interessante para o Estado o uso rotineiro das forças de segurança pública, coube criar uma tecnologia diferencial e normalizadora dos sujeitos que não passasse pela punição. Dentre as técnicas que compõem esta tecnologia na contemporaneidade, ou seja, que fazem em ponte entre os objetivos do liberalismo e a governamentalidade, destaca-se o uso pedagógico dos esportes. Através do sistema de regras que representa e, especialmente, das analogias com certos valores liberais, o esporte é muito útil.

Ao relacionar a analítica empreendida por Elias e Dunning com a genealogia das formas de governo foucaultiana, nota-se uma correlação entre alguns elementos que compõem a prática desportiva e os objetivos, técnicas e valores ligados à disciplina, à governamentalidade e à biopolítica. Malgrado estas relações, o que também parece ficar bem delineado são os pontos de contato entre aquele e o liberalismo, em primeiro lugar dada a ênfase *no desempenho meritocrático* que ambos esposam, o que é um primeiro demonstrativo de que há, sim, uma *relação analógica*. Relembrando um sentido de realidade fartamente recorrente, os sujeitos que praticam esportes são ensinados a *saber ganhar e perder*. No liberalismo, o princípio da igualdade tornou, em tese, todos os indivíduos não só iguais em direitos, mas também em capacidades. Haveria certa natureza humana que nos assemelharia enquanto indivíduos de uma mesma espécie. Deste modo, tanto por direito quanto de fato, teríamos um ponto de partida comum, cabendo a cada um dedicar-se o suficiente para ‘vencer na vida’ já que ela é uma

disputa. Destarte, os diferentes níveis de desempenho alcançados não seriam uma questão de desigualdade injusta, mas de desigualdade de mérito. Ou seja, é justo a desigualdade, uma vez que ela representaria a coroação do esforço pessoal. Há uma analogia explícita, fazendo do esporte um instrumento útil à transmissão dos sentidos de realidade que constituem aquele sistema de governo político.

A partir da modernidade, apesar de todas as discontinuidades existentes, o espírito que passa a dominar é o de que os indivíduos possuem certos direitos e certos deveres uns em relação aos outros e todos em relação ao Estado, e este, por sua vez, em relação aqueles, o que iguala todos os indivíduos como população e sujeitos-cidadãos. Assim, como supostamente são iguais, cada um é o responsável pelo seu futuro, cabendo individualmente se dedicar ou esforçar ao máximo para ser vitorioso. Aqui há outra analogia possível com o esporte. Estabelecer uma meta de vida, buscar os melhores meios, lutar para conquistar, superar os limites e os concorrentes, observando as ‘regras do jogo’ do Estado democrático, civil e de direito são claras manifestações da relevância do fenômeno desportivo para a disseminação dos valores liberais (VILAÇA, 2008e). Alguns trechos discursivo-midiáticos já citados ratificam essa interpretação.

Os pontos análogos não param por aí. Outra similitude entre esporte e governamentalidade e liberalismo diz respeito à questão da *aceitação ou assentimento tácito das regras*. Assim como o esportista que compete tem de se submeter às regras do jogo desportivo, o sujeito-cidadão moderno se insere na ordem democrática como que subscrevendo o regime político-jurídico vigente. Teoricamente, ele, enquanto um sujeito de direitos, cidadão, participou, num regime estatal democrático, da promulgação das leis que constituem a malha jurídica (direitos constitucional, civil e penal, para resumir). Porém, nem o desportista, tampouco o recém-cidadão, participaram ativamente da constituição das leis, normas e valores expressos nos códigos que normatizam suas ações – desportivas e político-sociais, respectivamente. Todavia, estão submetidos fortemente a uma retórica que lhes outorga, caso queiram partilhar dos respectivos meios de luta, um conjunto de regras e leis que é tido como democraticamente estabelecido, conseqüentemente legitimado por um coletivo.

Inobstante à multiplicidade de enfoques permitida por essa relação analógica, quero focalizar a *violência*, que é compreendida como um problema social, como a razão estatal liberal busca regulamentá-la, além de apontar como o esporte é fundamental para a compreensão do controle da violência.

De certa forma, relativamente reducionista, nos umbrais da governamentalidade liberal está escrito, como uma regra pétrea, *assim é a regra do jogo*. Sob a pressuposição de que a lei é, por natureza, justa, haja vista que, sempre em tese, colocaria todos numa situação de igualdade de pontos de partida. Segundo Leite Lopes (ibidem), da análise de Elias sobre o futebol surge algumas *propriedades estruturais do desporto*. Uma delas diz respeito justamente àquilo que citei acima, ou seja, a pressuposição presente no esporte de que todos partem de um mesmo ponto, com igualdade de condições (ibid.). Outro ponto ressaltado por Elias e Dunning (idem), refere-se ao *prazer* gerado pelo ato da disputa, o qual só é possível devido à sensação de que ela se dá desde um arranjo equânime entre os campos de batalha. A terceira característica apontada pelos autores é a do *êxtase* que a vitória, supostamente justa, causa. Por fim, *a limitação da violência*, normatizada pelas regras de cada esporte, dá uma sensação de que a disputa se dá num ambiente *seguro*, onde os ímpetus humanos estão devidamente disciplinados (LEITE LOPES, ibid.). Apesar das manifestações episódicas de violência no esporte, ele permanece como um mecanismo essencial de liberação das emoções, constituindo-se como uma *mídia* que atua no controle das manifestações violentas no espaço público. Liberadas as emoções ou tendências bestializadoras num espaço regrado, circunscrito e com limitação de tempo [início e fim], os sujeitos, em tese, não agiriam violentamente noutra espaço. Segundo Elias,

“[...] uma sociedade que não oferece aos seus membros, e sobretudo aos jovens, ocasiões suficientes para experimentar a excitação agradável de uma luta que pode, embora não necessariamente, engajar a força física e a habilidade corporal, arrisca-se de tornar excessivamente embotada a existência de seus cidadãos: uma tal sociedade, de fato, não fornece corretivos complementares satisfatórios as tensões pouco excitantes da rotina da vida social.” (apud LEITE LOPES, p. 16).

O esporte comporta outra forte tendência da retórica liberal, a de que só chega ‘no topo’ quem se esforçou o suficiente, o que legitima a acumulação de bens e riquezas por parte de alguns ‘vitoriosos’, significando o esforço devidamente recompensado.

O esporte congrega várias dimensões, tais como a jurídica, política, corporal e social. As *regras do jogo* [da formação das quais os que praticam não participaram]; as *punições previstas para os infratores*; *a figura do árbitro* [responsável por aplicar a ‘lei’ objetivamente, mas que comete erros e cede a influências, por vezes se corrompendo]; *a dinâmica própria do jogo* [que reflete a lógica das associações e competição necessárias à vida social]; e *seu trato corpóreo* são reproduções microscópicas da sociedade. Além disso, o elemento *lúdico* [ares de lazer], a *espontaneidade* [não-obrigatoriedade], o *mito*

da ascensão social e o *largo enfoque midiático* são trunfos estratégicos que tornam a prática pedagógico-desportiva bastante eficaz tanto no que se refere à aceitabilidade por parte dos sujeitos quanto ao objetivo de discipliná-los.

Aduzindo um último relevante comentário de Leite Lopes (ibid.), os esportes tornam-se um

“Lugar propício à constituição de identidades coletivas, de grupos sociais e de identidades nacionais, os espetáculos esportivos proporcionam diferentes arranjos de integração social e coletiva, de maior ou menos abrangência, segundo experiências históricas específicas.” (p. 16).

Isso comprova a importância estratégica dessa temática para o entendimento de diferentes aspectos da sociedade, dos conflitos sociais nela existentes e dos fenômenos de formação de identidades coletivas em processo.

Retomando a problemática do controle dos sujeitos pela monopolização do uso legítimo da violência, as suposições que dão forma ao reino das idealizações liberais, o qual é demarcado pelo ideário de que deve existir uma espécie de império da lei, institui que cabe apenas ao Estado o uso da violência, nunca aos sujeitos¹⁰⁵. O uso, por assim dizer, *estratégico e necessário* da força violenta, tendo por função a manutenção da ordem ou paz civil que é a condição de possibilidade, a garantia de base para que todos, em tese, desenvolvam suas vidas e planos de realização pessoal plenamente. Sendo assim, haja vista que a *segurança pública* não pode ser ameaça por ações contrárias à ordem, aqueles campos de ação constituídos por comportamentos de insubordinação ao jogo liberal, são prontamente conceituadas como violentas ou criminosas. Destarte, mesmo que todas as promessas liberais de justiça social, equanimidade de direitos e acesso a bens e serviços fundamentais não se realize, não cabe ao sujeito de direitos, ao cidadão, agir de forma ‘violenta’ contra o Estado. A ele, ao invés, cabe buscar as vias legais para reclamar seus direitos. Desta forma, qualquer ação contestatória que não esteja estritamente nos termos da lei é tachada de violenta, sendo imediatamente coibida pelo aparato policial estatal. Essas são, em linhas gerais, e em relação à questão do uso da força física ou da violência, as regras do jogo.

Atualmente, esse artifício, essa técnica disciplinar, de normalização e de governo dos homens tem sido largamente utilizada, mormente para ajustar os sujeitos pertencentes à certa camada da sociedade. A chamada *juventude em estado de risco*

¹⁰⁵ Em legítima defesa é uma exceção prevista em lei.

social tem sofrido o investimento pedagógico-disciplinar presente na prática desportiva. Os discurso pavoneiam-se, focalizando o que é chamado de *papel social do esporte*. O que parece estar em jogo é disciplinar a juventude empobrecida, considerada como iminentemente criminosa ou violenta, o que acaba por associar uma à outra. Mas, será que ao domesticar os impulsos violentos dessa parcela da população, sem, entretanto, alterar suas condições de vida, de trabalho, de educação, saúde, etc., o que acaba por ser forjado não é certo *conformismo*? O que há é uma *pedagogia da mediocridade*, cujo objetivo é forjar um conjunto de sujeitos docilizados-normalizados prontos para serem fundamentalmente respeitadores da lei, dando concretude ao conceito abstrato de cidadania. Os sujeitos que formam a juventude empobrecida devem ser preparados para ingressar adequadamente no ambiente político, devem ser ensinados a se comportarem, a fim de suprir o déficit educacional e civilizatório que possuem, tendo em vista o meio em que vivem, mas a despeito da alteração das suas condições de vida precárias.

As regras do jogo nem claras estão, haja vista alguns problemas entre as esferas do poder judiciário, por exemplo. Tampouco são para todos, isto é, equânimes, isonômicas, mas expressam e reproduzem desigualdades de todo tipo, econômica, política, social, cultural, jurídica inclusive. A redução de uma ação contestatória, virtualmente revolucionária, cujo fim é estabelecer um novo estado de coisas, mas que não se dá nos termos da lei, à noção de *ato violento*, leia-se contra a ordem ou a paz social, é uma das estratégias mais sagazes do liberalismo e que deve ser problematizada.

A perspectiva de que a lei é um bem em si mesmo, preferível ao caos, à desordem, merece críticas em variados sentidos. Primeiramente, não há caos completo, anomia, mas sempre estamos diante de um sistema de regras ou normas, não necessariamente regulamentadas em códigos formais, mas que servem de guia para a conduta dos sujeitos. Aliás, segundo Foucault, é também na relação com as normas, regras ou leis formais que os indivíduos se constituem em sujeitos. Essa relação é complexa, envolve submissões e resistências, mas o fim é o mesmo, a subjetivação do ser humano. Assim, não é nem a completa aquiescência, tampouco a total rebeldia contra as leis, a moral ou afim, o caso, mas sim uma relação, por assim dizer, crítica, que se manifeste na prática de liberdade de resistir àquilo do que se discorda, que atente contra dado projeto de vida, dada estética existencial.

Encerrar-se-á esse capítulo com uma provocação a partir de três contundentes recentes exemplos ocorridos nas últimas Olimpíadas que ajudam a problematizar a criminalização da resistência. Cabe, antes de analisá-los, uma breve descrição dos casos:

1. Um atleta sueco de luta greco-romana, chamado Ara Abrahamian, sente-se injustiçado pela decisão da arbitragem, a qual lhe tirou a chance de disputar a final olímpica e, logo, conquistar a medalha de ouro. O atleta, mesmo revoltado, participa da disputa pela medalha de bronze, vencendo. Na cerimônia de premiação, ele se manifesta *depositando*, no centro da zona de luta, a medalha conquistada, numa atitude de protesto;
2. Um atleta cubano de taekwondo, chamado Angel Valodia Matos, acerta o árbitro com um chute no seu rosto após ter sido, segundo ele, injustiçado por um erro flagrante do árbitro;
3. Uma atleta brasileira do salto em altura, chamada Fabiana Murer, teve sua vara sumida, mas, mesmo assim, improvisa com outro exemplar e salta.

Como estes três exemplos, além de corroborar a idéia de que o esporte serve de elo entre liberalismo e governamentalidade, podem ajudar a refletir sobre alguns dos limites da ordem jurídica e acerca dos problemas atinentes à criminalização do protesto, da resistência meta-jurídica. Não se quer emitir juízos de verdade sobre o que motivou os atletas a se sentirem injustiçados, ou seja, não se tem o objetivo de fazer uma investigação da veracidade ou não do que lhes fez sentirem ludibriados, mas somente relatar o que fora veiculado. No primeiro caso, o problema foi gerado por um choque de interpretações. Enquanto o atleta sueco achava que determinado golpe praticado sobre ele não teria configurado sua derrota, o árbitro achou. No segundo caso, o árbitro cometeu um erro. Ele tinha que ter, segundo as regras do esporte, avisado o atleta cubano sobre o tempo restante de combate quando este solicitou atendimento médico, pois, caso o atendimento suplantasse certo tempo, a derrota seria decretada. O mesmo não foi feito, contudo, ainda assim, o árbitro do combate determinou a vitória do oponente. O terceiro caso foi constituído do sumiço de uma das varas da atleta brasileira.

Alguns elementos das reações, bem como o foco midiático sobre elas, são muito interessantes. Os três atletas, de um modo ou de outro, protestaram contra o que havia ocorrido. No primeiro caso, o ato foi o de depositar a medalha no chão, conforme

descrito. O curioso é que a imprensa, tanto televisiva, quanto ‘internética’ e escrita, anunciou-o como tendo sido um *arremesso*, com efeito, algo mais *violento*. A farta disponibilização de imagens contraria claramente essa descrição. Pela imagem, fica claro que, num ato de protesto, com relativa calma, o atleta contrariou a decisão da arbitragem. Ele exerceu a liberdade de protestar contra uma ação que interpretou como injusta, mas que foi prontamente manipulada e representada como uma *falta de espírito olímpico*. Será que, assim como o atleta sueco foi acusado por ter apenas se contraposto a uma decisão arbitral, o cidadão que não aceitasse certas decisões do Estado democrático não seria acusado de ter *falta de espírito democrático*? Será que nada poder ser feito mesmo diante da falha daquele que deveria julgar justamente, sequer protestar?

Também com farta veiculação midiática, o segundo caso é um pouco mais difícil. Supondo que o árbitro efetivamente cometeu um erro, o que determinou a derrota do atleta cubano, qual a legitimidade dele para arbitrar sobre aquela disputa? À primeira vista, mesmo tendo sido manifestamente prejudicado, a atitude de golpear o árbitro parece ilegítima. No entanto, será que haveria, efetivamente, alguma alternativa para que a decisão do árbitro fosse revista, restaurando, portanto, a justiça ou a legalidade? Em outras palavras, há, através da via legal, regimental, dos tribunais, alguma esperança de que o erro cometido por aquele que deveria, por definição e ofício, zelar pela legalidade da disputa seja punido, ao ponto do prejudicado ser ressarcido? Se o atleta não tivesse feito nada, ou tivesse entrado com uma representação do Comitê Olímpico Internacional [COI], o que teria ocorrido?

O terceiro caso, sem a mesma repercussão na mídia, responde a essa última pergunta. A atleta brasileira, em protesto ao ocorrido, procedeu da seguinte forma: impediu, durante um breve momento, que a competição continuasse antes que sua vara fosse encontrada. Após isso, ela, ‘cheia de espírito olímpico’, decidiu se ‘superar’, e tentou um salto com uma vara inapropriada. Não obteve sucesso. Posteriormente, entrou com uma representação no COI. Resultado: recebeu um singelo e travestido pedido de desculpas, associado a uma exortação por não ter cuidado do seu material desportivo.

No primeiro caso, o atleta foi tachado como um sujeito sem espírito olímpico; no segundo, o atleta foi prontamente definido como violento, selvagem, etc., sendo excluído de todas as competições junto com seu técnico, que, apesar de não ter agredido o árbitro, não se posicionou contra a atitude do seu atleta; no terceiro, nada ocorreu,

nem algum rótulo foi utilizado nem houve um apelo midiático forte, pois ela se ‘comportou bem’, resignou-se e não afrontou o sistema de regras que a prejudicou.

Destas três situações não se pode tirar um *juízo mediato*, pois não há a intenção de arriscar uma prática discursiva profética. Entretanto – isso, sim, vale arriscar –, poder-se-á fazer um *juízo imediato*, em razão de as duas primeiras atitudes, embora não tenham gerado alguma mudança objetiva, terem sido capazes de expor alguns limites e contradições do modelo jurídico-legal-discursivo de poder esposado pelo liberalismo político e representado nos esportes olímpicos. O império da lei ou do direito não pode garantir a justiça, mas essa noção de poder justo é um mecanismo estratégico de luta. Conforme Foucault (2005b), o direito sempre foi uma forma de manutenção do poder régio, do poder vigente. Conforme se viu também, o poder não é uma coisa consensual, mas sim um campo estratégico de lutas. O consenso, como já foi mostrado, pode ser uma arma para manter certa relação de poder. Dessa forma, a idéia de um mecanismo ou dispositivo jurídico-legal que produz certos saberes acerca da justiça é uma forte estratégia para tal fim. A violência contra a ordem, então, teria um valor *positivo*, porque poria em xeque todo esse edifício idealizado. Seria um instrumento estratégico, não uma prática justa ou injusta, certa ou errada, etc.. Esta visão de violência a torna um *fenômeno social*, contrariando a idéia de *problema social*. Tudo está, obviamente, num campo de disputas acerca de quais ações são legítimas ou não no contexto social.

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS FINAIS E APONTAMENTOS FUTUROS

3.1 – O uso do esporte na gestão do trinômio pobreza-violência-criminalidade: forjando a noção de sujeito-cidadão ludicamente

*“Você deve aprender a baixar a cabeça
E dizer sempre: "Muito obrigado"
São palavras que ainda te deixam dizer
Por ser homem bem disciplinado
Deve, pois, só fazer pelo bem da Nação
Tudo aquilo que for ordenado
Pra ganhar um Fuscão no juízo final
E diploma de bem comportado*

*Você merece, você merece
Tudo vai bem, tudo legal
Cerveja, samba, e amanhã, seu Zé
Se acabarem com teu Carnaval”.*
(Bom comportamento, Gonzaguinha).

Como foi amplamente demonstrado, o esporte ou a prática pedagógico-desportiva tem uma importante função na transmissão de uma série de valores atinentes ao liberalismo, contribuindo fortemente para o governo dos homens na atualidade. Disciplinarmente e/ou biopoliticamente, os sujeitos assistidos pelos projetos sociais desportivos são ludicamente ensinados a ter uma participação política normalizada nos termos da relação entre norma e lei, entre certos valores socialmente aprovados e o aparato jurídico-legal do Estado de direito, incorporando, assim, uma subjetividade cidadã. Divertindo-lhes, forja-se, então, uma noção de sujeito-cidadão de uma cidadania de mera obediência às leis e às normas a ela aliançadas, em nome da manutenção da ordem vigente e da inclusão social entendida como adaptação ou adequação ao meio. Em nenhum momento apareceu nos discursos o exercício da cidadania como uma ação de contestação ou de participação política que vise um reordenamento do estado de coisas existente. Ao contrário, é aquela noção de cidadania menos política do que jurídica que prevalece. Este proeminente sentido aponta para a existência de um projeto sistemático, racionalizado e estratégico de criação dos homens para serem sujeitos obedientes à ordem vigente e aos valores político-econômicos liberais, a despeito da falhas do sistema democrático de governo. O respeito à democracia, portanto, deve permanecer, embora ela não seja efetiva, pelo menos para todos.

Segundo Foucault (2006c), entendendo por democracia o exercício efetivo do poder por uma população que não é dividida nem hierarquizada em classes, está claro que as sociedades auto-denominadas democráticas o são apenas formalmente, mas não de fato. Ainda segundo ele, o que se tem é uma ditadura de classe, de poder estatal de classe que se impõe pela violência, violência esta que é seu monopólio legítimo.

O Estado, como uma pessoa jurídica, uma corporação constituída por um ordenamento jurídico, possui direitos e deveres, os quais são executados através dos seus órgãos ou instituições segundo o princípio da divisão do trabalho ou da atribuição de função (KELSEN op. cit.). A ordem jurídica é, a um só tempo, o que dá autoridade, liberdade e atribuições à figura abstrata do Estado e aos sujeitos concretos que as realizam, o que obriga deveres e o que limita suas ações. Como uma pessoa jurídica perfeita, ou seja, ideal, o Estado deveria exercer ou aplicar seus direitos diligentemente e respeitar os seus limites intransigentemente. O estrito exercício da lei é o salvo-conduto do Estado. Haja vista o direito e a lei serem coativos por natureza, já que sem esse poder de sanção não teriam qualquer força sobre o ordenamento da conduta humana, apenas o Estado tem, no contexto do ordenamento jurídico, competência para

sancionar alguém. Como é o Estado o responsável por operar o direito-lei, conquanto a flagrante e reincidida série de violências e crimes que comente contra os seus cidadãos, ele sustenta sua legitimidade formal através do ordenamento jurídico que, em tese e reciprocamente, mantém. Em suma, deste ponto de vista, uma ordem jurídica [direito-lei] não é nada sem o Estado e esses são inócuos sem o poder de coação ou sanção.

Resgatando a idéia foucaultiana de que a tarefa política fundamental é denunciar esse jogo institucional aparentemente neutro e imparcial, mas que é na realidade um jogo de poder e pelo poder, essa ditadura da violência legítima contra os sujeitos precisa ser problematizada. Como foi defendido, através da noção de sujeito de direitos, considerando que ela nunca se realizou plena e amplamente, a idéia da centralização legítima do poder político a partir de um contrato social tornou-se um problema, em função de ter criado um dispositivo de poder que não pode ser atacado, mesmo que se tenham boas razões para isso. Mesmo que a facticidade conjure contra ele, sua validade permanece intacta.

No final do capítulo anterior, uma questão ficou relativamente solta, sem o devido trato: a idéia de violência como uma atitude positiva. No âmbito sócio-político, a violência sempre está em jogo. A questão de *quem* pode exercê-la legitimamente e *contra quem* permanece atual. A violência compreendida negativamente, como um problema social, como um perigo, está constantemente relacionada ao comprometimento da coesão e cooperação sociais (VILAÇA, 2008a). Destarte, porque é *problema*, deve ser resolvida ou sanada. Todavia, compreendida deste modo restrito, a violência perde o seu valor de fenômeno social a ser estudado.

Esta perspectiva reducionista de violência merece ser investigada, à medida que a lógica que representa não oferece saída possível a um ordenamento jurídico que seja, contraditoriamente, injusto, parcial, preconceituoso, a não ser por meio dele mesmo, o que, diga-se de passagem, é uma brilhante estratégia de luta. Se o Estado comete um crimes, e ele os comete diariamente, cabe ao cidadão recorrer ao poder judiciário para que a justiça seja restaurada. Mas, e esse argumento parece se impôr devido à sua evidência, este poder é parte do Estado. Esperar que o Estado julgue-se retamente é contar com um grau da dita maturidade democrática que ainda não foi alcançado. Essa perspicaz estratégia de dominação encontra um álibi no discurso de não cabe aos sujeitos-cidadãos apressadamente abandonar o sonho democrático, mas sim investir para que ele seja concretizado o mais rápido possível. O cidadão, neste sentido, é conclamado a cooperar com o Estado para que este se torne plenamente democrático.

Contudo, a título de observação, os meios de cooperação aos quais os sujeitos têm acesso estão todos ou bem nas mãos do Estado, ou bem sob sua tutela vigilante, com isso, não é qualquer ação ou comportamento que será permitido para que se catalise o processo de democratização.

Do ponto de vista do liberalismo político, que propugna uma organização jurídica do Estado, todo indivíduo que aceita as leis do seu país se torna signatário de um contrato social. De acordo com esse idealismo, é insuficiente a aceitação tácita, pois há a necessidade de que todo indivíduo a revalide constantemente através de seu comportamento. Conforme age, ratifica ou não o contrato firmado. Quando age em desacordo com as leis, ele ‘rasga’ o contrato, compromete sua manutenção, tornando-se uma ameaça à ordem social. Em termos antigos, torna-se um estrangeiro em seu próprio país, o que permite que certos direitos lhe sejam tirados. Pode ser o direito à liberdade, ao voto ou, no limite, à vida. De cidadão, passa a delinqüente (FOUCAULT, 2008b). Todo sujeito tachado como violento é um delinqüente.

A violência geralmente está ligada à intervenção física contundente sobre outrem. Porém, existem variadas formas de violência, algumas que não atuam sobre o físico, tais como a dita como violência simbólica, a violência contra a honra ou dignidade humana, etc. Assim sendo, à semelhança de Misse (2008), deve-se falar em violências, no plural. Violência pode ser entendida como a ação que suprime as relações de poder, ou seja, quando o sujeito das ações sobre as quais se quer exercer o poder não é mais reconhecido como sujeito, virando um objeto, para o qual estão extintas as possibilidades de resistência (FOUCAULT, 2001). Violentas, portanto, seriam as ações que aspiram à dominação absoluta, inconteste e irreversível. Destas primeiras acepções, violência é considerada como o oposto das relações de poder.

Recorrendo à análise etimológica, o termo violência é uma derivação da palavra latina *violentia*, que significa *a força que se usa contra o direito ou a lei* (MISSE, 2006c). Em alemão, uma mesma palavra [*Gewalt*] pode significar violência, no sentido da força imposta, e poder, no sentido da origem do direito. Outro significado trazido por Misse diz respeito aquele que comete o ato de violência: violento [*violentus*] é aquele que age com força excessiva, exagerada. Mas, em função da sua origem, o termo violência passou a ter um sentido predominante, a saber, de qualquer coisa que rompa uma ordem ou o emprego de meios para impor uma ordem (MISSE, *idem*).

Reportando àquela questão da legitimidade, e relembando que a violência está num campo de disputas [violência em jogo], um dos pontos centrais da discussão são as

estratégias de legitimação e deslegitimação de certos atores sociais e de certos campos de ação e comportamento. Como ressalta Misse (ibidem), um jogo de significações tem como objeto de disputa a definição de quem pode e de quem não pode usar a força e sob quais condições isso pode ocorrer. Violência seria, a partir deste jogo, “[...] o emprego da força ou da dominação sem qualquer legitimidade.” (MISSE, *ibid.*, p. X). Por conseguinte, “é violento aquele de quem se diz que não pode usar da força e a usa, ou aquele de quem se diz que abusa do poder que lhe foi conferido [...]” (*idem*).

Neste ponto, chega-se a uma questão fundamental da discussão sobre violência. Violência não é um conceito, mas um ato sobre e contra alguém (MISSE, 2006c; 2008), haja vista o significado pejorativo do termo. Essa atividade performática é preta de intencionalidades, pois, ao definir alguém ou alguma coisa como violento(a), toma obrigatoria e imediatamente partido numa situação. Assim sendo, denominar um sujeito, uma prática ou um campo de ação inteiro de violento é assumir uma posição contrária ao que é por eles manifestado.

Para escapar ao reducionismo quanto aos significados de violência, da miríade de concepções possíveis, tomar-se-á a violência num sentido negativo quando se tratar do ato que, conforme Misse (*ibid.*) viole a integridade de um indivíduo, não permitindo-lhe reação, transformando-o em mero objeto, o que corrobora aquela visão foucaultiana. Por violência positiva, o ato que viola uma lei ou norma social, mas garante tanto a permanência do sujeito sobre o qual se age quanto um campo de possibilidades de fuga.

Conforme analisado, o surgimento de pares de oposição binária foi fundamental para discernir, hierarquizar e controlar certos sujeitos. O louco, o celerado, o monstro, o perverso, etc., como o pólo negativo daqueles pares, são contíguos ao violento na linguagem ordinária. Isto é, são todos tidos como uma ameaça à ordem e como suscetíveis a um processo, punitivo ou corretivo, ou ambos, visando sua normalização. Ao passo que os indivíduos associados a esses termos são tidos como portadores de uma conduta indesejável, criminosa nos casos que existe uma lei proibindo-a, é facultado ao Estado tomar as devidas medidas previstas no corpo de uma lei. Somente ao Estado, que é a condição fundamental da realização de uma ordem jurídica (KELSEN, *ibid.*), cabe pôr em prática o direito coativo através da execução das sanções nele previstas.

Como foi repetidamente anunciado, a criação do binômio violência-criminalidade é um produto imediato da juridicização das questões sociais. Como ratifica Misse (2006c), nas sociedades de Estado modernas, a violência é fagocitada pelo sentido de crime. Criminalizando o uso da força nos conflitos sociais, a

modernidade estabeleceu concomitantemente o monopólio estatal da violência, cabendo apenas ao Estado o uso legítimo da força, bem como o arbítrio judicial dos conflitos internos à sociedade, e a proibição do recurso à força por parte dos cidadãos. Conseqüentemente, formula-se a criminalização de certas questões sociais, uma vez que elas contrariam o poder jurídico-legal instituído. O próximo passo é objetivar as práticas e os praticantes de ações consideradas fora da lei. Forja-se, com isso, o *homo criminalis*, uma espécie de subjetividade-criminosa situada objetivamente, uma ‘raça’ perigosa e que é alvo de um campo de conhecimento: a criminologia.

Reconsiderando os conceitos operatórios de *raça*, de *perigo* e de *risco* e aduzindo os de *caso* e *crise*, o que fora forjado foi uma *tecnologia do preconceito* (RAUTER, 2003). As quatro últimas noções são trabalhadas por Foucault (2008b) tomando o exemplo do processo *variolização* ou da vacinação contra a varíola na passagem do século XVII para o XVIII. Foucault usa este exemplo para analisar os dispositivos de segurança que constituem a governamentalidade. Em suma, a relação entre aquelas noções expressa o seguinte cálculo: a varíola era uma doença que tinha uma ampla ocorrência endêmica na população além de picos epidêmicos vultosos. A varíola era considerada uma doença reinante, o que, nos termos da medicina do século XVII-XVIII, significava que era uma doença ligada a um país, uma cidade, um clima, um grupo de pessoas, um modo de vida (FOUCAULT, *idem*).

Com a vacinação, buscou controlar as ocorrências da doença. Após uma ‘campanha de vacinação’, surgia era produzido um saber estatístico sobre o seu sucesso ou insucesso. A partir deste momento, a doença deixava de ser uma doença reinante, sendo estudada a partir de cálculos das diferentes eventualidades que levaram à morbidade e à mortalidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos. Nasce, com isso, a *noção de caso*, de distribuição dos casos numa dada população. A noção de caso vai individualizar o fenômeno coletivo da doença ou coletivizar os fenômenos individuais.

A partir dessa noção, criou-se a de *risco*, que significa a chance, o percentual da possibilidade que cada indivíduo ou grupo de indivíduos tem de contrair e morrer por causa da doença ou de se curar. Como cada indivíduo ou grupo tem probabilidades diferentes de contrair ou não, morrer ou não da doença, surge a *noção de perigo*, inserida na idéia de *zonas de mais alto risco*. Por fim, com esse mecanismo do cálculo, pode-se identificar momentos de multiplicação acelerada de casos. Esse fenômeno de disparada circular de casos dá lugar à *noção de crise*. A crise, diferentemente dos casos previstos, só pode ser controlada com uma intervenção superior aos usados comumente.

Devido ao público e lugar social no qual estão inseridos inscritos na prática pedagógico-desportiva, cumpre considerar a violência urbana. Segundo Misse (2006c),

“a violência urbana compreende principalmente práticas e conflitos criminalizados. [...] diz respeito a uma multiplicidade de eventos que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismo, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência e consumo excessivo de álcool ou outras drogas” (p. XI).

Ainda de acordo com o pesquisador, essa malha de eventos ganha um sentido de fenômeno social ao ser interligada com causas complexas e motivações variadas quando sendo analisada no vínculo que têm com uma complexidade de estilos de vida e de situações existentes na metrópole (idem).

Aliados ao racismo estatal, Foucault (idem), com aquela análise dos dispositivos de segurança ligados ao exemplo da variolização, fornece um valioso procedimento de compreensão da gestão da violência. Afinal, atualmente, não é a estatística um dos saberes que visam dominar as relações existentes no fenômeno da violência urbana? Não existem contornos contíguos entre a forma de lidar com aquela doença e o binômio violência-criminalidade? Por comparação, as práticas pedagógico-desportivas não seriam uma *espécie de vacinação* dos jovens que moram e vivem em situações precárias de infra-estrutura e de serviços fundamentais, que não são assistidos pelo Estado, cuja única ou mais expressiva manifestação é o chamado ‘caveirão’? A chamada juventude em situação de risco – expressão ambígua, já que não se sabe ao certo de que risco está se falando, se é do risco à vida do próprio sujeito marginalizado ou daquele que ele pode representar para a sociedade caso não seja devidamente educado, civilizado, disciplinado, normalizado – não seria o *caso* de um fenômeno patológico geral que está relativamente controlado, a saber, o da violência? As favelas não seriam, por outro lado, as zonas de alto risco, os lugares perigosos? A escalada de certa modalidade de violência-criminalidade não representaria um estado de crise, sobre o qual há a necessidade de uma intervenção forte, extraordinária? Por fim, visto que aqueles jovens constituíssem a raça perigosa, sua eliminação sistemática não seria justificada pelo racismo estatal de um Estado que deveria promover a vida?

De fato, há matizações acerca do exemplo supracitado, tais como o fato de haver não uma individualização do fenômeno social da violência-criminalidade, reduzindo-o a poucas áreas sua atuação, mas sim o seu espraiamento, constituindo uma política do

medo, uma *fobopolia*, cujo objetivo é generalizar o medo (SOUZA, 2008). Essa política enseja e legitima a militarização da questão da violência urbana, bem como a idéia de que a função por excelência do Estado, o paradigma de governo, é a manutenção da segurança pública. Ao que tudo indica, quanto mais medo, mais se robustece o clamor pela presença e pela atuação das forças de segurança pública. O medo, portanto, é um elemento estratégico costumeiramente usado para promover e legitimar o controle social exercido pelo Estado (SOUZA, *idem*; BATISTA, 2003). Hobbes é um dos exemplos mais claros de como o discurso do medo – no caso dele, medo da morte violenta – é um dos mais fortes e antigos móveis da vontade popular pela maximização da presença estatal. Apesar disseminação do medo ser uma notável característica contemporânea, a violência-criminalidade ainda não deixou de ser relacionada a certos estilos de vida ou subjetividades (RAUTER, *idem*). O criminoso ainda tem cor, gênero, idade e endereço.

Embora seja uma afirmação trivial, não se pode dar conta de todos os traços que formam esse emaranhado expresso pelos campos de ação incluídos no binômio violência-criminalidade que é visto como um problema social a ser resolvido. Contudo, aparentemente, existem ao menos dois grupos de ações que são subsumidas naquele binômio. Sem a pretensão de estabelecer conceitos analíticos, elas poderiam ser separadas entre as ações tidas como violento-criminosas que não atacam o sistema e ações violento-criminosas que poderiam subvertê-lo. Uma manifestação através do fechamento de uma via pública ou até mesmo com a depredação de um prédio público ou da propriedade privada contra o assassinato de uma pessoa supostamente inocente por parte da polícia não parece ser a mesma coisa do que aquilo que representam as milícias ou o tráfico organizado. Todas têm algum nível de violência e podem ser enquadradas no código penal. Entretanto, enquanto o primeiro exemplo representa a contestação da política de segurança pública, logo, resistem ao Estado, os outros dois operam em linha de continuidade. Aliás, cabe problematizar a idéia segundo a qual o tráfico ou as milícias seriam, como dizem, um *poder paralelo*. Na realidade, eles não estariam inseridos na lógica do sistema?

Outro exemplo no tocante à idéia de que existem manifestação violentas que não são, pelo menos explicitamente, pró sistema, é o da onda de protestos promovidos recentemente, na França, por causa das péssimas condições de vida e de trabalho dos moradores do subúrbio parisiense, cujo maior símbolo foi a destruição de dezenas de automóveis, pois eles representam um sinal de *status* social da ‘classe média’. Aduzindo um último exemplo, se movimentos sociais pela reforma agrária ou urbana invadem um

prédio público ou uma propriedade privada para forçar as autoridades a concederem aquilo que reivindicam e que, diga-se de passagem, está inclusive previsto em lei, eles são prontamente chamados de baderneiros, vândalos, marginais etc. especialmente por grande parte da imprensa, o que lhes associa aquele binômio. Deste modo, haveria ações violentas de pelo menos dois tipos, um que violenta pessoas, mas não constrange ou se insurge diretamente contra dado sistema político, econômico e moral e sua lógica de atuação, na busca de ultrapassá-lo, e outro que não prima pela violência contra pessoas, mas que eventualmente tem de fazê-lo, cujo foco a subversão, ainda que não total, de dado sistema de leis e normas. Buscando clarear o que se quer dizer com essa distinção, é como se houvesse uma violência destrutiva e uma construtiva-criativa. Uma que visa certo fim, mas sem por em questão, sem problematizar as generalidades vigentes, e que, além disso, a partir de termos nada atuais, toma os sujeitos como meio e apenas isso. Outra, ao invés, ainda que tenha também fins determinados, que seja, neste sentido, pragmática, não agindo por *puro dever moral transcendental*, não se esquece daquela característica da concepção de poder como relação, isto é, a manutenção da existência do outro, bem como a garantia de que ele possa resistir.

Finalizando essas breves considerações crítico-analíticas, o que explicitamente está também em jogo nas práticas pedagógico-desportivas é uma forma de gestão da pobreza. O controle da violência e a disciplinarização-normalização dos pobres estão, via de regra, associados diretamente. Misse (2006b) analisa e crítica a tentativa que alguns autores fizeram de separar por completo a questão da pobreza da questão da violência. Apesar de uma não servir como a única explicação para a outra, de fato não se pode desconsiderar as várias relações entre elas. Isso fica evidenciado com a discussão desenvolvida nessa dissertação-ensaio, especialmente em função do fato dos projetos sociais serem, na sua integralidade, voltados para os jovens ditos carentes. Também está claro que formas de lidar com o perigo que os sujeitos empobrecidos representam fazem parte das estratégias atinentes às relações de poder que visam manter uma ordem civilizada que é refratária à violência que não é praticada pelo Estado. Foucault (2008b) afirma que a *disciplina dos e os cuidados com os pobres* formam uma parte considerável do chamado *bem público*.

Dentre as formas de controle dos pobres, há uma complexa regulação urbana praticada pela polícia que inclui até mesmo a eliminação controlada da massa pobre, cuja racionalidade passa pela manutenção de uma parcela dessa massa com fins de mão-de-obra e de mercado consumidor necessários ao bom funcionamento do liberalismo

econômico. Resgatando um texto de Delemare do século XVIII, dos treze domínios que a polícia deve se ocupar na sua atividade de gestão urbana, um deles é justamente a gestão da pobreza. Como se viu, os pobres começaram a representar uma ameaça quando passaram a se revoltar ou se associar a alguma revolta, ação esta que poderia pôr em risco a ordem social, cabendo à polícia reprimi-la. Esta está compreendida no grupo de técnicas que devem promover a *bondade da vida*, sua conservação, comodidade e aprazimentos. A polícia é responsável, diz Foucault (idem), pela promoção do *melhor viver*, e isso não está franqueado, numa sociedade como a nossa, a todos, mas passa necessariamente pelo controle dos pobres da cidade. Mas não é só a polícia a encarregada por isso. Como está sendo mostrado e defendido, existem práticas pedagógicas que visam à mesma coisa, o que é o caso da pedagógico-desportiva.

As práticas pedagógico-desportivas representam a *construção do biopoder na periferia*, uma normalização da população de áreas abandonadas pelo Estado, a qual, em parte devido a essa situação, é tida como à beira do ingresso na criminalidade. Ao que parece, o mero fato de um sujeito morar numa favela já lhe torna, para o Estado e para parte da sociedade, potencialmente criminoso, mesmo não estando associado ao crime.

Ainda que não explique tudo, o colapso das instituições públicas resultantes das políticas estatais de abandono urbano, cuja contrapartida foi o incremento da repressão policial, é uma das causas da intensificação do processo de marginalização de um grande contingente populacional (WACQUANT, 2005). Outro importante elemento que pode ajudar à compreensão do fenômeno da violência na contemporaneidade é aquilo que Leite Lopes, analisando o pensamento de Norbert Elias acerca da violência praticada por jovens torcedores ingleses, denomina de *vazio da existência*. Segundo ele, o problema não é apenas a questão de classe, mas também a relação de exclusão do tipo *established-outsiders*, ou seja, a relação na qual os ‘estabelecidos’ ou ‘os de dentro da sociedade’ exercem uma violência quer simbólica quer não sobre certos sujeitos, os quais são tidos como ‘estrangeiros’, ‘os de fora’, “intrusos” ou ‘sem cidadania’. Tomando o exemplo daqueles jovens torcedores, o autor parece estar falando, por aproximação, da juventude em situação de risco:

“Esses jovens sabem por experiência própria como eles, e seis grupos familiares, são desprezados não somente pelos grupos e classes superiores, mas também pelas frações ‘estabelecidas’ das próprias classes trabalhadoras. É a experiência humana característica dessa situação social de marginalização que se deve ter em mente para se compreender tais manifestações de violência: o *vazio da existência*, o olhar para um mundo inacessível e declaradamente, através do consumismo e da publicidade, cada vez mais abundantemente para uma minoria

dentre os ‘estabelecidos’, mundo do qual se sentem para sempre excluídos, é que leva à vingança cega e à violência [...]” (LEITE LOPES, op. cit., p. 16. Grifo meu).

O Estado democrático prevê a pobreza. Ela é condição de possibilidade da sua existência, sobretudo da engrenagem sócio-econômica. Existem, por exemplo, tarefas que não são para ‘qualquer um’. Nas sociedades de casta, é a casta inferior que executa certos serviços, como de limpeza, funerário e afins; nas de classe, ocorre algo semelhante. A pobreza, em si mesma, não é problema social para o liberalismo, mas algo a ser gerido pela economia política. O problema é de gestão, não de justiça [social].

No entanto, essa não é a única faceta da pobreza. Há aquilo a que Wacquant (2001) se refere como *a pobreza que incomoda*, qual seja “[...] a que se vê, a que causa acidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou de incômodo tenaz e de inconveniência” (p. 30). Para esta, não mais a assistência social de péssimo gosto e valor, mas a gestão policial e jurídica, mais recentemente, a doutrina da ‘tolerância zero’, um instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza (WACQUANT, idem). Como medida preventiva para evitar que a pobreza incomode, usa-se o exercício disciplinar e biopolítico da prática pedagógico-desportiva, o que a torna um dispositivo de segurança.

Antes de concluir, cita-se a visão sobre o esporte de uma importante organização mundial destinada também à formulação de políticas voltadas para a educação:

“Desporto para a paz e desenvolvimento. A prática do desporto é um meio de promover a paz reconhecido. Ele ultrapassa os limites das fronteiras geográficas e classes sociais. Também desempenha um papel significativo na promoção da integração social e desenvolvimento econômico em diferentes geográficas, culturais e políticos. O desporto é uma ferramenta poderosa para reforçar os laços e redes sociais, e promover os ideais da paz, a fraternidade, a solidariedade, a não violência, tolerância e justiça. O dever de lidar com os problemas dos países em situações pós-conflito pode ser facilitada pela presença do desporto que tem a capacidade de unir as pessoas. Como parte dos seus esforços para permitir que as organizações desportivas a desempenhar plenamente o seu papel para a paz e o desenvolvimento, a UNESCO tem apoiado várias iniciativas.”¹⁰⁶

A disciplinarização e a normalização biopolítica dos sujeitos, a difusão de saberes, a construção de identidades particulares e coletivas, a manutenção de relações de poder e dominação, a gestão do trinômio pobreza-violência criminalidade, são alguns dos objetivos desses novos espaços de controle em que se consubstanciam as práticas pedagógico-desportivas. Com o desemprego estrutural que tem retirado da educação formal e suas instituições, inclusive as de nível superior, a certeza da empregabilidade,

¹⁰⁶ Disponível em: <http://portal.unesco.org/shs/fr/ev.php-URL_ID=9536&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em 27 de janeiro de 2009.

de um ‘futuro melhor’, tem-se experimentado um progressivo processo de descaso e descrédito acerca do papel da educação formal. O sistema escolar parece passar por uma crise quanto ao seu poder de disciplinar. Por outro lado, os projetos desportivos parecem estar em franca ascensão de relevância social. As reportagens sempre os apresentam como ‘ilhas’ de cidadania, como espaços de transformação e ascensão social, como lugares de pessoas alegres, vitoriosas e disciplinadas. Professores minimamente estimulados e com forte cunho idealista; investimento público-privado; foco midiático no esporte como meio educativo; alunos que se sujeitam espontaneamente, são alguns dos diferenciais desse espaço educacional não-formal (VILAÇA, 2008a).

Os jovens têm sido educados para serem sujeitos-cidadão, mas não são ensinados ou estimulados a serem sujeitos-resistentes. A resistência, que é, ao mesmo tempo, uma dimensão da noção de cidadão, mas que também a ultrapassa, parece ter sido esquecida pelos grandes meios de comunicação de valores e pelas práticas pedagógicas que eles privilegiam. Assim, a formação humano-política da juventude brasileira empobrecida tornou-se, conforme o recorte feito, predominantemente uma preparação para se adequar à ordem dita democrática, na qual só há lugar para os assim chamados cidadãos de bem, leia-se, os bem comportados.

3.2 – Pelo exercício da crítica e do poder de resistência como manifestação da liberdade: uma pedagogia da resistência

*“A minha alma tá armada
E apontada para a cara
Do sossego
Pois paz sem voz
Pois paz sem voz
Não é paz é medo*

*Às vezes eu falo com a vida
Às vezes é ela quem diz
Qual a paz que eu não quero
Conservar
Para tentar ser feliz*

*[...] é pela paz
Que eu não quero
Seguir admitindo”.*

(Minha alma, O Rappa)

No início deste penúltimo tópico, no qual se objetiva propor o embrião de uma pedagogia, usar-se-á, a título de esclarecimento e rebaixamento de pretensões, uma ressalva feita por Foucault na primeira aula do curso de 1978 [11 de janeiro]. A força do

que será tido a seguir deve ser entendida como a de um *imperativo condicional* do gênero “se você quiser lutar, eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e alguns bloqueios” (2008b). Dito de outro modo, as palavras que se seguirão devem ser compreendidas menos como imperativos do que como indicadores táticos.

Naquela conversa entre Chomsky e Foucault, havia ao menos um ponto de concordância entre eles: as sociedades atuais não permitem que os sujeitos se desenvolvam criativamente. A noção de sujeito-cidadão reduziu o sujeito de poder a um cumpridor de normas e leis. A substituição no sujeito de poder pelo de direitos circunscreveu o espectro de ação do sujeito no mundo com um código formado por regras fixas. Ainda que regras de convivência sejam necessárias, a constituição jurídico-legal do poder é uma forma intransitiva de regramento social. Curiosamente, ser um sujeito de direitos é algo compulsório. Assim, uma subjetividade já está prefixada, e é a de cidadão.

Essa propalada modalidade de cidadania simplificada se tornou uma atitude de adequação. Uma participação política enquanto contestação, como exercício de crítica e resistência criativa, de uma violência reordenadora, que faça surgir um novo estado de coisas, simplesmente tem sido excluída dos discursos. Ser cidadão não é mais entrar numa luta política em torno dos elementos que constituem uma forma de governo, empunhando armas estratégicas de poder, mas sim um estilo de vida politicamente correta. Diante desse quadro para o qual a prática pedagógico-desportiva contribui decisivamente, conforme foi mostrado, uma alternativa parece se impor para ao menos ser pensada: resgatar a capacidade de crítica e a liberdade de resistência. Falava-se de como a violência foi transformada em uma coisa criminosa. Deste modo, devia ser frontal e resolutamente combatida pelas forças de segurança pública e também por tecnologias de normalização, tal qual o é aquela prática.

Embora não se proponha que seja instaurada uma lógica de violência de todos contra todos, parece oportuno que seja resgatada a positividade de um campo de ação que tem sido criminalizado e deslegitimado. Mesmo sem certos acordos ideológicos e sem um consenso de base acerca do que seja uma sociedade melhor e mais justa, mesmo diante da derrocada de antigas utopias e do descrédito de antigos arautos da revolução, ou, quem sabe, sobretudo por estes motivos, a positividade-criativa da ação humana, ainda que com o uso circunstancial da violência, ou seja, expressa também por ações que não respeitem a lei ou a ordem como manifestação da crítica e da liberdade de

resistência, tem de ser estimulada. A idéia de que pela revolução se alcançaria algo como uma sociedade justa já foi empiricamente contrariada. Ao contrário de buscar exumar programas de conjunto, o que se excogita aqui é algo menos pretensioso. Pensando na inovadora análise foucaultiana sobre a *Aufklärung*, sobre o texto kantiano intitulado *O que é o Esclarecimento?*, a proposta é uma ontologia histórica de nós mesmos que rejeita quaisquer projetos globais ou radicais (FOUCAULT, 2006c). Associado a Foucault, visa-se às pequenas, parciais, localizadas, mas contundentes transformações históricas na forma de ser e pensar dos sujeitos. Numa ontologia crítica de nós mesmos, o ponto-chave é a compreensão dos limites que podem ser transpostos através de um trabalho sobre nós mesmos como seres de liberdade.

Não é nome de uma sociedade futura, mas sim contra a que se tem, caso se entenda que não é deste modo que se quer ser governado. Isso não se dará, é óbvio, por uma via estritamente institucional, jurídico-legal, pelas vias da paz civil. A violência é, portanto, neste preciso sentido da reordenação da realidade, algo positivo. Ela é potencialmente instituinte de uma nova ordem, não uma ordem geral, um novo sistema, mas um novo tempo no jogo do poder, que deve, como se viu amplamente, resguardar as possibilidades de resistência e contra-ofensiva, senão, tornar-se-á tal e qual ou ainda pior do que aquilo ao que se quer contrapor.

Essa visão também pode ser depreendida da análise genealógica do poder abordada, também encontra pontos de contato com o que Foucault chama de *análises histórico-críticas*. Na realidade, elas são contíguas, haja vista Foucault afirmar que as pesquisas histórico-críticas têm de responder às questões de como nos constituímos como sujeitos de saber e como sujeitos que exercem e sofrem as relações de poder. Mas há um terceiro grupo de questões que aparecem agora, e que não estavam, ao menos explicitamente, em primeiro plano anteriormente, qual seja, as questões ligadas ao terceiro eixo que forma aquelas pesquisas: a ética. Para Foucault, aquelas pesquisas também têm de responder à questão de como nos constituímos como sujeitos morais de nossas ações. Um conjunto de práticas, discursos e relações nos levaram a ser o que somos, e é justamente através de novas modalidades desses mesmos elementos que a inovação, que a ultrapassagem fortuita se dará. O fim é imprevisível, mas a operação dos mecanismos que são suas condições de possibilidade, não. Há certas generalidades sobre as quais a ultrapassagem de nós mesmos será efetuada. Afinal, que ultrapassagem seria possível caso não se tivesse um sistema de regras vigente e articulado à produção de saberes, poderes e modos de ser neste mundo? A tarefa é propriamente a de reativar

os procedimentos da problematização que parecem arrefecidos em meio ao instituído ou às generalidades, para, assim, por em suspeição as figuras históricas que definiram certo campo ou domínio de objetos, regras de ação ideais e modos de relação consigo mesmas como ‘boas’.

Uma dessas generalidades com a qual se teria, atualmente, de lidar de modo problematizador é a noção de sujeito-cidadão. Ainda que com ela se tenha operado uma importante cesura na história da humanidade, a atual configuração desse ideal encerra os sujeitos numa camisa de força legal. Não é o caso de abandoná-la por completo, mas, como diz Foucault (idem), ousar ser diferente do que se é a partir do que se é no presente. Denominando isso de *atitude de modernidade*, a idéia é estabelecer um “[...] jogo da liberdade com o real para sua transfiguração [...]” (idem, p. 344). Nessa atitude de modernidade, o sujeito deve jogar com seu corpo, seu comportamento, seus sentimentos e paixões, com sua existência, como se fosse uma *obra de arte*, uma estética da existência. O investimento na própria vida seria fazer dela uma obra de arte.

Não está claro, evidentemente, o que decorreria de tais críticas e propostas que ora são feitas. Mas não é necessariamente isto que está em jogo, posto que se supusesse a existência de um poder de previsão, qualquer proposta de mudança estaria fadada ao fracasso. O que está, ao contrário, em jogo é a (re)invenção da vida, e não sua mera reprodução. Essa reinvenção pressupõe uma auto-análise, uma compreensão daquilo que se tem sido para que se possa excogitar um novo modo de ser.

Não se busca um novo centro no qual se tenha uma segurança maior do que a pouca que se imagina ter atualmente. Como Foucault ressalta, “a crítica é certamente a análise dos limites e a reflexão sobre eles.” (ibidem, p. 347). Assim, uma atitude crítico-resistente, talvez equivocadamente intitulada de pedagogia da resistência, não deve apostar em novos universais, no necessário ou obrigatório, mas sim com o campo de ultrapassagens possíveis em relação aos universais existentes.

Ainda através de afirmações negativas, não se busca uma fuga da lógica das relações de poder. Dito de outro modo, o exercício da capacidade de crítica e da liberdade de resistência não almeja se tornar uma coisa *supra relações de poder*, mas sim *supra poder jurídico-legal*. É contra a fixidez que tal noção de poder opera que se deve lutar, caso a leitura do tempo presente realizada é válida. Conforme anunciado no início dessa conclusão, o que se tem aqui são indicativos táticos, não novos modelos de conduta. Assim como se procurou durante toda a dissertação-ensaio encontrar certas pistas para a compreensão de nós mesmos, da formação humano-política atual e do

papel das práticas pedagógico-desportivas nesse processo complexo de subjetivação, o que se procura aqui é propor algumas linhas de força que comporiam uma pedagogia da resistência contra a obediência. Abaixo, descreve-se sumariamente o que se propõe:

Pedagogia da resistência: (1) mostrar que as coisas não estão dadas *a priori*, mas são acontecimentos, coisas construídas, portanto, mutáveis; (2) diretamente relacionado ao anterior, que não existe valor em si, *a priori*, de qualquer campo de ação, quer dos instituídos, quer dos que querem resistir ou subvertê-los; (3) por último, ligado aos anteriores, e talvez mais importante, a clareza da idéia de que toda ação de resistência ou subversão é sempre potencialmente transformadora, mas que, no limite, tornar-se-á conservadora. Ou seja, a materialidade de um campo de ação de resistência está diretamente ligada à existência de um campo contrário, o campo do estabelecido, ordenado ou instituído, o que configura um campo de lutas. Conclusão: nem o campo de ação instituído nem o campo de ação da resistência é bom ou ruim em si, mas seu valor de fato está delimitado pelo contexto de sua atuação.

3.3 – Apontamentos futuros

A pesquisa que foi desenvolvida é somente um primeiro passo de uma investigação maior que pretende continuar a tematizar as práticas pedagógico-desportivas no âmbito das técnicas de governo político dos homens hodiernas. De fato foi estabelecido um importante marco inicial, haja vista que fora analisado aquilo que chega a milhares de pessoas como sendo o papel social ‘oficial’ dos esportes na contemporaneidade. Por isso mesmo, esses discursos merecem ser analisados e considerados como formuladores da realidade daquela prática.

Contudo, em virtude de ser uma prática que envolve um sem-número de sujeitos, professores, alunos, pais, representantes da comunidade etc., cabe ouvir outros discursos e compará-los ao que se viu acima para que se possa dizer se toda a eficácia propagada pela mídia encontra ressonância nos discursos de outros atores sociais. Ou seja, mais sujeitos têm de entrar no jogo discursivo de verdade sobre aquela prática.

Além disso, há a intenção de colocar face a face duas questões que são contemporâneas e que formam uma relação que pode ser extremamente rica, mas que só fora abordada de passagem nessa dissertação-ensaio: *a crise disciplinar da escola* e *a eficácia disciplinar dos projetos sociais desportivo*. Será que uma ensejou a outra ou

cada uma pode ser compreendida separadamente? Se existe uma crise disciplinar da escola, em que ele consiste e o que ela representa? Se há uma relação desta crise com o surgimento dos projetos sociais desportivos, quais elementos foram fundamentais para que tal estratégia surgisse?

Primeiramente, cabe afirmar que essas questões não serão trabalhadas como se as práticas pedagógico-desportivas viessem substituir a escola, mas cumpre analisar como cada uma contribui para a formação da juventude empobrecida. Em segundo lugar, como a perspectiva foucaultiana não pressupõem necessariamente superações de modelos de governo, mas sim a rede que eles formam, será que a escola representaria um modelo de gestão humana diverso daquele que aquelas práticas representam? Estaríamos diante de técnicas de governo dos homens associadas a modelos diferentes, mas complementares?

O modo de estudar essas e outras questões a elas associadas seria o de um estudo de campo que tomaria certos sujeitos que são assistidos, ao mesmo tempo, por dada escola e por dado projeto social. Em princípio, como existem vários projetos localizados em comunidades carentes e que estão ao lado de escolas, os sujeitos do estudo seriam de uma mesma comunidade. Ou seja, a idéia é analisar como um certo número de sujeitos se relacionam com esses dois espaços, investigar se houve alguma diferença no comportamento deles após o seu ingresso na prática do esporte, quais são elas, como eles mesmos perceberam e como outras pessoas identificaram-nas, enfim, pôr à prova tudo aquilo que foi constatado acima.

Uma temática que também permanecerá é a da violência. Como algumas idéias relativamente complexas só foram apresentadas rapidamente, tais como a da diferença entre violência positiva e violência negativa e da pedagogia da resistência, elas precisam ser desenvolvidas, o que seria feito nesse segundo momento da pesquisa. Tem-se o intuito de abordar a violência desde o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa, a fim de captar qual(is) o(s) sentido(s) que eles mesmos emitem acerca desse fenômeno social, para, posteriormente, problematizá-lo(s). Tomando aquelas propostas como parâmetro, haveria a possibilidade de formular um grupo de debates sobre violência.

Um terceiro ponto que seria um desmembramento das discussões aqui realizadas é pôr em questão algumas das formulações foucaultianas acerca do poder e da relação entre poder e ética. Como foi visto, mas não foi analisado, Foucault sofre uma série de críticas ao seu modo de conceber a política, o poder, a liberdade entre outras de suas concepções. Caberia, então, considerá-las, pondo o pensamento foucaultiano sob

dúvida, o que o pensador certamente aceitaria gratamente. Esse seria um dos fundamentos da próxima fase da pesquisa, o que, devido aos limites de uma dissertação, não foi possível fazer.

A futura etapa da pesquisa será, deste modo, composta de três partes principais: submeter o pensamento foucaultiano à análise crítica a partir de alguns autores que desenvolveram objeções às suas perspectivas; ir a campo para incrementar o jogo discursivo e analisar de modo mais complexo as relações de poder-saber envolvidas na prática pedagógico-desportiva; e comparar o ambiente escolar ao ambiente pedagógico-desportivo, de tal modo que se possa investigar como esses dois espaços se relacionam na contemporaneidade e como contribuem para a formação humano-política da juventude. Em suma, ainda há muitos elementos carentes de uma análise mais ampla e detalhada, o que será realizado num doutorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2):105-110, outubro, 1995, 105-110. ISSN 0103-2070.

ASSIS, Sávio. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

AZEVEDO, Francisco Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre sistema de mídia e sistema político. **Opinião pública**, Campinas, v. 12, n. 1, abr./maio, 2006, p. 88-113. ISSN 0104-6276.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/Form/Ação**, 2008, vol.31, n.1, p.87-103. ISSN 0101-3173.

_____. Verdade e diferença no pensamento de Michel Foucault. **Kriterion**, Jun./2007, vol.48, no.115, p.203-217. ISSN 0100-512X.

CANGUILHEM, Georges. **Le normal et le pathologique**. 10^e édition. Paris: Quadrige, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**; tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Rev. Bras. Educ.**, Abr., vol.11, n.31, 2006, p.7-18. ISSN 1413-2478

CHOULIARAKI, Lilie. Media discourse and the public sphere. **DELTA**, São Paulo, vol.21, n.spe, 2005, p.45-71. ISSN 0102-4450.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Mídia e produção de modos de existência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 17, n. 1, jan/abr., 2001, p. 001-004. ISSN 0102-3772.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia de ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

COUTINHO, Rubens Figueiredo Ciro. A eleição de 2002. **Opinião pública**, Campinas, v. IX, n. 2, outubro, 2003, p. 93-117. ISSN 0104-6276.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. Michel Foucault. In. DELEZU, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. São Paulo: Ed. 34. 1992, p.105-150.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador I: uma história dos costumes**; tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador II: formação do Estado e civilização**; tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Ed. Difel, 1992.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, 2001, p.197-223. ISSN 0100-1574.

_____. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, jan./jun., 2002, p.151-162, ISSN 1517-9702.

FONSECA, Márcio Alves da. As imagens do direito em Michel Foucault. In. CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra**. Campos, RJ: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 169-186.

_____. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)**; tradução Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. **A ordem do discurso**; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006b.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**; tradução Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais; supervisão Léa Porto de Abreu Novaes...et. al. 3ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005a.

_____. Da natureza humana: justiça contra poder. In. MOTTA, Manoel Barros da (organização e seleção de textos) e RIBEIRO, tradução Vera Lucia Avellar. **Estratégias, poder-saber: ditos & escritos IV**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, p. 87-132.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**; tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. Genealogia e poder. In. MACHADO, Roberto (org. e trad.). **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

_____. **História da sexualidade I: vontade de saber**; tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

_____. **Nacimiento de la biopolítica: curso en el Collège de France (1978-1979)**; traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2008a.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In. MACHADO, Roberto (org. e trad.). **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007b, p. 15-38.

_____. O que são as luzes? In. In. MOTTA, Manoel Barros da (organização e seleção de textos), tradução Elisa Monteiro. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento: ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d, p. 335-351.

_____. O nascimento da medicina social. In. MACHADO, Roberto (org. e trad.). **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007c, p. 79-98.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Post-scriptum. El sujeto y el poder. In. DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2001, p. 241-259.

_____. Sobre a história da sexualidade. In. MACHADO, Roberto (org. e trad.). **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007d, p. 243-276.

_____. **Segurança, território e população: curso no Collège de France (1977-1978)**; tradução. São Paulo: Martins Fontes: 2008b.

_____. Verdade e poder. In. MACHADO, Roberto (org. e trad.). **Microfísica do poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007e, p. 1-14.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução Raquel Ramalheite. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRAGA, Alex Branco. **Exercício da informação: governo dos corpos no mercado da vida ativa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

GIACÓIA JÚNIOR, Oswaldo. O conceito do direito e a ontologia do presente. In. CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra**. Campos, RJ: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p. 187-205.

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**; tradução Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan – ICC, 2006.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação na corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HABERMAS, Jürgen. El vínculo interno entre Estado de derecho y democracia. In. HABERMAS, J. **La inclusión del outro**. Barcelona, 1999, p. 247-258.

_____. Aporias de uma teoria do poder. In. **Discurso filosófico da modernidade: 12 lições**; tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 373-410.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**; tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2008.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**; tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**; João Baptista Machado. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LEAL, Maria Christina Diniz. O discurso jornalístico sobre privatizações e protestos nas ruas. **DELTA**, v. 21, ed. especial, 2005, p. 73-92. ISSN 0102-4450.

LEITE LOPES, José Sérgio. Esporte, Emoção e Conflito Social. **Mana: estudos de antropologia social**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 141-166, 1995.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ª ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?**; tradução Marcelo Pimenta Marques. São Paulo: Loyola, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **A violência totalitária: ensaio de antropologia política**; tradução Nathanael C. Gomes. Porto Alegre: Sulina, 2001.

MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 83-103, outubro de 1995, p. 83-104. ISSN 0103-2070.

MARCONDES, Danilo. A filosofia política do liberalismo e a tradição iluminista. In. MARCONDES, Danilo. **Iniciação a história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 9 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, pp. 196-206.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Opinião pública**, Campinas, v. X, n. 1, maio, 2004, p. 91-111. ISSN 0104-6276.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua nova**. São Paulo, n. 55-56, 2002, p. 155-184. ISSN 0102-6445.

MISSE, Michel. **Dizer a violência**. *Rev. katálysis* [online], vol. 11, n. 2, 2008, pp. 165-166. ISSN 1414-4980.

_____. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In. LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel (orgs.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006a.

_____. Crime e violência no Brasil contemporâneo. In. LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel (orgs.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b.

_____. Introdução. In. LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel (orgs.). **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006c.

NEGRI, Antonio. El monstruo político. Vida desnuda y potencia. In. RODRÍGUEZ, Fermín y GIORGI, Gabriel (compiladores). **Ensayos sobre biopolítica. Excesos de vida**. Buenos Aires: Paidós, 2007, p. 93-140.

PIRES, Giovani De Lorenzi. **Educação física e o discurso midiático: uma abordagem crítico-emancipatória**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e práticas. In. PORTOCARRERO, Vera (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 43-66.

_____. Normalização e invenção: um uso do pensamento de Michel Foucault. In. CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra**. Campos, RJ: Editora da Faculdade da Direito de Campos, 2004, p. 133-168.

RABINOW, Paul. Política da verdade: Paul Rabinow entrevista Michel Foucault. In. BIEHL, João Guilherme (org. e trad.). **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999a, p. 17-26.

_____. Sujeito e governamentalidade: elementos do trabalho de Michel Foucault. . In. BIEHL, João Guilherme (org. e trad.). **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999b, p. 27-53.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**; tradução Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2ª ed. São Paulo, 2002.

RESENDE, Haroldo de. A prisão segundo Foucault. In. CALOMENI, Tereza Cristina Barreto (org.). **Michel Foucault: entre o murmúrio e a palavra**. Campos, RJ: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2004, p.79-100.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de *Vigiar e punir* ao pensamento da atualidade. In. KOHAN, Walter Omar e GONDRA, José. **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. **A democracia**. 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo**; tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**; tradução João Roberto Martins Filhos [*et. al.*] 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

VILAÇA, Murilo Mariano. Capital Social, esporte e juventude: por uma cidadania cordata, pela ordem liberal e contra a violência. In: II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2008, Rio de Janeiro. **Anais CD-ROM**, 2008a. ISBN: 9788588769243.

_____. Estado de direito contra o poder: crítica à institucionalização jurídica do poder no Estado liberal. In: I Seminário Nacional de Pós-graduandos em História das Instituições, 2008, Rio de Janeiro. **Anais CD-ROM**, 2008b. ISBN: 9788560979035.

_____. Filosofia, violência e esportes entre estratégias, práticas e modelos de governo: um diálogo entre Rawls e Foucault. In: IV Colóquio franco-brasileiro de

filosofia da educação, 2008, Rio de Janeiro. **Anais CD-ROM**, 2008c. ISBN: 9788589239578.

_____. Governamentalidade liberal: gerindo a população através da privatização da violência. In: I Colóquio Nacional Michel Foucault: Educação, Filosofia, História - Transversais, 2008, Uberlândia. **Anais CD-ROM**, 2008d.

_____. Governamentalidade, violência e esportes. In: I Colóquio Nacional Michel Foucault: Educação, Filosofia, História - Transversais, 2008, Uberlândia. **Anais CD-ROM**, 2008e. ISBN: 9788570781789.

_____. Liberalismo, governo e violência: as bases liberais do binômio violência-criminalidade. In: II Semana de Integração Acadêmica do CFCH - UFRJ, 2008, Rio de Janeiro. **Anais CD-ROM**, 2008f.

_____. Para pensar a relação entre história e poder genealógicamente. In: Seminário de Pesquisa de Pós-graduação em História da UFRJ, 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008g. Disponível em: <http://www.dialogoseaproximacoes.kit.net/>.

_____. Sujeito de direito versus sujeitos de poder. Ensaio de filosofia política. In: II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2008, Rio de Janeiro. **Anais CD-ROM**, 2008h. ISBN: 9788588769243.

VOIROL, Olivier. Crítica genealógica y crítica normativa. In. CUSSET, Yves y HABER Stéphane (compiladores). **Habermas y Foucault. Trayectorias cruzadas, confrontaciones críticas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.

ANEXO 1
(Discursos midiáticos televisivos)

REPORTAGEM 1 (R1)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/05/2006	RJ TV – 2ª edição (jornalístico/informação)	19h 05 min. – 19h 20min. (segunda-feira a sábado)	Visita de Matheus Inocêncio (recordista brasileiro dos 110m com barreiras) ao Espaço Criança Esperança (morro do Cantagalo) – promoção do Troféu Brasil de Atletismo	2' 14''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- Vida em jogo: o valor <i>determinação</i></p> <p>(“a importância de estipular uma meta na vida, ter a determinação de estar treinando, sempre procurar fazer o melhor de você, para, amanhã, você ser alguém na vida, conquistar algo que você mais almeja na vida”. Discurso do atleta Matheus Inocêncio).</p> <p>- Vida em jogo. Esporte como ascensão social</p> <p>(“trabalhei quando era criança, comecei a trabalhar com oito anos na lavoura, então,</p>			

	<p><i>assim, a minha infância não foi tão fácil, foi um pouco mais dura, né, fui ter as coisas com dezoito anos em diante”. Idem);</i></p> <p><i>“(…) tudo que eu tenho, tudo que eu sei veio por aqui [esporte], isso [a presença dele] pode ser uma força a mais [para as crianças do projeto]”. Ibidem).</i></p>
Observações:	<p>Além de a reportagem ter sido feita em um projeto assistido pela verba angariada através de um programa promovido pela emissora (Criança Esperança), ela foi veiculada às vésperas do torneio que a mesma rede de televisão transmitiria, na qual o atleta em questão disputaria uma final, denotando seu caráter também propagandístico, de <i>marketing</i> da própria emissora.</p>

REPORTAGEM 2 (R2)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
03/06/2006	Esporte Espetacular (jornalístico-esportivo/informação)	10h 55 min. – 12h 30 min. (domingos)	Projeto social de boxe (Pará) Gestor: Nelson dos Anjos	9'
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- Vida em jogo: a rua vista como um problema, um risco à vida das crianças e adolescentes [um problema que pode ser corrigido pela prática de esportes: ‘mente vazia’ e tempo livre preenchidos com esporte]</p> <p><i>(“chega daqui do treino, vai embora dormir. Em vez de procurar a rua, procura a cama para dormir”).</i> Discurso do gestor).</p> <p>- Vida em jogo: aspecto disciplinar - uma regra do projeto é estudar (‘ir bem na escola’) para se manter no projeto</p> <p><i>(“tem que estudar. Se não estiver bem na escola, não treina”).</i> Discurso de um aluno).</p>			

	<p>- O professor/mestre-exemplo de vida</p> <p><i>(“tenho orgulho de dizer que o professor é meu pai”</i>. Discurso do aluno).</p> <p>- A vida em jogo: o esporte redentor</p> <p><i>(“eu aprontada, eu brigada, fazia onda na rua...depois que eu conheci o boxe, depois que eu comecei, graças a Deus eu mudei”</i>. Discurso de um aluno do projeto);</p> <p><i>(“quando eu comecei no esporte, eu tinha um objetivo: era mudar minha história, mudar minha vida”</i>. Discurso de Acelino ‘popó’ Freitas).</p>			
<p>Observações:</p>	<p>É usada a trilha sonora do filme “Rocky, um lutador” [de Sylvester Stalone], o que dá um tom de dramaticidade à reportagem. A reportagem apela fortemente para o que pode ser chamado de ‘lado emocional’, tanto na trilha sonora, quanto no enfoque no sofrimento do gestor do projeto. A reportagem chega a conduzi-lo e focalizá-lo em um momento de choro copioso. Outro dado que corrobora essa estratégia está no fato da visita inesperada feita pelo ex-campeão de boxe Acelino Freitas, o Popó, ao projeto, o que, novamente, leva o gestor do projeto às lágrimas. Popó também é levado, ao ser instado a relembrar sua origem difícil, às lágrimas, mais uma confirmação o teor emocional dado à reportagem;</p> <p>A reportagem destaca um aluno que já competiu e conquistou medalhas.</p>			
REPORTAGEM 3 (R3)				
Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
16/10/2006	Jornal Nacional (jornalístico/informação)	20h 15min. – 20h 55 min. (segunda-feira a sábado)	Ginástica rítmica – atividade complementar (extra-aula) em uma Escola Pública da Zona Oeste do RJ Professora Vera	1’ 54’’
<p>Idéias-força (passagens transcritas)</p>	<p>- A vida em jogo: ensinar/aprender a viver/determinação</p> <p><i>(“o poder do esporte num esforço imenso para transformar crianças em vencedores, não só no esporte”</i>. Discurso do repórter);</p> <p><i>(“ensina a gente a viver, muitas vezes a gente chega aqui mal, com problemas familiares, assim, e acaba se entendendo, aprendendo...não só fazer simplesmente o esporte, mas eu</i></p>			

	<p><i>acho que nos ensina a viver também</i>”. Discurso de uma aluna);</p> <p>(“<i>determinação que é aplicada não só no ginásio</i>”. Discurso do repórter);</p> <p>(“<i>quando você prova que a pessoa é capaz de fazer a ginástica, ele se sente capaz de fazer tudo, ela passa a enfrentar a vida com cabeça em pé: eu sou capaz!</i> Discurso da professora do projeto).</p> <p>- Vida em jogo: a rua como um problema, um risco à vida das crianças e adolescentes</p> <p>(“<i>o objetivo [do projeto]: é manter as crianças por mais tempo na escola</i>”. Discurso do repórter).</p> <p>- Vida em jogo: contribuições do esporte – disciplina, saúde, força, coragem, determinação</p> <p>(“<i>o esporte traz disciplina, saúde, mas também traz força, coragem</i>”. Discurso do repórter).</p> <p>- O professor/mestre-exemplo de vida</p> <p>(“<i>talvez, por isso [relacionado ao discurso da professora do projeto citado acima], tendo a professora como exemplo, algumas [alunas] já estejam na universidade, e a maioria quer ser professora de educação física, como Vera</i>”. Idem).</p>
Observações:	<p>O projeto só assiste meninas.</p> <p>Novamente, cabe ressaltar o teor sentimentalista da reportagem. À semelhança de outras reportagens, a professora do projeto chega às lágrimas ao falar do seu trabalho e esforço, bem como da recompensa.</p>

REPORTAGEM 4 (R4)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
02/11/2006	RJ TV – 1ª edição (jornalístico/informação)	12h – 12h 45min. (segunda-feira a sábado)	Projeto social de Badminton (Vila operária, Duque de Caxias, RJ) Professor Claudio	1' 50''

			Oliveira Santos	
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: o esporte redentor/ A rua como um problema, um risco à vida das crianças e adolescentes</p> <p>(“<i>agora, com o esporte, eu brinco muito aqui, fico mais tempo aqui do que fico na rua</i>”). Discurso de um aluno).</p>			
Observações:	Sem observações.			

REPORTAGEM 5 (R5)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/11/2006	Globo comunidade (reportagens temáticas/informação)	7h – 8h (domingos)	Projeto social ONG “Vitória além do placar” – Hóquei na grama (Parque da cidade, Rocinha, RJ)	5’ 20’’
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- Vida em jogo. Contribuições do esporte: determinação e saber estabelecer objetivos</p> <p>(“<i>é um esporte pouco conhecido, mas o suficiente para despertar nessas meninas o desejo de vencer. Vitória que não se limita às quadras, mas vai muito além do placar</i>”). Discurso da repórter).</p> <p>- Vida em jogo: aspecto disciplinar – uma regra do projeto é estudar (‘ir bem na escola’) para se manter no projeto</p> <p>(“<i>mas para estarem aqui [no projeto], elas [as meninas assistidas pelo projeto] precisam estar na escola, e mais, tirar boas notas. O rendimento escolar das atletas é acompanhado pela ONG, que mantém contato com as escolas onde elas estudam</i>”). Discurso da repórter).</p> <p>- A vida em jogo: formar as mães de amanhã</p> <p>(“[questionado sobre o porquê de assistir apenas meninas no projeto, o representante da ONG dá dois motivos] <i>em segundo lugar, e o mais importante, é que a gente acredita que a gente vai estar formando as mães de amanhã</i>”). Discurso do professor Leonardo Lemos, representante da ONG).</p> <p>- Vida em jogo: contribuições do esporte [valores]: aprender a competir, determinação,</p>			

estabelecimento de objetivos, ensinar a viver

(“[ao ser questionado acerca de quais valores se busca passar para as alunas] *ah, muitos, né, todos os valores que o esporte tem a ensinar. Desde você aprender a competir, aprender a ganhar e perder, saber que a vida é feita de vitórias e derrotas; você saber estabelecer objetivos, ter a consciência de que para poder chegar em algum lugar você tem que ter um objetivo, e que não basta você ter objetivo, você tem de correr atrás para realizar este objetivo, alcançar o seu sonho. Acho que o esporte trás, de uma forma bastante segura, algumas lições e experiências que elas vão poder colocar em prática vivendo o dia-a-dia delas fora das quadras, porque tudo que acontece num jogo de basquete ou num jogo de hóquei, acontece em nossas vidas, você ganha, você perde, tem uma autoridade, que é o árbitro, você tem de respeitar, você tem companheiros de equipe, você tem adversários, pessoas que estão querendo te ajudar, pessoas que estão querendo te atrapalhar, e tudo isso acontece no mundo aí fora, e acontece dentro de quadra também. Então elas aprendem...a gente entende que é um treinamento para a vida. Realmente o esporte treina a pessoa para a vida*”. Discurso do professor Leonardo Lemos, representante da ONG);

(“*o desafio dessas meninas não é só fazer um gol, aqui, elas precisam de raciocínio rápido, agilidade, concentração e, mais do que isso, espírito de equipe e respeitar as adversárias, valores transmitidos pelo professor Leonardo Lemos. Em cada jogada, em cada gol, ele mostra a importância de competir, de cooperar, de ter confiança em si mesmo*”. Discurso da repórter);

(“*ele [o professor] ajuda a gente a ganhar os jogos ou então ensina alguns valores da vida, para a vida toda*”. Discurso de uma aluna);

(“*graças ao esporte, é possível mudar o futuro*”. Discurso da repórter).

- A vida em jogo: educação e a entrada na universidade

(“*nosso objetivo maior é acompanhar elas até elas concluírem o ensino médio e, depois, incentivar essas meninas a fazerem uma universidade, fazerem um curso superior. Quando a gente percebe, como a gente agora teve os três primeiros casos de meninas que cumpriram o ciclo, que entraram aqui [no projeto] com treze anos, agora estão completando dezoito anos, estão na universidade, estão trabalhando, estão bem encaminhadas, é muito gratificante. É tudo mérito delas, elas conquistaram tudo, a gente só abre o esporte. Mas é*

	<p><i> muito bom você perceber que o fato de você ter dado a primeira oportunidade ajudou a pessoa, a menina, a transformar a vida dela”</i>. Discurso do professor Leonardo Lemos, representante da ONG);</p> <p><i> (“o projeto é um projeto de voluntários [...], e realmente...quero muito que elas consigam chegar à universidade. Que elas imaginem que o esforço delas valeu muito a pena para elas”</i>. Discurso do professor Leonardo Lemos, representante da ONG).</p> <p>- Vida em jogo: o aspecto disciplinar</p> <p><i> (“o dia-a-dia é muito legal, isso não quer dizer que a gente não brigue, isso não quer dizer que a gente não dê bronca, isso não quer dizer que a gente não cobre, isso não quer dizer que...a vida tem de acontecer, realmente, acho que é assim que tem que ser”</i>. Discurso do professor Leonardo Lemos, representante da ONG).</p> <p>- O professor/mestre-exemplo de vida</p> <p><i> (“para essas meninas, Leonardo não é apenas professor, é alguém que ocupa um lugar especial na vida delas”</i>. Discurso da repórter);</p> <p><i> (“ele também é um amigo, assim...nos momentos difíceis, sabe, ele ajuda. Uma coisa que ele me ensinou sempre: ter espírito de jogo, saber perder e ganhar. Ele é muito legal, muito amigo</i>. Discurso de uma aluna).</p>
Observações:	O projeto só assiste meninas.

REPORTAGEM 6 (R6)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/11/2006	Fantástico (variedades – informação/entretenimento)	20h 45min. – 23h 10min. (domingos)	Projeto social de Badminton (Favela da chacrinha, Jacarepaguá, RJ) Gestor: Sebastião de Oliveira	8’ 12’’
Idéias-força (passagens transcritas)	Sem idéias relevantes.			

Observações:	<p>A repórter faz um resgate da história do esporte;</p> <p>A reportagem destaca alunos que já competiram e conquistaram medalhas;</p> <p>A reportagem tem dois focos: a construção de um complexo desportivo e a deficiência de uma atleta, revelando, mais uma vez, o apelo à emoção.</p>
---------------------	---

REPORTAGEM 7 (R7)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/11/2006	Fantástico (variedades informação/entretenimento)	20h 45min. – 23h 10min. (domingos)	Adolescentes na prática de esportes variados – variados torneios (vários projetos sociais) Professor Ormandino Barcelos Professor Paulo Sérgio	6' 49''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: ou a vida como um jogo</p> <p>(“vai ser um campeão não só nas pistas, mas quero ver você um campeão na vida”. Discurso do atleta Claudinei Quirino na entrega da medalha a um jovem atleta).</p> <p>- A vida em jogo: esporte e educação</p> <p>(“o atletismo me motiva mais a querer estudar”. Discurso de um jovem atleta).</p> <p>- A vida em jogo: a rua como um problema, um risco à vida das crianças e adolescentes</p> <p>(“na Escola Municipal Silveira Sampaio, no bairro de Curicica, no Rio de Janeiro, Bárbara [uma atleta que havia conquistado uma vitória em um torneio internacional] pisava o primeiro dos muitos degraus que a levariam ao pódio: o projeto social do professor Paulo Sérgio tirava mais uma criança da rua através do esporte”. Discurso do repórter).</p>			
Observações:	<p>Já no início da reportagem, constata-se o apelo à emoção, haja vista a veiculação da imagem do professor chorando diante da vitória de um de seus alunos em um torneio. Outro fato que confirma este apelo é o foco em um drama familiar [separação dos pais] que uma atleta [Bárbara] passa. A emissora chega ao ponto de contactar o pai da menina, que nunca tinha</p>			

	<p>visto ela competir, levando-o a uma competição. Mais uma vez, há lágrimas. Obviamente, há uma trilha sonora especial para o momento;</p> <p>Um dos focos da reportagem foi a atleta Bárbara e sua “escalada de conquistas”.</p>
--	--

REPORTAGEM 8 (R8)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
24/12/2006	Esporte Espetacular (jornalístico-esportivo/informação)	10h 55 min. – 12h 30 min. (domingos)	Projeto social de Ginástica rítmica (Tijuca/RJ) Professora Andonia Constantin Stavracakis	7' 08''
Idéias-força (passagens transcritas)	- A vida em jogo: determinação para superar as dificuldades (das falas, não foi possível retirar algo de representativo além desse sentido geral).			
Observações:	A reportagem destaca a dificuldade vivida tanto pela professora, na infância, como das atletas. Chega ao ponto de relembrar a chegada da família ao Brasil, fugindo da guerra. Semelhante a outras reportagens, há um forte apelo à emoção, inclusive conduzindo alguns personagens, sobretudo a professora Andonia, às lágrimas. Trilha sonora adequada ao apelo também foi constatada.			

REPORTAGEM 9 (R9)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
25/11/2006	Globo Esporte (jornalístico-esportivo/informação)	12h 45min. – 13h 15min. (segunda-feira a sábado)	Projeto social – Atletismo recebe Maurren Maggie e Matheus Inocêncio (recordistas no salto em distância e 110m com barreiras, respectivamente)	1' 35''
Idéias-força (passagens)	- Vida em jogo: os valores que o esporte passa			

transcritas)	<i>(“pessoal não sabe o quanto é maravilhoso o esporte. Lembro até a primeira medalha que eu ganhei numa competição tinha até uma passagem escrita assim: é difícil o ser humano esquecer o que aprendeu nos livros escolares, mas nada, entretanto, o fará esquecer a honra e a moral conseguidas no esporte”).</i> Discurso do representante do projeto, Sr. Anísio).
Observações:	Sem observações.

REPORTAGEM 10 (R10)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
25/11/2006	Caldeirão do Huck: quadro “Agora ou nunca” (lazer-entretenimento)	14h 45 min. – 16h 32 min. (sábados)	Criança carente, que vendia bombom na rua, e que convidada para jogar basquete em um clube do RJ, participa de um quadro, concorrendo a um prêmio em dinheiro	1’ 7’’
Idéias-força (passagens transcritas)	- Vida em jogo: mudança de vida <i>(“sua sorte mudou, deixou a rua para se tornar atleta”).</i> Discurso do narrador da reportagem).			
Observações:	Sem observações.			

REPORTAGEM 11 (R11)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
26/11/2006	Fantástico (variedades – informação/entretenimento)	20h 45 min. – 23h 10min. (domingos)	Menina praticante de Karatê (Vila do João, RJ)	8’ 40’’
Idéias-força (passagens transcritas)	Não trata de alguma idéia explicitamente.			
Observações:	Na reportagem, há um breve resgate do histórico do karatê. Focaliza as dificuldades que a atleta passa, ligando a imagem do esporte à superação dos obstáculos da vida			

REPORTAGEM 12 (R12)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	Entrevista com atletas da seleção brasileira de Ginástica Olímpica	9'
Idéias-força (passagens transcritas)	Não trata de alguma idéia explicitamente.			
Observações:	Primeiro Globo Repórter do ano de 2007, o ano dos Jogos Pan-Americano do Rio; A reportagem destaca os sofrimentos, privações, a dedicação e a disciplina das atletas; Há também um forte apelo às emoções, com alguns momentos de lágrimas das atletas.			

Obs: reportagens 12 a 17: No ano do Pan, história de vencedores: como vivem os jovens que encontraram novo rumo através dos esportes.

REPORTAGEM 13 (R13)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	Projeto social <i>REAÇÃO</i> de judô, na Rocinha/RJ Gestor judoca Flávio Canto	5' 10''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: esporte como instrumento de transformação</p> <p>(“[Flávio Canto] <i>fez do judô uma luta pela transformação</i>”. Discurso do repórter);</p> <p>(“<i>a medalha olímpica [conquistada por Flávio nas olimpíadas de Atenas] ela fica muito pequena do lado disso tudo, não dá para você comparar...seria muito injustiça você comparar uma medalha olímpica com a transformação da vida de uma pessoa</i>”. Discurso do atleta Flávio Canto);</p> <p>(“<i>a principal transformação que Flávio Canto faz com essas crianças é simples: todas ganharam o direito a sonhar. A esperança e a auto-confiança passaram a movê-los</i>”. Discurso de João, um aluno do projeto).</p>			

	<p>- A vida em jogo: o investimento na vida através da educação</p> <p><i>(“a idéia de Flávio vai muito além do esporte [...]. Há aulas de reforço para quem não vai bem na escola, aulas de inglês);</i></p> <p><i>Quem mais se destaca, ganha bolsas de estudo em escolas particulares e universidades [particulares]”.</i> Discurso do repórter);</p> <p><i>(“lembrem-se: exame de faixa, todo mundo trazendo boletim”.</i> Discurso do atleta Flávio Canto);</p> <p><i>(“judô e escola, um complementa o outro”.</i> Discurso do repórter).</p> <p>- A vida em jogo: valores que o esporte ensina – perseverança, humildade, respeito ao próximo</p> <p><i>(“perseverança, humildade, respeito ao próximo”.</i> Discurso de João, um aluno do projeto).</p> <p>- O professor/mestre-exemplo de vida</p> <p><i>(“os professores de João, no projeto, são exemplos para ele. Começaram como alunos e hoje estão prestes a se formar em educação física”.</i> Discurso do repórter).</p>
Observações:	Sem observações.

REPORTAGEM 14 (R14)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	História de vida do maratonista Vanderlei Cordeiro de Lima	8' 52''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- Vida em jogo: a superação das dificuldades pelo esporte</p> <p><i>(“aqui [na cidade natal do atleta], Vanderlei escreveu uma história de sacrifício e glória”.</i> Discurso do repórter).</p>			
Observações:	A reportagem apresenta o atleta como um desacreditado que superou a descrença das pessoas e todas as dificuldades da vida pobre e, através do esporte, venceu na vida.			

REPORTAGEM 15 (R15)				
Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	A febre do vôlei em Bento Gonçalves/RS	6' 23''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: a alegria de viver <i>(“essa alegria toda vem do esporte, do convívio criado em torno da atividade física”.</i> Discurso do repórter);</p> <p><i>(“o vôlei é um conceito, um jeito de viver, é uma paixão”.</i> Discurso de um professor).</p> <p>- O professor/mestre-exemplo de vida <i>(“Clemente, técnico de vôlei, sonhador...pai”.</i> Discurso do repórter);</p> <p><i>(“as crianças carente, ela precisa ter um professor para ela...é tudo”.</i> Discurso do professor Clemente);</p> <p><i>(“é difícil você ser referência, porque você tem de ser forte, você ter de ter fé, você que ter virtudes, né”.</i> Discurso do professor Clemente).</p>			
Observações:	<p>A reportagem trabalha o vôlei como um instrumento integrador de uma cidade. Essa integração foi forjada através de alguns valores tidos como inerentes ao esporte: determinação, esperança, perseverança;</p> <p>O professor Clemente é citado, na reportagem, como <i>missionário do esporte</i>.</p>			

REPORTAGEM 16 (R16)				
Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	Jogos Escolares do interior do Amazonas (Tabatinga/AM)	8'

Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- Vida em jogo: o risco de uma vida criminosa</p> <p>(“a gente tem que mostrar para os jovens que aquela vida [no tráfico de drogas] não serve, tá certo, e que o esporte é um lado bom de você seguir”. Discurso de Jessé, treinador de atletismo para jovens carentes);</p> <p>(“pra mim, em vez de ela tá em outro canto, fazendo coisas que não devem, praticar esportes é muito bom”. Discurso da mãe de uma atleta).</p> <p>- Vida em jogo: esporte e educação</p> <p>(“meu sonho é fazer odontologia. Primeiro eu tô pelo esporte, porque eu acho gostoso, divertido, se eu conseguir por ele, vou ficar muito feliz”. Discurso de uma jovem praticante de atletismo chamada Silmara);</p> <p>(“Espero terminar meus estudos aqui em Manaus e fazer uma faculdade de educação física”. Discurso de um atleta chamado Alexandro).</p> <p>- Vida em jogo: mudança de vida/ascensão social</p> <p>(“Silmara poderá repetir o que já aconteceu com Alexandro, Luane e João Paulo. Todos aprenderam com Jessé, e foram selecionados para morar na vila olímpica de Manaus. Estudam e treinam. Alex, dezoito anos, ganha um salário mínimo, já é um atleta. O atletismo mudou a vida de um brasileiro”, Discurso do repórter).</p>
Observações:	<p>Tabatinga é citada, na reportagem, como uma área sob forte influência do tráfico de drogas, devido à proximidade das fronteiras da Colômbia e do Peru.</p>

REPORTAGEM 17 (R17)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
05/01/2007	Globo repórter (reportagem temática/informação)	22h – 23h (sextas-feiras)	Projeto social de Triatlon no Ceará	4' 47''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: a rua como um risco ligado às drogas</p> <p>(“eu tenho certeza que dessas crianças, pelo menos cinquenta por cento não estão nas</p>			

	<p><i>drogas, não estão nas ruas</i>”. Discurso de uma auxiliar do projeto).</p> <p>- A vida em jogo: mudança de vida</p> <p><i>(“você acha que o esporte ta mudando sua vida [pergunta o repórter à jovem Aldeíades, de dezesseis anos]? Ah, até demais, muito mesmo, sabe, assim, me fazendo crescer. Antigamente, eu não tinha objetivo na vida, sei lá, achava que a vida não tinha objetivo, aí, depois que eu entrei, tudo mudou, a vontade assim de crescer, de lutar, sabe, conquistar o mundo, conhecer o mundo, isso é muito bom, é maravilhoso mesmo</i>”. Discurso de Adeíades, uma jovem atleta que se destacou).</p>
Observações:	Sem observações.

REPORTAGEM 18¹⁰⁷ (R18)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
17/03/2007	RJ TV – 1ª edição – Coluna Bate-papo (entrevista/informação)	12h – 12h 45 min. (exibida apenas aos sábados)	Projeto de Atletismo em Sulacap/RJ e Instituto <i>IDEAL BRASIL</i> Prof. Ormandino Barcellos)	6’ 30’’
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: estudar e formar cidadãos</p> <p><i>(“os pequenos atletas ganham força para estudar e se transformar em cidadãos. Três já chegaram até à faculdade</i>”. Discurso do apresentador do telejornal).</p> <p>- A vida em jogo: há futuro para os jovens favelizados?</p> <p><i>(“o que se pode esperar de alguém nascido e criado em uma favela? Essa pergunta, em geral feita num tom de descrença, encerra preconceito e ignorância no sentido mais literal do termo: desconhecimento mesmo. A verdade é que se pode esperar muito, e um exemplo disso você na coluna bate-papo de hoje, com o professor Ormandino Barcellos</i>”. Discurso do entrevistador, o jornalista Edney Silvestre);</p>			

¹⁰⁷ Essa reportagem encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM652875-7823-BATE+PAPO+O+TRABALHO+SOCIAL+DE+ORMANDINO+BARCELLOS,00.html>.

esperar muito, e um exemplo disso você na coluna bate-papo de hoje, com o professor Ormandino Barcellos". Discurso do entrevistador, o jornalista Edney Silvestre).

- A vida em jogo: a importância da educação e do preenchimento do tempo livre

("todas elas [as crianças que participam do projeto] na escola [interroga afirmativamente o entrevistador]? É importante que ela esteja estudando [responde o professor Ormandino], porque as aulas, que nos chamamos de oficinas, elas são exatamente a continuidade pedagógica das aulas de educação física que elas têm nas escolas, e o objetivo principal é o preenchimento saudável das horas ociosas dessas crianças através da prática do atletismo".

Discurso do professor);

("hoje o Sr. Ajuda outros jovens a estudar, entrar pra faculdade, como eu já testemunhei vários deles, através desse sentido, através do esporte". Discurso do entrevistador);

("eu consegui o grande ideal da minha vida, que era fechar esse elo, a possibilidade de fechar esse elo final, que é levar esses garotos à universidade. Esses três jovens, que não tinham nem condição de passar na porta de uma universidade, está ali hoje, vão começar a cursar o terceiro grau, esses num curso de educação física, e acredito que tantos outros virão e terão essa oportunidade". Discurso do professor).

- A vida em jogo: a prevenção da criminalização através do esporte

("isso [o projeto] veio de um ideal de infância, quando eu era criança, que o atletismo me ajudou muito. Eu também sou nascido numa favela em Realengo, na favela do Vintém. Existiam quadrilhas, e como eu gostava de estudar, então, lá jogando futebol com eles, pô, você estuda, tem uma boa cabeça, não quer vim ser pra nossa quadrilha, não? E eu senti que precisa ter um objetivo maior, pra até justificar, já que eu convivia com eles ali...grande parte dele veio, futuramente, a todos morrerem; muitos foram pra Ilha Grande [onde houve um importante presídio, hoje, desativado], e hoje, praticamente, da minha infância, noventa por cento, não existe mais". Discurso do professor);

("e muita gente, eu mesmo, confesso, na primeira vez que ouvi, o esporte pode ajudar a salvar, eu disse como? Como o atletismo, como o esporte pode ajudar um jovem a ser, como se diz, incluído socialmente?". Discurso do entrevistador);

("[o professor responde à pergunta anterior] o esporte é um vínculo muito forte de

	<p><i>transformação...é...Platão já dizia: eduque bem uma criança e não será necessário punir o adulto. E eu mostro a eles o meu exemplo, é, que do lodo, no lodo pode nascer lírios, e que se eles tiverem determinação, força de vontade, eles podem chegar lá. E tem uma vantagem, o atletismo tem um princípio filosófico muito interessante: primeiro, toda criança gosta de correr, saltar e arremessar, quem não gosta, né, tá na criança...brincar; e ele é mensurável, as crianças, nas nossas oficinas, eles estão dando, por exemplo, salto em distância, dá um salto de três metros, se chegou na competição, que nos fazemos internamente, ele saltou três e trinta, mesmo que ela seja a última colocada, mas ela venceu o dela [o próprio limite, acrescenta o entrevistador], o próprio limite [concorda, o professor]. O que é a vida? É a auto-superação, e eu criei uma frase que é a base de tudo, até da minha vida: não existe impossível quando se tem um ideal".</i> Discurso do professor).</p>
Observações:	<p>Observe-se que esta reportagem falará sobre o mesmo projeto e professor tratado na reportagem '7';</p> <p>O projeto assiste mais de quinhentas crianças provenientes de favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro, da Cidade de Deus, Vila Aliança e Vila Kennedy;</p> <p>Após a entrevista, o professor Ormandino participou de um <i>chat</i>, que está disponível em http://videochat.globo.com/GVC/arquivo/0,,GO9486-3362,00.html, acesso em 11 de fevereiro de 2009.</p>

REPORTAGEM 19 (R19)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
17/03/2007	Jornal Nacional (jornalístico/informação)	20h 15 min. – 20h 55 min. (segunda-feira a sábado)	Projeto Social de Badminton Prof. Sebastião	1' 40''
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: mudança da sociedade, da comunidade</p> <p>(“transformar a comunidade com a raquete e a peteca”. Discurso do repórter);</p> <p>(“o Jornal Nacional acompanhou o sucesso* do projeto”. Discurso do repórter).</p>			

Observações:	<p>Note-se que o mesmo projeto foi alvo da reportagem ‘6’;</p> <p>* Na reportagem, o sucesso do projeto é identificado e está fundamentado na produção de campeões. São citados, inclusive alguns casos, o que é corroborado pelo discurso do professor e gerente do projeto. Ele afirma que o projeto foi <i>planejado para formar campeões</i>;</p> <p>Fica evidente que o foco do projeto é a formação de campeões no esporte, embora seja considerado um projeto social que visa mudar a comunidade.</p>
---------------------	--

REPORTAGEM 20¹⁰⁸ (R20)

Data	Programa/Tipo	Horário e dia(s) de exibição	Tema	Duração (aproximadamente)
10/11/2007	RJ TV – 1ª edição – Coluna bate-papo (entrevista/informação)	12h – 12h 45 min. (exibida apenas aos sábados)	Projeto social de artes marciais <i>LUTANDO PELA PAZ</i> (Nova Iguaçu – RJ)	5’ 41’’
Idéias-força (passagens transcritas)	<p>- A vida em jogo: lutar, respeitar e incluir</p> <p>(“o importante é lutar para não lutar. Aí a gente passa a ser o educador, isso é muito importante”. Discurso do professor);</p> <p>(“o que é mais importante é que todos se respeitam. Então um bairro hoje tem integração com outro bairro, todos se respeitam”. Discurso do representante do projeto);</p> <p>(“eu estive na Universidade Iguaçu [UNIG], numa palestra de artes marciais, onde que a arte marcial fazia inclusão, do menor que estava no risco social”. Discurso do professor).</p>			
Observações:	Sem observações.			

¹⁰⁸ Essa reportagem encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM753032-7823-BATEPAPO+UMA+HISTORIA+DE+LUTA+E+SUPERACAO.00.html>.

ANEXO 2
(Discursos mediáticos ‘internéticos’)

1 – Título: **Esporte e cidadania (RIT1)**

Data: 05/11/2005

Matéria:

Uma escola de futebol em Mesquita, na Baixada Fluminense, junta estudo, treinamento esportivo e bom comportamento para formar jovens promissores.

Estudo, treinamento esportivo e bom comportamento. Uma escolinha de futebol em Mesquita, na Baixada Fluminense, junta esses ingredientes para mostrar que disciplina e responsabilidade podem ser o primeiro passo para um futuro promissor.

Na casa de Anderson Augusto, terminar os estudos mais cedo só é permitido às quartas-feiras, sextas-feiras e aos sábados. O menino de 12 anos troca o livro pela camisa do time de coração: o Flamengo. As medalhas mostram que ele já é um craque. “Tem que treinar muito, fazer muito esforço para conseguir a medalha”, destaca.

O caminho até o campo é curto. Lá, o técnico Jefferson Souza Vieira recebe 140 alunos de uma escolinha de futebol em Mesquita, na Baixada Fluminense. O projeto é do próprio Jefferson, que foi atleta amador dos 12 aos 25 anos.

“Eu não tive oportunidade porque tive que trabalhar cedo. Eu só jogava pelada de fim de semana. Meus pais tinham dificuldade. Eu tento passar para eles um pouco do que aprendi”, afirma o técnico Jefferson Souza Vieira.

O treino é intenso, com exercícios para fortalecer pernas. “No início, é meio chato, mas é importante para a gente conseguir se sair bem no jogo e poder ganhar os jogos”, comenta o jogador Lourran Medeiros.

É uma hora e meia de treino com a bola. A disciplina é rigorosa. Quem desrespeita as regras é punido. “Ele falou palavrão no jogo. Isso é inadmissível para mim”, diz o técnico Jefferson. “Aprendi a não xingar”, responde o menino.

A meta agora é formar uma equipe profissional para disputar campeonatos nacionais. Mas será que o coração agüenta? “Eu não sei não... De repente, posso até enfartar no meio do campo, mas enfarto feliz”, brinca o técnico Jefferson Souza Vieira.

Luan, de 13 anos, está no caminho certo e já é uma promessa no esporte. Ele integra a Federação de Futebol e joga pelo clube de Nova Iguaçu. “Eu vou seguir minha carreira e ajudar meus pais”, afirma.

Todo treino é assim: Jefferson reserva, pelo menos, 40 minutos para um bate-papo com os meninos. Nessa hora, eles não aprendem apenas técnicas de futebol. Os futuros atletas recebem lições de vida que vão ser úteis também fora do campo.

“Em primeiro lugar, o estudo. Depois, o futebol. Eu estou aqui para ajudar e empurrá-los um pouco para a vida”, comenta o técnico

Everton, de 15 anos, já entendeu que esses conhecimentos fazem parte da vitória. “Aprendi a não ficar na rua até muito tarde, estudar e tirar notas boas para ser alguém na vida”, ensina.

Muito investimento e dedicação! Essa turma acredita num futuro de sucesso. “Jogar muito, fazer muito gol, para chegar a ser um profissional. É o meu sonho”, revela Anderson Augusto, de 12 anos.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL124399-9097,00.html>. Acesso em 20/01/2009.

2 – Título: **Formando cidadãos (RIT2)**

Data: 08/12/2005

Matéria:

O professor de Educação Física Valdir Valentim, um dos treinadores da Vila Olímpica de Duque de Caxias, conversou com o RJTV.

No estúdio, o RJTV recebe o professor de Educação Física Valdir Valentim, um dos treinadores da equipe de atletismo da Vila Olímpica de Duque de Caxias.

RJTV: Muita gente tem título, tem medalha, mas ganha também um título de cidadania. É mais ou menos por aí o projeto?

Valdir Valentim: Boa tarde. Queria agradecer a oportunidade de estar falando aqui sobre este trabalho que começou há cerca de dez anos. É por aí sim, o projeto é de inclusão social, realmente, e visa tirar a criança da rua. Ele é educativo também porque a gente tem nesses jovens, em todos, uma mudança de comportamento que a gente pode configurar, dar entrada deles na equipe subsequente. Eles melhoram as notas na escola,

se é uma criança agressiva, talvez, se torna uma criança mais educada. E outras transformações em nível social, não só as transformações decorrentes do treinamento, as alterações corporais.

Os resultados, o objetivo de um projeto como esse, a gente conhece bem: vários atletas importantíssimos brasileiros, medalhistas, vieram de comunidades muito pobres. Mas chega um momento em que eles têm que sair dali para treinar porque as condições não são tão boas. Falta incentivo do poder público?

Acho que o poder público, está dando, neste momento – e aí a gente vê de maneira geral-, ele está dando a sua parcela de contribuição, dando o pontapé inicial dentro desse processo. Eu vejo que falta engajamento, parceria. A minha esperança é que o Pan-americano, que é uma novidade pra gente, venha trazer a cultura do esporte em geral no Brasil, esse elo que está faltando entre o poder público e a iniciativa privada. E as escolas, que a gente não pode esquecer, que é lá que tudo começa.

São dez anos de projeto. Nesse tempo todo, teve algum atleta que surpreendeu, que apesar de todas as limitações e problemas, foi muito além do que se imaginava?

A gente tem. É engraçado que, quando a gente fundou a equipe, tinha só aquela intenção de competir, de tirar eles um pouquinho da Baixada e levar para competir no Maracanã – que pra gente já achava que era muito -, e daqui a pouco a gente viu que começou a ter atletas convocados para seleções nacionais, para a seleção brasileira, como é o caso da Regiane, que se superou e hoje em dia é campeã sul-americana. Você não tem, dentro do trabalho que foi feito com ela, nenhum tipo de suplemento alimentar especial, nada. A gente costuma até brincar e dizer que ela foi feita no arroz e no feijão (risos). Acho que a gente tem uma criança, um potencial, um celeiro muito forte em toda a Baixada, não só em Caxias. A prefeitura está de parabéns por esse trabalho de inclusão, mas esportivo também.

Qual o papel do mestre nesse processo de inclusão para formar campeões e para formar cidadãos?

É matar um leão por dia. Porque a gente tem que viver a vida deles. Muitas vezes a gente conhece onde eles moram, onde eles vivem, compartilha problemas de ordem social junto com eles. A gente tem que ser tudo, tem que ter um psicológico muito elaborado, tem que fazer de vez em quando outras funções, até um pouquinho de pai e mãe deles.

Tem que ser o disciplinador, mas tem que ser amigo também... Como você lida com isso?

Na verdade, é um processo de cativar o atleta porque a estrutura não é o que poderia ser, é o que você viu. Ele fica ali porque ele gosta. Acho que a Rita, do lançamento de disco, falou bem: ela está se sentindo cidadã, se sentindo incluída socialmente, para ela aquilo ali é a continuidade da família. E pra nós, treinadores e professores do projeto, a gente se sente assim também.

Amanhã, na quinta reportagem desta série, vamos mostrar que a grande maioria das crianças que praticam esporte não se tornam necessariamente atletas. Mas mesmo assim os valores aprendidos ficam para toda a vida.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL125089-9097,00.html>.
Acesso em 20/01/2009.

3 – Título: **Cufa comemora oito anos de incentivo à cidadania (RIT3)**

Data: 10/03/2006

Matéria:

A Central Única de Favelas, que investe em projetos alternativos para jovens carentes, completou hoje oito anos. A festa foi em Madureira, onde será construído um centro cultural e esportivo.

Na Cidade de Deus, na Zona Oeste do Rio, as necessidades são muitas, mas é de oportunidade que eles sentem mais falta. Por isso a CUFA - Central Única de Favelas - investe em criar alternativas para os jovens pobres do bairro com oficinas de grafite, hip-hop e cursos de informática.

O movimento, que começou dentro da comunidade, hoje ganhou festa para comemorar oito anos. O músico MV Bill é um dos incentivadores do projeto. “A gente chega trazendo conhecimento que a maioria de nós não tivemos na nossa infância. E a partir dessa ação e dessa iniciativa a gente começa a salvar e a modificar a história de várias pessoas”, comemora o músico.

Dentro da sala de aula ou nas quadras de esporte o objetivo é ensinar que as dificuldades não podem enterrar os sonhos. Agora, com os jogos pan-americanos chegando, o projeto está inaugurando um novo espaço, dedicado principalmente ao esporte.

O lugar fica embaixo do viaduto Negrão de Lima, em Madureira. Ainda pode parecer um pouco cinza, mas ninguém se importa. Com o hip-hop e o grafite não vai demorar para o espaço ganhar novas cores e formas.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL127004-9099,00.html>.
Acesso em 20/01/2009.

4 – Título: **Suor e cidadania (RIT4)**

Data: 12/03/2006

Matéria:

Você vai conhecer projetos sociais esportivos voltados para crianças e jovens de baixa renda que, mais do que formar atletas, formam cidadãos.

O esporte ensina a crianças e jovens valores importantes para toda vida. No atletismo, a determinação e a força de vontade ajudam a superar limites. A coragem e a autoconfiança estão sempre presentes nos saltos ornamentais. E lições de respeito são aprendidas na prática do caratê.

Hoje, 600 crianças e jovens participam do Núcleo Olímpico de Atletismo, no bairro de Sulacap, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O projeto foi criado há 10 anos para oferecer a meninos e meninas de famílias de baixa renda a chance de praticar alguma atividade esportiva. Mas, no projeto, eles descobriram mais: aprenderam que o esporte ajuda a superar limites, a vencer barreiras na pista, e na vida.

Rafaela Pazolini participa dos treinos há apenas seis meses, mas já foi tempo suficiente para uma grande transformação. “Foi um divisor de águas na vida dela. Ela estava com o rendimento fraco na escola, principalmente em Matemática. Quando ela começou a treinar, ela ficou mais disposta, e passou a se dedicar mais aos estudos”, conta Roseane Pazolini, mãe de Rafaela.

Enquanto a mãe é só satisfação, a filha sonha alto. “O meu técnico sempre diz para eu treinar e ser uma boa atleta, para que eu possa competir e ganhar um campeonato mundial. E eu vou conseguir”, conta uma determinada Rafaela.

O projeto nasceu do sonho de um professor de Educação Física que também passou a infância na favela. Com a determinação e a força de vontade herdadas do esporte, o professor Ormandino Barcelos, transformou o núcleo de Sulacap em um dos maiores projetos de inclusão social através do atletismo em todo o Brasil.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL141536-9103,00.html>.
Acesso em: 20/01/2009.

5 – Título: **Esporte e cidadania (RIT5)**

Data: 25/03/2006

Matéria:

Em Honório Gurgel, subúrbio do Rio, um dia de muitas atividades para as crianças.

Elas participaram de oficinas de várias modalidades esportivas. E estrelas olímpicas apareceram por lá para prestigiar a garotada.

De esportes diferentes como o Mambol, que se joga com duas bolas ao mesmo tempo, aos mais tradicionais. Durante todo o dia, o Sesi de Honório Gurgel, subúrbio do Rio, esteve de portas abertas para quem quisesse entrar em campo. E para motivar, não faltou o exemplo de campeões.

“A satisfação é muito grande porque você encontra no esporte uma arma muito poderosa de inclusão social. Essa tal sonhada inserção social, ela só se concretiza quando realmente as crianças se dão. É através do esporte a gente consegue isso”, diz Robson Caetano, ex-atleta

O esporte cidadania é uma iniciativa da Rede Globo e do Sesi para promover a integração social.

Esta é também uma chance para as crianças conhecerem esportes que elas nunca tinham tido a oportunidade de praticar. O tênis é um deles. É a primeira vez que alguns meninos e meninas seguram uma raquete. E bastou uma quadra improvisada para eles mostrarem que têm talento.

Talento e superação. Nem o dedo quebrado impediu o estudante Leonardo Morais Batista da Silva de experimentar uma modalidade nova pra ele.

“Quem acredita sempre consegue”, fala Leonardo.

A triatleta Fernanda Keller também acredita no esporte e, principalmente, na força de vontade destas crianças.

“Quando eu vejo uma garotada dessa que vai de uma comunidade que não tem quase acesso ao esporte consegui conquistar, consegui praticar o esporte, eles me inspiram”, diz ela.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL127295-9099,00.html>. Acesso em 20/01/2009.

6 – Título: **Esporte que forma cidadãos (RIT6)**

Data: 26/03/2006

Matéria:

O esporte é um dos melhores caminhos para formar cidadãos. Essa constatação surge através dos resultados de projetos que envolvem esporte e cidadania.

Os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, incentivam ainda mais crianças e jovens a se dedicar a um esporte. Algumas modalidades esportivas estão mudando a vida de meninos e meninas de comunidades de baixa renda. São projetos sociais que

não têm a pretensão de formar campeões, mas cidadãos. O vôlei ensina a ter companheirismo e cooperação. Aulas de tênis promovem a inclusão social. E a vela mostra novos caminhos para crianças de Niterói.

Uma quadra, redes e bolas. Isso bastou para que uma praça, que antes estava abandonada, ficasse cheia de crianças todos os dias. São alunos do Instituto Viva Vôlei, que ensina o esporte a meninos e meninas de comunidades de baixa renda. São 80 núcleos espalhados por todo o Brasil: nove deles estão localizados em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

Junto com os fundamentos do vôlei, os jovens aprendem valores fundamentais fora das quadras. As aulas são gratuitas e a única condição para frequentá-las é ter entre 7 e 14 anos e estar na escola. “Nas aulas nós aprendemos tudo. Os professores são ótimos e entendem a gente. Eles apóiam a gente”, elogia o pequeno Eduardo da Silva, um dos alunos do projeto.

O Viva Vôlei nasceu em 1999, em uma iniciativa da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV) para difundir o esporte e levá-lo até crianças que não teriam condições sequer de comprar uma bola. De lá pra cá, 60 mil meninos e meninas já passaram pelo projeto em todo país. Mas o incentivo mais importante veio em 2003, quando a Unesco reconheceu o Viva Vôlei como um importante instrumento para promover a paz no Brasil. “A gente consegue transmitir a paz para as crianças no dia-a-dia, de uma forma bem simples, principalmente através do relacionamento entre os professores, as crianças e a comunidade. Os pais também participam do projeto”, ressalta Marcos Aurélio, coordenador nacional do Viva Vôlei.

Tênis não só para a elite

O tênis sempre foi considerado um esporte de elite. Mas a construção de uma quadra pública, em Niterói, há três anos, tenta mudar este mito. Na quadra, o esporte é para todos, principalmente para crianças que, não fosse pelo projeto, não teriam a chance de segurar uma raquete e uma bolinha de tênis nas mãos.

Ao todo, 200 crianças participam do Projeto Todos na Quadra, da Secretaria Municipal de Esportes de Niterói. Muitas crianças participantes do projeto são menores em situação de risco. Na quadra, o esporte devolve a elas valores quase perdidos: autoestima, determinação, superação e cidadania.

“Nós temos um trabalho direcionado às crianças portadoras de deficiência auditiva, além de também receber crianças encaminhadas pelo Conselho Tutelar e por organizações que fazem trabalhos com menores de ruas. Crianças de escolas municipais e estaduais também participam”, explica a secretária municipal de Esportes de Niterói, Dina Feijó. Ela destaca que tem conseguido reintegrar muitas crianças ao convívio social digno.

Ventos da cidadania

Em pequenos barcos à vela, crianças de lançam ao mar. O vento sopra a favor dos sonhos de alunos de escolas públicas de Niterói. No Projeto Grael, criado há quase oito anos, eles têm a chance de aprender a velejar, e de descobrir outras profissões. Em pequenos barcos à vela, os alunos vão em busca de novos horizontes.

Dos 9 anos em diante, meninos e meninas podem se tornar alunos do curso de vela. O Projeto Grael oferece 400 vagas a cada semestre para estudantes da Rede Pública de Ensino. Crianças que nunca tinham saído da terra firme, agora, querem conquistar os mares.

O projeto, que ensina crianças e jovens de comunidades de baixa renda a velejar, é pioneiro no Brasil. A idéia partiu dos medalhistas olímpicos Lars e Torben Grael, e Marcelo Ferreira, que acreditam que a vela pode apontar novos caminhos para essas crianças.

“Além de oferecer o caminho do esporte, para que as crianças possam se desenvolver como atletas da vela, abrem-se também várias oportunidades profissionais”, explica Axel Grael, presidente do projeto. Ele diz que, além de praticar o esporte, os alunos também são treinados para trabalhos em marcenaria, em mecânica, com fibra de vidro e em costura náutica, área em que são feitas as velas e os toldos para os barcos.

É um investimento de longo prazo. Os alunos passam, em média, quatro anos no projeto. Eles se aperfeiçoam no esporte, freqüentam oficinas profissionalizantes e complementam a formação com aulas de náutica. “De repente, eu posso dar a volta ao mundo, igual ao Torben Grael”, sonha um dos alunos.

MAIS INFORMAÇÕES:

Instituto Viva Vôlei

Shopping Città América - Av. das Américas, 700/bloco 7 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ

Tel -

Site - www.vivavolei.com.br

Projeto Todos na Quadra

Tels – // (21) 2620-9110 / (21) 2719-0029

Projeto Grael

Avenida Carlos Ermelindo Marins, 494 - Peixe Galo - Jurujuba - Niterói –RJ

Tel –

Site - www.projetograel.org.br

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL141568-9103,00.html>.

Acesso em: 20/01/2009.

7 – Título: **Esporte e cidadania (RIT7)**

Data: 29/03/2006

Matéria:

Em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias, 4,1 mil crianças e adolescentes aprendem a ser cidadãos com a ajuda do esporte - e de graça.

Quando a bola vira a melhor amiga, o exercício em dupla é uma oportunidade de conhecer gente nova. E uma simples troca de passes é um ensinamento. Há cinco meses, crianças aprendem a jogar vôlei. É uma chance de aprender desde cedo o que é responsabilidade e respeito ao próximo.

A idéia é que entre saques, cortadas e bloqueios, os alunos recebam noções de cidadania, ética e fiquem longe, muito longe, da criminalidade. Dener Araújo é um dos alunos mais empenhados. Com apenas dez anos, ele tem consciência de que agora é uma criança diferente.

“Fazia muita bagunça na sala de aula, mas agora parei. Quero ficar no vôlei. Brinco, conheço amigos”, comenta Dener Araújo, de 10 anos.

Amanda Sabatine, de 10 anos, também atribuiu ao vôlei o fato de estar mais concentrada. “Eu fiquei mais esperta, porque eu antes era muito desligada nas coisas. Agora, eu melhorei nos estudos”, diz.

Para Diogo Penido, de 10 anos, as aulas têm importância ainda maior. De família muito pobre, o menino começou a trabalhar cedo. Vendia alho nas ruas do bairro. Hoje, só estuda e treina. “Quero ser um bom jogador. Para mim, isso aqui é tudo”, observa.

“Eu não tive essa oportunidade. É melhor para ele, para o desenvolvimento dele. Ele melhorou 100%. É muita emoção vê-lo crescer”, diz Claudia Penido, mãe do Diogo.

Para jogar bem o vôlei, é preciso disciplina, dedicação e treinamento. Quem conhece tudo isso muito bem é Jaqueline. Por isso, a jogadora da seleção brasileira fez questão de acompanhar a aula destes iniciantes – e, por que não, futuros medalhistas. “Eu nunca tinha visto um jogador de perto. Só na televisão”, diz um menino.

A visita teve direito a dicas e até um joguinho com a campeã. “Vocês têm que lutar bastante, correrem atrás dos seus objetivos, saberem que realmente vocês vão conseguir se vocês correrem atrás”, recomendou a jogadora. “Isso, para as crianças, vai ser ótimo e maravilhoso”, opinou Jaqueline.

Crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos podem participar do Projeto VivaVôlei. Quem estiver interessado basta ligar para a Confederação Brasileira de Voleibol: 2114-7200.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL127368-9097,00.html>.

Acesso em 20/01/2009.

8 – Título: **Esportes novos; mundo novo (RIT8)**

Data: 10/04/2006

Matéria:

Nomes difíceis e estranhos: badminton, rúgbi, corfebol. Mas esses esportes, cada vez mais conhecidos, são também uma forma de inclusão social.

O que o Morro do Preventório, em Niterói, tem em comum com um colégio de classe média alta na Zona Sul da cidade? Os dois têm crianças e adolescentes que se apaixonaram por um esporte que usa raquete e peteca, e que pouca gente conhece: o badminton.

E quem são meninos e meninas que correm atrás de uma bola oval? São moradores de favelas e de bairros nobres que se tornaram jogadores de rúgbi, um primo distante do futebol americano.

Em uma outra turma, ninguém quis saber de futebol e vôlei. O corfebol, um jogo holandês, centenário, que mistura homens e mulheres e tem passes de basquete e handebol, foi escolhido por jovens de diferentes classes.

Badminton, rúgbi, corfebol. Estes três nomes podem soar estranhos para a maioria, e eles são mesmo diferentes. Mas têm exercido a mesma função de outros esportes mais comuns: afastar diferenças, romper barreiras e dar oportunidades sem olhar a quem.

Outro ponto comum são pessoas obstinadas que viram no esporte inusitado a forma de inclusão social. Carolina brilhou na seleção brasileira de badminton e quis o mesmo para meninos do morro. Ela se uniu ao professor de badminton Eduardo Guedes, de um colégio particular, e misturou as turmas.

“A partir do momento em que eles entram no ginásio e começam a atividade, esses muros e barreiras vão caindo. Eles são todos iguais. A gente busca isso, pois essa é a função do esporte”, ressaltou Guedes.

Elaine Terra Rodrigues, de 18 anos, vive no morro, mas, nas aulas de badminton, também se sente em casa. “Muitas portas se abriram para mim. Conheci bastante gente que eu não pensava em conhecer”, comentou Elaine.

“A gente começa a ensinar para eles a cidadania, o respeito, respeitar o próximo, a ganhar, a perder. É o jogo dos mosqueteiros: um por todos e todos por um”, finalizou Marcelo Soares, professor de corfebol.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL127620-9099,00.html>.

Acesso em 20/01/2009.

9 – Título: **Competindo e crescendo (RIT9)**

Data: 23/04/2006

Matéria: Um dos principais atrativos para ocupar o corpo e a mente dos jovens é a atividade esportiva. Mais do que competir, eles ganham como cidadãos.

Para jovens e crianças, o esporte não é apenas uma atividade de lazer: é um aprendizado para o exercício da cidadania. Eles aprendem valores que vão usar pela vida toda, como disciplina, solidariedade, companheirismo e, é claro, competitividade, mas sempre obedecendo às regras. Em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, como em uma quadra de basquete debaixo de um viaduto, em uma piscina dentro de um quartel e em uma quadra de futsal na Vila Vintém, essas crianças e jovens desenvolvem valores através do esporte.

Um dia de chuva no Rio de Janeiro, e um pouco frio para o gosto dos cariocas. Mesmo assim, embaixo do Viaduto Negrão de Lima, em Madureira, um grupo de garotos passa a tarde jogando basquete. A pouco mais de um ano dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, a motivação pelo esporte é maior. E nessa motivação, a Central Única das Favelas (Cufa) tem uma participação importante no Rio de Janeiro.

A Cufa realiza um trabalho através do basquete de rua dentro de comunidades de baixa renda do Rio. “Não precisa ter altura, não precisa de idade, não precisa de cor. Precisa, simplesmente, querer se divertir com o esporte. A Cufa realiza a formação da cidadania através do basquete de rua”, explica Chico, como é mais conhecido, um dos diretores da Cufa.

É não é apenas o esporte que atrai os jovens, mas o hip-hop, estilo musical que é uma espécie de trilha sonora do basquete de rua. “Além do hip-hop, nós também oferecemos outras oficinas, como a de grafite, a de teatro e todas as coisas que envolvem o hip-hop”, ressalta Chico. “Eu pratico basquete porque eu acho maneiro, e pode proporcionar um futuro melhor pra mim. Se eu não estivesse aqui na quadra, estaria em casa, de papo para o ar”, conta um dos jovens participante do projeto.

Pólo-aquático para crianças pobres

O pólo-aquático, que é um esporte praticado, em geral, por pessoas de classe média-alta, chega a jovens de baixa renda da Zona Oeste do Rio por meio de um projeto social da Marinha. Em Campo Grande, no Centro de Instrução Almirante Milcíades Portela Alves (Ciampa), quartel da Marinha onde são treinados fuzileiros navais, jovens de baixa-renda, moradores de comunidades de Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Guaratiba, têm aulas de pólo aquático. O projeto, que atende a cem adolescentes, na faixa dos 14 aos 17 anos, foi desenvolvido em conjunto com o Ministério dos Esportes.

“O pólo-aquático é uma modalidade esportiva pouco conhecida deles. É uma oportunidade única de eles estarem praticando o pólo-aquático”, ressalta a tenente Carla Cristina, assistente social da Marinha. Ela conta que muitos jovens chegam ao projeto sem saber nadar. “Nós ensinamos primeiro a flutuar. Depois, ensinamos o básico da

natação, para eles poderem passar à prática do esporte”, explica a tenente. O curso de pólo-aquático tem duração de dez meses.

Para participar do curso, os jovens têm que estar matriculados na rede pública de ensino e serem selecionados pela Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro, que recrutam os adolescentes através das paróquias, dos núcleos nas comunidades. O critério de seleção da pastoral privilegia os que têm menor renda familiar e menor grau de escolaridade. Depois do curso de pólo-aquático no Ciampa, a pastoral encaminha os jovens para programas, alguns deles profissionalizantes, em convênios em outros órgãos das Forças Armadas e da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Futsal e inclusão social

O futsal resgata a dignidade de jovens que já sonham em ser campeões. Em Padre Miguel, também na Zona Oeste do Rio, mais precisamente comunidade da Vila Vintém, crianças aprendem os valores da cidadania jogando futsal na Vila Olímpica Mestre André. “Depois que entram no projeto, eles se tornam jovens mais tranquilos, que respeitam a todos”, conta Zico, apelido de um dos diretores do projeto.

“As crianças, aqui na nossa região, não tinham nada. Elas não tinham perspectiva nenhuma. Quando a vila olímpica foi instalada na Vila Vintém, ela permitiu a ressocialização dos jovens”, destaca Zico. Cerca de 180 adolescentes participam das aulas de futsal, que são realizadas semanalmente. “As crianças que se destacam são encaminhadas para clubes de futebol. Algumas delas estão jogando no Vasco e no Bangu”, conclui Zico.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL141629-9103,00.html>. Acesso em 20/01/2009.

10 – Título: **Jovens, atletas e cidadãos (RIT10)**

Data: 11/05/2006

Matéria:

Projetos de inclusão social utilizam o esporte para resgatar a cidadania de jovens. Esses atletas do futuro estão ansiosos pelo GP de Atletismo.

Luiz Paulo Porto encontrou o caminho para financiar os estudos quando ainda cursava o ginásio e ganhou uma bolsa integral como atleta da escola. Agora, com 19 anos, tem 50% de desconto na faculdade de Educação Física.

Antes de se tornar campeão brasileiro de 4x400 metros rasos, Porto chegou a ser aconselhado pela família a deixar o atletismo e procurar emprego.

“Quando eu fiz 18 anos, minha mãe disse que correr era coisa de vagabundo, que eu tinha que começar a trabalhar. Depois que eu consegui a bolsa, consegui voltar para o esporte, que me tirou das ruas. Eu só vivia nas ruas, não fazia nada o dia inteiro”, lembra o atleta.

A professora de Educação Física Jaqueline Esteves tem uma história parecida. Graças ao esporte, escapou da pobreza. Os alunos dela são de comunidades de baixa renda de Jacarepaguá. No local onde Jaqueline dá aulas, os atletas têm o que precisam: da alimentação aos cuidados médicos.

“O esporte me ensinou, além do espírito de integração social, educação. No projeto, nós temos um objetivo principal: disciplina”, ressalta Jaqueline.

Aos 14 anos, a atleta Bárbara da Silva já teve tantas vitórias em competições estaduais, nacionais e até internacionais que não dá para relacionar todas. Mas dá para ter uma idéia de quantas vitórias são pela quantidade de medalhas que ela ganhou. Ao todo, são quase três quilos de medalhas.

“Eu brincava de polícia e ladrão, na rua, com os garotos, e sempre ganhava deles. Então, uma amiga minha me chamou para treinar na escola e eu fui”, diz Bárbara.

A dona das medalhas já foi uma criança magrinha, com nove quilos abaixo do peso, por causa da desnutrição. O tempo em que uma família de seis pessoas morava em um único cômodo, em uma favela, vai ficando cada vez mais distante.

“Em 2005, nos 100 metros rasos, a Bárbara conseguiu o segundo melhor resultado do mundo entre os jovens da idade dela”, ressalta Paulo Servo, instrutor da atleta.

Neste domingo, todos estes jovens vão assistir ao GP de Atletismo do Rio de Janeiro, no Estádio Célio de Barros, no Complexo Esportivo do Maracanã.

“Vendo os atletas profissionais competindo permite que a gente aprenda um pouco com eles”, finaliza Bárbara.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL128236-9099,00.html>.

Acesso em 14/01/2009.

11 – Título: **Esporte e cidadania (RIT11)**

Data: 24/05/2006

Matéria:

Estudantes de 16 estados celebram hoje mais um dia temático do projeto ‘Amigos da escola’. No Rio, as crianças estão aprendendo a reunir cidadania e esporte.

Em Madureira, cerca de 210 crianças, além de professores e voluntários de cinco escolas municipais lotam a arquibancada do Sesc do bairro. A abertura do evento aconteceu com a apresentação de um grupo de ginástica rítmica da Escola Municipal Governador Carlos Lacerda, em Jacarepaguá.

A iniciativa de ensinar ginástica rítmica aos alunos e à comunidade ao redor da escola é da professora de educação física Vera Jardim, que há 15 anos desenvolve este trabalho.

“Além de ter mudado a perspectiva de vida delas, a ginástica eleva a auto-estima delas, mostrando que elas são capazes de fazer, não só o esporte, como tudo na vida. Com o esporte, elas aprenderam conceitos como solidariedade, respeito e educação”, observa a professora de educação física Vera Jardim.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL128481>. Acesso em: 14/01/2009.

12 – Título: **Pan 2007: oportunidades (RIT12)**

Data: 24/05/2006

Matéria:

Cerca de 2 mil jovens que moram em áreas pobres do Rio começaram a ser treinados, nesta quarta-feira, para trabalhar na segurança do Pan 2007.

Nesta quarta-feira, mais de 1,7 mil jovens viveram uma manhã que pode ser o passo inicial para um futuro melhor. Eles assistiram à aula inaugural do curso que vai prepará-los para atuar como guias cívicos nos Jogos Pan-Americanos de 2007.

A expectativa é grande entre os mais de 1,7 mil adolescentes selecionados em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro para participar do projeto. No curso, os alunos vão ter aulas de cidadania, aprender inglês ou espanhol e ainda receber alimentação e ajuda de custo.

“Eu vivia o dia inteiro na rua, pois eu estudava só à noite. Quando eu fui procurar o que fazer, encontrei o curso”, ressaltou o voluntário Luís Antônio Azevedo. “Eu quero falar todas as línguas, até para que, no futuro, quando eu tiver um emprego, eu possa viajar para alguns lugares”, disse Nathália Gomes, que também é voluntária.

Segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), esta é uma ótima chance de promover a inclusão social com a ajuda do esporte. “O projeto é magnífico e é uma oportunidade para esses jovens poderem ter uma chance na vida”, afirmou o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman.

“Eu quero que os jovens agarrem essa possibilidade e que construam o dia seguinte. Eles não podem ficar, passivamente, esperando ações paternalistas”, concluiu o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL128490-9099,00.html>.
Acesso em 14/01/2009.

13 – Título: **Esporte e cidadania (RIT13)**

Data: 29/05/2006

Matéria:

O badminton está mudando a realidade de crianças pobres das favelas e das escolas públicas do Rio.

Um esporte olímpico parecido com o tênis cresce entre crianças e adolescentes de comunidades pobres. Os jogadores de badminton sonham em virar estrelas do Pan 2007.

Na Favela da Chacrinha, em Jacarepaguá, no meio das casas, existe um centro de treinamento de esportes. Tem rede, mas não é tênis. No lugar da bolinha, uma peteca. E lá vão os pequenos atletas para mais uma partida de badminton.

“A gente vai para campeonatos, joga, ganha medalha”, diz um menino.

O esporte é o segundo mais praticado no mundo, de acordo com Confederação Brasileira de Badminton. Surgiu na Índia e no final do século 19 foi levado para a Europa.

No Brasil, nunca foi muito conhecido, até que o professor de educação física Sebastião Oliveira viu no badminton uma chance de mudar a vida de crianças pobres.

“Com o badminton, você acaba lidando com regras e com relações humanas. As crianças aprendem o limite: onde termina o seu direito e começa o direito dos outros”, afirma o técnico Sebastião Oliveira.

Ex-interno da Funabem, fundação para menores infratores, Sebastião Oliveira leva o projeto em frente sozinho. Construiu as quadras, comprou as raquetes e redes e pede ajuda sempre que precisa pagar as inscrições dos alunos em competições. Estimulados pelo esporte, Wallace Souza e Yngrid Souza, que tinham parado de estudar, resolveram voltar à escola.

“O técnico falou que eu tenho que ir para a escola para poder jogar badminton. Depois que eu fiquei um tempão sem jogar, eu voltei para a escola e voltei a jogar de novo”, comenta Wallace Souza, de 11 anos.

Para que eles se tornem alunos ainda melhores, o professor planeja montar salas de reforço escolar e de informática ao lado das quadras. As obras seguem a passos lentos, com o que sobra do salário. Hoje, já atendem mais de 70 alunos - adultos e crianças. Tem até aspirante a Serena Williams, a campeã de tênis americana. Segurar a raquete uma pequena atleta ainda não sabe bem, mas tem um estilo...

Lucas, de 5 anos, ainda não tem tamanho para jogar profissionalmente, mas não falta marra. “Eu sei jogar, sim, badminton”, garante.

Desde o início do ano, os alunos se preparam para um Pan-Americano: o Juvenil de Badminton, que vai ser disputado em julho, em Campinas. Oito já estão classificados e doze ainda têm chances. É o primeiro passo para um outro Pan-Americano: o de 2007.

A atleta Renata Faustino, moradora da favela, é forte candidata ao título. Ano passado, foi eleita a melhor do Brasil na categoria dela.

“O meu sonho é ganhar uma medalha de ouro. Com certeza, estou treinando para a gente ganhar o Pan-Americano”, diz a atleta Renata Faustino.

O atleta Aleksander Carlos também sonha alto. Acredita que a vida é como um jogo de badminton: só depende dele mesmo.

“O Pan-Americano me faz sonhar e também abre outras portas, outras oportunidades. Muitas coisas legais poderiam estar acontecendo, como uma bolsa para uma faculdade. Só coisas boas”, afirma o atleta Aleksander Carlos.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL141706-9101,00.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2009.

14 – Título: **Esporte e cidadania (RIT14)**

Data: 03/06/2006

Matéria:

Velejadores estão ajudando a limpar as praias de Niterói. O Projeto Grael ensina noções ambientais aos atletas e eles monitoram o lixo que é carregado pelas correntes.

Velejadores estão ajudando a limpar as praias de Niterói. O Projeto Grael ensina noções ambientais aos atletas e eles monitoram o lixo que é carregado pelas correntes.

Olhos grudados no mar por pelo menos duas horas ao dia. Ana Beatriz Tavares e Thiago são aprendizes de velejadores. E, mesmo fora d'água, eles aprendem lições importantes para a rotina de um atleta náutico.

"O lixo atrapalha. Cada vez mais estamos aprendendo a lidar com a natureza", diz Ana Beatriz.

Mas as informações que eles estão coletando não vão servir apenas para os treinamentos. Vão ser usadas também para um trabalho de prevenção ambiental.

Planilhas na mão, as cartas são preenchidas por 30 alunos de uma escolinha de velejadores. Eles estão espalhados por sete pontos das praias de Niterói, banhadas pela Baía de Guanabara. Os dados reunidos pelo grupo vão servir de base para o primeiro mapeamento das áreas que com mais frequência recebem o lixo que é arrastado pelas correntes na baía.

"O fluxo e o refluxo diário das marés fazem com que uma grande quantidade de lixo jogado indevidamente no fundo da Baía de Guanabara fique retida tanto nas praias da baía quanto nas ditas oceânicas", diz o biólogo Turíbio Tinoco.

Por enquanto, eles são apenas bons observadores. Mas na segunda etapa do projeto, os velejadores vão entrar no mar e pilotar embarcações que vão ajudar na coleta do lixo.

"O Projeto Grael não forma só atletas. Nós formamos cidadãos, pessoas sintonizadas com os problemas da sociedade em que vivem. Queremos que nossos velejadores atuem em defesa da Baía de Guanabara", explica o gestor do projeto, Axl Grael.

"Esse trabalho vai ser fundamental para aumentar a eficiência da companhia no processo de limpeza das praias de Niterói", ressalta José Bandeira de Melo, da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói (Clin).

O orgulho de fazer uma boa ação pelas praias é o que mais estimula esses atletas. "Já tivemos a oportunidade de ver tartarugas, botos, arraias, animais que não víamos há muito tempo. Por isso, a limpeza da praia é muito satisfatória para nós", diz o aprendiz de velejador José Maria Miranda.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL128702-9097,00.html>.

Acesso em 14/01/2009.

15 – Título: **Esporte no combate à violência (RIT15)**

Data: 24/09/2006

Matéria:

Bate-Papo: o professor João Montenegro coordena um projeto que leva esporte para comunidades pobres da Zona Sul.

Reportagem: Edney Silvestre

A coluna “Bate-papo” mostra o trabalho de resgate da cidadania desenvolvido pelo professor de educação física João Montenegro. Ele coordena o projeto “Corra para vida”, que leva esporte para adolescentes pobres com o objetivo de afastá-los da marginalidade.

Rocinha, Vidigal, Cantagalo, Cruzada São Sebastião: em geral, quando se ouve uma notícia sobre esses lugares, as chamadas áreas carentes da Zona Sul do Rio, é alguma coisa relacionada ao crime ou ao tráfico de drogas. Não é justo, nem reflete a totalidade dos moradores. Mas também é verdade que nessas áreas vivem jovens que correm o risco de serem atraídos pelo tráfico de drogas. Foi pensando neles que o entrevistado do “Bate-papo” deste sábado criou um projeto que une esporte e abertura de novas perspectivas.

RJTV: O projeto “Corra para a vida” tem quantos jovens hoje?

João Montenegro: Cinquenta jovens no Jardim de Alah. A gente faz um trabalho voltado para o atletismo e, dentro desse trabalho, a gente tem como objetivo mostrar, com o esporte e o atletismo, as facilidades de se trabalhar a disciplina, cumprir horários, ter metas, não só no esporte como também na vida.

São crianças do Vidigal, Rocinha, Cantagalo e Cruzada São Sebastião?

Isso.

Fala-se muito do esporte como tábua de salvação para os jovens em área de risco. O que você acha disso?

Eu acho que não é à toa que se fala tanto nisso. Acho que o objetivo do esporte é mostrar para o jovem e para o adolescente que há outro caminho. Em vez de ele estar na rua fazendo alguma coisa “interessante” para ele, esse jovem pode estar dentro do esporte com estudo. A gente sempre prioriza o estudo, para ele estar melhorando essa condição dele, não só com o objetivo de ser um futuro atleta, mas principalmente ser um cidadão: saber respeitar o próximo, saber a hora de ganhar e de perder. Hoje já mudou bastante. Nas primeiras aulas, eu até brinco com eles. Falo que é uma aula sim aula não. Tinha alguma confusão: um empurrava ali, xingava o outro. Mas, com o tempo, eles foram entendendo, eu fui passando. A gente sempre conversa. No final de toda aula, a gente tenta conversar 10 ou 15 minutinhos para explicar para eles não só as situações reais que acontecem na vida como também no esporte. Não é do dia para o outro que você vai se tornar um campeão. Não só no esporte, como na vida, você tem que batalhar, tem que ter disciplina, tem que correr atrás do sonho de cada um. A gente já começa a ver a mudança, a diferença nas atitudes deles. Antes, cada um corria e queria ganhar o outro. Agora, eles já tentam se ajudar. Existe um espírito de equipe.

Até onde o projeto pode ir?

Eu acredito que esse projeto pode ir muito longe. Vai depender de situações financeiras, porque hoje em dia a gente trabalha com 50 jovens. E todos aqueles que chegam aos

80% da presença ganham uma cesta básica no final do mês. O objetivo é não dar dinheiro. Você não sabe o que vai virar esse dinheiro. A gente sempre pensa em alguma coisa que pode transformar.

Até onde você acredita que esses jovens poderão ser ajudados e ver novas perspectivas com a vinda de outras equipes para o projeto que virão para o Rio com os Jogos Pan-Americanos de 2007?

Acho importante porque a cidade começa a se movimentar. A visão dos patrocinadores fica mais voltada para o esporte. Aí, já começa a facilitar. Os noticiários e os atletas vão estar mais próximos, assim como exemplos. Exemplo é fundamental para eles. Eles sempre têm que estar focados em alguém ali na frente que eles achem interessante e determinado. Eu sempre mostro. Uma pessoa que chegou ali para ganhar uma São Sebastião da vida, uma corrida de São Silvestre ou chegar em uma Olimpíada, ela passou anos e anos treinando para conquistar aquele objetivo. E eu sempre passo isso para eles, porque é muito importante. A gente, quando pode, assiste às competições para eles entenderem como funciona. O Pan-Americano tem uma visão muito importante para eles.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL127992-9097,00.html>.

Acesso em: 14/01/2009.

16 – Título: **Lição de cidadania (RIT16)**

Data: 17/10/2006

Matéria:

O Instituto Bola pra Frente, criado pelos jogadores Bebeto e Jorginho, oferece esporte para crianças pobres e abre as portas para a cidadania.

O ‘Instituto Bola pra Frente’, criado pelos tetracampeões da seleção brasileira Bebeto e Jorginho, oferece treinamento esportivo para crianças pobres no subúrbio e também abre as portas para a cidadania. Noções de respeito, companheirismo e confiança são passadas para os alunos, que fazem planos.

Os sonhos são os mais variados, e para que se tornem realidade, meias e chuteiras nos pés. Mas o que o futebol tem a ver com os desejos dessa garotada? “O esporte é uma forma deles aprenderem a questão da disciplina, da solidariedade, do perder e ganhar, do respeito mútuo. Eles vão levar isso pela vida toda”, responde o professor João Marinho da Silva.

Nem o sol forte e o calor de mais de 30°C tiram as crianças do campo. Elas são alunas do Instituto Bola pra Frente, que funciona em Guadalupe, Zona Norte do Rio. O projeto

começou oferecendo karatê e futebol. Hoje são 850 meninos e meninas matriculados em diversas atividades.

“Nas modalidades esportivas, nós temos futebol, futsal, vôlei e karatê. Na cultura, nós temos teatro, dança, artesanato e música, além da informática e da orientação para o trabalho”, informa a gerente de projetos Fernanda Oliveira.

Apesar da variedade, o objetivo é um só. “Utilizar o esporte como ferramenta de inclusão social para que nós possamos inserir, no projeto, crianças e adolescentes que estão em comunidades de risco social”, diz o gerente de projetos Edilson Barbosa.

João Marinho é um dos professores mais antigos. Ele começou como voluntário há cinco anos. Mais tarde, largou o emprego em uma multinacional para se dedicar exclusivamente às aulas de futebol. O salário caiu mais da metade, e o retorno vem de um jeito que o dinheiro não pode pagar.

“Ele é um amigo. É mais que um pai”, afirma um aluno. “Ele dá conselhos, conversa com a gente. Faz a gente pensar no que a gente fez de errado”, conta um menino”. “Ele é um pai para mim”, diz outro participante do projeto.

“O meu maior retorno é ver a transformação deles. É pegar um aluno estressado, e vê-lo mudando seu jeito até mesmo dentro de casa. Vê-los entrar pelo portão e poder passar minha experiência de vida é meu melhor salário”, comenta o professor João Marinho.

Disponível em: <http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL142044-9101,00.html>.

Acesso em 14/01/2009.